

VOLUME 5 - NÚMERO 1

ISSN: 2175-3687

REVISTA DIÁLOGO E INTERAÇÃO

2011

<http://revista.faccrei.edu.br/>



FACCREI

O LIMITE DA UTOPIA EM A *CHAVE DO TAMANHO*, DE MONTEIRO LOBATO

Dr. Thiago Alves Valente (UENP/CRELIT)

RESUMO: Este artigo tem como objeto de análise a obra *A chave do tamanho* (1942), do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), abordando aspectos relacionados ao tema “utopia” no contexto do enredo da obra e nas reflexões expostas nas vozes das personagens da história, dentre elas, Emília, responsável pelos acontecimentos da trama, e Dr. Barnes, sábio americano no qual é personificada a proposta de uma nova civilização dirigida pelo conhecimento científico.

PALAVRAS-CHAVE: Monteiro Lobato. Utopia. Cientificismo.

ABSTRACT: This article has a subject one analysis of *A chave do tamanho* (1942) by writer Monteiro Lobato (1882-1948) appointing aspects about “utopia” inside plot and characters with their reflections, between them Emília, main character who is responsible for events of plot and Dr. Barnes, American wiser who is also a idea for a new civilization commanded by scientific knowledge.

KEYWORDS: Monteiro Lobato. Utopia. Scientific.

1. A RELATIVIDADE DA CHAVE

De acordo com um conhecido dicionário de símbolos (CHEVALIER, 2002: 910-11) a trombeta é um instrumento musical usado “para anunciar os grandes acontecimentos históricos e cósmicos: o Juízo Final, o ataque, uma cerimônia”. É com essa referência, prenúncio de algo catastrófico, que se inicia **A chave do tamanho**, obra do escritor paulista Monteiro Lobato (1882-1948), uma das últimas da série com a turma do Picapau Amarelo.

Emília, em pé na porteira, questiona os “modos de dizer” dos adultos. Enquanto Dona Benta se dispõe a responder aos questionamentos da boneca, o carteiro entrega o jornal cujas notícias são sombrias. Os acontecimentos bélicos envolvendo toda a Europa, e se estendendo cada vez mais pelo mundo, deixam a avó entristecida. Os netos se sensibilizam com a avó, mas é Emília quem resolve buscar uma solução para o problema: sorrateiramente furta o superpó do Visconde (substituto do pó de pirlimpimpim) e chega ao “Fim do Mundo”, mais especificamente na “Casa das Chaves”, local onírico onde, na lógica infantil e fantasiosa das personagens, deve existir um monte de chaves que controlam tudo que há no mundo. Como sua hipótese está correta, diante do quadro basta escolher a chave da guerra e acabar com a matança. Porém, as chaves não estão identificadas. Para resolver o problema, Emília emprega o “método científico”, ou seja, experimenta para observar as reações.

A primeira chave define os acontecimentos posteriores da narrativa. Emília abaixa a chave que controla o tamanho das pessoas, as quais são reduzidas imediatamente a proporções muito pequenas. A partir desse ponto, inicia-se uma aventura num mundo cheio de aventuras e perigos, mundo composto nada mais que pelos espaços nos quais a turma do Sítio sempre viveu, mas que, agora estão transformados pela nova situação do tamanho. Sem força para voltar a chave à sua antiga posição, Emília viaja com o superpó até o Sítio do Picapau Amarelo para pedir

auxílio. Ali, porém, é impedida por um pintinho que, enxergando-a como petisco, faz com que a personagem aspire novamente o pó e vá pousar no jardim de outra localidade. Em seu trajeto, encontra a família do Major Apolinário, prefeito de Itaoca. Presencia uma carnificina executada pelo gato da família, Manchinha, que come tranquilamente seus donos, agora, do tamanho de insetos. Salvando as crianças, a partir de então órfãs e dependentes dela, luta pela sobrevivência na “nova ordem”, até que o Visconde, que caminhava para a cidade a fim de verificar se o fenômeno do “apequenamento” alcançara mais gente, aparece como a chance de resgate dos três. No Sítio do Picapau Amarelo, Dona Benta, Tia Nastácia, Pedrinho e Narizinho estão seguros no quarto, alojados sobre a cômoda do quarto.

Emília e Visconde viajam pelo mundo para comprovar o resultado da intervenção na chave do tamanho. Antes, porém, Emília é pressionada por Narizinho, que percebera alguma “arte” da boneca, e a responsável pela redução da humanidade se compromete a realizar um plebiscito para decidir se o tamanho permanece ou volta à antiga condição quando ela e o Visconde retornarem.

A redução atingira a todos, a tragédia fora geral. No entanto, para Emília, é a chance para discursar aos líderes mundiais envolvidos na Segunda Guerra Mundial, é a chance de alterar os caminhos da civilização. Ela e seu companheiro de sabugo chegam a descobrir um núcleo de nova civilização, *Pail City*, a Cidade do Balde, cujas obras são dirigidas por um sábio. Cada vez mais Emília está convencida de que a redução era o caminho para resolver os “descaminhos” da humanidade. Porém, ao retornar, sua idéia é vencida no plebiscito. A utopia alimentada pela protagonista falha. O que não significa que a manutenção da nova ordem também não cobrasse seu preço.

2. A CIÊNCIA E UM NOVO MUNDO

O apequenamento da humanidade ocorre em escala mundial. Como mote narrativo, leva o leitor a imaginar o que aconteceria se isso realmente se concretizasse. O jogo entre real e ficcional ganha em verossimilhança com o narrador lobatiano que não subestima a capacidade de compreensão da criança. Homens sem tamanho, de uma hora para outra, não tem somente aventuras para viver – há perigos, tragédias, catástrofes, mortes.

No plano metafórico compreende-se o apequenamento de diversas formas, mas na trama o efeito surge marcado pela relação entre causa e consequência desde o início da obra. Reduzir o tamanho significa deixar o domínio sobre a natureza para se submeter novamente a ela. É a retomada do elo com o natural, instaurando-se outra temporalidade que altera a noção de “antigo” (LOBATO, 1997: 12):

[...] Nem jeito de segurar na chave teve, a qual lhe pareceu como enorme maçaneta, de diâmetro igual á altura do seu corpo — o mesmo que a tora de um grande jequitibá para um homem dos antigos.

Dos antigos, sim, porque se todos os homens estavam agora tão reduzidos de tamanho quanto ela, quem quisesse referir – se aos homens da véspera tinha de dizer “os homens antigos”.

Emília refere-se à Antiguidade Clássica por “antigamente” ao explicar para o Juquinha que em algum momento da existência do mundo os cavalos voaram como Pégaso. Anulam-se os limites entre o tempo cronológico e o mítico, de forma que este

se liga ao mundo biológico cuja existência, no plano da narrativa, é intensificada pelo apequenamento dos homens.

A vida no mundo do pequenino exige a revisão dos valores, a retomada da vida pelo que ela tem de essencial. O processo de adaptação vivenciado por Emília e também pelos outros personagens mostra a importância da inteligência e do conhecimento científico para sobreviver no “mundo biológico”. Valorizando a inteligência e a esperteza, qualidades sempre postas em destaque pela obra infantil de Lobato, o texto se desenvolve também com um discurso científico de presença marcante, atingindo por vezes um tom apelativo que busca convencer o leitor sobre a necessidade da ciência como forma de apreensão e domínio sobre o mundo.

Observando a natureza, o homem pode perceber como tem muito a aprender. Dela, pode tirar lições valiosas para sua própria sobrevivência (LOBATO, 1997: 17):

O Visconde achava muita graça no sistema, que era o mais aperfeiçoado de todos, dizia ele; e vivia fazendo experiências com besouros de todos os tamanhos. Era um sistema tão bom, que o mundo já andava um besourosal imenso. Cento e cinquenta mil espécies de besouros já haviam sido estudadas pelos sábios, imaginem! Se o sistema não fosse tão bom, a *ordem* dos coleópteros não se multiplicaria em tantas *espécies*. Quando um sistema não é aperfeiçoado, os bichos que o usam levam a breca, como aconteceu com aqueles grandes sáurios que o Walt Disney mostrou na *Fantasia*. Por que desapareceram tais monstros? Justamente porque o “sistema sáurio” não prestava. E por que os besouros aumentaram? Porque o “sistema besouro” é aqui da pontinha — e Emília, que estava conversando consigo mesma, pegou na pontinha da orelha.

O método experimental aparece logo no início da narrativa, quando Emília “experimenta” as chaves a fim de achar aquela que controlaria as guerras. O fazer especulativo (ARAPIRACA, 1996), apresenta-se também na verificação *in loco* da situação mundial, o que acontece na viagem realizada por Emília e Visconde ao redor do mundo – “Temos de dar uma volta pelo mundo, ver pelo menos a Europa e os Estados Unidos. Como decidirmos qualquer coisa sem conhecermos o estado real da humanidade?” (LOBATO, 1997: 62). Observar, analisar, levantar hipóteses são atitudes identificadas positivamente na história.

Munida da ciência aprendida com o Visconde e com sua esperteza característica, Emília passa por uma sucessão de aventuras em que manter a vida é o objetivo principal. O discurso científico acaba por ter um papel pertinente na história, pois são esses conhecimentos os instrumentos de sobrevivência das personagens e, especialmente, da protagonista (LOBATO, 1997: 19):

Emília olhava em redor e ia compreendendo o mundo novo em que tinha de viver. À esquerda viu uma aranha sugando um mosquito preso em sua teia invisível. À direita um bando de formigas atacadadas a uma pobre minhoca, que se debatia como um “S” vivo. Um filhote de louva-a-deus estava fingindo que rezava, de mãos postas, mas na realidade aquilo não era reza e sim um bote armado contra uma presa qualquer.

O desnudamento é fator correspondente ao apequenamento. Sem a posse do tamanho como elemento de domínio, os homens encontram-se nus tanto fisicamente, quanto moralmente. Seus medos e preconceitos afloram diante do mundo natural, permitindo ao leitor também ser convencido da necessidade de outra história para a civilização (LOBATO, 1997: 23):

— Que coisa curiosa! — exclamou enquanto se esfregava. — Estou nua e não sinto a menor vergonha. Será que isso de vergonha depende do tamanho das criaturas? Deve ser, porque entre os homens a vergonha era só para os adultos. As criancinhas novas não mostravam vergonha nenhuma, nem ninguém se ofendia de vê-las nuas. Aprendi mais essa: *vergonha é coisa que depende do tamanho*.

O desvelar das relações de poder mostra que o tamanho, ou melhor, a força física é o que mantém esse poder, e não qualquer outra justificativa mais racional. Assim, o Burro Falante filosofa a respeito do assunto quando o Visconde lhe conta o episódio ocorrido na casa do coronel Teodorico (LOBATO, 1997: 56):

O Burro Falante havia pertencido ao coronel Teodorico, em cuja fazenda nascera. Ao ver o seu antigo patrão reduzido às proporções dum gafanhoto, sacudiu a cabeça filosoficamente. Aquele homenzarrão de outrora, que o cavalgara tantas vezes, e lhe metera as esporas e o chicote, estava reduzido a uma coisinha sobre a palma da mão dum milho!

Aliás, ser “gente” para o coronel é ser “alto, forte, rico”, isto é, a idéia de “gente” não se liga, para o personagem, a qualquer espécie de valor moral ou de *ser*, mas apenas de *posse* (LOBATO, 1997: 60):

— Há que não posso conformar-me com o acontecido, respondeu o pobre homem, sem sequer erguer a cabeça. — Eu era gente no mundo. Alto, forte, rico, dono duma bela fazenda — e agora me vejo sem nada de nada, reduzido a um simples inseto em cima desta cômoda. Ora, estou muito velho para acostumar-me a semelhante brincadeira. Se vou ficar assim toda a vida, então antes acabar com tudo de uma vez — e peço que me leve e largue diante do bico do pinto sura.

A destruição da “civilização clássica” é, inevitavelmente, a extinção de uma humanidade que tomara caminhos equivocados, caracterizados pela ganância e corrupção. Isso exige, portanto, a reformulação de valores e papéis sociais, bem como de instituições como a política e a família. Invertendo as relações sociais, pois a humanidade se encontra destituída do tamanho e, portanto, de suas antigas forças de coerção, Emília se torna a detentora do poder, sendo a responsável pelo apequenamento e a possibilidade (para bem e/ou para mal) da volta do tamanho.

3. OS LIMITES DA NOVA CIVILIZAÇÃO

O entusiasmo de Emília é crescente. A humanização progressiva de Emília, acentuada pela insistência em sua evolução “gental”, corresponde à sua imagem de criança. A ex-boneca mantém sua infantilidade, não no sentido depreciativo, mas no que diz respeito à criatividade, ao entusiasmo diante do novo e mesmo na forma de conceber o mundo. Para gerações novas, mundos novos. Alimentar a utopia de uma reforma radical na sociedade humana não parece tarefa impossível para ela.

“Utopia”, como conceito, abrange a idéia de espacialidade, um “não lugar” em que a realidade pode ser radicalmente diferente daquela vivenciada no presente (CHAUÍ, 2008: 07-08):

Em outras palavras, a utopia, ao afirmar a perfeição do que é outro, propõe uma ruptura com a totalidade da sociedade existente (outra organização, outras instituições, outras relações, outro cotidiano). Em certos casos, a sociedade imaginada pode ser vista como negação completa da realmente existente — como é o caso mais freqüente das utopias —, mas em outros, como visão de uma sociedade futura a partir da supressão dos elementos negativos da sociedade existente (opressão, exploração, dominação, desigualdade, injustiça) e do desenvolvimento de seus elementos positivos (conhecimentos científicos e técnicos, artes) numa direção inteiramente nova — como foi o caso, por exemplo, das utopias francesas do século XVIII, anteriores e posteriores à Revolução Francesa. Neste segundo caso, compreende-se que utopia possa significar *eutópos* e que o socialismo, por surgir de uma revolução integral, pudesse ter sido visto por muitos como utopia, apesar de Marx e Engels.

Ainda no jardim da casa do Major Apolinário, Emília depara a abundância do mundo pequenino (LOBATO, 1997: 20):

Que lugar era aquele? Um simples canteiro de violetas, dentro do qual Emília teve a sensação do caçador em plena mata virgem. A sua redução de tamanho permitia-lhe ver a “abundância do pequenino”. Quantas vidinhas na sombra daquela mata, sobretudo sob forma de vermes! Bichos cabeludos de todos os jeitos, e lagartas não-cabeludas, uma delas com chifre no nariz — como o Quindim. E mede-palmos cor de esmeralda, translúcidos, gulosamente devorando folhas ou tecendo casulos. E caramujos, e tatusinhos. E uma infinidade de *formas de vida* que só os sábios sabem.

A abundância não está somente nas formas de vida. De modo crescente, a ex-boneca percebe as novas possibilidades para a sociedade humana, livre das antigas dificuldades de sobrevivência, como comenta com o Major Apolinário (LOBATO, 1997: 53):

— Parece incrível, disse ele, que ainda numa situação destas o estômago da gente fale! Tenho vergonha de dizer que estou com fome.
— Pois é regalar-se, coronel,olveu Emília. Há ovo de beija-flor ali na cartola — mas nem é preciso. O senhor está sobre a maior mesa do mundo. Estas comidas dão para alimentar um exército inteiro. Olha só para a terrina de feijão.

A fartura comprovada pelas experiências do Dr. Barnes, em *Pail City*, contrasta com a guerra, com o mundo “real”. Diante do espetáculo de horrores do conflito, o embate com a natureza não se caracteriza como obstáculo intransponível. Aos entraves com o meio ambiente natural, surgem as possibilidades de uma vida farta, sem problemas de moradia e alimentação — “Pois apesar desses perigos novos, estou encantada com a vida pequenina. Para a alimentação, que beleza! Qualquer isca nos enche o estômago. E não é preciso trabalhar para ganhar a vida” (LOBATO, 1997: 53) — as palavras de Emília ao conversar com o coronel Teodorico sobre os desafios e ganhos da nova vida apontam para a possibilidade de superação de grandes problemas mundiais, como a má distribuição do alimento e o baixo poder aquisitivo de milhões de pessoas em todo o mundo. As novas possibilidades de vida são viáveis e mais justas, o que entusiasma o personagem Dr. Barnes, líder do núcleo humano de *Pail City*, cidade que se ia formando numa rua da Califórnia (LOBATO, 1997: 77-78):

— Com as térmites, que são as formigas brancas, disse ele, temos muita coisa a aprender. Esses insetos constroem maravilhosas cidades de barro — os cupins — onde vivem aos milheiros. Amassam o barro dum tal modo que essas cidades resistem a todas

as chuvas durante anos e anos. Dentro constroem galerias com uma substancia preta, que é a celulose das plantas mascada e misturada com qualquer liquido colante que não sei. O que sei é que aquilo equivale a um maravilhoso material de construção, resistente, elástico, mau condutos do calor, higiênico. Também revelam uma alta ciência na construção das galerias e ninhos e salas e tudo mais. O asseio e a higiene dos cupins eram uma das maravilhas que mais assombravam os entomologistas.

Resistência, higiene, funcionalidade: um novo parâmetro de vida acessível a todos. O tempo histórico dos personagens do Sítio é o mesmo do autor, o auge da Segunda Guerra Mundial, momento em que o conflito ainda não se mostra decisivo para nenhuma das partes, como lembra Gouvêa (2003). Como fato real, ou melhor, verossímil, a guerra é o elemento gerador da história, uma vez que é a preocupação da boneca que a leva a procurar a chave para acabar com a tristeza de Dona Benta. A fala do Dr. Barnes, quando visitam os Estados Unidos, vem a corroborar esse pensamento (LOBATO, 1997: 74/75):

— Tudo naquela civilização era um produto do ferro, continuou o sábio, e o ferro era filho do fogo. Felizmente estamos livres do fogo, como eu ia dizendo quando o mensageiro nos interrompeu. Estamos livres do fogo e do seu filho o ferro e das mil reinações que os dois faziam no mundo, como nas grandes guerras em que tudo era ferro e fogo. Estamos livres até da grande multiplicação dos homens sobre o planeta.

— Pois é — continuou o sábio. — Estou convencido de que a desgraça da velha civilização veio das conseqüências sociais do fogo. Sempre pensei assim, porque sempre vivi na terra mais atormentada pelas reinações do fogo e do ferro: essa infinidade de máquinas que aqui na América nos fazia tropicar num galope sem fim — para que, meu Deus, para chegar ao que? Imaginem, pois, o meu gosto quando sobreveio este súbito fenômeno da redução do tamanho — o maravilhoso remédio para o caminho errado em que o *Homo sapiens* se havia metido desde a descoberta do fogo.

O tom pessimista da narrativa traz em sua própria argumentação a idéia de um mundo alternativo, cujo desenvolvimento contribua decisivamente para a felicidade dos povos. O fenômeno do apequenamento abre, portanto, a possibilidade de se corrigir os erros da própria História (LOBATO, 1997: 75):

— Sim, concordou o Visconde. Todas as outras espécies animais vivem muito bem neste mundo sem recorrer ao fogo. O *Homo sapiens* foi o único a entrar por esse caminho.

— Um caminho errado, insistiu o doutor. Livres do fogo, nós vamos agora construir uma civilização muito mais natural e vantajosa para nós mesmos — sem guerras, sem máquinas, sem aquele desvario das invenções que nos iam levando para o beleléu.

A fala do Dr. Barnes só vem a explicitar um contraste presente desde o início da narrativa. A pressa, a velocidade, a potência industrial, elementos do mundo tecnológico que, como vemos no trecho abaixo, acabam em ruínas, anulando-se a busca incessante pelo mais rápido (LOBATO, 1997: 69):

Um dos mais interessantes aspectos do mundo novo era o da enorme quantidade de aviões despedaçados. Todos os aparelhos que haviam erguido vôo no dia do apequenamento ficaram sem governo e foram caindo aqui e ali. O mesmo sucedeu aos trens e navios. Os trens em movimento descarrilaram todos, depois que seus

maquinistas viraram insetos. O mesmo desastre nos oceanos. Os navios transformaram-se em “navios fantasmas”, isto é, que andam soltos pelo mar ao sabor dos ventos, sem tripulação que os dirija. A cada passinho as ondas arremessavam um deles à praia.

Esse enveredar pelo caminho errado, que tem em sua origem a perda da perspectiva da vida humana, é uma crítica à tresloucada corrida sem rumo, como bem observa o narrador ao descrever a caminhada do Visconde em direção à cidade: “Felizmente o Visconde era um sábio, e os sábios não sabem andar na toada firme e contínua dos ignorantes.” (LOBATO, 1997: 42). A mudança deve ser radical para que outra civilização, mais “civilizada”, apareça. O novo mundo iniciado por Emília ao intervir na ordem das coisas é um “lugar nenhum”, um espaço onde tudo ainda estar por ser, por se formar, por se moldar (LOBATO, 1997: 44):

— [...] A vida agora vai começar de novo — e muito mais interessante. Acabaram-se os canhões, e tanques, e pólvora, e bombas incendiárias. Vamos ter coisas muito superiores — besouros para voar, tropas de formiga para o transporte de cargas, o problema da alimentação resolvido, porque com uma isca de qualquer coisa um estomago se enche, *et coetera* e tal.

Contudo, a busca por uma sociedade melhor coloca em xeque do que se trata o termo “melhor”. Como se nota na narrativa, ao abaixar a chave do tamanho a personagem causa desastres em escala mundial. Ao contrário do que se poderia supor num livro mais “infantil”, o fazer mágico tem conseqüências graves que afetam o bem maior dos seres humanos: a vida. Essa complexidade do fazer em busca de um mundo utópico apresenta alguns aspectos relevantes para a compreensão da história (SARGENT, 2008: 03):

1. A esperança-desejo de uma vida melhor na vida terrena é um aspecto central da experiência humana.
2. Esta esperança-desejo tem sido muitas vezes distorcida pela ideologia e pela religião.
3. Esta esperança-desejo tem sido muitas vezes manipulada para servir os interesses econômicos e políticos dos mais poderosos.
4. Quando esta esperança-desejo é distorcida ou manipulada pode tornar-se perigosa.
5. Este perigo surge normalmente porque a esperança-desejo é subvertida de forma a que uma vida melhor se destine a uns poucos eleitos ou grupo *in*, criando assim um grupo *out*, um Outro, que pode ser negligenciado, magoado, ou até mesmo morto para atingir os objectivos. Tais grupos incluem, por exemplo, membros de outras religiões, povos indígenas, diferentes grupos étnicos e ideologias diversas. Os limites do Outro têm sido frequentemente modificados de modo a incluir alguns membros que faziam anteriormente parte do grupo *in*.
6. Apesar desta realidade, a esperança-desejo de uma vida melhor é o único meio de que dispomos para ultrapassarmos esta distorção/manipulação.

O ideal de sociedade pode ser também apenas o ideal de alguém sobre a sociedade. Emília age, transforma, argumenta. Seu comportamento, inicialmente lembrando criança manhosa ou teimosa, indicia a posse da verdade, daquilo que a humanidade deve realizar e seguir por ser o único caminho para a felicidade. O desejo de submeter tudo e todos a um controle, a ideia de um “sistema” implacável para se chegar a uma sociedade ideal, remete o leitor a *1984* (1949), de George Orwell (1903-1950), escritor inglês (CAUSO, 2010: s/n):

1984 também é visto como uma feroz crítica ao stalinismo. Há um objeto de culto personalista, o Grande Irmão. Também há falta de privacidade, espões dentro da própria família, atividades coletivizadas, desaparecimentos e execuções, e a combinação de propaganda maciça com a constante revisão artificial da história, exigindo das pessoas o “duplipensar”, o registro mental de ideias conflitantes. Mas o que permite à ditadura de 1984 existir “fora da história” não é apenas o controle da informação, mas o mundo dividido em blocos político-militares em guerra constante. O protagonista Winston Smith vive como um dissidente silencioso, num Estado totalitário total que não dá qualquer saída para o indivíduo. Os “atos subversivos” que Smith comete são escrever um diário, apaixonar-se pela jovem Júlia e com ela tentar ingressar em uma suposta organização revoltosa. O enredo propriamente é fraco. Dar a ele mais suspense e reviravoltas seria minar a intenção principal do autor, que é sublinhar a impotência do protagonista diante do poder implacável do Estado.

A personagem lobatiana não tem maturidade para assumir de modo franco e direto seu papel no apequenamento dos homens. Como uma criança, *status* que ocupa na narrativa de Lobato, irrita-se diante das indagações de Narizinho (LOBATO, 1997: 64):

— Juro, vovó, que quem mexeu na peça foi ela!
E depois, em voz alta para “caçá-la”:
— Emilinha, você ainda não nos contou o que foi fazer naquela manhã, depois de furtar o superpó do Visconde.
— O que fui fazer? Ora esta. Fui dar um passeio pelas estrelas — para verificar se o pó era mesmo o que o Visconde dizia.
— E andou pulando de estrela em estrela, não é?
O modo irônico de Narizinho falar fez que Emília se abrisse. Já andava amolada com aquele segredo.
— E se fosse eu? Se mexi na Chave do Tamanho, não o fiz por querer. Não havendo intenção, não há culpa, como disse Dona Benta outro dia. E por isso estou de cabeça levantada, pronta para aparecer diante de todos os tribunais do mundo. Quero ver quem me condena. E se começam a me amolar, sabem o que faço? *Não faço nada!* Largo mão de tudo e a humanidade que se fomente. Pipocas!

Há um despotismo crescente, segurança inabalável de que o feito, ainda que catastrófico, é o melhor para o mundo. Daí a irritação da personagem que, após a viagem por outros países, tem certeza de sua vitória no plebiscito. Sua derrota no pleito realizado em cima de uma cômoda não é simplesmente a vitória dos mais velhos sobre os mais novos. É também tirar das mãos de uma só pessoa um poder tão alto, capaz de alterar a feição de todas as civilizações (LOBATO, 1997: 86):

— Voto pelo Tamanho!
— Miserável! Berrou Emília, e em seu desespero caiu do alto da cartola, machucando o nariz.
A criançada também protestou:
— O voto dele não vale! Ele é milho! Milho não vota!
Dona Benta, porém, manteve o voto decisivo do Visconde.
Vendo que não havia remédio senão conformar-se com a opinião do maior numero, Emília fungou, fungou e, com a mais nobre humildade — grande exemplo para todos os ditadores do mundo — disse para o Visconde:
— Pois vamos para a Casa das Chaves, macaco!

4. A CHAVE DA RELATIVIDADE

O limite entre o utópico e o distópico é, muitas vezes, sutil e quase imperceptível. Ao se cobrar o preço do mundo ideal, os discursos podem trair as decisões que atendem a todos e revelar que atendem a alguns interesses apenas.

A “arte” de Emília insere o leitor numa experiência fantástica, repleta da mais inteligente imaginação. Como um Gulliver moderno, Emília abre a esse leitor as portas do mundo imaginário onde tudo é possível e as aventuras estão por acontecer. Porém, Lobato não menospreza a inteligência de seus pequenos destinatários.

A Segunda Guerra Mundial marca o tempo histórico vivenciado pelas personagens. O terror da realidade não é menos inverossímil que o terror da catástrofe do apequenamento. A interface dessas dimensões permite a experiência literária, estética, lúdica, que traz em si o enfrentamento ético. Com efeito, aquilo que parecia uma “arte” infantil assume proporções preocupantes. O poder de decidir o futuro da humanidade – reflexão que as crianças apreendem sem maiores obstáculos – não pode, não deve restringir-se a uma só pessoa. Mesmo que as melhores das intenções conduzam as ações de Emília, a própria aceitação de sua responsabilidade é desgastante para a ex-boneca.

Na pele de Emília, enfim, o pequeno leitor vive as aventuras e um dilema ético, moral. Pode perceber a si mesmo como a criança acuada diante de tanta responsabilidade num mundo tão repleto de cenas “surreais” quanto sua imaginação. Na pele da boneca pode experimentar ser o dono do mundo e ter, inevitavelmente, de abrir mão dele: seja porque poderia causar maiores catástrofes, seja porque não somente de novas gerações deve se constituir a civilização.

5. REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, Mary de Andrade. **Prólogo de uma Paidéia lobatiana fundada no fazer especulativo: A chave do tamanho**. Salvador: UFBA/FÉ, 1996. Tese de Doutorado.

CAUSO, Roberto de Souza. As distopias de George Orwell. In: **Cult**. n. 71, 12 mar. 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/as-distopias-de-george-orwell/> Acesso em: 01 jun. 2010.

CHAUI, Marilena. Notas sobre Utopia. In: **Ciência e Cultura**. [online]. 2008, v. 60, n. spe1, pp. 7-12.

CHEVALIER, Jean *et al.* **Diccionario de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Trad. Vera da Costa e Silva *et al.* 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

GOUVÊA, Ana Amélia Vianna . **O Poço e a Chave: progresso e guerra na obra infanto-juvenil de Monteiro Lobato**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 189p. Dissertação de Mestrado.

LOBATO, Monteiro. **A chave do tamanho**. Ilustr. Manoel Victor Filho. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SARGENT, Lyman Tower. Em Defesa da Utopia. Trad. Irene Enes. **Via Panorâmica: Revista Electrónica de Estudos Anglo-Americanos/An Anglo-American Studies**

Journal. n. 01, 2ª série, p. 3-13, 2008. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt> Acesso em: 15 mar. 2011.

TROGLODYTES LITTERARATUS BRASILIENSIS - ROBERTO SCHWARZ E A
CRISE LITERÁRIA NACIONAL.

Prof. Me. Silvio Ruiz Paradiso (PG – UEL/ CESUMAR/CNPq)

RESUMO: A partir de textos de Perrone - Moisés, Barthes, Candido e pressupostos acerca da crítica literária e análise sociológica, analisar-se-á a crítica do marxista e crítico literário Roberto Schwarz e seu posicionamento sobre a crise na Literatura brasileira. Neste sentido, observaremos de que modo Schwarz vê a imitação e cópia dos padrões europeus e de que forma este fenômeno pode interferir nas relações sociais da vida nacional.

PALAVRAS-CHAVE : Roberto Schwarz. Crítica Sociológica. Crítica literária.

ABSTRACT: From texts by Perrone - Moisés, Barthes, Candido about the literary criticism and sociological analysis, it will be examine the critique of Marxist and literary critic Roberto Schwarz and his position on the crisis in Brazilian Literature. In this sense, we observe how Schwarz sees imitation and copies of European standards and how this phenomenon can interfere in the social relations of national life.

KEYWORDS : Roberto Schwarz. Sociological criticism. Literary criticism.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Chama-se crítica literária, a crítica sistemática dedicada a analisar poemas, romances, livros e outras obras literárias. Escritores como Victor Hugo, Émile Zola e Machado de Assis, durante o século XIX, faziam crítica literária ao mesmo tempo em que escreviam e publicavam seus próprios trabalhos.

Feita pelo crítico, ou profissional especializado da área, a crítica literária é um resultado entre o contato deste com o produto a ser criticado, no caso a literatura.

O crítico apresenta um Valor ao objeto criticado, não o avaliando de maneira puramente subjetiva, mas descrevendo aspectos objetivos que de sustentação a seus argumentos. Tais aspectos diferem de acordo com a experiência de vida do crítico, pois como observa Perrone-Moisés (1993:18) “no campo da crítica, como nos outros campos da modernidade, a ‘experiência ela própria é a autoridade’”.

Um dos grandes críticos literários e ensaístas do Brasil, que se baseia na experiência de vida para fazer crítica é Roberto Schwarz. Nasceu em Viena, na Áustria, em 1938. Filho de judeus, sentiu na pele a força dos preconceitos que a sociedade brasileira cultivava teimosamente. Desenvolveu a disposição de compreender a nossa sociedade, a vontade de enxergar a fonte das distorções, a causa dos preconceitos e das discriminações.

Estudou Ciências Sociais e Letras nas Universidades de São Paulo, Yale e em Paris. Ensinou teoria literária na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas. Uma das vozes mais incisivas do ensaísmo brasileiro escreveu duas obras clássicas sobre Machado de Assis: **Ao vencedor as batatas** (1977) e **Um mestre na periferia do capitalismo** (1990). Outros ensaios seus estão reunidos em **A sereia e o desconfiado** (1965), **O pai de família** (1978), **Que horas são?** (1989), **Dois meninas** (1997) e **Seqüências brasileiras** (1999).

A vida acadêmica de Roberto Schwarz foi a sombra de seu mestre Antonio Candido, podemos ver isso no prefácio de seu **Um Mestre na Periferia do Capitalismo (1990)**: “Devo uma nota especial a Antonio Candido, de cujos livros e pontos de vista me impregnei muito, o que as notas de pé-de-página não têm como refletir. Meu trabalho seria impensável igualmente sem a tradição –contraditória – formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx” (SCHWARZ, 1990: 13).

A visão de Schwarz baseia-se no trânsito da crítica literária que permeou a literatura brasileira, de historiografia, positivismo, *new criticism* à estilística, marxismo, estruturalismo, recepção, pós – estruturalismo etc. Mostra a situação de “instabilidade” da academia brasileira, expondo o fácil esgotamento de uma escola crítica frente à outra. Schwarz observa que “o apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior”, e analisa que a consequência do fato é descontinuidade e quebra de uma linha reflexiva (1997: 30).

O crítico austríaco não aceita esta praxe, não só pela falta de convicção acadêmica brasileira em relação a uma formação da crítica nacional (já que nunca estão satisfeitos com alguma crítica), mas os parâmetros destas teorias que não se baseiam pela relação com a sociedade do Brasil. Schwarz (1997:31) crê na proposta de Candido, Oswald , Mario de Andrade, Silvio Romero entre outros, melhores exemplos de crítica literária que “entende de Brasil”.

A mudança de uma teoria para outra *sem necessidade interna* é uma ideologia, no sentido marxista, que merece ser combatida. [...] A *necessidade interna* em Schwarz constitui uma teia de relações entre o local e a tradição. Em outras palavras, é a força de um sistema local de problemas e contradições que, exigindo mobilidade interna, filtra a oferta internacional de teorias. Com isso, deixaríamos de ser provincianos, no entender de Schwarz, ao mesmo tempo em que nossa vida cultural se transforma, rejeitando o caráter *posticho, inautêntico e imitado* que nos dominou por longo tempo. (CARDOSO, 2004: 124).

Fundamentado culturalmente em um marxismo puro, isto é, extremista, que segundo refere Barthes (2003) é um campo estéril em crítica (p. 158), Schwarz é um exemplo do crítico literário que conseguiu driblar tal extremismo, (tal como Lukács, filósofo húngaro e crítico literário, autor de **A teoria do romance [1916]**) propondo uma crítica flexível a partir da história política e social (BARTHES, 2003: 158). Hoje, Schwarz admite que sua militância marxista deu espaço para idéias frankfurtianas (JUNIOR, 2009), isto é, “apocalíptica” e pessimista. Assim, uma das maiores críticas de Roberto Schwarz é a incoerência da tradição literária e crítica do Brasil, frente os moldes europeus. Já que estes arcaicos vitupérios sempre permearam a formação cultural brasileira e seu habitante mais estimável: o *trogodytes litteraratus brasiliensis*¹.

2. CRISE E INCOERÊNCIA. A CRÍTICA DE ROBERTO SCHWARZ ACERCA DA IMITAÇÃO E DA CÓPIA

¹ Macaco literato brasileiro

Em um sentido lexicográfico, imitar significa: “copiar; arremedar; plagiar; reproduzir” (BUENO, 2000: 421). A partir deste último sentido, observamos que a reprodução traz uma idéia de perpetuar algo, seja seu significado, seja sua ideologia, valores, etc. O pensamento de Schwarz sobre literatura é inseparável da reflexão mais ampla sobre política e sociedade. Assim, o campo no qual Schwarz escolheu para suas incansáveis investigações foi o da produção cultural e, para tanto, a preocupação em não aceitar a prática praxista brasileira e latino-americana de perpetuar cá, a ideologia e valores do Velho Mundo.

O aprendiz de Antonio Candido vê na vida cultural dos brasileiros e latino-americanos uma experiência de caráter postiço, *inautêntico*, imitado, (SCHWARZ, 1997: 29).

Desde a colonização, o Brasil com seus desajustes estava condenado pela máquina colonial a pensar através de um instrumental ideológico elaborado nas próprias terras colonizadoras, isto é, a Metrópole Portuguesa. Deste modo, como o título de um dos seus ensaios as idéias, aqui, estavam “fora do lugar”.

Os exemplos da cultura incoerente são exemplificados com a roupa do Papai Noel para enfrentar graus a baixo de zero no país tropical e a *frenesi* pela guitarra elétrica no país do samba (SCHWARZ, 1997: 29).

Mario de Andrade chama de macaco, o imitador da cultura estrangeira.– *Pois é macaco, seu mano,/ Que só sabe o que é da estranja.* (ANDRADE, 1988). O poeta nomeia o interlocutor de macaco, já que este animal tem características de imitar as posturas humanas, pois o interlocutor só conhece e valoriza as coisas do estrangeiro. Citando Santos sobre este trecho, vemos que a carta de Mário a Drummond, “ratifica a crítica, presente no poema em análise, àqueles escritores que nada sabiam de seu país [...] contaminação dos costumes estrangeiros por causa da ingênita macaqueação que existe sempre nos seres primitivos [...]” (SANTOS, 2008: 150).

A experiência brasileira seria um ponto cardeal diferenciado e com virtualidade utópica no mapa da história contemporânea [...] foi profunda portanto a viravolta valorativa operada pelo Modernismo [...]em lugar de embasbacamento, Oswald propunha uma postura cultural irreverente e sem sentimento de inferioridade, metaforizado na deglutição do alheio: *cópia sim, mas regeneradora.*(SCHWARZ, 1997: 37-38. Grifo nosso)

Não só Oswald, na sua fórmula contraditória *Tupi or not Tupi, that is the question*, é o melhor exemplo da tentativa de valorização nacional, mas utilizando o padrão estrangeiro de modo servil - *o copiar sim, mas regenerando*. Silvio Romero também é constantemente citado por Roberto Schwarz, já que Romero também acredita na situação de *troglydites litteraris* do brasileiro:

Uma pequena elite intelectual [...] dotada de faculdade de aprender e imitar, atirou-se a copiar na política e nas letras quanta coisa foi encontrando no Velho Mundo, e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e temperatura exterior. (ROMERO, 1897: 121).

Silvio Romero tão quão Roberto Schwarz já observava o disparate cultural (sem relação com o ambiente externo) denunciando que macaqueamos não só a carta de 1814,

mas modas, costumes, crítica, leis, códigos, versos, dramas romances etc. (ROMERO, 1897: 121).

Romero observava que a cópia cultural é falta de denominadores comuns entre a cultura popular e da elite europeizada, já que esta última tivera (e tem) pouca impregnação nacional. Schwarz “vê que ‘a feição copiada’ de nossa cultura resultaria em formas desiguais e brutais” (ROMERO, 1897:46), e esta desigualdade seria fundamentada na política social. Um resultado da criação do Estado Nacional sobre base de trabalho escravo e ao mesmo tempo idéias iluministas – incompatibilidade - apenas arremedo.

Em seu ensaio **Existe uma estética do terceiro mundo?** Schwarz não crê em um caminho original do terceiro mundismo (leia-se Brasil e América Latina), e vê como essa suposta estética uma ‘impressão’ (SCHWARZ, 1997: 127). Contudo, o Terceiro Mundo inspira uma estética. Este é o perigo segundo o crítico, pois seu pensamento marxista acerca de lutas de classes colabora com o medo dessa importação ideológica e estética vir a culminar na sociedade, já que Roberto vem explorando com admirável persistência em sua obra a junção de romance e sociedade através da forma. (KONDER, 1991). Esta crise na literatura pode, segundo Schwarz, migrar para a realidade social - Assim: “[...] decalque inconsciente, migração de reflexos de classe dominante para o campo literário, onde atuam como princípio ordenador, desempenhando o seu papel ideológico de apresentar perspectivas particulares como verdades gerais” (SCHWARZ, 1999: 38).

Aquela realidade fantasiosa europeia, metaforizada na forma da literatura europeia, na filosofia francesa, na análise norte-americana, pode quiçá sair do papel e invadir a mente de primatas alienados, gerando uma sociedade a mercê de pressupostos imperialistas e hegemônicos europeus.

Schwarz acredita que o trânsito entre análise estética e a reflexão histórico-social, comum na crítica sociológica é, segundo os “atualizados com as tendências francesas e norte-americanas observadas como “equivoco metodológico” (1999: 24), ou seja, é claro seu posicionamento antiimperialista acerca da análise literária, e claro também o posicionamento deles para com Schwarz.

Roberto Schwarz acompanha os nacionalistas de outrora, que visavam “à busca de um fundo nacional genuíno, isto é não adulterado” (SCHWARZ, 1997: 32), e este pensamento crítico não era só desse nosso pensador marxista, mas de um pequeno grupo da sociedade que permeou toda história brasileira. Enquanto a maioria visava importar o modelo europeu, outro grupo desejava que a cultura, literatura e crítica literária do Velho Mundo lá permanecesse.

Ironicamente, tanto quanto o governo militar, Roberto Schwarz acreditava na “reconquista” da crítica literária nacional, isto é, a “expulsão dos invasores”. Afinal, o nacionalismo da década de 60 visava à eliminação de quase tudo que não era ‘brasileiro’. Hoje, a idéia é um pouco menos antiimperialista e sem luta de classe, mas ainda visa a crítica de grupos que se estimam mais avançados esteticamente.

Nas últimas décadas, protagonizou-se na crítica literária a crítica francesa como maior expoente filosófica da análise literária.

Todavia, a crítica francesa, segundo Barthes (2003: 158-159) é ideológica e não uma tradição crítica. Contudo, é observada no Brasil como tradição erudita, que servindo de modelo e cópia às outras críticas dá a ilusão de uma alta crítica, isto é, o que é ‘tradicional’ é observado no Brasil como melhor.

Leila Perrone-Moisés (1993: 22) citando Althusser define ideologia como “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Assim, a crítica de Schwarz, bem como a literatura que ele analisa permeia ideologias (quase sempre de cunho marxista). Contudo, Perrone-Moisés vê que análise literária com cunho ideológico é uma “armadilha” (1993: 27).

Não é somente a ideologia, o centro da crítica literária, mas sim seu discurso, “ela é essencialmente uma atividade, isto é, uma série de atos intelectuais profundamente engajados na existência histórica e subjetiva daquele que os realiza, isto é os assumi”. (BARTHES, 2003: 160) A crítica é feita a partir da história e subjetividade do crítico.

O discurso da crítica, e conseqüentemente do crítico, baseiam-se na necessidade de sua época, em função da sua organização existencial, função intelectual que lhe pertence, “suas escolhas, seus prazeres, suas resistências, suas obsessões” (2003: 163). Assim, a crítica sociológica nasce da visão do crítico acerca da sociedade, e aí entra a crítica de Schwarz, que acredita que o discurso sociológico do crítico literário deve se basear pela sociedade que ele provém, não apenas da tradicional sociedade francesa ou de outras realidades européias.

Schwarz vê na filosofia francesa, alheia à vida nacional, uma “desmontagem” da noção de autoria, obra e influência, já que a incompatibilidade da idéia de nação francesa e brasileira é grande e perpassa à crítica literária.

O crítico austríaco ainda considera-os como preconceituosos (SCHWARZ, 1997: 35), já que a crítica francesa crê na criação literária baseada neles, como um processo de inferior a superior. E continua que seu ensaio visa justamente suprimir esta idéia – de que não existe pior ou melhor, nem superior e inferior.

Schwarz analisa que o maior erro do Terceiro Mundo (América Latina) é a criação que acredita no primado da origem, isto é, criamos de uma origem européia. E vê na “criação a partir, de uma origem européia como a idealização da criação e crítica literária, pois em suas palavras: “os países que vivem na humilhação da cópia explícita e inevitável estão mais preparados que a metrópole para abrir mão das ilusões da origem primeira”. (SCHWARZ, 1997: 35).

Toda questão de Schwarz não está simplesmente na cópia ou imitação, mas na falta de compatibilidade com a realidade nacional. Até porque, a *cópia* no sentido de obra segunda, por oposição à obra primeira, não existe para o crítico: “como querem os amigos da intertextualidade e de Derrida, os quais mal ou bem supõem um espaço literário que não existe, sem fronteiras, homogêneo e livre, onde tudo, inclusive o original – e portanto nada – é cópia” (SCHWARZ, 1999: 26).

E resume toda sua crítica: quando alguém “diz cópia pensa nalgum original, que tem a precedência, está na outra parte, e do qual a primeira é o reflexo inferior” e continua dando a solução “a idéia da cópia discutida aqui opõe o nacional ao estrangeiro e o original ao imitado, oposições que são irreais e não permitem ver a parte do estrangeiro no próprio, a parte do imitado no original, e também a parte do original no imitado.” (SCHWARZ, 1997: 47)

Parece-nos que a prática *macaqueista* cultural brasileira não é o grande terror de Roberto Schwarz, mas sim a consciência e desejo em macaquear. O problema é a ideologia nacional. Perrone-Moisés observa em Althusser a proposta do significado de ideologia:

“uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições *reais* de existência” (*apud* PERRONE-MOISÉS, 1993: 22. Grifo nosso)

É a condição real que incomoda Schwarz, a falta de contextualização, é como se a aceitação de idéias e formas estrangeiras estivesse intimamente ligada a condição social destes países. A crítica francesa seria muito bem aceita caso lá existissem favelas, precário sistema educacional, carnaval e bom futebol.

Seguindo seu mestre Antonio Candido no sentido de “estudar um problema de filiação de textos e de fidelidade a contextos” (CANDIDO, 1991: 124) Roberto Schwarz acredita na valorização da crítica e dos padrões estéticos nacionais, pois o contexto social, a realidade brasileira não pode ser mensurável por filosofias francesas e contextualizações norte-americanas. Sua crítica baseia-se nos “efeitos literários da filtragem reodernadora a que a experiência local submete os esquemas europeus” (SCHWARZ, 1999: 25). A imitação e a cópia não são aceitas não por serem ruins, ou impossíveis, mas por não serem coerentes com nossa realidade – daí seu grande apreço aos modernistas antropófagos e suas capacidades em corrigir esta incoerência.

Esta macaqueação, este pastiche, esta ânsia pela cópia da crítica estrangeira deve ser menos frequente na cultura literária nacional, e a mente do crítico/leitor/autor brasileiro menos *trogodytes* e mais *homo erectus*.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Schwarz não vê com bons olhos a copia e a imitação dos padrões culturais e literários europeus, pois estes fenômenos pressupõem que existe algo antes a ser copiado e isso gera a dialética de superior (a obra europeia inicial) e inferior (a cópia brasileira). Daí a ironia de Candido a chamar nossa Literatura de galho fraco lusitano.

Essa ideologia colonial, de bem mal, bom, ruim, belo feito é ideologicamente perigosa, pois pode, segundo Schwarz transmutar fora da literatura e critica culminando na sociedade, como bem explicita em **As idéias fora do Lugar**.

Assim, o problema na crítica de Roberto não é a copia em si, mas a maneira como copiamos, não a transformando, nem levando em consideração o contexto nacional, a realidade social, e vida cultural brasileira. Como bom exemplo cita os modernistas, os antropófagos e as críticas de Romero, Candido e Oswald, que se baseavam pela estética e filosofia de fora, mas as moldavam a partir da realidade nacional – copia sim, mas regeneradora.

A crítica literária oscilou sempre entre o mimetismo piedoso e a contestação aparentemente ímpia, de acordo com Perrone-Moisés, (1993: 16). Todavia, mesmo se nos colocarmos sobre os patamares das idéias platônicas acerca cópia e simulacro, observaremos que apesar da cópia ter uma relação direta com a idéia, isto é, a literatura, o caráter negativo cairá sobre a crítica, já que esta é vista como simulacro (PERRONE-MOISES, 1993: 19). Ou seja, tanto na concepção positiva acerca cópia como negativa, a crítica sempre será demonizada, frente a este posicionamento mimético dos padrões europeus. A partir disto Schwarz tem razão em crer como Oswald que macaqueamos tudo o que vem de fora, pois assim como o macaco, não sabemos o porquê estamos imitando, apenas que queremos imitar.

4. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. (Org.). **A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- BARTHES, R. **Crítica e Verdade**. 3 ed. São Paulo, ed. Perspectiva, 2003.
- BUENO, S. **Mini dicionário da Língua Portuguesa**, são Paulo: FTD, 2000.
- CARDOSO, S. M. *Caminhos da Crítica Literária Brasileira: Roberto Schwarz e Luiz Costa Lima* In: **Impulso**, Piracicaba - SP, v. 15, n. 36, p. 117-128, 2004.
- JUNIOR, L. Resenha. **Roberto Schwarz: Um Crítico na Mira**. Disponível em: > <http://pt.shvoong.com/humanities/425705-roberto-schwarz-um-cr%C3%ADtico-na/><
Acesso em 26 mai. 2009.
- KONDER, L. *Roberto Schwarz*. In: _____ **Intelectuais Brasileiros & Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, pp. 95-101, 1991.
- PERRONE-MOISÉS, L. **Texto, Crítica, Escritura**. 2 ed. São Paulo, ed. Ática, 1993.
- ROMERO, S. **Machado de Assis**, Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1897.
- SANTOS, N. S. *Poesia e Pensamento crítico em Mário de Andrade: ambivalências de um projeto lírico-pedagógico*. In: **II Seminário de Pesquisa em Literatura - II SEPEL, 2008**, Uberlândia, pp. 146 – 153, 2008.
- SCHWARZ, R. **Que horas são?** (Ensaaios), são Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- _____. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

ANA CRISTINA CÉSAR: NÃO TÃO MARGINAL ASSIM

Leandro Garcia Rodrigues¹

RESUMO: Este artigo busca compreender certas dimensões da produção poética de Ana Cristina César, um dos principais ícones da chamada “Poesia Marginal” dos anos 70, especialmente quando detectamos certos resíduos da Tradição poética brasileira, algo que nos leva a questionar o epíteto de “marginal” sempre aplicado à sua obra.

PALAVRAS-CHAVE: Ana Cristina César. Poesia Marginal. Brasil. Anos 70.

ABSTRACT: This paper seeks to comprehend some dimensions attributed to Ana Cristina Cesar’s poetry, one of the main icons of the so called “Underground Poetry” of the 70’s in Brazil. On the contrary, we perceive some “residues” of the Brazilian poetic Tradition, what leads us to question the epithet “Underground” given to her work.

KEYWORDS: Ana Cristina Cesar. Underground Poetry. Brazil. 70’s.

1. INTRODUÇÃO

A primeira vez que ouvi falar de Ana Cristina César foi em 1998, quando se completavam 15 anos do seu suicídio e o suplemento literário *Idéias*, do Jornal do Brasil (RJ), fez uma reportagem “apresentando” aquela que era o principal ícone da chamada Literatura Marginal. Ambos os nomes – o da poeta e o da sua literatura – me soaram estranhos: seria mais uma artista que tinha cometido suicídio, dentre os tantos da Literatura? Mas as fotos apresentavam não uma pessoa esquelética e aparentemente moribunda ou depressiva, mas uma linda jovem loira, magra, da classe média carioca que decidiu pôr um termo à sua efêmera passagem. Quem seria Ana Cristina César?

Certamente, a falta de uma resposta para essa pergunta se deve, dentro de algumas faculdades de Letras, à falta de interesse por esse tipo de produção literária em virtude de preconceitos ainda existentes, ou mesmo por puro e total desconhecimento. O cânon, ainda que esgotado, é sempre mais seguro de ser analisado, não provoca tantas rupturas naquele que o analisa; daí o ceticismo e a desconfiança que as produções artísticas ditas *à margens* despertam: interpelam os nossos conceitos muitas das vezes engessados e até necrosados por análises críticas viciadas em conceitos teóricos “que já funcionam”.

Por essas e outras razões, este ensaio contemplará os seguintes assuntos: uma abordagem a respeito do contexto histórico que motivou o desenvolvimento de uma estética da marginalidade. “Sob o Signo Marginal” é a primeira parte deste trabalho e tem este objetivo: mostrar a cena e a encenação do Rio de Janeiro e do próprio Brasil na transição dos anos 60-70; especialmente nas inúmeras “revoluções” experimentadas em nível comportamental que contribuíram para fazer da Marginalidade mais do que uma vanguarda poética, mas principalmente uma forma de viver. A segunda parte se chama “Por Uma Poética Marginal” e explorará os aspectos de uma teoria literária voltada, exclusivamente, para a tentativa de compreender melhor o que representou (e ainda representa) a Poesia Marginal. Por último, “Ana Cristina César – Não Tão Marginal

¹ Doutor e Pós-Doutor em Estudos Literários pela PUC-RJ. Professor e Diretor de Pesquisas do Colégio Naval (Marinha do Brasil) e Professor Adjunto de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia de Campo Grande (RJ).

Assim” tem o título homônimo do próprio trabalho; seu principal objetivo é questionar um pouco a alcunha de *marginal* sempre dada à poeta: esse adjetivo a “encarcera” num tipo de produção poética que, pelo próprio nome, nos faz esperar atitudes e obra genuinamente marginais? Marginal é sempre sinônimo de desregrado? São alguns aspectos que esta parte do trabalho procurará desmistificar.

Em linhas gerais, estes são os assuntos que serão abordados ao longo das próximas páginas. Espero poder levantar provocações e questionamentos que promovam algum tipo de debate, pois a obra de Ana Cristina César é temporalmente nova, criticamente bastante estudada, mas ainda muito pouco “lida”.

2. SOB O SIGNO MARGINAL

A chamada “Vanguarda Marginal” que predominou na poesia brasileira nos idos dos anos 70 já é, historicamente falando, um tema deveras estudado e podemos dizer que tais debates têm contribuído para o seu ingresso no cânone literário, especialmente pela investigação que se instaura através de estudos e crítica especializados. Neste afã, ainda existe algum tipo de novidade acerca desta geração que já não tenha sido trazido à lume? O que ainda nos chama atenção neste grupo que tinha a idéia de marginal não apenas nos versos criados mas, principalmente, nas atitudes? Nesse sentido, tentamos entender a transgressão dos anos 70 como uma consequência (continuidade) cultural do que se iniciara na década de 60, especialmente com o Movimento Tropicalista.

Após a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, a Ditadura brasileira inicia o seu período mais sombrio e desequilibrado quanto ao terrorismo militar instaurado. O Brasil testemunhou um verdadeiro clima de guerra civil entre o sistema de poder situacional e as diversas forças políticas descontentes – intelectuais, estudantes, determinados setores da Igreja Católica, alguns artistas, partidos políticos já clandestinos etc. O clima era tenso, especialmente com a institucionalização da Censura feita pelo AI-5 (não nos esqueçamos do fechamento do Congresso, também neste momento). O aparelho censor do Estado atuava em diversas realidades da sociedade brasileira; todavia, as classes artísticas foram as mais penalizadas com os interditos e proibições que vinham do Ministério da Justiça.

Na música, são já clássicas as intervenções acontecidas nas diferentes gravadoras, nas letras de música, na seleção de músicas para alguns shows etc. A literatura também sofreu perseguições, especialmente na escolha de determinadas temáticas, de títulos para livros e publicações. Tal realidade levava à necessidade de se criar sob o signo da metáfora, da rígida ambiguidade dos sentidos que um texto poderia oferecer, no jogo de trocadilhos insinuado, por exemplo, no título da canção de Gilberto Gil: *Cálice/Cale-se*. Essa técnica de ocultamento do “verdadeiro” conteúdo da obra de arte chega a um refinamento que só era compreendido por um número restrito de receptores, na sua maioria estudantes universitários e intelectuais que possuíam códigos e conhecimento suficientes para tal exegese. Nessa perspectiva, a censura passou a ser a grande interlocutora da produção cultural como um todo, já que a Literatura, a Música e o Cinema tiveram de conviver com as suas proibições e incompreensões. Na opinião de Flora Süssekind,

Em vez de dialogar com a realidade, nossa interlocutora predileta era a censura. Assim, a realidade foi se convertendo em miragem, e a censura foi perdendo o seu tradicional papel policial e burocrático para se converter em musa inspiradora. (SÜSSEKIND, 1990: 18)

É nesse sentido que alguns artistas desenvolveram posturas propositalmente anárquicas e de *desvio* quanto às normas estabelecidas do “politicamente correto”. Um dos principais exemplos desse “comportamento desviado” foi realizado, ainda na década de 60, pelo Movimento Tropicalista (1968). Surgido a partir das experimentações estilísticas de alguns artistas baianos (Caetano, Gil, Bethânia e o seu grupo), os tropicalistas surgem no cenário cultural brasileiro com o LP *Tropicália*. Num primeiro momento assustaram, fosse pelo tipo de música que faziam, fosse pela própria postura comportamental assumida pelo grupo como uma espécie de manifesto. A respeito desta nova proposta cultural, é a própria Ana Cristina César quem opina²:

É com o chamado movimento Tropicalista (1967-68) que vão surgir as primeiras manifestações culturais desse desvio. [...] A produção musical dos novos compositores era marcada, nessa época, por uma tendência “participante”, ligada ao engajamento político: a canção de protesto. Inclinada para a denúncia social explícita, a canção de protesto procurava atuar como catalisadora política de setores da classe média, especialmente os estudantes, e subordinava o elemento estético às exigências imediatas da agitação política. (CÉSAR, 1993: 123).

Ou seja, é perceptível que o contexto cultural brasileiro do final dos anos 60 estava sofrendo uma intensa ebulição de estilos e experimentações que culminaram nas inúmeras tendências “à margem” dos anos 70.

2.1 Marginalidade e comportamentos

Só podemos entender o fenômeno das *margens* se o concebemos como uma reação direta às posturas de *centro*. O Brasil não poderia ficar à parte de toda uma revolução cultural que o mundo testemunhava, como a ampla luta pelos direitos civis – gays, lésbicas, negros, hippies, latinos exilados, mulheres – todos “berrando” para serem vistos e notados pela sociedade. As ruas e avenidas das grandes capitais mundiais serviram de palco para passeatas e protestos cujo principal foco era a conquista de autonomias – na sexualidade, nos direitos mais básicos, pelo uso de drogas, pela expressão mais sincera do próprio “eu”, sempre perdido em meio às multidões. São os efeitos da contracultura que começam a chegar ao nosso dia a dia imprimindo uma gama de (re)questionamentos acerca da nossa própria situação histórico-cultural. O *centro* (as condições do *status quo*) já não é mais visto como “estrela” de valores a serem seguidos, criando um espaço híbrido e tenso de revisão dos valores. A este respeito, o histórico ensaio *O entre-lugar do discurso latino-americano*, de Silviano Santiago, já antecipava tal realidade:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana. (SANTIAGO, 2002: 26)

² Em 1979, Ana Cristina César estava cursando Mestrado na Escola de Comunicação da UFRJ, matriculada na disciplina “Comunicação e Direito” ministrada pela professora Ester Kosovski. Foi justamente para finalizar este curso que ela apresentou uma monografia intitulada *Literatura Marginal e o Comportamento Desviante*, publicada postumamente em *Escritos no Rio* (1993), de onde retirei algumas notas.

Tal ritual não acontece somente na literatura, mas nas artes e também no comportamento em geral. Este *entre-lugar* é um espaço de tensão, de (re)avaliação dos paradigmas, de propostas ideologicamente híbridas que tentam dar um posicionamento cultural a esta geração. Toda esta “fúria” de reivindicação por novos paradigmas acontece justamente quando se percebe a debilitação dos esquemas cristalizados de unidade e de autenticidade, daí a cultura ser vista como um processo constante de “montagem multicultural”, da tentativa de se organizar os fragmentos ideológicos que ajudam a nos configurar. Ana Cristina César e sua geração testemunharam a ordem dessas mudanças, como ela mesma afirma:

É por essa época que começa a chegar ao país a informação da contracultura, colocando em debate as questões do uso das drogas, a psicanálise, o rock, os circuitos alternativos, jornais underground, discos piratas etc. Os principais veículos de divulgação dessa nova informação surgem com os primeiros jornais de uma “imprensa alternativa” – Pasquim, Flor do Mal, Bondinho, A Pomba e outros – que procuram romper com o princípio da prática jornalística estabelecidos pela grande imprensa. (CÉSAR, 1993: 125)

É nesse sentido que se construiu uma espécie de “estética underground”, marginal por excelência, como resposta aos mais diferentes cânones então estabelecidos. É quando surge uma noção fundamental para esses grupos discordantes: não existirá uma transformação social radical sem que haja revoluções e transformações individuais, isto é, o desvio em relação às estruturas herméticas mais abrangentes só seria possível mediante um profundo desvio de natureza comportamental.

A partir daí, inicia-se um processo irrevogável de identificação com determinadas individualidades expressas nos grupos (minorias) historicamente relegados às margens: negros, gays, “artistas (especialmente roqueiros) malditos” como Raul Seixas, valorização de figuras culturalmente híbridas (vivas ou não) como Madame Satã ou anti-heróis como Lúcio Flávio. Identifica-se com indivíduos e suas respectivas experiências de vida e não mais com o coletivo, com o povo em geral – proposta histórica da esquerda utópica. Com isso, a marginalidade (aqui entendida nesta ampla perspectiva) e as suas dinâmicas próprias são consideradas como possibilidade de agressão e transgressão ao sistema de valores “oficial”. Um bom exemplo de tal fato foi a imagem/postura de Ney Matogrosso num hibridismo sintomático entre homem, mulher e pavão a contorcer-se sensualmente nos seus shows, no então grupo *Secos e Molhados*. Ele assumiu conscientemente a contestação usando um poderoso veículo semântico: o próprio corpo.

Dentro de todas essas propostas, o corpo irrompe com uma violenta força significativa: ele é o texto onde se *escrevem* as novas letras culturais e também onde é *inscrita* uma nova dinâmica da própria sociedade. Nesse sentido, estamos tentando compreender o abalo cultural que foi a exposição do corpo de Fernando Gabeira visto através da nudez da sua famosa tanga de crochê, ou então a beleza insinuante do surfista Petit com o seu famoso “dragão tatuado no braço” que tanto encantou Caetano Veloso e fê-lo, inclusive, compor um grande sucesso musical da época – *Menino do Rio*. É esta exposição pública do físico, o consumo desenfreado de drogas, a bissexualidade, a crença na existência de uma “sociedade alternativa” com amplas atuações que contribuíram para que o corpo se escrevesse/inscrevesse nesta nova dinâmica cultural, fazendo com que essas atitudes e práticas contestatórias e marginalizadas alcançassem, inclusive, uma dimensão política.

É em virtude desses fatores que a cultura marginal é uma manifestação tipicamente urbana – a cidade (especialmente as capitais) é o espaço por excelência para a culminância dos valores caros à revolução cultural que aconteceu no Brasil. É a cidade com todas as suas dinâmicas constitutivas – fragmentação de pensamento, falta de paradigmas ideológicos, pluralidade comportamental, individualismos e as mitologias urbanas próprias – que servem de lócus adequado para todas essas transformações que tanto afetaram a nossa maneira de ver/sentir o mundo, no nosso jeito particular de fazer/expressar a arte.

Trata-se da emergência de um novo sistema cultural, no qual a produção artística do momento era feita não apenas através das obras de arte em si, mas também pela própria vivência desses artistas – a vida se tornou um poderoso “veículo semântico” que refletia o conjunto de todas essas mudanças que o próprio contexto histórico preconizava.

3. POR UMA POÉTICA MARGINAL

Até aqui falamos de cultura marginal num sentido bem amplo, sem especificarmos a literatura. Esta foi diretamente influenciada por todo esse conjunto de transformações pelas quais passou a cultura brasileira na década de 70. O nome *Poesia* (ou Literatura) *Marginal* é usado de forma convencional para abarcar as principais manifestações literárias, especialmente no âmbito da produção poética.

Os anos 60 foram marcados por uma intensa politização das principais manifestações da nossa cultura: o Cinema Novo, a Tropicália, o Teatro do Oprimido e alguns romances lançados procuravam, cada um a sua maneira, fazer algum tipo de denúncia a respeito da realidade político-social brasileira. A canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, foi emblemática neste período – legiões de manifestantes “marchavam” nas diversas passeatas *caminhando e cantando e seguindo a lição*. Tornou-se uma espécie de canção-manifesto, ainda mais por não ter ganhado o primeiro lugar no Festival da Canção promovido pela extinta TV Tupi.

O cinema deu a sua importante contribuição através do Cinema Novo. Algumas produções cinematográficas deste período ultrapassaram as fronteiras brasileiras e ecoaram em alguns circuitos cinematográficos de outros países, especialmente na França, é o caso da obra de Glauber Rocha. Após a adaptação de *Vidas Secas* feita por Nelson Pereira dos Santos, o cinema produzido por Glauber deu importantes contribuições, especialmente *Terra em Transe* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*; o primeiro fazendo um jogo metafórico entre o Brasil daquele momento e o país representado ao longo do seu enredo. A literatura também utilizou de alguns enredos para falar um pouco do que estava acontecendo, ainda mais pelo fato de que muitos jornalistas estavam sendo perseguidos e outros torturados, muitos migram para o texto literário como espécie de “válvula de escape” para a produção da escrita.

O fato é que percebemos uma clara sofisticação na qualidade de inúmeras produções artísticas deste momento – textos e enredos bem elaborados, atores representando de forma magistral, o processo de metaforização cada vez mais evoluído em virtude da censura sempre voraz. Na poesia, a década de 60 testemunhou o amadurecimento definitivo da obra e do estilo de João Cabral de Melo Neto, e “colheu” os frutos da canonização da obra de Carlos Drummond de Andrade e de outros modernistas ainda vivos ou falecidos recentemente ao longo daquela década. Contudo, a década de 70 se apresentou com matrizes culturais bem diferentes como falamos

anteriormente. O clima de “arte séria” e “politicamente engajada” aos poucos perdeu espaço para uma nova geração que já não tinha mais tanta esperança de mudar o mundo com passeatas, greves, sequestros de autoridades e até mesmo atos de violência urbana contra prédios e espaços públicos. A geração de 70 já tem o regime militar brasileiro mais “engolido” e pleno quanto a sua existência e permanência nas nossas estruturas políticas. É quando mudou radicalmente o posicionamento do artista, como podemos observar nesta fala de Chacal:

Chega de temas filosóficos e importantes. A gente queria falar do dia-a-dia, da polícia no calcanhar, do pastel que comia no botequim da esquina. E falávamos isso como se fosse um discurso político, tal era a comoção que havia pela repressão e por reunir grupo de pessoas para ouvir poesia, numa época que ainda não tínhamos, como tivemos depois, a base do rock para sustentar nossas letras e que, portanto, tínhamos que sair berrando-as no meio da rua. Sair reclamando poesia. (CHACAL, 1998)

É deste dia a dia que saíram as temáticas utilizadas nos textos poéticos ditos marginais, dos acontecimentos mais corriqueiros que nos fazem esquecer dos epítetos “arte séria”, “poesia séria” etc. Um bom exemplo é este poema de Cacaso:

indefinição
pois assim é a poesia:
esta chama tão distante mas tão perto de
estar fria.

Rápida, objetiva e direta – sem relações contextualizadas com o momento histórico pelo qual o Brasil estava passando. O maior “marco literário” desta geração foi a publicação, em 1976, do livro *26 Poetas Hoje*, de Heloísa Buarque de Hollanda. O livro fomentou o debate em torno da poesia marginal, publicando poemas selecionados desses vinte e seis representantes do que, para a organizadora, era a melhor representação da poesia brasileira. É a própria Heloísa quem explica, no prefácio à segunda edição, suas razões para ter escrito o referido livro:

O que interessa é que, por volta de 1972-1973, surgiu, assim como se fosse do nada, um inesperado número de poetas e de poesia tomando de assalto nossa cena cultural, especialmente aquela freqüentada pelo consumidor jovem de cultura, cujo perfil, até então, vinha sendo definido pelo gosto da música, do cinema, dos shows e dos cartoons. Esse surto poético, que a cada dia ganhava mais espaço, só podia portanto ser visto como uma grande novidade. Além disso, nos anos 60, marcados pela intensidade da vida cultural e política no país, a produção literária, ainda que fecunda, ficara um pouco eclipsada pela força e originalidade dos movimentos artísticos de caráter mais público como o cinema, o teatro, a MPB e as artes plásticas. Tínhamos, portanto, uma dupla novidade: a literatura conquistava um público em geral avesso à leitura e conseguia recuperar seu interesse como produto original e mobilizador na área da cultura. Atraída por esta ostensiva presença da poesia, comecei a me interessar por este fenômeno que, na época, foi batizado com o nome poesia marginal, sob protestos de uns e aplausos de outros. (HOLLANDA, 1988: 256)

Esta produção poética dita “marginal” se caracterizava por uma dicção feita de fala coloquial, com um certo tom de confissão, algo de diário íntimo, uma poesia que se mostrava “colada” às experiências do cotidiano, uma poesia “despoetizada” na perspectiva da teoria literária tradicional. A esse conjunto de novos valores, ou de desvalores, se acrescentaria ainda um certo descuido na linguagem, uma ausência de rigor formal. Como exemplo dessa nova “ordem poética”, um poema de Ana Cristina César:

acreditei que se amasse de
novo
esqueceria outros
pelo menos três ou quatro
rostos que amei

num delírio de arquivística
organizei a memória em alfabetos
como quem conta carneiros e amansa
no entanto flanco aberto não esqueço
e amo em ti os outros rostos

Neste exemplo, ressaltam-se os verbos na primeira pessoa do singular, predominando a função emotiva (ou expressiva) da linguagem, valorizando o tom confessional do eu-lírico. Em termos formais, o texto reforça a permanência das tendências anárquicas das vanguardas modernistas europeias no que concerne à despreocupação com os aspectos ortográficos: não há pontuação regular e os versos são iniciados por minúsculas, o que nos faz lembrar um pouco o estilo de escrita poética de Oswald de Andrade, especialmente na chamada “fase heróica” do Modernismo brasileiro. Um dos mais importantes legados dos “marginais” foi a retirada da poesia do pedestal do sublime onde havia sido colocada pela tradição literária brasileira, fazendo da experiência poética uma possibilidade apenas para alguns afortunados que tiveram algum tipo de acesso às instâncias legitimadoras da cultura como a Escola ou grupos temáticos específicos. A este respeito, é importante a conclusão de Heloísa Buarque de Hollanda:

A desierarquização do espaço nobre da poesia - tanto em seus aspectos materiais gráficos quanto no plano do discurso - faz lembrar a entrada em cena, nos idos de 60, de um gênero de música que, fazendo apelo tanto ao gosto culto quanto ao popular, conquistou a juventude universitária e ganhou seu lugar no quadro cultural. Foi a época dos Festivais da Canção e do Tropicalismo, do aparecimento de Caetano, Gil e Chico. Assim também, há uma poesia que desce agora da torre do prestígio literário e aparece com uma atuação que, restabelecendo o elo entre poesia e vida, restabelece o nexo entre poesia e público. Dentro da precariedade de seu alcance, esta poesia chega na rua, opondo-se à política cultural que sempre dificultou o acesso do público ao livro de literatura e ao sistema editorial que barra a veiculação de manifestações não legitimadas pela crítica oficial (HOLLANDA, 1988: 10).

Tal desierarquização foi sentida nos mais diferentes espaços desta geração: frente ao bloqueio sistemático das editoras, um circuito paralelo de produção e distribuição independente foi se formando e conquistando um público jovem que não se confundia com o antigo leitor de poesia. Armando-se de mimeógrafos e precárias máquinas de xerox à manivela, esses poetas passaram a produzir seus livros em casa. Imprimiam várias cópias e, perambulando pelos circuitos *underground* das cidades, procuravam freneticamente por pessoas ansiosas por novidades que adquiriam "livrinhos" de poemas, distribuídos num circuito à margem do mercado editorial, muitas vezes de mão em mão; por isso foram também conhecidos como "Geração Mimeógrafo". Um bom exemplo desta postura de total “desbunde” frente ao tradicionalismo da linguagem poética é o poema de Charles:

preso por
penetrar na festa
jogar pedra no monumento
arrotar no juramento
mijar na praça pública
cuspir no reitor
jogar dinheiro fora
trepar com a filhinha do papai

brincar demais
dar bandeira
se olhar no espelho
tirar a calça na rua
matar o industrial
fumar maconha
roubar um queijo
ganhar um beijo

sacar o lance

Percebemos que o poema se constrói sob dois campos semânticos totalmente antagônicos: aquele dos valores e imagens formalmente estabelecidos: *festa, monumento, juramento, praça pública, reitor, filhinha do papai e industrial*; e um outro campo de significados que “estupram” violentamente esta “ordem” estabelecida: *preso, penetrar, jogar pedra, arrotar, mijar, cuspir, trepar, tirar a calça, matar, fumar maconha, roubar* etc. Ou seja, a própria seleção vocabular é feita no afã de “violentar” qualquer expectativa de vocábulos clássicos ou “bem comportados”. Há uma opção clara pelo escatológico, pelas imagens de cunho neo-naturalista para a configuração deste poema. Um texto como esse ia ao encontro dos anseios desses novos leitores de poesia, herdeiros naturais da geração dos *beatnik* norte-americanos, com toda a sua carga de deboche contracultural. Mais uma vez, recorremos ao prefácio de Heloísa Buarque de Hollanda para alguns esclarecimentos:

Era uma poesia aparentemente light e bem-humorada mas cujo tema principal era grave: o ethos de uma geração traumatizada pelos limites impostos à sua experiência social e pelo cerceamento de suas possibilidades de expressão e informação através da censura e do estado de exceção institucional no qual o país se encontrava. Ao mesmo tempo, era uma poesia “não-literária”, mas extremamente preocupada com a própria idéia canônica de poesia. Preocupação que se auto-denunciava através de uma insistência sintomática em “brincar” com as noções vigentes de qualidade literária, da densidade hermenêutica do texto poético, da exigência de um leitor qualificado para a justa e plena fruição do poema e seus subtextos. Além disso, mostrava-se como uma poesia descartável, biodegradável, que parecia minimizar a questão de sua permanência ou até mesmo de sua inserção na tradição literária. (HOLLANDA, 1988: 13)

Esse “trauma”, esse “cerceamento de expressão” é vencido através de um grito lírico que não se preocupa em selecionar belas palavras para a expressão poética, daí os termos *trepar, mijar, arrotar, cuspir e fumar maconha*. Se para a primeira geração poética modernista a abordagem do coloquial foi radicalizado na forma do poema-piada de efeito satírico (especialmente com Oswald de Andrade), no âmbito da poesia marginal dos anos 70 esse coloquialismo se mostrou irônico, ambíguo e com um sentido crítico-alegórico mais circunstancial e independente de comprometimentos com um programa estético-literário preestabelecido, já que os marginais não constituíram um movimento, não se organizaram em um grupo homogêneo e nem lançaram qualquer manifesto programático.

Os marginais buscavam uma espécie de “casamento” entre as experiências do cotidiano e a poesia por eles produzida, acreditando ser possível o aniquilamento das barreiras que separavam o receptor do autor e da literatura. Com este objetivo, cada poeta utilizava os meios que dispunha e as possíveis “infiltrações” nas outras manifestações artísticas do momento, como foi a inserção do poeta Chacal nas atividades teatrais do Circo Voador. Inclusive, houve contribuição de vários desses poetas nas letras da música popular (especialmente no rock) e em roteiros para filmes ou programas de televisão, formas que escapam à precariedade técnica das edições mimeografadas distribuídas artesanalmente em diferentes circuitos e corredores culturais da cidade. Enfim, a poética marginal se construiu com um misto de faca cortante e lirismo derramado por versos com alto teor subjetivo. Beijo e tapa, carinho e bofetada, paixão e tensão – ingredientes que emergem do imaginário docemente marginal, como este poema de Ana Cristina César:

olho muito tempo o corpo de
um poema
até perder de vista o que não
seja corpo

e sentir separado dentre os
dentes
um filete de sangue
nas gengivas

Ou seja, o corpo de um poema pode denunciar as agruras de um outro corpo metafísico e metafórico que se constrói, pouco a pouco, com *filete de sangue nas gengivas*.

4. ANA CRISTINA CÉSAR – NÃO TÃO MARGINAL ASSIM

Após as últimas publicações de alguns textos: cartas, relatos autobiográficos e poemas ainda inéditos de Ana Cristina César, temos percebido o quanto a poeta ainda é desconhecida para o grande público. Após estudos críticos recentes, a obra de Ana Cristina nos soa como um “corpo um tanto estranho” dentro do projeto poético da Poesia Marginal brasileira dos anos 70. Originalmente, a poética marginal sugere uma certa postura displicente em relação ao passado e à tradição literária; já a poesia de Ana Cristina parece procurar um diálogo com determinados valores da Tradição que ela faz questão de não ocultar, especialmente em alguns raros depoimentos e em trabalhos de crítica literária que ela mesma produziu ao longo da sua efêmera vida.

Sua obra é apaziguadora em relação às inúmeras influências literárias que ela teve ao longo da sua formação acadêmica e da sua formação enquanto poeta e leitora de poesia. Nunca escondeu o seu apreço pela obra de Walt Whitman, Katherine Mansfield, Virginia Woolf, T.S. Eliot, Sylvia Plath, Clarice Lispector e Guimarães Rosa. Tal fato é importante já que ela se tornou uma autora tecnicamente bem (in)formada a respeito das particularidades teóricas do texto literário, o que a diferenciou bastante do restante do chamado grupo marginal; não que estes fossem menos capazes, mas Ana Cristina desenvolveu esse diferencial em alguns aspectos da sua produção poética inclusive discutindo, teoricamente, determinados aspectos de uma teoria acerca da sua criação poética:

Quando você faz poesia, quando você faz romance, quando alguém produz literatura propriamente, qual é a diferença em relação a esses gêneros? Você está escrevendo para todo mundo? Do ponto de vista pessoal, do ponto de vista de como é que nasce um texto você, quando está escrevendo, o impulso básico de você escrever é mobilizar alguém, mas você não sabe direito quem é esse alguém. Se você escreve uma carta, sabe. Se escreve um diário, você sabe menos. Se você escreve literatura, o impulso de mobilizar alguém – a gente podia chamar de outro – continua, persiste, mas você não sabe direito, e é má fé dizer que sabe. Então, se Jorge Amado disser “escrevo para o povo”, não sei se ele escreve para o povo, entendeu? Ou alguém que diz assim “escrevo para ...”, a gente não sabe direito para quem a gente escreve. Mas existe, por trás do que a gente escreve, o desejo do encontro ou o desejo de mobilização do outro. Agora, você não sabe direito. Às vezes, na tua cabeça, te ocorre alguém. Alguém realmente. Você está apaixonado por alguém ou você está querendo falar com alguém, mas isso, no trabalho literário, no trabalho de construção estética, esse alguém se perde de certa forma. (CÉSAR, 1993: 193)

No dia 06 de abril de 1983, Ana Cristina participou do curso “Literatura de Mulheres no Brasil”, ministrado por Beatriz Resende nas dependências da Faculdade da Cidade, no Rio de Janeiro. Este fragmento é parte da resposta que Ana Cristina deu a um dos alunos a respeito do seu processo de criação literária. É neste sentido que Ana

difere bastante de alguns representantes da sua geração, ela “tinha o que dizer”, o que (contra)argumentar a respeito dos mais diferentes assuntos que giravam em torno dos debates culturais daquele momento. É justamente pensar que existe *o desejo do encontro ou o desejo de mobilização do outro* que deu um certo tom diferencial ao seu projeto marginal – não foi anárquico numa perspectiva de radicalização vanguardista. Ao contrário, foi conciliador dos diferentes eixos norteadores da produção: as influências, o próprio estilo, a construção da linguagem e o interlocutor, este *outro* que vagueia o imaginário do poeta de forma vampiresca – pois “suga” parte do pensamento do artista, apropriando-se um pouco das suas inquietações e tensões, como podemos perceber neste poema de sua autoria:

Tu queres sono: despe-te dos ruídos, e dos restos do dia, tira da tua boca o punhal e o trânsito, sombras de teus gritos, e roupas, choros, cordas e também as faces que assomam sobre a tua sonora forma de dar, e os outros corpos que se deitam e se pisam, e as moscas que sobrevoam o	cadáver do teu pai, e a dor (não ouças) que se prepara para carpir tua vigília, e os cantos que esqueceram teus braços e tantos movimentos que perdem teus silêncios, o os ventos altos que não dormem, que te olham da janela e em tua porta penetram como loucos pois nada te abandona nem tu ao sono.
--	--

É bem clara a presença desse outro/interlocutor a (re)soar ares e vozes diretamente ao eu-lírico. Não é à toa que pronomes pessoais retos e oblíquos e também possessivos são aqui sintomaticamente utilizados: *tu, te, teu(s), tua* e verbos conjugados na segunda pessoa. Formalmente, os versos deste poema são bem construídos: períodos compostos por coordenação e por subordinação se “entrelaçam” perfeitamente nos fazendo esquecer do epíteto “marginal” que a poeta recebe. Neste texto, o eu-lírico faz uso de inúmeras imagens e vocábulos que o inserem dentro de uma tradição da poesia (e também do poeta) maldita: *moscas, cadáver, gritos, corpos que se deitam* denunciam a abordagem de temáticas explicitamente escatológicas inerentes ao ser humano; isto sem dizer da própria idéia de abandono no silêncio. Daí a importância de analisarmos sob outros ângulos críticos, fugindo um pouco dos famosos lugares-comuns tradicionalmente empregados. Por essas razões, podemos dizer que a poesia de Ana Cristina César é ampla, escrita sob diferentes perspectivas estilísticas.

4.1 Entre algumas tradições

No seu livro *Os Filhos do Barro*, o poeta, teórico e crítico mexicano Otávio Paz defende que existem duas linhas que configuram e atravessam a história da poesia ocidental: a *tradição da analogia* e a *tradição da ruptura* (da ironia). Entretanto, a nossa noção de tempo tem mudado sobremaneira, daí a nossa relação com a Tradição ter sofrido, conseqüentemente, inevitáveis mudanças, por isso é mais apropriado usarmos o termo *tradições* – este se mostra mais amplo e lacunar.

Historicamente, a ideia de Tradição é algo conservador, reacionário, inflexível e até negativo – sinônimo de velho e anacrônico. Certamente, essa noção errônea acerca da Tradição se construiu, ao longo do tempo, ao lado de um conceito de História como

uma narrativa unicamente diacrônica e linear. Grande equívoco, já que a História é também sincronia e, por isso mesmo, possui uma “natureza porosa” e arejada que nos leva a considerar a Tradição algo necessário para que se instaure a própria noção de ruptura: rompemos com quê? A partir do quê? Para quê? Contra quem? Com qual finalidade? Ou seja, a Tradição se faz necessária como paradigma constitutivo que auxiliará no surgimento de novas propostas e de novos estilos – individuais ou de programas coletivos. Tal fato corrobora umas das máximas de Otávio Paz: *A linguagem é um signo em rotação*. Considerando *História e Tradição* também como signos, percebemos que as rupturas da/na linguagem acontecem em virtude desta constante rotação dos valores e das hierarquias constituídas.

Mas atendo especificamente às duas tradições mencionadas acima, a *estética da analogia* se caracteriza por uma práxis de estilo que tem o passado como eterna referência, mantendo viva a continuidade das tradições literárias antigas transmitidas ao longo dos séculos. Seria uma perspectiva mais diacrônica de transmissão dos valores e estéticas de outrora. A outra perspectiva é a *estética da ruptura*, característica mais clara da cultura moderna. Seu eixo de atuação se fixa não mais no passado, mas claramente para o futuro – é o que norteia o discurso e a prática das vanguardas, sempre se radicalizando em busca do novo em detrimento do antigo. Por isso é que a modernidade nega o sentido de tempo como algo meramente cíclico, inserindo-se nas “fissuras” (optando por elas) desta narrativa não-linear. Daí a crença de que *moderno* é um conceito, em sua própria natureza, flutuante, uma vez que configura toda uma tradição de rupturas quer nos temas, nos estilos, nas atitudes e na própria linguagem.

Neste sentido, o projeto estético de Ana Cristina César recupera, ainda que não totalmente, aspectos da tradição analógica para a sua poesia. A utilização de um lirismo muito pessoal, a sensação de “corpo a corpo” com o receptor (aproximação com este) e a preocupação com o cotidiano tomam o lugar utópico da poesia tradicionalmente considerada como politicamente engajada. Inclusive, a poeta usa formas tradicionais para a escrita da sua poesia:

SONETO

Pergunto aqui se sou louca
Quem quer saberá dizer
Pergunto mais, se sou sã
E ainda mais, se sou eu

Que uso o viés pra amar
E finjo fingir que finjo
Adorar o fingimento

Fingindo que sou fingida

Pergunto aqui meus senhores
quem é a loura donzela
que se chama Ana Cristina

E que se diz ser alguém
É um fenômeno maior
Ou é um lapso sutil?

Ou seja, a forma aqui optada foi o soneto – nada mais diacronicamente tradicional dentro da perspectiva literária ocidental. Inclusive explorando práticas estilísticas tipicamente simbolistas, como é o uso das aliterações e das assonâncias nos seguintes versos: *E finjo fingir que finjo / Adorar o fingimento / Fingindo que sou fingida*. Isto sem dizer de abordagens de temáticas tipicamente do Simbolismo, como é o questionamento do eu-lírico a respeito da tênue relação entre a loucura e a sanidade. Em Ana Cristina César, essa tradição analógica também se fez sentir através da rede intertextual de influências com a qual ela dialogou na sua formação. Sua poesia extravasa os limites dos cânones brasileiros e vai buscar relações de sentido em Baudelaire, Rimbaud, Fernando Pessoa, Anne Sexton e em outros já citados. Dos simbolistas franceses vem uma forte relação com os aspectos decadentistas da existência – a pendência entre os elos da vida e da morte:

O encarcerado só sabe que não vai
morrer,
Pinta as paredes da cela.
Deixa rastros possíveis, naquele curto
espaço.
E se entala.

Estalam as tábuas do chão, o piso rompe,
e todo sinal é uma
Profecia.
Ou um acaso de que se escapa incólume,
a cada minuto.
Este é meu testemunho.

Esta imagem do *encarcerado* é, em si mesma, uma intertextualidade simbolista – o cárcere das almas, para lembrar Cruz e Souza. O eu-lírico se sente encarcerado dentro do seu próprio espaço físico, tentando buscar uma forma de alento frente à possibilidade de morrer – *pinta as paredes da cela* – buscando amenizar tal realidade. Além desses aspectos, percebe-se também um certo tom romântico no que concerne à efemeridade do momento – *Ou um acaso de que se escapa incólume, a cada minuto* – sensação tipicamente romântica, onde se tem uma sensação de que a vida vai se esvaindo pouco a pouco nas fissuras do tempo e das experiências. E por falar em Romantismo, outro poema de Ana Cristina se mostra sintomático:

Um Beijo
que tivesse um blue.
Isto é
imitasse feliz a delicadeza, a sua,
assim como um tropeço
que mergulha surdamente
no reino expresso
do prazer.
Espio sem um ai
as evoluções do teu confronto
à minha sombra
desde a escolha

debruçada no menu;
um peixe grelhado
um namorado
uma água
sem gás
de decolagem:
leitor embevecido
talvez ensurdecido
"ao sucesso"
diria meu censor
"à escuta"
diria meu amor

Percebemos aí várias relações semânticas com valores de tendência romântica como nos versos *Um beijo / que tivesse um blue*, este “blue” moderno totalmente interligado ao “spleen”, tão caro à geração de Álvares de Azevedo. Moderno porque sempre atual. Moderno e não modernista, ou seja, na linha teórica de Otávio Paz como uma manifestação renovada por uma noção de tempo não linear que a História, sincrónico e diacronicamente, desenvolve. Vemos um “eu” *que mergulha surdamente / no reino expresso / do prazer* a busca de alguma satisfação, de uma aventura talvez muda por um *namorado* como opção gastronômica de um *menu*. Além desses aspectos, temos ainda três possíveis interlocutores: o *leitor*, o *sensor* e o *amor* – todos a dialogar com o eu-lírico. Outro aspecto essencialmente romântico explorado por Ana Cristina César é a *morte*. Em vários dos seus poemas percebemos alguma alusão a esta verdade própria da condição existencial humana. Todavia, sua relação temática com a morte se faz um tanto diferente daquela dos românticos – estes faziam desta realidade uma espécie de projeção literário-escatológico, a morte era encenada, fingida teatralmente, esperada messianicamente. Segundo Edgar Morin, aproveitamos mais intensamente a vida no momento em que estamos mais cientes da morte:

Corre-se o risco de morte por amor, por êxtase, por vaidade, por masoquismo, por loucura, por felicidade... Por amor do próprio risco, como acontece com o alpinista, isto é, afinal de contas, por amor pela vida, a fim de usufruir dela mais intensamente, e com ela se embriagar, mesmo pagando com esta vida. (MORIN, 1997: 72)

É neste sentido que percebemos a morte para os marginais – por êxtase, por prazer, por renascimento, desafio e até mesmo como uma espécie de fuga. Especialmente se levarmos em consideração que dois grandes ícones deste grupo se suicidaram: Torquato Neto e a própria Ana Cristina César. Ou seja, o suicídio visto como um ato defensivo do “eu” para além do seu próprio corpo e da vida – uma oferenda, holocausto transgressor feito por vontade própria daquele(a) que é um misto de vítima e herói. Em vários dos seus poemas, Ana Cristina tematiza a morte:

Quando eu morrer,
Anjos meus,
Fazei-me desaparecer, sumir, evaporar
Desta terra louca
Permiti que eu seja mais um
desaparecido
Da lista de mortos de algum campo de
batalha
Para que eu não fique exposto
Em algum necrotério branco
Para que não me cortem o ventre
Com propósitos autopsianos
Para que não jaza num caixão frio

Coberto de flores mornas
Para que não sinta mais os afagos
Desta gente tão longe
Para que não ouça reboando eternos
Os ecos de teus soluços
Para que perca-se no éter
O lixo desta memória
Para que apaguem-se bruscamente
As marcas do meu sofrer
Para que a morte só seja
Um descanso calmo e doce
Um calmo e doce descanso.

Neste poema, o eu-lírico vislumbra uma certa aproximação da própria morte – *Quando eu morrer* – daí que inicia uma sintomática “desmaterialização” do seu “eu”. Roga as entidades divinas – *Anjos meus* – para eliminar todo resquício de matéria que ainda possa persistir: *Fazei-me desaparecer, sumir, evaporar*. Imagens e abordagens que nos lembram um pouco da poética de outro cânone brasileiro – Augusto dos Anjos, famosa pela alusão a termos escatológicos relativos à morte e à matéria corpórea. Mas numa direção diferente, já que o eu-lírico de Augusto dos Anjos expõe claramente os restos cadavéricos autopsiados; e o eu-lírico de Ana Cristina já os quer escondidos: *Permiti que eu seja mais um desaparecido / Da lista de mortos de algum campo de batalha / Para que eu não fique exposto / Em algum necrotério branco / Para que não me / cortem o ventre / Com propósitos autopsianos*. Ou seja, temos uma “vida de morte vivida”, na qual é a vida que mata lentamente numa nova possibilidade semântica de mal do século. Muitas outras relações dialógicas poderíamos encontrar pesquisando aspectos da sua obra literária, empreitada esta que as limitações próprias de um trabalho desta natureza não permite. Passemos à outra linha (tradição) estética da sua obra.

A *tradição da ruptura* se firmou, ao longo da história literária, como um empreendimento de criação sempre necessário para se instaurar o novo. Estilos de época ou individuais sempre sentiram a necessidade de se renovarem para que se mantivesse a dinâmica própria da Arte. Neste sentido, no caso específico da literatura brasileira, percebemos uma maior “ação” da tradição da ruptura no nosso Modernismo. Todos os estilos romperam de uma práxis artística instaurada para algo novo, desde o Barroco tal fato é notado; todavia, a ação das vanguardas modernistas foi de um radicalismo tamanho que “marcou” definitivamente esta transição como tendo sido a mais radical dentro do nosso projeto literário nacional. Nesse sentido, a poesia de Ana Cristina César não possui muitos arroubos de transgressão formal e temática dentro da Poesia Marginal. Sua marginalidade se mostrou mais lírica num certo sentido de mansidão que este termo oferece, não possui radicalismos experimentais que vemos em outros poetas da sua geração. Especialmente pelo fato de que ela não demonstrou ser uma “discípula” literária da vanguarda concretista, a tradição de ruptura mais radical e

próxima da sua época. Em alguns poemas, Ana Cristina experimenta uma verve de radicalismo formal:

tenho uma folha branca
e limpa à minha espera:
mudo convite

tenho uma cama branca
e limpa à minha espera:

mudo convite

tenho uma vida branca
e limpa à minha espera:
mudo convite

Neste texto, percebemos alguns aspectos de ruptura formal: a única pontuação que encontramos são os dois pontos que introduzem o estribilho *mudo convite*, os versos propositalmente iniciados por letras minúsculas, ignorando as orientações da ortografia oficial da língua. Na verdade, os únicos vocábulos que se modificam através do caminhar das estrofes são *folha*, *cama* e *vida*; estes termos funcionam como “núcleos” semânticos que destoam entre si e que fornecem as poucas mudanças imagéticas que temos. A própria disposição de arrumação dos versos nos remete às estéticas propriamente de rupturas – não há uma “continuidade visual” e ao olharmos o poema como um todo, nossa visão é levada a criar imagens onduladas e não lineares. Certamente, tal constatação nos remete a pensar numa certa influência de natureza concretista presente neste texto. Outro sinal desta tradição da ruptura o percebemos em alguns poemas nos quais Ana Cristina faz uso de versos de outros idiomas. Tradutora exímia, inclusive com Mestrado em Tradução na Universidade inglesa de Essex, Ana Cristina rompeu estilisticamente fazendo “colagens” lingüísticas, como aqui:

hoje sou eu que
estou te livrando da verdade
te livrando:

castillo de alusiones

forest of mirrors

anjo
que extermina
a dor

É bem clara as relações de ruptura presentes nesse pequeno poema: além do uso de um verso em Espanhol e outro em Inglês, o eu-lírico também radicaliza se expressando em versos minúsculos dotados de grande força lírica, principalmente na terceira estrofe onde a ação exterminadora desse anjo (o próprio interlocutor) é realçada. Este anjo se mostra como espelho (*mirrors*) do próprio eu-lírico, o seu duplo. A respeito do uso de termos em outros idiomas na sua escrita, é a própria Ana Cristina César quem explica ao ser questionada numa entrevista:

ENTREVISTADOR: Ana Cristina, você usa muito inglês, não é?

ANA CRISTINA: É, atravessa, de vez em quando.

ENTREVISTADOR: É, e às vezes atravessa até o leitor, que fica meio embananado, não sabe onde fica ... É um meio de afastar o leitor, um meio de afastamento, ou é uma coisa natural?

ANA CRISTINA: Mas eu acho que é a tal coisa do primeiro contato. Mas depois ... o inglês está tão dentro da vida da gente. Letra de música, o rock, “baby”... O inglês se incorporou um pouco, ele entrou na vida da gente. (CÉSAR, 1993: 206-207)

Enquanto poeta e leitora teoricamente instrumentalizada, Ana Cristina se aproveita de uma realidade sócio-lingüística – o fato incontestável da dominação cultural da Língua Inglesa – e a incorpora ao seu projeto poético, neste último exemplo analisado numa perspectiva transgressora, de clara ruptura. Com isso, percebemos que

coube à Ana Cristina César e a tantos outros poetas da sua geração, viver/escrever tanto a vida cotidiana como também a morte, experiências poéticas do impossível, daquilo que não se comunica, do silêncio e também dos aspectos mais corriqueiros do dia a dia.

5. CONCLUSÃO

Toda conclusão possui um certo caráter de síntese, da apresentação de uma ideia definida, quase que uma espécie de postulado de tudo o que foi apresentado e analisado ao longo da monografia; e tal fato me parece, justamente, o contrário do que um tema como a cultural marginal quer transmitir. Nas últimas décadas, os estudos literários têm deslocado o seu olhar para as chamadas produções à margem, periféricas; o que antes era estudado apenas como “paraliteratura” – cartas, diários, anotações, bilhetes, anotações (auto)biográficas etc. agora adquire um certo estatuto exegético e crítico de grande importância. É justamente no entre-lugar das tensões entre o cânon e as margens que se instaura uma nova forma de analisar as mais diferentes produções literárias, especialmente as contemporâneas. É nesta “rachadura” epistemológica que analisamos determinados aspectos da obra de Ana Cristina César e da chamada Poesia Marginal.

Ana Cristina foi formada em Letras pela PUC-RJ e tradutora profissional, também tendo produzido textos e ensaios na área de crítica literária e de arte. “Lançada” no livro *26 Poetas Hoje*, de Heloísa Buarque de Hollanda, Ana destoou significativamente do restante do grupo marginal – em vários dos seus poemas ela deixou clara a influência recebida de outros predecessores literários chegados até ela via Tradição. Não fez tantos experimentalismos estilísticos na composição dos seus versos, optando por uma escrita firme e versos bem elaborados nos seus períodos, alguns até bem longos graficamente. Tal fato já contribui para sentirmos uma nova possibilidade, uma nova retórica quanto a sua criação poética: não opta tanto pela fragmentação do verso como era de se esperar de uma poeta dita “marginal”, ainda mais tendo como precursora toda uma tradição concretista pautada numa verdadeira revolução formal/visual da poesia. Uma das suas frases de auto-reflexão mais conhecidas é: *Sou uma mulher do século XIX disfarçada em século XX*. Ou seja, ela entra, vive e produz literatura em pleno século XX sem ainda “quitar” totalmente o século XIX. Certamente, por isso, é que Ana Cristina César confirma o título deste trabalho – *Não Tão Marginal Assim*.

6. REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.

CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. **Atrás dos Olhos Pardos: Uma Leitura da Poesia de Ana Cristina César**. São Paulo: USP, 1990, Tese de Doutorado (disponível on-line).

CHACAL. **Posto 9**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

CÉSAR, Ana Cristina. **A Teus Pés**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Escritos no Rio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Brasiliense, 1993.

_____. **Inéditos e Dispersos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **26 Poetas Hoje**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 2ª. Ed, 1988.
- HUTCHEON, Linda. “Moldando o Pós-Moderno: a Paródia e a Política”. In: **A Poética do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- PAZ, Otávio. **Os Filhos do Barro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- SANTIAGO, Silviano. **Uma Literatura nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e Vida Literária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

A LITERATURA NASSARIANA E A FILOSOFIA DAS VONTADES

Me. Gustavo Fugarra Carmona - UEL

RESUMO:O seguinte artigo propõe fazer uma aproximação entre o pensamento de Nietzsche quando trata da questão da afirmação da vida em oposição ao pensamento ascético da negação da vontade de viver de Schopenhauer, ambos expressos na escrita de Raduan Nassar em **Lavoura Arcaica**. Por fim, mostrar como essa dicotomia é costurada por uma terceira personagem, escondida nas entrelinhas do texto, o Tempo, hora afoito e ansioso, hora calmo e paciente. É através dessas duas abordagens de vida, permeada pelos caprichos do tempo e do destino, que se desenvolverá nossa abordagem acerca do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: RaduanNassar. Vontade.Ideal ascetico.Tempo.

ABSTRACT: The following article proposes a connection between Nietzsche's thought when it comes to the issue of the affirmation of life, opposed to Schopenhauer's ascetic thinking that denies the will to live, both expressed in the writing in of RaduanNassar, **LavouraArcaica**. Finally, we want to show how this dichotomy is sewn by a third character, hidden between the lines of text, the Time, sometimes excited and anxious, sometimes calm and patient. It is through these two approaches of life, permeated by the vagaries of Time and destiny, that we will develop our approach on the subject. KEYWORDS:RaduanNassar. Will. Ascetic ideal.Time.

“A vontade é impotente perante o que está para trás dela. Não poder destruir o tempo, nem a avidez transbordante do tempo, é a angústia mais solitária da vontade.”

"Assim Falou Zaratustra, Friedrich Nietzsche"

1. INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é identificar uma possível ligação entre o pensamento de Nietzsche acerca do homem como vontade e afirmação da vida e a personagem André, em oposição ao pensamento de Schopenhauer, que sugere o ascetismo da vontade com a negação do querer viver como saída ao tédio e aos sofrimentos inerentes às vontades dos homens.

De um lado o homem de Nietzsche, que celebra a vida e a existência, e tem como modelo Dionísio, o deus dos prazeres e das paixões, além de Zaratustra, o profeta de **Assim falou Zaratustra**, que ensinava aos homens a dizer “sim” a vida e a si mesmo: “Torna-te aquilo que és”.Quando vos elevais acima do louvor e da censura, e quando a vossa vontade, como vontade de um homem que ama e quer mandar em todas as coisas, então assistis à origem da vossa virtude”(NIETZSCHE,1999: 70).

Junto a esses aparece André, personagem-narrador de Raduan Nassar, que também vem afirmar a vida e todos os desejos de seu corpo:

... e muita coisa estava acontecendo comigo, pois me senti num momento profeta da minha própria história, não aquele que lança os olhos para o alto, antes o profeta que

tomba o olhar com segurança sobre os frutos da terra, e eu pensei e disse sobre essa pedra me acontece de querer, e eu posso! (NASSAR, 1982: 76).

Do outro lado, vemos o pensamento ascético de Schopenhauer em relação aos turbilhões dos desejos do corpo, restando no trabalho e numa vida “monástica”, a solução para aquietar assim, as vontades que condenam o homem ao sofrimento.

... por ascetismo, entendo rigorosamente o aniquilamento refletido do querer que se obtém pela renúncia aos prazeres e pela procura do sofrimento; entendo uma penitência voluntária, uma espécie de punição que a pessoa se inflige para chegar a mortificação da vontade (SCHOPENHAUER, 2001: 410).

Assim o faz o Pai de André, nas suas pregações em torno da mesa e no próprio modo de vida que leva:

... ainda dos anseios isolados de cada um em casa, era preciso refrear os maus impulsos, moderar prudentemente os bons, não perder de vista o equilíbrio, cultivando o autodomínio, precavendo-se contra o egoísmo e as paixões perigosas que o acompanham... (NASSAR, 1982: 20).

Apesar de parecerem completamente opostos, ambos os filósofos e seus respectivos “personagens-seguidores”, eles se aproximam em diversos aspectos, entre os quais um principal, o de que o homem vive de acordo com seu corpo e suas vontades, cabendo a nós, analisar como são tratadas essas vontades, cada um à sua maneira.

2. OS GALHOS DA FAMÍLIA

Visando estabelecer esta ligação entre os filósofos supracitados e Raduan Nassar, é preciso antes considerar como são divididos e como se contrastam as personagens de **Lavoura Arcaica**. Na voz de André, o escritor narra como era dividida a família:

Eram esses os nossos lugares à mesa na hora das refeições, ou na hora dos sermões: o pai à cabeceira; à sua direita, por ordem de idade, vinha primeiro Pedro, seguido de Rosa, Zuleika e Huda; à sua esquerda, vinha a mãe, em seguida eu, Ana, Lula o caçula. O galho da direita era um desenvolvimento espontâneo do tronco, desde as raízes; já o da esquerda trazia o estigma de uma cicatriz, como se a mãe, que era por onde começava o segundo galho, fosse uma anomalia, uma protuberância mórbida, um enxerto junto ao tronco talvez funesto, pela carga de afeto; podia-se quem sabe dizer que a distribuição dos lugares na mesa (eram caprichos do tempo) definia as duas linhas da família. (NASSAR, 1982: 137-138).

Nota-se no lado direito, o lado do Pai, incluindo-se o mesmo, um caráter de ordem e austeridade: “O amor a união e o trabalho de todos nós junto ao pai era uma mensagem de pureza austera guardada em nossos corações” (NASSAR, 1982, p.19). E ainda sobre as vontades: “não nos deixando sucumbir às tentações, pondo-nos de guarda contra a queda” (NASSAR, 1982: 20). Era preciso trabalhar em família e frear todos os impulsos e anseios do corpo e da alma.

No homem idealizado por Schopenhauer, a vontade, fundamento de todas as coisas que o cerca, se expressa no corpo e se afirma na satisfação das necessidades

deste. O homem precisa satisfazer-se sexualmente para provar sua existência particular, para procriar e assim afirmar sua vida como infinita.

Este estado de alma “egoísta” toma a vontade e o “eu” como centro de tudo, se preocupando somente com sua existência e do seu bem-estar, esquecendo de todo o resto. Para o filósofo, esse turbilhão de vontades seria uma fonte inesgotável de sofrimentos. Isso porque todo o desejo será sofrimento enquanto não satisfeito, pois este sempre é gerado de uma falta.

Diante dessa infinita insatisfação Schopenhauer diz: “A vida oscila, portanto, como um pêndulo, da direita para a esquerda, da dor ao tédio” (SCHOPENHAUER, 2001: 143). A alegria só seria possível diante da recusa das vontades, dos desejos e da vida. O homem de Schopenhauer seria feliz negando sua essência, sua individuação e seu querer, pois “quanto mais poderosa é a vontade, mais estrepitosa é a manifestação de sua luta consigo mesma, e, por consequência, maior é a dor.” (SCHOPENHAUER, 2001: 414).

Oposto a toda essa moral e negação da vida, surgem os conceitos de Nietzsche e o modo de vida de André afirmando tais conceitos: “Pedro, meu irmão, eram inconsistentes os sermões do pai” (Nassar, p. 41). O filósofo alemão critica o ascetismo de seu predecessor em sua obra **A genealogia da moral**. Tal ressentimento se vê expresso na epígrafe do presente artigo.

A vida ascética é uma flagrante contradição; nela domina um ressentimento sem par, um instinto não satisfeito, uma ambição que queria apoderar-se da própria vida; emprega-se grande força para secar o manancial da força, até se vê o olhar rancoroso e mau do asceta voltar-se contra a prosperidade fisiológica, contra a beleza, contra a alegria, enquanto pelo contrário, procura com o maior gozo a doença, a porcaria, a dor, o dano voluntário, a mutilação, as mortificações, o sacrifício de si próprio (NIETZSCHE, 1988: 81).

É no próprio ambiente familiar que André começa por afirmar, e afirmar aqui, significa a simples representação da vontade, toda a plenitude de seus desejos, todos os desejos de seu corpo. Ele afirma enquanto simples representação da vontade. O narrador-personagem pratica a zoofilia com as cabras da fazenda, se masturba pelos cantos da casa velha, passa as horas a contemplar a natureza e a energia que brota de seu corpo, culminando por fim no incesto com sua irmã Ana, que num misto de desejo e culpa acaba negando seu amor e fazendo com que André “caia no mundo”, forçado a fugir daquele ambiente onde suas vontades já não cabiam e onde já não poderiam ser satisfeitas. “Amar e ser amado era tudo o que eu queria, mas fui jogado à margem sem consulta, fui amputado, já faço parte da escória (...)” (NASSAR, 1982: 120)

Para André, é como se não houvesse escolha, pois se trata de um impulso cego, um apenas querer.

3. A VIDA COMO VONTADE

Quando André afirma que o lado esquerdo da mesa era o galho “purulento” da árvore familiar, entra em cena aqui, o alter-ego Freudiano. Parece que a vontade vem engendrada junto a certa culpa. Culpa essa que não impede a carga de afeto exacerbada nas relações familiares. Para André, tudo começou já muito cedo entre ele e a Mãe: “eu

e a senhora começamos a demolir a casa.” (NASSAR, 1982: 38). Um caso claro de complexo de Édipo, alimentado pela mãe desde a tenra idade:

... e esperando que ela entrasse no quarto e me dissesse muitas vezes “acorda coração” e me tocasse muitas vezes suavemente o corpo até que eu, que fingia dormir, agarrasse suas mãos num estremecimento, e era então um jogo sutil que nossas mãos compunham debaixo do lençol, e eu ria e ela cheia de amor me asseverava num cicio “não acorda teus irmãos coração (NASSAR, 1982: 23).

E André ainda afirma: “se o pai, no seu gesto austero, quis fazer da sua casa um templo, a mãe, transbordando no seu afeto, só conseguiu fazer dela uma casa de perdição.” (NASSAR, 1982: 118)

Com a chegada da puberdade o desejo e as vontades afloram no corpo de André. A personagem afirma tais vontades a despeito de quaisquer valores que tenham tentado ser impostos pelo Pai.

... eu tinha que gritar em furor que a minha loucura era mais sábia que a sabedoria do pai, que a minha enfermidade me era mais conforme que a saúde da família, que os meus remédios não foram jamais escritos nos compêndios, mas que existia uma outra medicina (a minha!), o que valia era o meu e só o meu ponto de vista, e que era um requinte de saciados testar a virtude da paciência com a fome de terceiros (NASSAR, 1982: 96).

É na medicina dos desejos e usando o prazer como remédio pra sua alma que André viverá. Suas primeiras experiências se dão com a cabra da família Schuda, “paciente, mais generosa, quando uma haste mais túmida, misteriosa e lúbrica, buscava no intercurso o concurso de seu corpo.” (NASSAR, 1982: 18). A masturbação na casa velha também alivia seu furor adolescente: “vertendo todo meu sangue nesta senda atávica, descansando em palha o meu feto renascido, embalando-o na palma, espalhando as pétalas prematuras de uma rosa branca, eu já corria na minha espera..., que paixão mais pressentida, que pestilências, que gritos!” (NASSAR, 1982: 81).

Com o passar do tempo, o jovem começa a freqüentar as prostitutas. Era no bordel que André “escapulindo da fazenda nas noites mais quentes, e banhado em fé insolente, comungava quase estremunhado” (NASSAR, 1982: 61).

André se pergunta a esta altura, para onde está sendo levado um dia? A resposta está no incesto com sua irmã Ana, também parte do galho “desejoso” da família, onde se dará a coroação de suas vontades e a ruptura com a família e a partida da fazenda.

Observando Ana no meio da roda cigana, André sabia que ela também estava contaminada pelo “mal” do lado esquerdo da mesa: “essa minha irmã que como eu, mais que qualquer outro em casa, trazia a peste no corpo” (NASSAR, 1982: 26). Era Ana, sua irmã, que André desejava mais do que tudo. Era Ana que fazia seu corpo púbere se queimar em paixão. “meus olhos cheios de amargura não desgrudavam de minha irmã que tinha as plantas dos pés em fogo imprimindo marcas que queimavam dentro de mim.” (NASSAR, 1982: 28)

Era só uma questão de tempo para que seu desejo fosse consumado. André esperaria como o garoto que espera a hora certa de puxar a armadilha em cima da pomba. E então como num sacrifício de uma ovelha, André consumaria o incesto com sua irmã Ana.

... e rasgado seu ventre de cima até embaixo, haverá uma intimidade de mãos e vísceras, de sangues e virtudes, visgos e preceitos, de velas exasperadas carpindo óleos sacros e muitas outras águas, para que a tua fome obscena seja também revitalizada; um milagre,

um milagre, eu ainda suplicava em fogo quando senti assim de repente que a mão anêmica que eu apertava era um súbito coração de pássaro, pequeno e morno, um verbo vermelho e insano já se agitando na minha palma..., e, de mãos dadas, iremos juntos incendiar o mundo! (NASSAR, 1982: 93).

Na esperança de seguir vivendo essa paixão e diante da negação muda de Ana, André, enfermo, se vê obrigado a partir da fazenda e da presença de todos. O narrador relembra: “era Ana a minha fome..., era Ana a minha enfermidade, ela a minha loucura, ela o meu respiro, a minha lâmina, meu arrepio, meu sopro, o assédio impertinente dos meus testículos.” (NASSAR, 1982: 94)

4. O TEMPO

O tempo em **Lavoura Arcaica** funciona como uma terceira personagem, talvez a principal, uma mistura de deus e enxadrista no comando de seus peões que age de acordo com suas vontades. O tempo aparece nos sermões do pai e nas falas André alternadamente.

O pai na cabeceira da mesa, com o relógio de parede atrás de si, com a voz marcada pelo pendulo, defendia em seu sermão o exercício da paciência e o respeito pelo tempo: “o tempo é nosso maior tesouro” (NASSAR, 1982: 45). Era preciso respeitar seus caprichos e ter paciência acima de tudo:

... rico só é o homem que aprendeu, piedoso e humilde, a conviver com o tempo, aproximando-se dele com ternura, não contrariando as suas disposições, não se rebelando contra seu curso, não irritando sua corrente, estando atento para o seu fluxo, brindando-o antes com a sabedoria para receber dele os favores e não sua ira[...] por isso ninguém em nossa casa há de dar nunca o passo mais largo que a perna: dar o passo mais largo que a perna é o mesmo que suprimir o tempo necessário à nossa iniciativa[...] precipitando-se de modo afoito, cheio de pressa e ansiedade não será jamais recompensado (Nassar, 1982: 46-47).

O pai parece não entender o que move o tempo do fenômeno. A vontade não conhece o presente.

E o pai continua em seu longo sermão: “Não lança contra ele o desafio quem não receba de volta o golpe implacável do seu castigo”, (...) “ai daquele, mais lascivo, que tudo quer ver e sentir de um modo intenso: terá as mãos cheias de gesso, ou pó de osso de um branco frio, ou quem sabe sepulcral, mas sempre a negação de tanta intensidade e tantas cores” (NASSAR, 1982: 49). Diz ainda como Schopenhauer sobre as dores que vem junto às vontades e a necessidade de ascese das mesmas: “mas a dores da nossa vontade só chegarão ao santo alívio seguindo esta lei inexorável: a obediência absoluta á soberania incontestável do tempo, não se erguendo jamais o gesto neste culto raro; é através da paciência que nos purificamos” (NASSAR, 1982: 50).

O pai parece não entender que o tempo da vontade, o tempo do desejo, não é o mesmo tempo dos homens. Não é através da paciência pregada pelo pai, e sim através da saciedade dos desejos que se chega ao alívio e a quietude tão procurada.

Porém não era assim que o tempo se dava para André, não era assim que o tempo manipulava seu outro peão. Aqui se mostra o tempo da vontade enquanto vontade. O tempo que só conhece o presente.

O tempo é versátil, o tempo faz diabruras, o tempo brincava comigo, o tempo se espreguiçava provocadoramente, era um tempo só de esperas, me guardando na casa velha por dias inteiros; era um tempo também de sobressaltos, me embaralhando ruídos, me guiando... o tempo me pesquisava na sua alma, o tempo me castigava (NASSAR, 1982: 83).

O sermão do pai era ainda reforçado: “a paciência há de ser a primeira lei desta casa, a viga austera que faz o suporte de nossas adversidades e o suporte de nossas esperas” (NASSAR, 1982: 51), “a paciência é a virtude das virtudes, não é sábio quem se desespera, é insensato quem não se submete” (NASSAR, 1982: 53).

Para Schopenhauer será a compaixão e a virtude que devem ocupar o lugar do egoísmo. Para Nietzsche “A inteligência e a virtude têm-se extraviado e enganado de mil maneiras diferentes. Ainda agora residem no nosso corpo essa loucura e esse engano: tornaram-se corpo e vontade” (NIETZSCHE, 1999: 71).

O personagem então nas mãos do tempo e das vontades obedece enfim ao seu corpo e mata sua fome de amor pela irmã. Relembra: “eu tinha simplesmente forjado o punho, erguido a mão e decretado a hora: a impaciência também tem os seus direitos!”. (NASSAR, 1982, p.77) Consuma então a relação sexual com Ana. “E embalando nos braços a decisão de não mais adiar a vida, agarrei-lhe a mão num ímpeto ousado” (NASSAR, 1982, p.89). E diz por fim: “deitado na palha, nu como vim ao mundo, eu conheci a paz” (NASSAR, 1982: 98)

Ana, também agente no incesto, se cala num misto de culpa e desejo. André implora pelo seu amor. Tenta de todas as maneiras, exercer a paciência tantas vezes pregada na mesa do jantar. Diante do mutismo de Ana, a paciência se esgota, e André “enlouquece”. O tempo “mais forte do que eu é que puxava a linha e, menino esperto e sagaz, eu tinha caído na propalada armadilha do destino” (NASSAR, 1982: 100). Ocorre então a ruptura e a partida de André da fazenda.

Quando este retorna, convencido por Pedro, seu irmão mais velho e uma representação do Pai, teria o Tempo mudado André? Teria o tempo colocado rédeas em suas vontades e mudado sua postura em relação a elas e aos valores do pai. Ou teria o tempo somente mascarado essas vontades. Há então um debate filosófico entre pai e filho. Seus valores e suas crenças são postos à prova.

O pai quer discutir os “problemas” de André, que questiona os valores “puros” do pai a partir de uma noção de alteridade e também de uma visão dicotômica e relativa do mundo.

...a saúde de que o senhor fala, existe nela uma semente de enfermidade, assim como na minha doença existe uma poderosa semente de saúde, [...] não acredito na discussão dos meus problemas, não acredito mais em troca de pontos de vista, estou convencido, pai, de que uma planta nunca enxerga a outra [...], imaturo ou não, não reconheço mais os valores que me esmagam, acho um triste faz-de-conta viver na pele de terceiros... (NASSAR, 1982: 142-144), a realidade não é a mesma para todos [...] amor nem sempre aproxima, o amor também desune; e não seria nenhum disparate eu concluir que o amor na família pode não ter a grandeza que se imagina (NASSAR, 1982: 146-147).

O pai encolerizado traz a réplica, criticando a soberba e a pretensa profundidade do filho: “não foi o amor, como eu pensava, mas o orgulho, o desprezo, e o egoísmo que te trouxeram de volta à casa.”

Diante da presença da mãe, angustiada atrás de si, André volta atrás, e num suposto recuo em relação ao pai, diz que está cansado da viagem e que fará tudo para merecer o amor e o orgulho do pai. Que irá enfim “dançar a música” tocada por ali.

No mesmo dia em que retorna à casa, na hora em que vai se deitar, André nota a presença de Lula, também fruto do galho esquerdo, “cujos olhos sempre estiveram perto de mim”(NASSAR, 1982: 157). A vontade fala mais alto novamente. Os olhos de Lula “eram sem a menor sombra de dúvida, os primitivos olhos de Ana”. Não seria hoje que André mudaria:

Minha festa seria no dia seguinte, e, depois, eu tinha transferido só para a aurora o meu discernimento, sem contar que a madrugada haveria também de derramar o orvalho frio sobre os belos cabelos de Lula, quando ele percorresse o caminho que levava da casa para a capela (NASSAR, 1982: 160).

O incesto se repete. Assim como se repete no dia seguinte a dança cigana que despertava os primeiros desejos de André. Tudo recomeça novamente como num *eterno retorno* – não o de Nietzsche, porém um “retorno” Schopenhaueriano. A vontade volta a entrar em ação, “e para cumprir-se a trama de seu concerto, o tempo, jogando com requinte travou os ponteiros” (NASSAR, 1982: 169). Dá-se então a peripécia final do tempo e da vida das personagens.

Em meio à roda, ao som de hipnóticas flautas, surge Ana. Não a Ana “santa” de antes, e sim a Ana “prostituta” que agora se apresentava, “toda ela ostentando um deboche exuberante, uma borra gordurosa no lugar da boca, uma pinta de carvão acima do queixo, a gargantilha de veludo roxo apertando-lhe o pescoço, um pano murcho caindo feito flor da fresta escancarada dos seios” (NASSAR, 1982: 166). Ana também afirmava a vida, ela também assumia suas vontades e André pensava: “era para mim, e só pra mim, que ela dançava (que reviravoltas o tempo dava)” (NASSAR, 1982: 168).

O irmão mais velho Pedro, um seguidor do pai, sem conseguir assistir ao que via, e sem conseguir mais esconder tudo que sabia, confessa ao pai a paixão que unia os dois irmãos.

Aqui, é relevante analisarmos como todos os valores do pai e a união da família desmoronam, toda a sua paciência desaparece, e num só golpe de alfanje, ele assassina Ana. “era o próprio patriarca, ferido nos seus preceitos, que fora possuído de cólera divina (pobre pai), era o guia, era a tábua solene, era a lei que se incendiava.” (NASSAR, 1982: 169). Enfim o Pai era um homem de carne, “era sanguíneo, tinha substância”. Antes de morrer de desgosto, a sua “vontade” foi feita. Para Nietzsche “Quem, em prol da sua boa reputação, não se sacrificou já uma vez - a si próprio?” (NIETZSCHE, 1992: 82)

A obra termina com uma reverência ao tempo, seus joguetes e suas transformações:

... e com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação misteriosa de outras ferramentas que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre os seus desígnios insondáveis, sinuosos, como não se questionam nos puros planos das planícies as trilhas tortuosas, debaixo dos cascos, traçadas nos pastos pelos rebanhos: o gado sempre vai ao poço (NASSAR: 173).

Tanto no assassinato, quanto no suicídio, o que morre é apenas o fenômeno, não a vontade.

5. CONCLUSÃO

Raduan Nassar expõe em sua obra **Lavoura Arcaica** a grande dúvida da filosofia ocidental do século XIX: seguir o misticismo moralista e a vida asceta dos santos ou seguir os caminhos da vontade e do prazer dionisíaco?

Não cabe a nós pesquisadores, julgar ou encontrar o certo ou o errado, o bem ou o mal e sim, perceber as várias dicotomias das quais o homem é feito, podendo mostrar uma ou outra dessas faces, com maior ou menor intensidade dependendo do momento e da situação em que se encontra ou ainda flutuando entre ambas, simultaneamente.

Cabe a nós esclarecer, dentro do possível, e tentar explicar o ser humano, no caso aqui apresentado, diante do objeto da vontade, iluminando-o através da obra de Raduan Nassar e através dos ensaios de Schopenhauer e Nietzsche sobre o tema.

O homem não é puro. O homem é vontade. O homem é fragmentado e “a natureza fluída e fragmentada do eu, no seu ‘descentramento’ torna as identidades de tal modo incertas e frágeis” (PELLEGRINI, 2001: 61), tornando muito questionável que haja entre eles um Zaratustra, seguidor incansável das suas vontades, assim como um Buda, completamente ascético e sem nenhuma vontade.

O homem quer se entender e quer se afirmar, tentando buscar fundamentos para suas ações e compreensão para sua vivência. Uns tentarão o caminho solitário de suas vontades, outros buscarão o trabalho conjunto e os pequenos prazeres da vida comum.

Seja o homem um hedonista, seja um asceta, parece-nos que o tempo ou a vontade, juntamente com o destino, estará sempre por trás das coxias manipulando-os como fantoches, no vasto e multi-ideal teatro da vida.

Cabe a cada ser humano achar suas repostas, fazendo suas escolhas, dentro de suas possibilidades. O indivíduo moderno não tem a quem recorrer senão a si próprio, é a ele que cabe encontrar, na singularidade de suas vivências mais pessoais ou em grupo, um sentido para sua existência, onde seja possível o crescimento e a auto-superação que possa lhe proporcionar um viver real pleno e satisfatório.

6. REFERÊNCIAS

NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A gaia ciência**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras: 2001.

PELLEGRINI, Tânia. Ficção brasileira contemporânea: assimilação ou resistência. In: **Novos rumos**, ano16, n.35, 2001

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Trad. de M.F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

VOZES QUE SE CRUZAM EM A OBSCENA SENHORA D, DE HILDA HILST:
UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Me. Fátima Leonor Sopran (UNEB)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da questão polifônica, tendo como base o trabalho de Bakhtin e Dostoiévski. Para tanto, elegemos como objeto de estudo o romance **A obscena senhora D**, de Hilda Hilst, no qual o cruzamento de vozes disposto na narrativa, por meio do monólogo, desencadeia o polifônico. Essas múltiplas vozes que se entrelaçam no discurso da narradora e protagonista conferem sentido ao texto.

PALAVRAS-CHAVE: Cruzamento de vozes. Traços monológicos. Polifonia.

ABSTRACT: This work aims to present a reflection on polyphonic, based on the work of Bakhtin and Dostoyevsky. For both, we elect as object of study the novel “A Obscena Senhora D”, of Hilda Hilst, at which crossing voices with narrative, by means of the polyphonic monologue, triggers. These multiple voices which intertwine in the discourse of the narrator and protagonist confer meaning to the text.

KEYWORDS: Voice crossing. Monological aspect. Polyphony.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procuramos mostrar o processo monológico e polifônico disposto na prosa poética de **A obscena senhora D** (2001), de Hilda Hilst. Tomamos como base para a análise deste romance os estudos bakhtinianos sobre o romance. Para ele, “ao monologizar-se, a consciência criadora é completada com palavras anônimas. Esse processo de monologização é muito importante. Depois, a consciência monologizada entra como um todo único e singular em um novo diálogo” (BAKHTIN, 2003, p. 403). É nesse contexto que se conduz o estudo em questão, os discursos narrativos e poéticos estão entrelaçados, desencadeando uma narrativa coesa e conflituosa ao mesmo tempo.

Os textos do mestre Dostoiévski (1962), criador do romance polifônico, são exemplos perfeitos de polifonia, pois, com **O sócia** e **Memórias do subsolo** (1962), abre-se um leque maior de possibilidades para o entendimento do processo construtivo de Hilst, já que os mesmos se assemelham à polifonia encontrada na obra **A obscena senhora D** (2001). Também será observada sob a perspectiva de Todorov (2008), o fato de que nenhuma obra literária é independente. Na verdade, toda a obra literária ouve as vozes do passado. Hilst mostra em seu romance, **A obscena senhora D**, que além de **O processo**, de Kafka (1997), não se esqueceu de outros textos instigantes da literatura.

O texto de Hilst, em princípio, apresenta o monólogo da protagonista que se quebra repentinamente, dando a impressão que há mais alguém ali, percebemos, então, o diálogo se instalando entre Hillé e Ehud. E ainda, encontramos o cruzamento das vozes do passado com as do presente. Por essas perspectivas é que reconhecemos no texto a presença do discurso monológico e do discurso polifônico. Utilizamos citações do romance de Hilst que comprovam esse processo em que se percebe, na voz da personagem Hillé, questionamentos e respostas que ora parecem ser de Hillé e ora de Ehud.

2. MONOLOGIA E POLIFONIA

A **obscena senhora D** (2001) apresenta sua narrativa em prosa sob um viés poético que incorpora várias vozes, principalmente, a da protagonista que se encontra em constante monólogo. Ela não deixa de ouvir as outras vozes que, no decorrer do texto, se cruzam, gerando conflito. Essas vozes permanecem na mente da personagem que não cessa de questionar o porquê de tudo.

Trata-se de um texto polifônico já que, além da voz de Ehud, transparecem, na narrativa, as vozes dos vizinhos anônimos, embora sejam citados os nomes de Luzia, do esposo, dos filhos e de Antônia e Tunico que, na verdade, não dialogam, mas estão presentes por meio da voz de seus pais. Aparecem, também, as vozes do padre e do Porco-Menino, todas ampliadas pela consciência da narradora, “Senhora D”. Encontra-se, aí, a polifonia de que fala Bakhtin.

A questão das vozes está muito presente, e o dialogismo é evidenciado pelo comportamento da personagem que está dialogando com ela mesma, vivendo um eterno conflito entre vida e morte, entre sua voz e as outras vozes do texto. Observa-se que o polifônico se encontra em **tensão** (pois, as muitas vozes que se chocam e os questionamentos da personagem geram momentos de angústia e de medo), por meio dos monólogos contraditórios da protagonista, envolvendo diferença. Portanto, esta narrativa apresenta uma construção mesclada e eclética em que as múltiplas vozes conflitantes e questionadoras marcam essa diferença.

Percebemos, pelo discurso do narrador, uma relação muito íntima de tensão entre o real e o imaginário que, a todo instante, estão entrelaçados e não se separam. A personagem Hillé, no seu grande monólogo, procura desvelar os mistérios da existência. Na seguinte passagem, notamos claramente este estado de espírito:

Como foi possível ter sido Hillé, vasta, afundada os dedos na matéria do mundo, e tendo sido, perde essa que era, e ser hoje quem é? Quem a mim me nomeia o mundo? Estar aqui no existir da terra, nascer, decifrar-se, aprender a deles adequada linguagem, estar bem não estou bem, Ehud ninguém está bem, estamos todos morrendo. Antes havia ilusões não havia? (HILST, 2001: 24).

No decorrer da narrativa, os questionamentos continuam, e as vozes se confundem, aí entram os supostos diálogos entre Hillé e seu esposo: “Ehud, e se eu costurasse máscaras de seda (...). Sou um grande animal, úmido, lúcido, te procuro ainda, agora não articulo, também sou mudo, (...) Senhora D, a viva compreensão da vida é assegurar o coração, me faz um café” (HILST, 2001:24-25). De acordo com esse fragmento, percebemos que o romance possui uma polifonia de vozes plurivalentes, ou seja, elas têm um valor de igualdade em relação às demais. Assim, Bakhtin (1981) polemiza a questão do diálogo não como produto de uma consciência objetivadora e, sim, como produto de várias consciências, sem que uma objetive a outra. Essa ideia está inserida no romance de Hilda Hilst. A romancista coloca-nos, de uma forma artística, aquilo que, para Bakhtin (1981), é inerente à linguagem humana, ou seja, o diálogo:

As relações dialógicas - fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno

quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações de vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância (BAKHTIN, 1981: 34).

O romance de Hilda, curiosamente, pode corresponder às teorias de Bakhtin (1981), pois demonstra por meio de sua narrativa poética que essas “relações dialógicas” são realmente um “fenômeno” amplo e complicado que, no percurso do discurso das personagens, estão em busca de respostas. Esse tipo de discurso instaura conflitos, contestações, tornando-se o ponto central do romance. Além de Bakhtin, o trabalho de Dostoievski (1962), de certa forma, nos conduz a observar o mesmo conflito, a mesma tensão e a mesma busca inerentes a esses personagens que possuem atitudes semelhantes.

As personagens de Hilda Hilst se parecem com as personagens de Dostoievski (1962). Elas dialogam com o autor (ou narrador), ou até mesmo com suas consciências, seja através do discurso exterior ou do discurso interior. No romance polifônico, a personagem possui uma consciência e também um discurso ideológico, o que não acontece no romance “monológico”, no qual uma única consciência impera sobre as demais. Porém, no romance de Hilda, encontramos os dois discursos: monológico e polifônico.

Conforme Volochinov,

Para Bakhtin, os “monólogos” têm sempre em vista um interlocutor que pode (ou não) reagir, a consciência de si sempre está em relação com a do outro, ou seja, o discurso monológico é uma ilusão, ele se constrói com referência ao discurso do interlocutor. Na autoconsciência e na auto-enunciação está a consciência e a palavra do interlocutor em relação ao locutor. É como se duas vozes fundissem-se em uma só. O sentido do termo “monólogo” deve ser entendido como uma colocação da ideologia na voz da personagem pelo autor e não como uma característica da personagem constituída como sujeito (1988: 78).

Por essa trajetória de que trata Bakhtin (1988), em que os “monólogos” precisam de um “interlocutor”, encontra-se a protagonista de **A obscena senhora D**. O discurso dessa personagem é uma ilusão, o mesmo é elaborado como alusão à fala do outro, mostrando assim, a dominância da narradora, que tem grande força expressiva para manipular o leitor. É uma voz dominante, pois cria também outras vozes que, naturalmente, são as das personagens. No decorrer da trajetória narrativa, temos esta passagem que alude ao cruzamento de vozes:

Hillé? Matam, torturam, lincham, fuzilam, o Homem é o Grande Carrasco do Nojo, Ouviste? Sim, Então, Senhor, Menino Precioso, ouviste Ehud também? Meu nome é Nada, faço caras torcidas, as mãos viradas, vou me arrastando, capengo, só eu e o Nada do meu nome, minhas mesquinhas, meu ser imundo, um Nada igual ao Teu, repensando, misérias, tentando escapar como Tu mesmo, contornando um vazio, relembro. Tens memória? Nostalgia? (HILST, 2001: 46 - 47).

As vozes se cruzam e, ao mesmo tempo, vão se completando. O texto vai se mostrando como uma prosa poética, cheia de tensão, de questionamentos. Essa tensão (é o próprio sentimento que se estabelece pela busca angustiante de um sentido para a vida pela personagem Hillé, que não para de interrogar). Há um diálogo e um monólogo. A

personagem detentora do poder expressivo não se permite desistir de sua busca constante. Essa prosa se torna profunda a cada passagem e, com este trecho, temos a intertextualidade:

Revisito, repasseio novamente em nova visita paisagem e corpo, eu teria amado Franz K, riríamos, leríamos juntos com Max e Milena nossos textos bizarros, e cartas, conferências, segredos em voz alta, eu teria amado Tausk e teríamos nos matado juntos, tiro e força, dois corpos mutilados, teus olhos, Tausk, teus maxilares, tua alma, Victor, toda tua perdição, nunca haveria respostas, nunca anotaríamos em roxo nossas irrespondíveis perguntas, tudo uma só pergunta assinado: Tausk – Hillé (HILST, 2001: 44).

A narradora demonstra que as vozes desses escritores continuam vivas e revisitadas por ela. Principalmente os textos de Franz Kafka (1997) e Victor Tausk (1990). O primeiro remete ao instigante processo questionador pelo qual passam suas personagens. Como os de Hilst, estão sempre tentando penetrar no interior de si mesmos para descobrirem um sentido de ser. Sob o mesmo caminho, encontra-se Tausk, porém por meio da psicanálise “revisita” o interior da alma humana. Assim, o próprio discurso torna-se o discurso do outro. E isso está presente na prosa poética de Hilda Hilst. Como vemos, Hilda não dispensa a palavra do outro, ela se orienta entre essas palavras e tem grande sensibilidade no momento de reconhecer as peculiaridades nelas existentes. Pode, assim, inseri-las no diálogo do narrador sem eliminar a essência de seu próprio discurso, pois esse é um trabalho que transforma e “converte” o discurso do outro em diálogo interior. Por essa perspectiva, mais uma vez percebemos que, com o exemplo da teoria de Bakhtin, entendemos o trabalho de Hilda. Chegamos à descoberta de que, para esse teórico, até mesmo uma palavra pode ser dialógica, desde que se reconheça nela a voz do outro: “[...] por isto, as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes” (BAKHTIN, 1981:160). Portanto, um texto pode recuperar o que já foi dito anteriormente de maneira tal, a tornar o mesmo complexo. As outras vozes são ouvidas e “revisitadas” segundo Hilst. Confirmando essa ideia de que a obra literária não tem uma existência independente, temos a citação de Todorov:

É uma ilusão crer que a obra tem uma existência independente. Ela aparece em um universo literário povoado já existentes e é aí que ela se integra. Cada obra de arte entra em relações complexas com as obras do passado que formam, segundo as épocas, diferentes hierarquias (TODOROV, apud BARTHES, 2008: 220).

Voltando à questão da procura incessante da personagem, observamos no seguinte trecho um diálogo pertinente ao que Hilst questiona: “Olha Hillé a face de Deus Onde onde? Olha o abismo e vê eu vejo nada debruça-te mais agora só névoa e fundura é isso. Adora-O. Condensa névoa e fundura e constrói uma cara. Res facta. Aquieta-te” (HILST, 2001: 47).

“Senhora D” quer desvelar o que está do outro lado, os enigmas do universo. Segundo Chiara (2001, P.8), “Senhora D” converte-se num olho desesperado. [...] Busca incessante pelo sentido da vida.” A cada página encontramos o diálogo interior da “Senhora D”, as vozes que se intercalam, em muitos instantes, são uma só. Há, nessa personagem, um estado de ansiedade, de desvelamento, de busca que caminha

incessantemente por essas vozes. Já a fala de Ehud procura chamar “Senhora D” à vida:

Procura compreender, Hillé, agora que estou morrendo compreender o quê, Ehud? Nomeia as ilusões, afasta-te da vertigem hen? Loucura é o nome da tua busca. Esfacelamento. Cisão. derrelição. Também senhora D, também. Quando eu não estiver mais, ouviu? Quando eu não estiver mais evita o silêncio, a sombra, procura o gesto, a carícia, um outro, procura um outro [...]. (HILST, 2001: 55- 56).

O que fala Ehud, nesse fragmento, mostra-se oposto ao que percorre a personagem Hillé, querendo trazê-la à realidade para que ela abandone esse universo delirante em que se encontra.

Este romance trata-se de uma nova perspectiva de leitura. Nele temos momentos inusitados. É uma construção que procura levar o leitor curioso a adentrar esse mundo interior, tenso e instigante que Hilst coloca à vista, na voz da protagonista Hillé.

Esta narrativa, a cada página, remete-nos à polifonia, característica primeira dos textos de Dostoiévski. Temos, no romance **O sósia** (1962), uma passagem que leva ao diálogo interior, também encontrado em Hilda Hilst. Neste texto de Dostoiévski, o personagem Goliadkin, a todo instante, está se interrogando, como neste trecho: “[...] – Será boa hora? Chegarei a tempo? Quererá ele receber-me? [...]”. (DOSTOIEVSKI, 1962: 24).

Nota-se, então, que o discurso narrativo se dirige para o diálogo interno, enigmático, que persiste nos romances de Dostoiévski, em Memórias do subsolo (1962), a personagem “O Homem do subsolo” passa alguns instantes de sua “confissão”, desenvolvendo o diálogo interior. Um exemplo ocorre quando diz:

Viver além dos quarenta? Respondei-me sincera e honestamente. Dir-vos-ei: Os imbecis e os canalhas. Di-lo-ei na cara de todos os anciães, de todos esses anciães respeitáveis, perfumados, de cabelos argênteos! Di-lo-ei na cara de todo o mundo! Tenho direito de falar assim, porque eu próprio hei de viver até os sessenta! até os setenta! até os oitenta! Um momento! Deixa-me tomar fôlego [...] (DOSTOIEVSKI, 1962: 144-45).

Observamos que o protagonista se volta para outra voz, porém a relação com ele mesmo também está presente. Em **A obscena senhora D**, temos um fragmento que aborda um discurso semelhante, traz à tona, mais uma vez, a busca, o diálogo interior e a interrogação. O trecho é o seguinte:

Quem foi Hillé se nunca... foi um nome? Hillé doença, obsessão, [...] anseios, estupores, labiosidades vaidosas, toma os meus sessenta, sessenta anos vulgares e um único aspirar, suspenso, aspirei Vilas, cidades, nomes, conheci um rosto, sem face... (HILST, 2001: 56-57).

Há aí um sentimento de tensão. A idade é algo que pesa no decorrer dos anos. Esse diálogo não cessa, ele não acaba, está voltado para o outro e para si mesmo, é um diálogo obsessivo, louco e prolongado, é a tal procura do ser, da profundidade do mesmo. Esse diálogo não é só encontrado nesse fragmento, mas em quase todo o texto. Percebe-se que se intensifica a cada passo da narrativa, Hillé não deixa de questionar o porquê da velhice e da morte.

Pelo ângulo do discurso, há a voz da protagonista Hillé que relativiza o discurso dos outros, usando sempre de uma autocrítica. Ela dialoga por meio do discurso interno e externo com a consciência do narrador.

O discurso, visto por essa perspectiva, insere na narrativa uma gama muito grande de interrogações, levando-o a ser o núcleo da mesma.

Retomando o questionamento sobre a velhice e a tensão que esse discurso provoca à narrativa, tomamos novamente a ideia de Chiara (2001), conhecedora da obra de Hilst. Para a estudiosa, o envelhecimento no romance **A obscena senhora D** “[...] é uma forma mediadora de experimentar a queda na vertigem embriagadora do nada. Por meio desse trânsito, nos leva a pensar sobre a incapacidade de a linguagem dar conta do fenômeno absoluto da morte” (CHIARA, 2001: 9).

Observamos que esse sentimento acompanha Hillé, desde o início da narrativa. Tudo para ela é um mergulho profundo nos confins do ser. A personagem explicita sua angústia: “[...] eu à procura da luz numa cegueira silenciosa, sessenta anos à procura do sentido das coisas” (HILST, 2001: 17). Este é um sentimento que remete à passagem dos anos, percorrendo muitas páginas dessa narrativa. Esse estado de espírito de Hillé, e esse constante monólogo que cruza com as outras vozes são dados que revelam o encontro entre os dois discursos monológico e polifônico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que as teorias bakhtinianas sobre polifonia e os romances **O sócia e Memórias do subsolo**, de Dostoiévski (1962), foram pontos-chave ao desvelar as múltiplas vozes encontradas em **A obscena senhora D**, de Hilda Hilst (2001). Pois, os dois romances de Dostoiévski, como o de Hilst, são portadores de um processo construtivo em que os questionamentos da personagem Hillé vão entrelaçando o discurso narrativo e poético.

Entendemos que, no romance **A obscena senhora D**, a memória cultivada pela protagonista, por meio das indagações e do monólogo, vai criando um discurso com o outro. As menções feitas pela protagonista a Kafka, Tausk, Max e a outros confirmam que outras obras foram “revisitadas,” como ela mesma diz. Então, no discurso de Hillé, ouvem-se as vozes instigantes daqueles que também questionaram a sociedade, o mundo e a si mesmos. Percebemos aí a polifonia nestas muitas vozes.

Portanto, este é um texto em que a coesão se dá pelo próprio processo criativo, no qual prosa e poesia se intercalam e se fundem ao mesmo tempo. E as vozes se cruzam, justamente para permanecer a tensão desencadeada pela personagem Hillé, com sua constante procura por entender o mundo que a cerca.

Ficou evidenciado com a análise de **A obscena senhora D** que, no decorrer da narrativa, Hilda trabalha, por meio do discurso da protagonista Hillé, um monólogo angustiante e ao mesmo tempo esse monólogo vai se transformando em diálogo entre EHUD e Hillé. Finalmente, o título deste artigo vem confirmar os dados da análise, que o romance de Hilst é uma prosa-poética, isto é, resultado do cruzamento de monólogo e de diálogo e de outras vozes que no passado ecoaram e que ainda ecoam.

4. REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. (VOLOSCHINOV). In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**, São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARTHES. Roland et. al. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CLARK, Katerina, Holquist, Michael. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CHIARA, Ana Cristina de Rezende. **A escritura disparada em Hilda Hiltz e Adélia Prado**. Rio de Janeiro: UERG, 2007.
- _____. Fim da festa dos hormônios. In: Ciclos de palestras **O corpo absoluto: forçando os limites do texto**. Rio de Janeiro: UERG, 2001.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor. Memórias do subsolo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- _____. **O sócia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- HILST, Hilda. **A obscena Senhora D**. São Paulo: Globo, 2001.
- KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TAUSK, Victor; KATZ, Chaim S.; BIRMAN. Joel (Orgs.). **Tausk e o aparelho de influenciar na psicose**. São Paulo: Escuta, 1990.

MITOPOÉTICA DO CORPO NA INFÂNCIA

Adriana Carolina Hipólito de Assis
MS Literatura e Crítica Literária – PUC/SP

RESUMO: Pensar a mitopoética como corpo na infância é pensar no intercâmbio entre a criança e as suas descobertas sensoriais com a palavra e com o mito. Para além das discussões acerca do corpo biológico, nossa abordagem irá se ater à estética desse corpo mitopoético que, frequentemente, se concretiza no universo infantil, à medida que a criança dá “vida” às histórias e aos poemas. Nosso intuito é resgatar a poética do mito na formação do educando desde a infância, de modo a orientá-lo na apreciação efetiva do fenômeno literário.

PALAVRAS-CHAVE: Mitopoética. Infância. Poética

RÉSUMÉ: Penser la mythopoétiques comme corps d'enfant est de penser à l'échange entre l'enfant et ses conclusions sensorielle par le mot et le mythe. Outre les discussions au sujet de notre approche du corps biologique tiendra à l'esthétique de la mythopoétique corps qui se matérialise souvent dans l'univers infantile, que l'enfant donne la vie des histoires et des poèmes. Notre but est de sauver la poésie du mythe dans l'enseignement primaire dès l'enfance, de sorte que vous guide dans l'évaluation effective phénomène littéraire.

MOTS-CLÉ: Mythopoétiques. Infance. Poésie

1. INTRODUÇÃO

Com as mudanças introduzidas pela Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (BRASIL, 1996) e, depois mais especificamente com os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 1996), o currículo do ensino da Literatura foi acoplado ao de Língua Portuguesa com o intuito de priorizar o ensino da Língua Materna e da Comunicação. Parte dessa medida se devia ao deslocamento dos paradigmas educacionais da época, nos quais o ensino da Literatura não comparecia, uma vez que a prioridade era incluir o cidadão no mercado de trabalho para

[...] responder aos desafios impostos por processos globais, que têm excluído da vida econômica os trabalhadores não-qualificados, por conta da formação exigida de todos os partícipes do sistema de produção e de serviços (BRASIL, 2002: 8)

Somente em meados de 2006, nas Orientações Curriculares para Ensino Médio, no tópico Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que o campo Literário foi ratificado como uma presença *sine qua non* no ensino médio e fundamental. Admitir sua especificidade foi o primeiro passo para compreensão daquilo que escritores e poetas como Ezra Pound (1990) viam: a literatura como um termômetro capaz de indiciar o declínio de uma nação; como sintoma de que estamos “sobrevivendo e não vivendo”; ou de críticos literários, como Roland Barthes (1989: 18), que afirma que a literatura deveria ser o principal elemento curricular a ser estudado, uma vez que “a literatura faz girar saberes”; ou de poetas revolucionários como Maiakovski (1992: 22), que tinha por preocupação situar o papel do poeta na sociedade com o intuito de promover uma “arte digna, elevada, sem concessões” para que o povo fosse educado a compreender a

verdadeira poesia. Sua arte era para todos, não havia classe social, não pretendia elitismo.

A partir dessa nova guinada advinda das Orientações Curriculares do Ensino Médio, surgiram várias propostas, sobretudo aquelas destinadas a dar acesso à leitura e à fruição dos textos literários, mas, no “frigor dos ovos”, acabam sendo utilizadas como argumento para, indiretamente, capacitar para o mercado, uma vez que a exigência atual pede pessoas com habilidade intelectual e bagagem cultural.

Assim, as leituras relativas à literatura, na prática da sala de aula, não passam de resumos e interpretações de livros didáticos ou de leituras de textos esparsos, nos quais o professor sujeita o ensino da literatura a uma leitura linear e compreensiva de textos; ou, quando não, ao ensino da literatura para vestibular – como já apontava Maria Tereza Fraga Rocco (1975), em um estudo sobre a “problemática” no ensino da literatura para jovens adolescentes, em 1973.

A lacuna da leitura direta das obras deriva de muitos motivos que vão do professor, que não é leitor, e acaba se limitando ao livro didático; do professor que facilita com livros mais fáceis (“um começo”, dizem os professores, mas que nunca sai do começo); do desânimo que desgasta o corpo docente; de políticas públicas que viabilizem a inserção da pesquisa em literatura, pois sua especificidade quase não é estudada, por que não emprega. Enfim, um hiato, no qual a literatura passa ser vista como “perfumaria” diante dos problemas que circunscrevem a vida diária das comunidades escolares. Logo, faz-se necessário iniciar o hábito da literatura na infância a fim de que saíamos da política do “acesso à leitura” para entrar no específico do literário. Uma das possibilidades de se iniciar nesta área seria a partir do estudo dos mitos, ou mitopoética do corpo.

Independente das contínuas orientações governamentais, as quais se fixam na dicotomia entre literatura canônica e literatura de massa, assunto recorrente em vertentes como as de Lajolo, estudar a mitopoética do corpo propicia, além da inserção da criança em textos fundantes no intercâmbio das descobertas sensoriais da criança com a palavra e com o mito.

Para além das discussões acerca do corpo biológico, nossa abordagem irá se ater à estética desse corpo mitopoético que se concretiza no universo infantil, à medida que a criança dá “vida” às histórias e aos poemas. Nosso intuito é resgatar a poética do mito na formação do educando desde a infância, de modo a orientá-lo na apreciação efetiva do fenômeno literário.

2. A MITOPOÉTICA DO CORPO NA INFÂNCIA.

Pensar na utilidade do estudo da mitopoética do corpo ou da poética do corpo na infância pode parecer estranho, uma vez que vivemos um esvaziamento tanto da natureza mítica, quanto da percepção corpórea e poética, que “destoa” das arque conhecidas abordagens utilizadas, na maior parte das vezes, nas escolas. O intuito é inserir a criança em um verdadeiro mapa de tesouros míticos de todas as culturas, como forma de acesso à especificidade poética de natureza mítica. Pensar a mitopoética ou a poética do corpo na infância é pensar em como essa matéria-prima ganha carne, ganha corpo poético, ou como a criança pode sensorializar, na palavra, tanto as imagens gestadas na maioria dos textos míticos, enquanto imagem arquetipal, quanto materializar os sentidos na poética do corpo: pela visão, pelo olfato, pelo tato e pelos sons.

O mito apresenta, como afirma Mircea Eliade (1994), um caráter modelar e exemplar, pois circunscreve suas narrativas e seus heróis ao domínio do sagrado. Seus acontecimentos narrados são, na maioria das vezes, uma explicação para o momento de criação do cosmo, da natureza ou de algum meio social. Daí a presença de heróis que lutam, com o auxílio dos deuses, na maior parte das vezes, para ordenar o caos que as narrativas mimetizam da realidade. Por isso os heróis e o próprio enredo são vistos como imagens, como formas que vestem signica e cenicamente a palavra. A imagem mítica provoca a percepção corpórea do mito na criança, visto que possibilita leituras que acabam suscitando os sentidos biológicos do corpo por meio dos ritos de passagem que permutam estados: do corpo imaturo, para o maduro; e do corpo oral (sonoro) para o corpo abstrato/escrito (gráfico), que, uma vez ritualizados, concretizam os atos dos grandes heróis e deuses nas brincadeiras na hora do recreio ou no quintal. Em tais momentos, a criança vê, ouve, cheira e tatiliza “como o herói”, mas não necessariamente da mesma forma. A criança pode acercar-se sensorialmente dessa natureza mítica a partir de outros tipos de textos: do cinema, do gibi, do desenho animado, da publicidade, da moda, dos contos infantis, entre outros. Todos eles fornecem, do mesmo modo que nos textos passados, modelos de comportamento humano que podem ser utilizados como base intertextual na produção e na recepção de textos.

A criança, ao ser inserida na concepção mitopoética, descobrirá aos poucos a natureza ambígua não só dos mitos, mas da palavra, que, como ela, incorpora o mito de modo a ritualizar a forma poética ou a imagem mitológica, como afirma Barthes (1982).

Poucas são as propostas nas quais os alunos são convidados a olhar o mundo com essa qualidade estética e epifânica de olhar. E para que a criança compreenda a perspectiva mitopoética, é preciso mostrar que **o mito é como um sistema poético-ideogramático**, isto é, que busca não o conceito ou sentido interpretativo, mas o próprio objeto percebido pelo poeta: o som onomatopaico do coaxar de um sapo, pulando em um lago; enfim, o instante de percepção do poeta ao escrever o haikai, por exemplo. Trata-se de algo muito próximo daquilo que o mito expressa em suas narrativas: um momento inaugural, epifânico. Na série de poemas abaixo, podemos observar a constituição dessas poéticas do corpo:

Velho tanque
Uma rã mergulha
Barulho da água
(BASHÔ apud VERÇOSA, 1996: 412)

Carlos Verçosa (1996), em *Oku Viajando com Bashô*, analisa este clássico haikai, observando o contraste entre o som e o silêncio ocasionado pelo súbito salto da rã no lago. Na realidade, o que Verçosa explicita é o aspecto imagético evidenciado pelos objetos recepcionados pelo haikaista e a nossa percepção sensorial diante da palavra poética. Possibilitar à criança conhecer o campo sensorial de forma poética é intercambiar o espaço do corpo com aquilo que está a sua volta (PONTY: 2000), com o intuito de criar aparatos poéticos. As portas da percepção do corpo tornam-se matéria para se buscar a forma poética, como nos poemas a seguir:

Galhos curvados
Como a pedir perdão
Nobre chorão
(ARANHA apud VERÇOSA,
1996: 420)

A onda

Aonde anda
A onda?
A onda ainda

Ainda onda
Ainda anda
Aonde?
A onda a onda
(BANDEIRA, 2001: 183)

No primeiro, percebe-se o campo da visão. O poema todo é o próprio objeto. A árvore, os galhos do chorão pedem perdão fisicamente, suas folhagens possibilitam devaneios sensórios e poéticos para se traçar essas analogias. Uma fotografia do olhar, que, muitas vezes, passa despercebida, pois deixamos – com a gama de informações que recebemos diariamente – de olhar e sentir os espaços que nos rodeiam de forma poética. Andamos às cegas sem ver, sem apreender com o corpo, os panoramas da vida. Quando aprendemos a valorizar e a sentir mais as paisagens, as casas, as árvores e as pessoas nos tornamos parte integrante do mundo. Já no segundo poema o corpo ultrapassa o campo da visão. Nele a presença do movimento se configura, ganha corpo poético, devido à recorrência fonética das vogais “a” e “o” assonâncias que conferem à palavra o próprio movimento/ritmo do mar: “*Aonde anda a onda?*”. Além desses aspectos, a imagem poética provoca a memória sensorial: o cheiro do mar, a sensação do corpo ao ser tocado pela água. A partir dessa percepção corpórea, a criança, assim como os adultos, busca por associação as imagens e sensações que se aproximam daquele momento, como por exemplo, a trajetória marítima de Ulisses, na *Odisseia*, ou de outra história qualquer, na qual o mito de Odisseu possa se ritualizar.

Os mitos equiparam-se de forma análoga às poéticas ideogramáticas, pois se constituem como imagem inaugural, reveladora. Além disso, o mito, ao vestir a imagem de um corpo ideal (heróis e deuses), reflete nas sinédoques do corpo poético a constituição metafórica da totalidade do enredo, tal como a estética haikaista, na qual as partes formam recortes fílmicos do todo. Na releitura que a escritora Ruth Rocha (2000) faz da *Odisseia*, observamos esse aspecto por meio dos quadros verbais (narrativa) e dos não verbais (ilustrações).

Ulisses ou Odisseu herda, de sua protetora Atena, a inteligência e a astúcia. Atena nasceu de uma parte do corpo de seu pai: a cabeça. Simbolicamente essa parte explicita o aspecto racional do elemento masculino herdado na própria concepção da inteligência – até hoje observado modo pejorativo como um elemento advindo do gênero masculino, mas que está presente em Atena. Odisseu é a extensão do corpo desta deusa, pois reflete metaforicamente a parte: cabeça-inteligência. Ele é símbolo antropomórfico que luta pela independência intelectual em relação aos deuses. Ao construir o Cavalo de Tróia, iguala-se ao gênio criador dos deuses. Eis o motivo para que Poseidon, o deus dos mares, enfurecido pela arrogância de Odisseu o faça demorar cerca de 20 anos para retornar à terra natal: Ítaca.

O percurso de Odisseu é espaço para compreensão do corpo, mas não somente por leituras psicanalíticas, que também são muito válidas, mas pela própria natureza que o mito possibilita. Dentre as várias passagens da trajetória marítima de Odisseu, advindas da releitura de Ruth Rocha, citaremos alguns quadros que demonstram esse aspecto, isto é, aprender quem somos e como nos situamos corporeamente no mundo.

O corpo nomeado é um dos aspectos que situam os mitos na narrativa. A nomeação dos objetos, da natureza e dos heróis e heroínas derivam da magia propiciatória, na qual a palavra é o objeto e, às vezes, o quadro narrativo inteiro. Odisseu, por ter nascido em um dia de temporal, no monte Nérito, em Ítaca, carrega

esse dia como marca nomeada em seu corpo e em seu destino. Esse momento foi interpretado pela frase grega “Zeus chovia sobre seu caminho” (BRANDÃO, 1997: 290). Embora seu percurso seja tempestuoso, Odisseu luta bravamente para vencê-lo, pois se configura como símbolo antropomórfico que vence, por exemplo, o gigante de um olho só, Polifemo, filho de Poseidon, que representa miticamente a visão unilateral dos deuses. Odisseu era o único mortal que, além de construir o cavalo de Tróia, engana com sua astúcia e inteligência humana o gigante imortal:

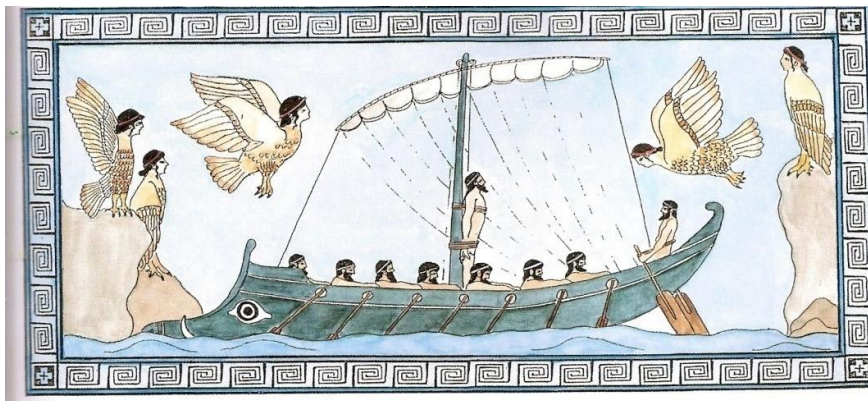
[...] Ulisses pôs em prática seu plano. Com a ajuda dos companheiros, desenterrou o enorme espeto que tinha preparado [...] Então, todos juntos, enterraram com força aquele tição no olho do ciclope [...] O gigante soltou um tremendo berro, levantou-se com dificuldade e arrancou o tição do olho. Começou então a gritar e a chamar pelos outros ciclopes, que logo chegaram de todos os lados da ilha e se reuniram em frente à caverna, perguntando: - O que aconteceu? / - **Quem foi que te fez mal? – Respondeu Polifemo – este era o nome do monstro. E o ciclope, de dentro da caverna, respondia: / - Ninguém! Ninguém esta me matando! Ninguém! Os companheiros dele não entenderam nada e responderam: / - Se ninguém está te matando, deves ter algum mal causado por Zeus. Chama Poseidon, nosso pai, para que o socorra! E foram embora** (ROCHA, 2000: 45-46, grifos nossos).

Esta mesma cena ou quadro mítico é observável em outros tipos de aparato midiático contemporâneo. Os desenhos animados, como a heroína Juniper Lee, com frequência repetem o combate a ciclopes e outros seres sobrenaturais de natureza mitológica, como nos textos infanto-juvenis. *O Senhor dos Anéis*, de J. R. R. Tolkien que bebe da metáfora do olho que tudo vê, exemplifica bem nossa assertiva. Frodo, de certa forma, equipara-se a Ulisses, à medida que destrói o olho (símbolo do mal em Tolkien).

É interessante que cada parte do corpo mitológico encarna a natureza sobrenatural do todo da obra. O corpo, assim como a trajetória do espaço geográfico, diz tudo sobre o mito. Odisseu em seu caminho marítimo passa por vários ritos de passagens e sua maturidade se dá ao compreender o corpo. A experiência no amor, por exemplo, sempre o dividiu: corpo biológico e corpo espiritual. Ele simboliza o homem que ama deusas (ninfas, bruxas) e mortais (Penélope, sua esposa). Odisseu luta por alteridade humana diante dos deuses, para no fim retornar a Ítaca e a Penélope, mas com frequência desvia sua rota ao se deixar seduzir pelo canto das sereias. Seu intuito inconsciente era desafiar os deuses: ouvir o canto das sereias era também uma forma de obter conhecimento. Observemos no fragmento a seguir:

Ulisses [...] tapou com cera os ouvidos dos marinheiros. Mas antes lhes pediu que, depois que tivessem os ouvidos bem tapados, eles o amarrassem no mastro. **Ulisses não tapou os próprios ouvidos, pois queria ouvir o canto das sereias.** [...] O banco foi se aproximando da ilha e Ulisses começou a ouvir lindas vozes, que pareciam chamá-lo. / - **Vem, Ulisses, vem! Vamos te contar muitas e muitas coisas [...]** **Vocês já perceberam que os gregos gostavam muito de histórias.** As sereias se aproveitavam disso e tentavam atrair os marinheiros que passavam [...] Ulisses fascinado, começou a fazer sinais para que seus homens o desamarrassem. Dois marinheiros aproximaram-se dele, mas, em vez de desamarrá-lo, apertaram as cordas com mais força (ROCHA, 2000: 58, grifos nossos)

Outro aspecto está no diálogo entre as ilustrações presentes na obra de Ruth Rocha com os quadros do percurso mitológico da Odisséia. Elas possibilitam à criança observar o caráter imagético do mito, pois estabelecem o “princípio figurado da matéria como arte no sentido mais restrito da forma, na medida em que a mitologia é a poesia absoluta, [...] é a matéria eterna a partir da qual todas as formas aparecem” (MIELIETINSKI, 1987: 17). A imagem abaixo, retirada da obra da autora, ilustra esse aspecto:



Ela descreve o momento no qual Odisseu ouve o canto das sereias. A evocação sonora é acionada pela força arquetipal que a imagem carrega. As sereias mitológicas, sobretudo as que Eduardo Rocha desenhou, nesta obra, são apresentadas como monstros marinhos que possuíam metade do corpo com formato de mulher e a outra com formato de pássaro, um isomorfismo muito recorrente nas mídias, sobretudo nos desenhos animados da atualidade.

No fragmento acima, o campo auditivo é o principal elemento narrativo. Ouvir ou não ouvir o canto das sereias é só um motivo para entrar em outra rota narrativa, e depois em outra, como quando Odisseu entra em contato com Cila, um monstro de seis cabeças, descrito pelo campo da visão: “Foi uma visão horrenda [...] o espetáculo mais apavorante que ele tinha visto na vida” (ROCHA, 2000: 59). Ao sair deste quadro narrativo, Odisseu entra em outra história: a da ninfa Calipso, que o manteve cativo por sete anos. Odisseu pouco antes de chegar a sua ilha sensorializa olfativamente o percurso: “A nau deu várias voltas sobre si mesma e havia no ar um cheiro de vapores de enxofre [...] Nove dias ele foi arrastado pelas ondas, até que chegou à ilha Ogigia, onde morava a ninfa Calipso” (ROCHA, 2000: 60-61).

Outro episódio que gostaríamos de ilustrar, da obra de Ruth Rocha, é o final da Odisséia. Ulisses conquista finalmente a maturidade ao dominar o corpo, conforme o fragmento abaixo:

[...] Telêmaco então chamou os pretendentes para que começassem a disputa [...] Mas, mesmo assim, nenhum dos pretendentes conseguiu manejar o arco. Os últimos a tentar foram Antínoo e Eurímaco. Enquanto isso, fora de casa, Ulisses falava com o vaqueiro e o guardador de porcos. **Revelou quem era e mostrou a eles a cicatriz que tinha na perna, feita por um javali no Parnaso. Assim que viram a cicatriz, eles reconheceram que ali estava o intrépido Ulisses. Abraçaram e beijaram o amo, entre lágrimas.** [...] Ulisses, então, pediu licença para tentar retesar o arco. Os pretendentes ficaram furiosos e Antínoo chamou sua atenção, dizendo que ele com certeza tinha bebido muito e devia estar fora do juízo. [...] Ulisses tinha o arco nas mãos e o examinava por todos

os lados. Os pretendentes perceberam que o forasteiro tinha experiência com armas. Então, com a facilidade com que um conhecedor de lira retesa uma corda numa cravelha nova. **Ulisses armou sem esforço o arco. [...] Apoiou a seta no punho do arco e retesou a corda. E, sem se levantar de onde estava sentado, desfechou a seta certa contra as achas enfileiradas por Telêmaco e varou todas de uma só vez.** Ulisses, rei de Ítaca, despiu-se dos molambos que o cobriam e subiu sobre a alta soleira da porta, segurando o arco. / - Acabou a competição! Agora, se Hélio me ajudar, vou atingir outros alvos [...] Mas Ulisses replicou: / - Cães! Pensaram que eu não voltaria nunca! Enquanto eu estava fora desrespeitaram minha casa, minha mulher e meu filho, sem temer os deuses e sem imaginar que a vingança chegaria! Agora, estão todos do lado morte! (ROCHA, 2000: 92-95, grifos nossos).

O primeiro aspecto deste domínio está no retorno a casa ou ao reino, uma metáfora da concepção do próprio corpo. Exilamo-nos, muitas vezes, de nós mesmos, desviamos nossa rota quer pela ira, quer por não enfrentarmos nossa própria casa interior. Retornar ao seu espaço, ao self/Ítaca, é uma forma de compreender o próprio corpo. Seu percurso, embora circular – como a natureza do mito –, propõe a compreensão das várias travessias que a criança passa, cada nau é uma resignificação do ser para o amadurecimento. O corpo é a primeira nau da criança, o invólucro uterino, que, depois, é jogada ao mundo para que, na sequência, encontre outros mares e outras naus. Cada aportagem é uma nova casa construída, outro ser diante de outra paisagem. São momentos nos quais a criança aprende a andar, a falar, a escrever e a ler. Cada rota de Odisseu é um ritmo, o movimento do mar direciona o movimento do enredo, enquanto corpo poético. São entradas e saídas sensoriais de cada quadro-história. O tempo de cada quadro é o tempo do corpo de Odisseu que se assemelha ao tempo cósmico, por isso ele demora a retornar. É preciso navegar, fugir, lutar e aportar para que o tempo do amadurecimento possa restituir o corpo/reino.

Essa presença da nau-self-corpo de Odisseu, observada no fragmento acima, se dá pelo reconhecimento de sua cicatriz na perna, por seus servos. Embora não aparentasse ser quem era, uma vez que estava travestido de mendigo, havia marcas que eram só dele e somente os súditos de seu reino eram capazes de reconhecê-lo. Outra metáfora corpórea é o arco e a disputa pela esposa/reino. Acertar a seta, retesar o arco e expulsar os pretendentes à mão de Penélope era retornar

[...] à velha casa depois de décadas de odisséia, [...] Em suma, a casa natal gravou em nós a hierarquia das diversas funções de habitar. Somos um diagrama das funções de habitar aquela casa; e todas as outras não passam de variações de um tema fundamental (BACHELARD, 2000: 34).

De outro modo, esticar o arco é também sinônimo de dobrar-se ao deus Poseidon, mas não no sentido de derrota, mas de compreensão do percurso. Retesar o arco e acertar a seta é dobrar o próprio mito, uma vez que Odisseu é o primeiro mortal a criar a máquina/cavalo, um homem que reafirma sua natureza humana diante dos deuses.

3. CONCLUSÃO

Trabalhar mitopoética do corpo, desde a infância, é possibilitar o intercâmbio com os espaços do corpo e de suas relações sensoriais de forma poética, ultrapassando,

assim, a relação do ensinar para o mercado de trabalho que, de maneira velada, convive nas propostas pedagógicas de ensino, na atualidade.

Esse intercâmbio é uma forma de resguardarmos a memória cultural - ao ritualizar os mitos por meio de leituras e de produções poéticas, nas quais a literatura comparece como réplica: livros infantis, gibis, teatro, desenhos animados, filmes infantis e jogos eletrônicos infantis -, assim como convidá-la a olhar o fenômeno literário a partir da relação do corpo com o que está a sua volta.

4. REFERÊNCIAS

- ASSIS, Adriana Carolina Hipolito de. **Corpo poético**. Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=274&rv=Literatura>>. Acesso em: 2 fev. 2011.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BANDEIRA, Manuel. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongermino e Pedro de Souza São Paulo: DIFEL, 1982.
- BRANDÃO, Junito. **Mitologia grega** Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, Junito. **Mitologia grega** Vol. III. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL, MEC, SEMTEC. **PCN + Ensino Médio**. Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC: SEMTEC, 2002.
- _____. **Relatório pedagógico 2000**. Exame Nacional do Ensino Médio. Brasília: MEC/INEP, 2000.
- _____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/INEP, 2006.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC; SEMTEC, 1999.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB). Brasília, 1996.
- CARMO, Paulo Sergio do. **Merleau-Ponty: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2007.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- MAIAKÓVSKI, M. Trad. Haroldo de Campos. **Maiakóvski - poemas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MIELIETINSKI, E. M. **A poética do mito**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- POUND, Ezra. **Abc da Literatura**. Trad. Augusto de Campos e J. Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1990.
- ROCCO, Maria Tereza Fraga. **Literatura/Ensino: uma problemática**. São Paulo: Ática, 1975.
- ROCHA, Ruth. **Ruth Rocha conta a Odisséia**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- VERÇOSA, Carlos. **Oku: viajando com Bashô**. Bahia: Secretaria da Cultura da BA, 1996.

ENSINO DE LEITURA PARA O ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA COM BASE
EM GÊNEROS DIGITAIS

Esp. Maciel José da Silva Firmino (UNIGRANRIO)
Prof.^a Me. Solimar Patriota da Silva (UNIGRANRIO)

RESUMO: O objetivo deste artigo é apontar alguns gêneros digitais que são bastante utilizados pelo aluno no seu dia-a-dia e mostrar alguns exemplos de atividades práticas que o professor pode desenvolver a fim de incentivar o gosto pela leitura do aluno de 3º do Ensino Médio, utilizando-se esses gêneros. A base teórica está fundamentada em estudos sobre gêneros textuais convencionais e emergentes (MARCUSCHI, 2002; MARCUSCHI e XAVIER, 2010), além do ensino de leitura com foco na formação de leitores proficientes para a vida inteira (BAMBERGER, 1995; VILLARDI, 1999; KOCH, 2010, entre outros).

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Gêneros discursivos. Gêneros digitais. Formação de professores.

ABSTRACT: The aim of this article is to highlight some digital genres that are commonly used by the students in their daily interactions and show some examples of practical activities teacher can design in order to stimulate High School Seniors students like of reading, using these genres. The theory is based on studies on conventional and emerging genres (MARCUSCHI, 2002; MARCUSCHI e XAVIER, 2010), beyond the teaching of reading with a focus on training of proficient readers for life (BAMBERGER, 1995; VILLARDI, 1999; KOCH, 2010, among others).

KEYWORDS: Reading. Discourse genres. Digital genres. Teacher training.

1. PALAVRAS INICIAIS

Com o advento da Internet, os alunos estão se engajando, mais do que nunca, em práticas de leitura e de escrita, o que só corrobora a idéia de que a mídia eletrônica digital, desde que seja usada de forma contextualizada e integrada com o ensino, pode contribuir com o ensino nessa era digital em que vivemos. Com afirma Marcuschi (2010: 16), “a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo. Se bem aproveitada, ela pode tornar-se um meio eficaz de lidar com as práticas pluralistas sem sufocá-las (...)”.

No que se refere ao ensino de leitura, especificamente, acreditamos que o professor poderá explorar todo esse potencial do mundo virtual, em que um só suporte – a tela do computador – dá conta de apresentar uma gama variada de gêneros discursivos (CHARTIER, 2002: 25), a fim de proporcionar ao aluno leituras mais significativas e prazerosas.

Partindo desse pressuposto, este artigo apresenta conceitos fundamentais acerca de leitura e gêneros discursivos e, posteriormente, aponta alguns gêneros digitais comuns em nosso cotidiano, tais como o *e-mail*, *blog*, *fórum*, *chat* e o *Orkut* e *MSN*, os quais podem servir ao trabalho do professor de Língua Portuguesa para o ensino de leitura para alunos do terceiro ano do ensino médio.

Torna-se significativo explicitar que tais gêneros digitais estão bem próximos da realidade dos alunos do ensino médio, e cada vez mais um grande número desses jovens

tem acessado à Internet, lidando todos os dias com esses gêneros digitais, pois o Brasil está entre os países que as pessoas mais gastam tempo em frete ao computador, ora nas redes sociais, ora em outros ambientes virtuais. E por conta dessa realidade, torna-se fundamental trabalhar com os gêneros digitais nas escolas, não só para ensinar/estimular a leitura mais também fazer com que nossos alunos escrevam mais. Contudo, as escolas devem se conscientizar de que as novas tecnologias de informação e comunicação já estão enraizadas na sociedade e que certos métodos tradicionais de ensinar leitura já não funcionam mais, visto que os jovens já não são mais atraídos por esses métodos, mas sim por tudo que diz respeito à Internet.

Convém destacar que, sendo a etapa final da Educação Básica, era-se de esperar que os alunos do último ano do ensino médio fossem leitores proficientes. Entretanto, seja pelo ensino de base puramente gramatical ou mesmo por outras mazelas pelas quais passa a educação brasileira, é fato que apenas uma pequena parcela da população alcança o nível de leitura proficiente, visto que nosso país ainda apresenta um alto número de analfabetismo funcional. Desta forma, este trabalho pretende contribuir para uma mudança de quadro neste nível de ensino, ao invés de juntar-se a algumas vozes que simplesmente “culpam” às séries anteriores pelos maus resultados que o país tem atingido.

2. LEITURA E GÊNEROS DISCURSIVOS – UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

Historicamente, a evolução da leitura se inicia com a descoberta da escrita, desde os pictogramas pintados nas paredes das cavernas, passando pelos códices da Idade Média, chegando aos livros contemporâneos do século XXI, e entrando na maior invenção da humanidade: a Internet. Entretanto, a leitura, junto com a escrita, estava restrita a poucos privilegiados - aos portugueses que aqui aportaram; aos senhores de engenho e a seus filhos; ou às pessoas ligadas administração da colônia; aos jesuítas e ao clero. Quanto às outras pessoas, esses direitos não lhes eram assegurados e, desta maneira, durante muito tempo a leitura ficou atrelada à esfera clerical, começando, porém, a ganhar mais força a partir do século XX, com a disseminação das escolas. (OLIVEIRA, 2010).

Atualmente, apesar de toda a facilidade que temos para obter um livro ou utilizar a Internet, ainda nos deparamos com desafios no que se refere a estimular os alunos à leitura. Embora vários projetos envolvendo o incentivo da leitura venham sendo feitos, há muito que se fazer para aperfeiçoar o professor a incentivar seus alunos lerem (SILVA, 2009). Como afirma Villardi (1999:3): “(...) muito pouco se tem feito no sentido de instrumentalizar o professor para a realização do ato de ler, principalmente no que diz respeito ao *desenvolvimento do gosto pela leitura*” (grifos da autora) e isso contribui para a constatação feita pela mesma autora, ao afirmar que “à medida que os alunos avançam na escolaridade, menor a ligação que têm com a leitura (...)” (VILLARDI, 1999: 4). Afinal de contas, a leitura deve abranger muito mais que a mera decodificação. É preciso que seja vista como processo de compreensão (MARTINS, 2006), pois para essa autora a leitura pode ser vista

Como decodificação mecânica de signos lingüísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-reposta. Como processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais,

intelectuais (...), culturais, econômicos e políticos. (...) Ambas são necessárias à leitura. Decodificar sem compreender é inútil. Compreender sem codificar, impossível. (MARTINS, 2006: 31-32).

Bamberger (1995: 23) já reconhecia a leitura como “(...) um processo perceptivo durante o qual se reconhece símbolos. Em seguida, ocorre a transferência para conceitos intelectuais. (...) Não consiste apenas na compreensão das idéias percebidas, mas também na sua interpretação e avaliação.”

É mister enfatizar que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Médio (MEC, 1997) explicitam a concepção de leitura como uma atividade de produção de sentido, implicando estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação. Ressalte-se que a ênfase no ensino de leitura deve ser responsabilidade de todas as áreas, pois a finalidade da leitura é

“(...) a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modelizadoras.” (MEC, 2001: 53).

Por fim, Villardi (1999: 4) define leitura como o ato de “(...) construir uma concepção de mundo, é ser capaz de compreender o que nos chega por meio da leitura, analisando e posicionando-se criticamente frente às informações colhidas (...)”. Desta maneira, ler é criar sua própria subjetividade, o que não é possível com a mera decodificação do signo lingüístico. Envolve a interação texto-leitor-mundo.

No que se refere ao ambiente escolar, Villardi (2009) afirma que a escola afasta o aluno do livro, obrigando-o a ler sem vontade, assim destruindo qualquer tipo de interesse pela leitura, e, até mesmo, deixando marcas traumatizantes no aluno pela vida inteira. Em contrapartida, a escola, para algumas crianças, tem-se constituído na principal via de acesso à leitura e à escrita, desempenhando o papel fundamental na formação de um contingente muito significativo de leitores (CECCANTINI, 2009).

Entretanto, alguns professores desconhecem repertórios importantes de nossa rica literatura que poderiam ser utilizados intencionalmente para o desenvolvimento da leitura. Muitos professores sequer são leitores contumazes (SILVA, 2009) e, lógico, isso dificulta o trabalho de realização da leitura nos alunos, pois se os professores não têm o costume de ler, como podem incentivar seus alunos a ler? Convém ressaltar que essa é uma discussão que foge ao objetivo deste trabalho. Contudo, é um assunto que não pode ser negligenciado se desejamos reverter o quadro da leitura em nosso país.

Ao apresentarmos nossa breve discussão acerca do ensino com base em gêneros digitais, cumpre que se diferencie gêneros textuais de modalidade retórica (MEURER, 2000) ou tipo textual (MARCUSCHI, 2002). Atualmente, diferentes autores usam o termo *gêneros textuais* (Meurer, 2000; Marcuschi, 2002; 2010) para designar o caráter infinito e não catalogável da comunicação e interação social, sendo alguns exemplos a carta comercial, carta pessoal, piada, receita, defesa de tese, relatório, contrato, aula, livro didático, conversa entre amigos, e muitos outros. As modalidades retóricas ou tipos textuais, por sua vez, englobam apenas a narração, descrição, exposição e argumentação.

Marcuschi (2002) apresenta uma definição de gêneros textuais e apresenta exemplos bastante elucidativos ao afirmar que:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. São entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (MARCUSCHI, 2002: 155)

Os gêneros textuais estão inseridos dentro de um repertório de formas disponíveis no movimento de linguagem e comunicação em uma determinada comunidade, sendo determinados pela sociedade que os utiliza. Desta forma, podemos afirmar que eles surgem a partir de uma necessidade social de comunicação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio definem gênero como:

Todo texto se organiza dentro de um determinado gênero. Os vários gêneros existentes, por sua vez, constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Pode-se ainda afirmar que a noção de gêneros refere-se a 'famílias' de textos que compartilham algumas características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado. (MEC, 1997: 26).

Koch (2010) registra a noção de gênero textual como prática social e saberes socioculturais, sofrendo variações em sua unidade temática, forma composicional e estilo. E diz que qualquer gênero possui estilo e apresenta condições mais favoráveis (obras literárias) e menos favoráveis (documentos e notas fiscais) para a manifestação do estilo individual, sendo eles dinâmicos e mutáveis de acordo com a vida social e cultural de seus usuários.

A grosso modo, podemos dizer que gêneros discursivos são as diversidades de textos que encontramos nos mais variados ambientes de discurso na sociedade, literários ou não, funcionando sempre no contexto de uma interação. Vários fatores sócio-culturais ajudam a identificar os gêneros, assim como definir que gênero deve ser usado no momento mais adequado à situação, seja na oralidade ou na escrita. No plano do processo ensino-aprendizagem, é possível pensar o estudo dos gêneros discursivos como uma ferramenta apropriada para fazer os alunos gostarem mais de leitura e, a partir deles, o professor, intencionalmente, poderá fazer o aluno perceber o quanto ele já utilizou aquele gênero e o quanto aquele gênero faz parte da vida dele. Afinal, uma maior exposição ao gênero discursivo – da leitura ou da escrita – é que auxiliará na apreensão dele por parte do aluno.

Para que possamos nos comunicar, utilizamos todos os nossos conhecimentos lingüísticos presentes na Língua Portuguesa. E para desempenhar essa competência, possibilitando-nos “interagir de forma conveniente, na medida em que [nos] envolvem[os] nas diversas práticas sociais” (KOCH, 2010: 102), utilizamos diversos gêneros discursivos. Tais gêneros circulam em toda a sociedade como formas organizadoras da vida social. Segundo Koch (2010), a lista desses gêneros textuais, da qual dispomos, é numerosa, tanto que fica difícil haver um levantamento de todos os

gêneros. Isso se deve pelo motivo de que os gêneros textuais, como práticas sociocomunicativas, são dinâmicos e não se definem de uma vez para sempre, eles são passíveis de contínuas transformações, são maleáveis e plásticos, porque as atividades linguísticas estão em movimento e mudança, resultando em outros e novos gêneros.

Gêneros convencionais são todos os tipos de gêneros baseados na escrita ou na oralidade e estruturados dentro de um ambiente físico, ou seja, são gêneros tradicionais que podem se modificar com o tempo ou pela necessidade discursiva de seus usuários. Eles se desenvolvem dentro de um determinado grupo, servindo de base para criação de outros gêneros quaisquer, por conta disso, há uma infinidade desses gêneros textuais. Podemos citar o romance, a poesia, a tirinha, a charge, o conto, a piada e manual de instrução. Há ainda outros gêneros próprios de certas esferas da vida social como as resenhas e as notícias jornalísticas. Todos esses gêneros podem e devem ser utilizados dentro de sala de aula com a intenção de fazer o aluno reconhecer as várias possibilidades de usos dos gêneros discursivos que ele tem para se comunicar, permitindo ao falante prever diferentes situações de comunicação, assim ele se relacionará melhor com a sociedade, e se adaptará a novos sistemas discursivos. A esse respeito, Dolz e Schneuwly, traduzido por Pinheiro (2002), asseveram que:

é através dos gêneros que as práticas de linguagem materializam-se nas atividades dos aprendizes. (...) Quanto mais precisa for a definição das dimensões ensináveis de um gênero, mais ela facilitará a apropriação deste como instrumento e possibilitará o desenvolvimento de capacidades de linguagem diversas que a ele estão associadas” (DOLZ & SCHNEUWLY, 2004: 15).

Desse modo, é de extrema importância a utilização de diferentes gêneros textuais em sala de aula independente da disciplina de estudo, pois cada gênero se materializa em um determinado ambiente comunicativo, seja esse ambiente em Matemática ou História ou mesmo na Internet. O ideal é que o professor mostre para o aluno que gênero está sendo utilizado naquela comunicação e qual é sua função, pois os alunos devem ter a noção de que gênero eles empregaram para se comunicarem seja na oralidade ou na escrita, sendo assim, a idéia de gênero ganhará mais significação para o aluno.

Partindo da premissa de que tudo o que usamos para a comunicação só se realiza através de algum gênero e não havendo nenhuma significação fora dele (MARCUSCHI, 2002), os professores poderão estimular a leitura em seus alunos dentro de sala de aula, dispondo de múltiplos e variados gêneros textuais convencionais, dando mais sentido aos textos utilizados nas aulas de língua materna, colaborando para que o prazer do ato de ler se realize

Atualmente, as grandes inovações tecnológicas que surgiram no século XX – o computador, a rede (a *web*), a Internet – que colaboraram para o impacto nas práticas de leitura e escrita atuais, fazendo emergir alguns gêneros que trazem novos desafios para sua análise e compreensão (MARCUSCHI, 2010): os gêneros digitais, chamados por Marcuschi de gêneros emergentes. Esses novos gêneros, advindos do uso e aplicação das novas tecnologias, se tornaram uma ferramenta em potencial para o professor no ensino de leitura e de escrita, pois nossos jovens estão cada vez mais se integrando ao mundo da Informática.

Com o advento da Internet muitos gêneros emergiram e materializaram-se no meio virtual, trazendo novas formas de comunicação gerada pela criatividade do internauta. Assim, surgiram o *e-mail*, o blog, o chat, o fórum, o Orkut como alguns dos

gêneros digitais que podem ser explorados pelo professor juntamente com os alunos, de forma a ampliar suas possibilidades comunicativas e propiciar novas opções de leitura.

Vejamos cada um desses gêneros resumidamente, abaixo:

E-mail é um dos gêneros digitais mais importante da atualidade, pois analogicamente comparado à carta, tem um papel social de integração e de prestação de serviço em toda as esferas da sociedade. Nele é manifestado qualquer tipo de informação, seja ela anexada ou não. É um meio de comunicação cada vez mais poderoso e eficiente com o potencial de se tornar um dos principais meios de comunicação para a maioria das pessoas (MARCUSCHI, 2010).

Blog ou diário virtual é um gênero digital que possui uma estrutura capaz de ser atualizada rapidamente, por meio da publicação de artigos, também chamados de *posts*. Estes, por sua vez, podem estar com links, imagens, além de outros signos lingüísticos. O autor do blog pode postar textos, comentários, acontecimentos, links para outros sites e blogs, em ordem cronológica, disponibilizando aquele espaço para que os visitantes comentem o que foi postado.

Fórum é o espaço virtual voltado para a discussão de um grupo pertencente a uma mesma comunidade. Ele é composto de mensagens que são publicadas sobre algum assunto. O fórum não é feito em tempo real, portanto seus usuários podem escolher quando querem se comunicar, e, por isso, a escrita das mensagens é mais elaborada, ao contrário do chat que, em relação ao tempo, a conversa é feita simultaneamente, o que promove a interação e a dinamicidade da comunicação, diferentemente do fórum (ABREU, 2008).

Orkut é uma rede social que tem grande prestígio no Brasil e na Índia, principalmente com as camadas mais populares. Constitui-se de comunidades geradas em ambiente virtual e aproxima-se da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, por exemplo, pelos recados que ali são transcritos (WIKIPÉDIA, 2011), chamados *scrap*. Agora no Brasil, a rede social que começa a ser mais popular é o *Facebook*. O que falamos neste artigo sobre o *Orkut* servirá também para atividades no *Facebook*.

O PCNEM (1997, p. 11) já previa a utilização de gêneros emergentes na vida escolar e de sua necessidade para a sociedade atual ao afirmarem veementemente que “as novas tecnologias da comunicação e da informação permeiam o cotidiano, independente do espaço físico, e criam necessidades de vida e convivência que precisam ser analisadas no espaço escolar.” E como o ambiente virtual apresenta uma comunicação viva, direta, interativa, contextualizada, onde seu contexto de produção é bem mais complexo pelo seu caráter coletivo, poderão ser realizadas certas atividades de leitura em que os alunos serão responsáveis pela construção de textos, de imagens, de sons, facilitando assim o entendimento e o aprendizado dos próprios alunos.

3. PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O ENSINO DE LEITURA PARA O ENSINO MÉDIO

Já vimos que é importante trabalhar os gêneros emergentes ou digitais nas escolas, porque a Web tem proporcionado uma explosão de novos gêneros que permitem a comunicação colaborativa e a leitura de gêneros diversificados. E como as novas tecnologias já estão inseridas dentro da realidade pelo menos da maioria de nossos alunos, principalmente daqueles que cursam o terceiro ano do Ensino Médio, a

utilização dos gêneros digitais nas escolas tem a finalidade desenvolver no aluno o prazer da leitura, pois podemos tornar esse ato mais significativo. Portanto, quanto mais levarmos a leitura para os ambientes próximos de nossos alunos, mais eficaz será nossa proposta de desenvolver o gosto pela leitura deles, pois eles associarão melhor os conteúdos dentro de um ambiente que eles já conhecem, facilitando assim a sua aprendizagem.

Já vimos que é necessário trabalhar os gêneros emergentes ou digitais nas escolas, porque a Web 2.0, hoje em dia, é uma das grandes armas que gera comunicação e é a partir da comunicação que se desenvolve a leitura e a escrita. A principal finalidade de se utilizar os gêneros digitais nas escolas é a de desenvolver no aluno o prazer da leitura, pois podemos tornar esse ato mais significativo.

Abaixo, propomos cinco atividades:

1ª atividade - uso do e-mail ou lista de discussão:

O professor sorteará os alunos em dupla e pedirá a eles que pesquisem na Internet dois textos sobre um determinado assunto atual e polêmico já discutido em sala de aula e que depois os enviem, em forma de anexo, para seu par. O aluno deverá ler esses dois textos e, logo em seguida, produzir um texto argumentativo, com suas próprias palavras, porém com base nas informações colhidas durante a leitura, seja posicionando-se a respeito ou destacando pontos positivos e negativos acerca do assunto. Essa atividade tem por finalidade desenvolver no aluno uma atitude crítica, sendo construído através da leitura e se concretizando na escrita. Outras atividades poderão ser feitas ou criadas nesse gênero digital.

2ª atividade – uso do blog:

O professor dividirá a turma em grupos de quatro a seis integrantes. Cada grupo fará um blog onde serão postadas fotos, vídeos, imagens e textos de gêneros discursivos variados. Os alunos deverão entrar nos blogs de todos os grupos e aproveitar o espaço para postarem comentários sobre o conteúdo e que leitura fazem do material disponibilizado pelos colegas. Essa atividade é importante porque desenvolve no aluno não apenas a leitura da palavra impressa, mas também a leitura multimodal e multimidiática que esse meio permite realizar.

Uma outra possibilidade é a criação de um só blog da turma, que pode ser atualizado constantemente pelo próprio professor, o qual pode estimular a leitura de gêneros diversos no espaço do blog, realizar enquetes para descobrir os gostos e preferências dos alunos e incentivar a participação através dos comentários aos *posts* feitos. O professor pode, assim, criar um verdadeiro espaço para o desenvolvimento da atividade de leitura e compreensão de textos diversos de forma interativa e mais interessante que uma lista de perguntas para responder em um caderno.

3ª atividade – uso do fórum:

O professor pode criar um fórum através de *sites* que disponibilizam essa ferramenta, como é o exemplo do www.forumeiro.com. Lá existem exemplos gratuitos de fórum para serem criados. O professor pode escolher o modelo de acordo com suas necessidades ou objetivos. Ele poderá disponibilizar um vasto material para seus alunos

acessarem, desde fotos, vídeos, imagens diversas a links para outros sites e textos, abrindo um grande leque de possibilidades de aprendizado para seus alunos.

Após a criação do fórum, o professor disponibilizar uma atividade chamada Wiki, na qual os alunos podem escrever colaborativamente acerca de determinada leitura sugerida pelo professor, por exemplo. É uma ferramenta útil para trabalhar as múltiplas possibilidades de interpretação de certos textos – como os literários. Os alunos podem apresentar suas “versão” do entendimento de uma dada leitura e compartilhar com os demais grupos, a fim de compararem respostas, percepções, expandirem a compreensão do que leram.

4ª atividade – uso do chat:

O professor pode criar um *chat* na mesma plataforma do fórum. Em sala de aula, o professor discutirá com os alunos algum assunto polêmico, logo em seguida, distribuirá vários textos (ou sugerir que os alunos mesmos procurem outras leituras) sobre esse assunto para que o aluno crie ou reafirme ainda mais sua opinião sobre aquele assunto. O professor marcará um horário extra-aula onde todos os alunos se encontrarão, inclusive o professor, nesse chat para discutir os textos que foram entregues aos alunos na aula anterior. Cada aluno deverá, pelo menos, formular um pergunta aos alunos ou ao professor sobre aquele assunto em questão. Esse exercício estimulará, além da leitura, a reflexão e criticidade em nossos alunos.

Entretanto, convém esclarecer que conduzir um *chat* pedagógico requer organização e utilização de um roteiro prévio, para que a conversa não faça com o que seja perdido o foco da interação. O professor pode determinar algumas regras, tais como não haver novas perguntas antes que uma seja respondida. Ou pode determinar quem será o moderador que fará a “filragem” das perguntas. Ainda, ao compartilhar o roteiro do chat com seus alunos com antecedência, pode ajudar a direcionar a participação deles com maior facilidade.

5ª atividade – uso do Orkut

O professor pode criar uma comunidade da qual todos os alunos farão parte, objetivando abordar temas relevantes para aquele grupo. Pode-se incentivar que as discussões da comunidade sempre sejam iniciadas a partir da sugestão de algum texto – links para notícias de jornais, artigos de revistas ou científicos, resenhas de livros, entre outras possibilidades disponíveis na web. Os alunos podem comentar a discussão com base no texto proposto e propor outros hipertextos relacionados ao assunto discutido.

O objetivo com todas essas atividades é minimizar a intervenção do professor, que trabalhará como mediador da leitura, provocando as discussões, ajustando a “rota” das discussões, oferecendo caminhos, trilhas, incentivando progressos e, claro, aprendendo também durante todo o processo.

4. PARA FIM DE(STA) CONVERSA

Este artigo objetivou apresentar atividades simples que podem ser realizadas com o uso de gêneros textuais emergentes para incentivar a leitura de alunos do terceiro ano do ensino médio. Não pretendemos de modo algum crer que as atividades

apresentadas cobrem a imensa vastidão do oceano cibernético. Ainda há necessidade de se instrumentalizar o próprio professor para, cada vez mais, utilizar as ferramentas da Web em suas aulas de Língua Portuguesa para, assim, contribuirmos com o letramento digital de nossos alunos, enquanto cuidamos para a melhora do quadro da leitura em nosso país.

Sabemos que despertar o prazer pela leitura não é uma das tarefas mais fáceis e que não será apenas a utilização de ferramentas modernas que darão conta de formar leitores. Cremos que a mediação de leitura seja um trabalho que deve ser contínuo, incansável e que envolva todas as disciplinas além da Língua Portuguesa. Entretanto, cumpre que o professor de língua portuguesa use suas aulas para que a leitura seja uma atividade mais presente – não apenas como obrigação para provas ao final de uma determinada leitura (geralmente indicada pelo professor).

Com o surgimento da Internet, vieram vários gêneros digitais que são bastante usados pelos alunos, produzindo novas formas de viver, de se comunicar, de se relacionar com o outro. Convém ressaltar que os gêneros textuais, sejam eles convencionais ou digitais, tanto da oralidade quanto da escrita, estão espalhados em todas as esferas sócio-comunicativas. Nós, professores, temos muitas possibilidades de trabalharmos a leitura. Pode-se propor aos alunos do terceiro ano momentos direcionados somente à leitura, a fim de que eles simplesmente leiam, troquem informações e discutam sobre o que foi lido, construindo, assim, suas próprias opiniões.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Camila Barros de. **Blog, Fórum e Chat: os gêneros digitais e as possibilidades de interação.** Publicado no Blog dos Voluntários do texto. Disponível em: <http://otextolivre.wordpress.com/2008/09/13/blog-forum-e-chat-os-generos-digitais-e-as-possibilidades-de-interacao/> Acessado em abr. 2011.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CECCANTINI, João Luís. Leitores incipientes e comportamento perene de leitura. In: SANTOS, Fabiano [et al]. **Mediação de leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores.** São Paulo: Global, 2009.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DOLZ, J; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola.** Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Compreender: os sentidos do texto.** 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais : definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A.P., MACHADO, A.R. & BEZERRA, M.A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino,** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.20-35.

_____. & XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MEURER, J. L. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M.B. & TOMICH, L.M.B (orgs.) *Aspectos da lingüística aplicada*. São Paulo: Mercado das Letras, 2000, pp.149-166.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**, 3 ed., v.2, Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 1997.

OLIVEIRA, Maria Oening de. **A leitura em todas as áreas do conhecimento no curso do ensino Médio do CEJA**. Artigo em PDF disponível em: dppg.cba.ifmt.edu.br/.../SINOP/Maria%20Oening%20de%20oliveira.pdf. Acessado em jun. 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Formação de Leitores Literários. In: SANTOS, Fabiano [et al]. **Mediação de leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores**. São Paulo: Global, 2009.

SILVA, Solimar Patriota. **Os gêneros discursivos em livros didáticos de inglês como língua estrangeira: representações e implicações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2006.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de Ler: e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Dunya, 1999.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://www.wikipedia.com.br>. Acessado em abr. 2011.

USO DO *BLOG* COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NAS AULAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA

Marilene Lanci Borges Senra (SEED/ UFPR)
Profa. Esp. Helena Aparecida Batista (SEED/ UFPR)

RESUMO: Este trabalho foi realizado atendendo às exigências da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a conclusão do curso de Especialização em Mídias na Educação. O Blog é um rico recurso educacional, que além de interessar os alunos, desenvolve suas capacidades de argumentação e leitura e promove uma interação necessária para que se proceda a comunicação. Com o uso do blog os eixos leitura, escrita e oralidade serão considerados possibilitando ao aluno estudar a Língua Portuguesa de forma mais interessante e motivadora. Serão realizadas atividades que desafiarão os alunos a argumentarem, colocando-se como autores do seu processo de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Blog*. Educação. Aprendizagem cooperativa.

ABSTRACT: This work was performed for the requirements of the Federal University of Parana, as a requirement for completion of the specialization in Media in Education. The Blog is a rich educational resource, which in addition to interest pupils, develop their capacities for reasoning and reading and promotes an interaction necessary for there to be communication. Using the axes blog reading, writing and speaking skills are considered allowing students to study the Portuguese language more interesting and motivating. Will be undertaken activities that challenge students to argue, placing themselves as authors of their learning process.

KEYWORDS: *Blog*. Education. Cooperative learning.

1. INTRODUÇÃO

A partir de um questionário aplicado em sala de aula, percebemos que os alunos não têm hábitos de estudo, resultado que não foi uma surpresa, haja vista o seu comportamento em relação à leitura e à produção de textos e a tarefas de um modo geral, desde o início do ano. Nossos alunos leem pouco e produzem menos ainda; seus pais pouco se interessam pelas atividades realizadas na escola, o que esbarra no aprendizado da Língua Portuguesa, impedindo que os eixos oralidade, leitura e escrita sejam contemplados satisfatoriamente na aprendizagem.

Mediante esta problemática, pensamos criar um *Blog* que desperte a atenção dos alunos para a importância da leitura, da oralidade e da escrita, que incentive e facilite o acesso à leitura, daqueles que não o tem, para que apreciem esta atividade e mediante a análise dos diversos portadores de textos apresentados, produzam textos despertando o interesse e o desejo de manifestar suas idéias, em um espaço de ampliação de conhecimentos e interação, proporcionando o aprendizado da Língua.

Para que a proposta do *Blog* se efetivasse foi necessário a promoção da interação, que, mediante o trabalho cooperativo, teve como consequência um aprendizado dinâmico e produtivo. O *Blog* professora Marilene serviu de ferramenta para observar se essa interação realmente ocorreu.

Como o uso de textos é a base do *Blog*, mediante a leitura e análise, levamos os alunos a fazerem inferências acerca dos aspectos gramaticais que permeavam a construção dos textos, direcionando a classe a uma escrita formal, diferenciada daquela que costumavam usar nos acessos à rede.

Embora o acesso à *web* pareça ter alcance geral, isto não é real em se tratando desta turma: muitos alunos não possuíam condições financeiras sequer para adquirir um computador, quanto mais navegar na *internet*, e mesmo que o colégio oferecesse um laboratório de informática, os alunos, por não dominarem a ferramenta, sentiam-se excluídos de tais práticas. Neste sentido o blog incentivou e facilitou o acesso à tecnologia, tão necessário às práticas contemporâneas.

Esta pesquisa-ação foi realizada com os alunos da 8ª série “A”, do Colégio Estadual Rio Branco, de Santo Antônio da Platina, no período de setembro a dezembro de 2010, e consolidou-se por proporcionar aos participantes o uso adequado da língua portuguesa.

Enfim, justificando a escolha do *blog*, promovemos aulas motivadoras, num ambiente pouco usado pelos alunos: o laboratório de informática, o que colaborou para a um aprendizado significativo, tão importante num momento em que despertar a atenção do aluno é tão relevante quanto, de fato, ensiná-lo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Um novo olhar à prática docente

As práticas tradicionais da escola baseavam-se em transmissão de conhecimento, numa perspectiva em que o professor era o detentor do saber e o aluno um mero receptor de conteúdos.

Parece estar muito claro que a sociedade atual exige uma nova proposta que prepare o indivíduo para conviver em sociedade, desenvolvendo suas potencialidades na administração de conflitos.

O acesso à navegação virtual e suas possibilidades, trouxeram um novo rumo às relações das pessoas entre si, bem como com a tecnologia, o que sem dúvida alavanca uma aprendizagem cooperativa.

Em razão disso, haverá um destaque aos conceitos e teorias, relacionadas aos processos de aprendizagem cooperativa e à interatividade.

2.2 Aprendizagem cooperativa

À luz do construtivismo, pode-se tentar compreender a aprendizagem cooperativa. Segundo (Campos et al. 2003, *apud* KASSIS, 2007, *online*),

No construtivismo, o conhecimento é (re)construído pelo indivíduo nas interações com o ambiente externo. O aluno é o sujeito ativo no processo de aprendizagem, por meio da experimentação, da pesquisa em grupo, do estímulo à dúvida e ao desenvolvimento do raciocínio. Os conceitos são formados no contato com o mundo e com outras pessoas. O professor assume o papel de provocador e estimulador de novas experiências e deve ser capaz de propor estratégias ou caminhos para buscar respostas.

A teoria sociointeracionista de Vygotsky (1988), que prega a origem social da inteligência, entende que a aprendizagem cooperativa acontece inicialmente de forma intersíquica, isto é, no coletivo, para depois haver a construção intrapsíquica. Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento (ou aprendizagem) é construído pelas interações do sujeito com outros indivíduos, estas interações sociais seriam as principais desencadeadoras do aprendizado. As atividades interpessoais, segundo ele, possibilitam mudanças cognitivas através da interação com a conseqüente reelaboração e reconstrução das idéias.

Para Vygotsky (1988), a colaboração entre alunos ajuda a desenvolver estratégias e habilidades gerais de soluções de problemas pelo processo cognitivo implícito na interação e na comunicação. Tal ponto converge com o preconizado por Lévy, quando afirma que as formas de organização da nova sociedade serão o aprendizado cooperativo e a inteligência coletiva, definida por ele como “a capacidade de trocar ideias, compartilhar informações e interesses comuns, criando comunidades e estimulando conexões”.(LEVY, 2003, *online*)

Ainda segundo o filósofo, o principal desafio da escola hoje é desenvolver uma cultura da colaboração que independe de estar no virtual ou no presencial. “As escolas devem ajudar as pessoas a avaliar e reconhecer o conhecimento que está nos outros. Talvez a escola deva ser o lugar onde se aprende a gerir conhecimento e a produzi-lo coletivamente” (LEVY, 2007, *online*). O autor atribui um papel fundamental ao educador como mediador desse processo, pois não acredita que haja uma pura espontaneidade em aprendizagens escolares. Ela precisa ser planejada e organizada. “As únicas redes que funcionam sem mediador são as de entretenimento”. (LEVY, 2007, *online*).

A partir desses conceitos percebemos a necessidade de promover situações em que prevaleça o grupo diante da individualidade, em que aprender constitua-se em viver situações em que as pessoas sintam-se bem em compartilhar experiências, de forma sistematizada, trazendo seu dia a dia para a escola. Nessa proposta de aprendizagem cooperativa, cada um assume seu papel no grupo, responsabilizando-se por ele, assumindo os créditos e as perdas, num processo que promova uma dinâmica de interação.

2.3 Interatividade

Vejam a relação que alguns teóricos estabelecem entre conhecimento e interação.

Segundo Vygotsky e Freire os sujeitos constroem seu conhecimento à medida que interagem. A interatividade, para Vygotsky (1991), é entendida como um processo de mediação entre sujeitos, numa construção de conhecimento partilhada, sendo condição indispensável para a aprendizagem. Segundo ele, o diálogo, a cooperação e a informação são enriquecidos pela heterogeneidade do grupo ampliando conseqüentemente as capacidades individuais, sendo que as funções mentais provêm das relações sociais.

Para Freire (1991), o conhecimento se dá na relação sujeito-sujeito e sujeito-mundo, pressuposto básico para a educação libertadora num processo de comunhão entre os homens e as mulheres, alimentando juntos o ideal utópico da mudança da sociedade.

Pierre Lévy (1999) assim o define: “O termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação. De fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo”.

Com isso podemos entender interatividade como o uso de recursos tecnológicos conectados em rede, que suscitam a participação e a reação. Disso resulta um ambiente cujo domínio da mídia promove a liberdade de escolha.

O conceito de interatividade é muito usado hoje de forma diversificada, mesmo quando se refere a ambientes educacionais mediados por computadores, ou a outros ambientes de aprendizagem, como a sala de aula.

A partir de uma perspectiva construtivista entende-se que os ambientes *on line* não promovem a aprendizagem baseados num clique, mas concentram-se na formação de espaços em que ideias são debatidas com liberdade e autonomia, nos quais o aprendizado constitui-se num preparo para uma atuação cidadã.

Nesse sentido, a postura do educador passa a ser a de mediador e não transmissor de conhecimento, propondo situações de aprendizagem centradas no educando.

3. BLOG

3.1. Definição e Histórico

Um *blog*, *blogue*, *weblog* ou caderno digital é uma página da *WEB*, que permite o acréscimo de atualizações de tamanho variável chamados artigos ou *posts*. Estes podem ser organizados de forma cronológica inversa ou divididos em *links* sequenciais, que trazem a temática da página, podendo ser escritos por várias pessoas, dependendo das suas regras.

O *blog* conta com algumas ferramentas para classificar informações técnicas a seu respeito, todas elas são disponibilizadas na *internet* por servidores e/ou usuários comuns. As ferramentas abrangem: registro de informações relativas a um site ou domínio da internet quanto ao número de acessos, páginas visitadas, tempo gasto, de qual *site* ou página o visitante veio, para onde vai do *site* ou página atual e uma série de outras informações. Os sistemas de criação e edição de *blogs* são muito atrativos pelas facilidades que oferecem, pois dispensam o conhecimento de HTML, o que atrai pessoas a criá-los.

Gutierrez (2004) afirma que “o que distingue os *weblogs* das páginas e sítios que se costuma encontrar na rede é a facilidade com que podem ser criados, editados e publicados, sem a necessidade de conhecimentos técnicos especializados”. Dadas a essa informação e aos serviços gratuitos, os *blogs* tiveram um crescimento considerável. A princípio foi usado, pelos jovens, como diário virtual, porém, na virada do século, o *blog* passou a ser utilizado como divulgador de temas e discursos variados num leque de possibilidades, tais como: o entretenimento, corporativismo e atividades de profissionais como jornalistas, empresários, políticos, escritores, professores e alunos que aos poucos estão descobrindo e explorando a principal de suas características, a interatividade, que pode levar à formação de redes colaborativas de aprendizagem.

3.2. Principais características dos Blogs

Os *Blogs* são espaços interativos, onde tudo pode ser publicado e dito, sem limites para o conteúdo, nem para quem pode ter um. Quaisquer pessoas ou comunidades, de qualquer idade ou região podem criar um *blog* e postar as informações que julgarem importantes para tal.

A principal dinâmica do *blog*, diferente de um diário, é que as postagens recentes ficam no princípio, ou seja: o que o blogueiro escreveu por último, o usuário vê primeiro.

Alguns *blogs* possuem um formato diferente, de acordo com as pessoas que o alimentam. Um exemplo é um *blog* em que as postagens são divididas em pastas ordenadas numa sequência necessária aos propósitos do alimentador e aos objetivos que quer alcançar frente aos usuários.

Uma grande vantagem do uso dos *blogs* é a gratuidade oferecida. Isso abre um leque de possibilidades, visto que poucos estão dispostos a pagar por este espaço na *web*.

Pelo exposto anteriormente, a cada dia, mais pessoas aderem ao uso dos *blogs*, postando seus comentários num intenso processo de colaboração.

3.3. *Blogs* como ferramenta de aprendizagem

Uma das aplicações mais interessante da *Web* para ambientes escolares é o *blog*, que conforme exposto anteriormente fornece a interatividade, a partir das postagens que vão desde um simples comentário até a inserção de artigos, imagens e vídeos.

Nas palavras de Freire (1996), “ninguém ensina ninguém; tampouco ninguém aprende sozinho. Os homens aprendem em comunhão, mediatizados pelo mundo”, fica clara a importância e eficiência do *blog*, do ponto de vista da construção do conhecimento na relação aluno-pensamento, que vai além da relação entre professor e aluno.

Os *blogs* “são aplicativos fáceis de usar que promovem o exercício da expressão criadora, do diálogo entre textos, da colaboração”, explica Gutierrez (2003, P.12), “*Blogs* possuem historicidade, preservam a construção e não apenas o produto (arquivos); são publicações dinâmicas que favorecem a formação de redes”, completa.

Os diários eletrônicos, observados nesta perspectiva, têm o poder de mudar o trabalho pedagógico promovendo o envolvimento dos participantes.

Outra grande vantagem do uso do *blog* na educação é a facilidade de o professor fazer intervenções, corrigindo e orientando todas as postagens, sem o limite de tempo imposto pela sala de aula, e da mesma forma o aluno pode realizar suas atividades no seu ritmo, conforme sua agenda e disposição. Desta maneira o aluno tem ampliada sua liberdade de expressão, embora necessitando da ciência de que, uma vez postados, os seus comentários poderão ser vistos por todos, sem que possa controlar. Este fato amplia a responsabilidade do professor blogueiro por tudo o que estiver publicado, bem como a do aluno que participa.

Moran (2007) enfatiza o uso do *blog* educacional afirmando que “quando focamos mais a aprendizagem dos alunos do que o ensino, a publicação da produção deles se torna fundamental”.

Desta forma, essa ferramenta pode constituir-se num recurso de apoio à aprendizagem por ser um espaço de criação coletiva, que aproxima professores e alunos, sem contar que, com o uso das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação), a escola cumpre o seu papel de preparar o aluno para os desafios impostos pela sociedade,

não na intenção da continuidade, mas da transformação da realidade que ora se apresenta.

3.4. *Edublogs*: ambientes de aprendizagem cooperativa

Sabemos que os *blogs* não foram criados para fins educacionais. Apesar disso estão sendo, cada vez mais utilizados no âmbito educacional, pela interatividade que promovem, permitindo um letramento digital, formando redes colaborativas no processo de construção dos saberes.

O uso de um *blog*, possibilita a retirada e fornecimento de informações e também favorece o desenvolvimento de um convívio ético, organizado e pautado pelos termos estabelecidos pelos usuários.

Desta forma a escola proporciona a alunos e professores o uso de uma ferramenta interativa, cumprindo com sua função social, o que vem ao encontro das teorias sociointeracionistas, pois estimula educadores e alunos a exercerem sua autonomia no aprimoramento da comunicação.

4. METODOLOGIA

4.1. O *Blog* Professora Marilene¹

Baseamos esta proposta na criação de um *blog* educativo, novidade para os alunos e para a escola, por saber da necessidade de promover o gosto pela leitura e pela escrita, bem como a interação, num processo de inserção e interesse pelo estudo.

Muito mais do que uma aula atrativa era importante observar se a ferramenta faria com que os alunos interagissem, num processo de participação cooperativa, na promoção da aprendizagem.

Com o decorrer do projeto, à medida que surgiram fatos, foram inseridas atividades no sentido de colaborar para o aprendizado e interesse do aluno.

4.2. Implementação do *Blog* Professora Marilene

Para avaliar o uso do *blog* como ferramenta de aprendizagem cooperativa a professora pesquisadora optou pela criação de um *blog* na disciplina de Língua Portuguesa, com a turma de oitava série do ensino fundamental, do período matutino, do Colégio Estadual Rio Branco, em Santo Antônio da Platina, no Paraná.

A professora sempre teve interesse em desempenhar sua função como práxis, definida por Freire (1984) como “reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo”. Além disso, sentiu a necessidade de melhorar a leitura e produção textual dos alunos, exercitando, de fato, a comunicação. A partir daí, o *blog* tornou-se um caminho para motivar os alunos, principalmente na socialização de seus conhecimentos.

Depois de pesquisada e definida, a proposta inicial do *blog* foi apresentada aos alunos. Cheios de expectativa, os alunos chegaram ao laboratório de informática para conhecer a ferramenta. Este momento constitui-se de extrema importância, tanto para os

¹ Blog professora Marilene no *link*: < <http://marifolhinha.blogspot.com/> > Acesso em setembro de 2010.

alunos que ainda não conheciam o laboratório de informática, quanto para os que nunca tinham acessado um *blog* educacional.

Após esse contato inicial dos alunos com a ferramenta, a professora deu sequência ao trabalho com o *blog* pedagógico, publicando a seguinte postagem, no dia 24 de setembro:

Olá, queridos alunos! Bem-vindos ao meu blog! Este espaço foi criado para que as aulas de Língua Portuguesa sejam uma oportunidade de você dizer o que pensa através de suas produções. Sua participação é essencial, então dê sugestões para que o uso da língua torne-se o mais agradável possível. Boa viagem a todos!!!

Percebe-se que a professora colocou-se no papel de animadora da inteligência coletiva, levando o aluno ao conhecimento da ferramenta, bem como sugerindo o tema a ser desenvolvido, integrando a aluno como colaborador e aprendiz neste processo.

Nesta oportunidade os educandos tiveram sua primeira participação, registrando suas impressões, que foram de entusiasmo, como se percebe em alguns comentários a seguir:

07.10.2010| Olá, professora! Tudo bom? Gostei muito do seu blog. Achei bom o design. Espero que nossas aulas possam ser mais divertidas e dinâmicas. Vou fazer o possível para participar de todas as aulas do blog. Um abraço. W.

07.10.2010| Oi, professora Mári! Achei super interessante essa proposta! Essa novidade tornará nossas aulas bem mais diretas e divertidas, por isso espero que essa proposta seja definitiva. Vamos todos participar ativamente de todas as atividades aqui postadas. Essa ideia é bem criativa! Beijo M.

20.10.2010| Boa tarde, professora Mári. Professora, achei a ideia do blog maravilhosa, assim podemos juntar lazer com dever, porque internet é parte da gente, então não custa nada aproveitar que estamos na internet e vir aqui postar os comentários e atividades. Muita gente vai surpreender aqui ehn?! Mas então, adorei o Blog. Beijo. J.

4.3. Etapas

Segundo as Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa (2008, p.50-51), o professor de Língua Portuguesa precisa propiciar ao educando a prática, a discussão, a leitura de textos das diferentes esferas sociais (jornalística, literária, publicitária, digital, etc). Sob o exposto, defende-se que as práticas discursivas abrangem, além dos textos escritos e falados, a integração da linguagem verbal com outras linguagens (multiletramentos):

[...] (as artes visuais, a música, o cinema, a fotografia, a semiologia gráfica, o vídeo, a televisão, o rádio, a publicidade, os quadrinhos, as charges, a multimídia e todas as formas infográficas ou qualquer outro meio linguageiro criado pelo homem), percebendo seu chão comum (são todas práticas sociais, discursivas) e suas especificidades (seus diferentes suportes tecnológicos, seus diferentes modos de composição e de geração de significados) (FARACO, 2002, p.101).

Considerando o acima exposto a professora selecionou textos observando sua esfera social de circulação: Cotidiana (bilhete, currículo), Literária/Artísticas (Poema, Literatura de Cordel, Fábulas) e Midiática (Blog).

A leitura dessas múltiplas linguagens, realizada com propriedade, garante o envolvimento do sujeito com as práticas discursivas, alterando “seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos” (SOARES, 1998, p. 18).

A professora inciou o trabalho resgatando uma poesia, feita pela maioria dos alunos, quando estavam na 6ª série. Após lerem a poesia e recordarem as imagens feitas, através do vídeo “O que te faz feliz” estavam motivados a escrever uma nova poesia com o mesmo tema.

A Lei nº 11.645, de 10/03/2008 e 20/12/1996, no seu Art. 26-A estabelece: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.”

Isto posto, trabalhamos a Literatura de Cordel em sala de aula e no *Blog*. Os alunos postaram suas criações considerando o tema racismo, e em 21.10.2010 tivemos a seguinte participação: “Racismo é preconceito, não xingue ninguém de preto. Pode dar até cadeia, essa falta de respeito. Isso não é brincadeira, é uma coisa verdadeira.” B.

Nas demais postagens e nas discussões promovidas sobre o assunto, os alunos revelaram uma postura de respeito, que pode ser justificado pelo número de afrodescentes que estudam no Ensino Fundamental – cerca de 12% - o que promove uma convivência em que as diferenças individuais não são fatores de exclusão, mas de valorização dos diversos grupos.

O trabalho com o currículo proporcionou situações bem interessantes. Postado como exemplo foi copiado por muitos alunos, de acordo com uma prática comum na confecção de trabalhos escolares. A partir desta conduta chamamos atenção dos alunos para a importância da criação, valorizando a capacidade deles, conforme recado da professora:

Caros alunos:

Parabéns àqueles que postaram dentro do prazo determinado! Quero que observem o seguinte:

* No modelo disponibilizado no Blog vocês deveriam copiar apenas os tópicos e não as respostas tal como se apresentavam;

* Copiar as anotações dos colegas é inadmissível, uma vez que todos têm capacidade para realizar suas próprias tarefas;

*Combinamos que todos deveriam ter cursado o terceiro grau (faculdade/Universidade), pelo menos;

* Os alunos que postaram na data marcada poderão refazer suas atividades, mas a postagem deve ser em aula presencial, conforme for orientado pela professora no próximo encontro, dia 03/11. Abraços.

Uma grande surpresa deste trabalho deu-se através dos comentários dos alunos participantes com os demais. Nesta oportunidade um dos alunos da Sala de Recursos, trabalho realizado pela professora em contraturno, sugeriu a participação no *blog*, já que os alunos estavam entusiasmados com a novidade, segundo postagem abaixo:

04.11.2010| Olá, professora: O seu blog está um arraso!(*_*). Eu gostaria de fazer parte dele. Que bom que nos vamos ter aulas aqui. As meninas da 8ª série da nossa escola não param de falar do seu Blog. Bom trabalho a todos! Beijos (*_*)(*_*). G.

O espaço das postagens serviu ora à professora, para lançar textos e propostas, ora aos alunos para publicar suas produções.

A mediação, no caso aqui, da educadora, é entendida por Vygotsky como necessária para o desenvolvimento potencial definido como as funções que possuem as

bases necessárias para serem desenvolvidas. A esse processo ele chamou de Zona de Desenvolvimento Proximal, ou seja:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKY, 1988, p.112).

Sem dúvida o *Blog* tornou-se um canal de comunicação e expressão diante das atividades apresentadas. A participação aconteceu de forma harmoniosa, o que muito contribuiu para que as atividades surtiram o efeito desejado pela professora.

Eis o texto que a professora escreveu em 01-12-2010, finalizando as atividades desta fase do *Blog*:

Queridos alunos:

Que bom que embarcaram comigo nessa viagem de leitura e escrita, reflexão e criatividade, muito bem demonstrada neste Blog, através de suas produções.

Que fique aqui registrado que serão sempre meus alunos e eu sua professora, ainda que velhinhos, nos reencontremos para um chá.

Passamos pela vida dos outros, muitas vezes, sem perceber o quanto deixamos de nós. Fiquemos atentos a isso.

Que vocês possam levar de mim o entusiasmo pela educação, o prazer que há no trabalho feito com amor, a seriedade aliada ao bom-humor e o aroma suave da convivência...

Registrem aqui um resumo do que foi para vocês essa temporada na web.

Um grande abraço.

Eis a resposta dos alunos conforme suas reações diante do uso da ferramenta:

02.12.2010| Olá Professora, foi muito legal passar todo esse tempo no laboratório de informática pois saímos dessa rotina de sala de aula, com certeza esse blog vai ficar em nossas memórias para sempre. G., D., B. L.

02.12.2010| Olá, querida professora Mári! Ahamos que foi uma experiência nova, um aprendizado a mais que levaremos para sempre. Sentiremos muitas saudades das brincadeiras ,das bagunças organizadas, das histórias e conselhos. A senhora fez muita diferença. BJOS dos fubazadas. A. P., C., G., H. e J., a própria. Uhsahuhushahhuas.

02.12.2010| Pois então, o Ensino Fundamental acabou, mesmo tendo sido pouco tempo para nós, foi inesquecível. E nesse último tempo, com a ideia do blog a criatividade se misturou com a diversão e assim, a aula ficou muito mais interessante. Apesar das falhas e travas de sistema, adoramos viajar nesse mundo da internet, uma coisa única e incomparável. Além do blog ser tão legal, temos tempo para fazer tanto na escola quanto em casa. Apesar de ter postado apenas algumas atividades esperamos que o Blog NÃO se acabe, e sim, continue evoluindo ainda mais, e agradecemos por todos os momentos bons que passamos juntos. Um grande abraço e um BIG beijo. Com muito amor, carinho e consideração de suas alunas: A., J., K., P. e S.

02.12.2010| Professora Marilene, gostamos muito do blog, foi muito bacana, bem feito, mas o único problema é que o sistema caía e atrapalhava o bom andamento da aula e isso às vezes acabava nos prejudicando, por que não dava tempo de terminar o conteúdo no dia. Mas mesmo assim as aulas eram mais práticas e melhor para fazer as atividades. O melhor disso e que a 8ª do ano que vem irá usar o blog. G., J., K., B. D., H.

Sabemos que o uso do computador dinamiza as aulas e é fundamental quando se trata de explorar atividades em um Blog. Mas por vezes, os computadores “travavam” rompendo o raciocínio dos alunos, que perdiam parte dos seus trabalhos.

Em razão disso, as atividades eram refeitas no caderno, até que a situação fosse regularizada, gerando desinteresse por parte dos discentes. Considerando que a aprendizagem acontece também por um processo de motivação, optamos por distribuir cinco alunos por computador para garantir que, com menos máquinas ligadas, concluíssemos as atividades de cada aula. Acreditamos não ser a dinâmica ideal, mas a única possível para que o Blog pudesse ser acessado nos horários de aula.

Percebe-se que, mesmo diante de alguns problemas de ordem técnica, citadas anteriormente, o *Blog* deu um novo direcionamento à escrita, que agora pode ser vista pela rede, bem como ampliou a leitura dos alunos, que precisam realmente compreender o que leem, e por fim colaborou para que o aprendizado não se limitasse ao momento, mas que fosse possível retomá-lo, a qualquer hora, apenas voltando à ferramenta.

4.4. Acessos e postagens no *Blog*

O *Blog* Professora Marilene foi criado em setembro de 2010 e até o final do ano contava com cerca de 2800 (duas mil e oitocentas) visitas. Considerando que somente os alunos, a princípio sabiam da ferramenta. Os acessos comprovam que estavam motivados a entrar e reler suas postagens e as dos colegas, os recadinhos da professora e demais suportes do Blog, quais sejam: Acordo Ortográfico, Dicionário, Conjugador de verbos, entre outros.

O número de acessos ao Blog surpreendeu a professora, principalmente porque cerca de 250 deles aconteceram durante as férias, o que indica que o Blog é uma boa ferramenta pedagógica a ser usada nas aulas de Língua Portuguesa.

Isto é demonstrado através do gráfico a seguir.



FIGURA 1 – Acessos ao Blog

Do início do Blog até hoje registramos mais de 3.000 (três mil) acessos, número muito significativo para um *blog* educacional. As interações ocorreram através das atividades realizadas (186 postagens) e pelos recados ou comentários (62 postagens). (FIGURA 2)

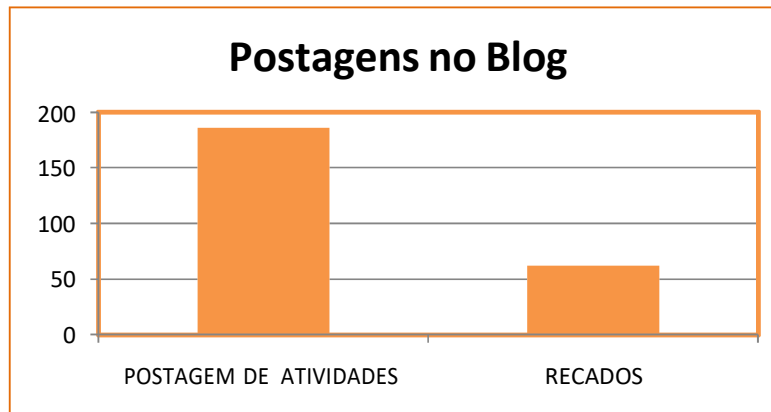


FIGURA 2 – Postagem de atividades e recados no *blog*

Além de postar as atividades na escola, durante as aulas, os alunos usaram a ferramenta em suas casas e *lan houses*, o que indica que o uso desta tecnologia foi uma boa escolha, pela promoção do acesso a uma ferramenta desconhecida pela maioria, o que levou os alunos a lerem e escreverem num contexto motivador, proporcionando o desenvolvimento do prazer ao realizar as atividades. (FIGURA 3)

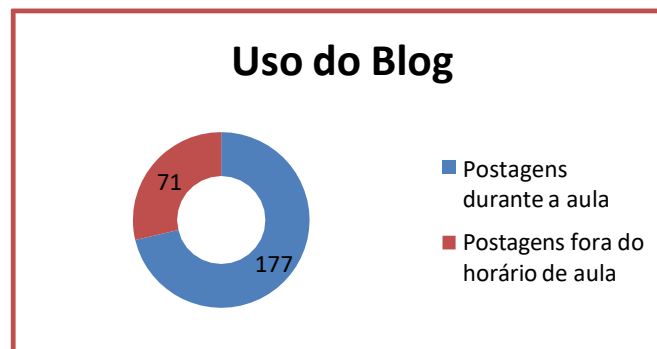


FIGURA 3 – Uso do *blog*

5. CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados no sentido de avaliar o *blog* como ferramenta educacional cooperativa, revelou-se a possibilidade do seu uso no alcance do aprendizado, norteado pelos princípios construtivistas e sociointeracionistas, favorecendo a prática da leitura e escrita, identificada no trabalho realizado pela professora.

Muito mais do que um espaço pedagógico, pode servir como espaço de interação, permitindo aos alunos compartilhar suas ideias com responsabilidade, fazendo uma análise crítica do que leem e do que escrevem.

As intervenções feitas pela professora respeitaram o processo de conhecimento de cada um, desafiando-os a escrever, ainda que de modo coloquial, as impressões e ideias referentes a cada atividade.

Para Gutierrez (2003, p.7) os *blogs* vêm consolidando-se como ambientes de construção cooperativa de conhecimento, num processo de construção livre e aberta,

que promove o uso social da informação e do conhecimento como direito de todos. Eles “passaram de uma expressão unicamente individual para uma forma de publicação em co-autoria...”

Essa construção pode modificar, acrescentar ou contribuir para uma nova estrutura de pensamento, ou para a consolidação dos novos papéis que devem ser assumidos pelos educadores e educandos, abrindo espaços para a pesquisa e para um olhar mais crítico sobre a questão em debate.

Aprender implica desconstruir uma informação verificando as suas relações, seu contexto e significados, comparando, testando e produzindo sentido. Um movimento que se dá dialogicamente, entre investigadores críticos no ato cognoscente. (FREIRE, 1983).

As tecnologias educacionais desenvolvem-se rapidamente. Cabe a cada educador apropriar-se das ferramentas disponíveis e utilizá-las de forma interativa e cooperativa, no intuito de proporcionar uma aprendizagem mais ativa.

O *Blog* Professora Marilene utilizou a pedagogia da autoria, sendo o conhecimento construído de forma cooperativa o que colaborou para uma educação com uma proposta aberta, diferente das práticas tradicionais.

Entendemos que o *blog* trouxe uma grande contribuição para o trabalho da professora, da escola e principalmente para os alunos, servindo de modelo para construções ainda melhor elaboradas, que possam garantir um aprendizado interativo e motivador.

6. REFERÊNCIAS

FARACO, C. A. Área de Linguagem: algumas contribuições para sua organização. In: KUENZER, A. (org.) **Ensino Médio** – construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **A importância do ato de ler**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUTIERREZ, S. de S. **Mapeando caminhos de autoria e autonomia**: a inserção das tecnologias educacionais informatizadas no trabalho de professores que cooperam em comunidades de pesquisadores. Porto Alegre-RS, 2003. P.233. Dissertação de Mestrado em Educação. UFRGS. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/2004-2/tese-edu-0432196.pdf> . Acesso em 10 ago. 2010.

GUTIERREZ, Suzana. **O Fenômeno dos Weblogs: as possibilidades trazidas por uma Tecnologia de publicação na Internet**. Informática na Educação: teoria & prática. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 87-100, jan/jun, 2003.

KASSIS, A. **Os blogs em processos de aprendizagem cooperativa e avaliação formativa**. Juiz de Fora-MG, 2007.66p. Monografia Curso de Especialização em Gestão de Educação a Distância. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://todosonline.com.br/ead/file.php/11/Blogosfera/Monografia-GEAD-UFJF-A_A.Kassis.pdf. Acesso em 5 set. 2010.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998.

MORAN, J. M.. **A educação que desejamos, novos desafios e como chegar lá**. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

OFICINA DA NET. **Definição de Blog**. Disponível em: http://www.oficinadanet.com.br/artigo/1400/definição_de_blog. Acesso em 14 dez. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica**. Curitiba. 2008.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CLAREZA E OBSCURIDADE NO TEXTO LEGAL

Me. Erika Mayrink Vullu (CES-JF¹)

RESUMO: Este artigo enfoca a relação entre linguagem e Direito, apontando o distanciamento entre a linguagem legal e a linguagem do homem médio. Também discute as relações entre linguagem e poder e destaca a perversidade da coexistência da ficção, juridicamente necessária, de que *a ninguém é dado escusar-se de cumprir a lei alegando o seu desconhecimento* com a perpetuação de uma linguagem jurídica obscura e proliferação irrefreada de leis. Defende, assim, a adoção de uma linguagem jurídica que, ao invés de afastar o homem médio do conhecimento de seus direitos e deveres em face da sociedade, se torne um meio propiciador desse conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem jurídica. Obscuridade e clareza no texto legal.

ABSTRACT: This article focuses on the relation between language and Law, pointing out the distance that prevails between legal language and the language of the common man. The thesis discusses the relation between language and power and calls attention to the perversity of the coexistence of the necessary juridical fiction that *no one can be excused of abiding to the law by claiming to ignore it* with the perpetuation of an obscure juridical language and the unrestrained proliferation of laws. It thus recommends the adoption of a juridical language that instead of deterring the common man from finding out what his rights and his responsibilities in face of society are, transforms itself in a means of favoring such knowledge.

KEYWORDS: Juridical language. Clarity and obscurity in legal texts

¹ Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - MG

1. A OPACIDADE DO TEXTO LEGAL

O distanciamento entre o homem comum e o Direito não é inerente à contemporaneidade. Há muitos séculos, juristas discutem sobre questões concernentes ao desconhecimento ou à não compreensão, pelo homem comum, do conteúdo das normas jurídicas.

Esse desconhecimento ou não compreensão do Direito é o tema de que trata o jurista argentino Carlos María Cárcova, na obra **A Opacidade do Direito**. Nela, o autor demonstra que, entre o Direito e o seu destinatário, existe uma barreira “*opaca*” que os distancia, impossibilitando aquele último de absorver do primeiro os seus conteúdos e sentidos, entender os seus processos e instrumentos, tornando-o, por isso, incapaz de dele se beneficiar como seria esperado. Diz Cárcova:

Existe, pois, uma opacidade do jurídico. O direito, que atua como uma lógica da vida social, como um livreto, como uma partitura, paradoxalmente não é conhecido, ou não é compreendido, pelo atores em cena. Estes realizam certos rituais, imitam condutas, reproduzem certos gestos, com pouca ou nenhuma percepção de seus significados e alcances. (Cárcova, 1998: 14).

Embora questões como essa já comecem a entrar no âmbito das discussões de muitos estudiosos e profissionais do Direito, o desconhecimento ou a não compreensão das normas jurídicas pelo homem comum, também denominado de “homem médio” na área jurídica,² ainda não é objeto de preocupação da maioria dos juristas: muito ao contrário, permanece a presunção de que a norma jurídica seja conhecida por todos.

Essa presunção é alvo de questionamentos entre muitos operadores do Direito. Tais questionamentos, de modo geral, têm fundamento já que é impossível conceber, a qualquer indivíduo, seja ele profissional do Direito ou não, que *todos* de uma dada comunidade conheçam *todas* as normas jurídicas. A essa evidente impossibilidade, chamada de “ficção jurídica”, o criminalista Francisco de Assis Toledo fez a seguinte referência:

Para que a lei penal³ possa desempenhar função pedagógica e motivar o comportamento humano, necessita ser facilmente acessível a todos, não só a juristas. Infelizmente, no estágio atual de nossa legislação, o ideal de que todos possam conhecer as leis penais parece cada vez mais longínquo, transformando-se, por imposição da própria lei, no dogma do conhecimento presumido, que outra coisa não é senão pura ficção jurídica. (Toledo, 1994:29).

Seguindo a mesma linha do pensamento de Toledo, embora de forma mais ácida e contundente, o constitucionalista argentino Gérman Bidart Campos argumenta que:

Nossa sociedade está inundada de normas de toda classe, de toda hierarquia, até da mais inferior. Somente a repetida estupidez de que, por uma presunção *juris et de jure*⁴, as leis são conhecidas por todos, pode colaborar para a miopia da aplicação rígida e fria do

² Na área jurídica, é comum classificar “homem médio” como o indivíduo mediano que integra as classes sociais dominantes. O problema dessa classificação é que ela não é embasada em nenhum dado objetivo, concreto, e sim em manifestações subjetivas de juristas.

³ Embora se fale em ‘lei penal’, tal afirmação é, aqui, estendida à lei civil já que toda lei deve ser acessível a todos, e não apenas a juristas.

⁴ Presunção absoluta que não admite prova em contrário.

axioma. Ora, a realidade nos diz que não são conhecidas por ninguém ou que o são por muito poucos. (*Apud* Cárcova, 1998: 37).

Outro que também questiona a presunção supracitada é o ilustre penalista Eugênio Raúl Zaffaroni (1987:529), ao afirmar que compreender uma norma não implica só conhecê-la. O conhecimento é um grau inferior à compreensão. Dessa forma, o homem médio até pode *conhecer* as normas jurídicas, mas, por não *compreendê-las*, por não estar em condições de interiorizá-las, não as buscará como fonte de consulta ou não saberá como efetivamente usá-las.

Uma das diversas fontes causadoras dessa não compreensão das normas jurídicas pelo homem médio é o texto legal cuja linguagem escrita vem, muitas vezes, repleta de arcaísmos linguísticos, peculiaridades e desajustes sintático-semânticos, vocábulos exageradamente herméticos, preciosismos vazios de significação, dentre outros, que só fazem dificultar o entendimento do homem médio quando lhe é necessário e conveniente consultar as leis.

Há uma grande diversidade de tipos de textos legais cujo receptor, muitas vezes, não é o homem médio. A jurisprudência, a doutrina e certas manifestações da prática forense se voltam especificamente para os chamados “operadores do Direito”. Já outras manifestações da prática forense, sobretudo as sentenças e os acórdãos, incidem diretamente sobre os jurisdicionados, podendo, assim, ter como destinatário também o homem comum. O conjunto de textos formado pelas leis, por sua vez, direciona-se tanto para os operadores do Direito quanto para o homem comum, já que o Direito, em larga medida, se funda na presunção de que a norma jurídica seja conhecida por todos.

Obviamente todos os textos legais devem primar pela concisão, clareza e harmonia textuais. Entretanto, a discussão aqui levantada focará apenas o texto das leis as quais, de uma forma ou de outra, atinjam diretamente o indivíduo comum.

Embora seja fato que Direito⁵ e linguagem constituam um par indissociável e que a linguagem é o “instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana” (Hjelmslev, 1975:1), é difícil aceitar que a linguagem seja um elemento que distancie o homem médio do Direito e, mais grave ainda, que esse fato não seja considerado realmente relevante por muitos daqueles envolvidos na elaboração de normas jurídicas.

No entanto, alguns operadores do Direito têm, nos dias de hoje, voltado sua atenção para o problema da linguagem “opaca” das normas jurídicas, fato que tem feito proliferar, além de amplas discussões no sentido de repensar as relações entre Direito e linguagem, uma variada gama de textos acadêmicos, artigos e obras, nos quais se percebe o repúdio de autores à falta de clareza, concisão e precisão, ao malabarismo sintático e ao pedantismo semântico-lexical, dos quais os legisladores se utilizam⁶ na elaboração de leis, códigos etc.

Um desses autores, o já citado Gérman Bidart Campos, argumenta que:

[...] normas há tão complicadas, tão mal redigidas, tão confusas, de tanta exuberância regulamentarista, de técnica tão deficiente, que até os especialistas da mais alta

⁵ Não apenas o Direito, mas toda e qualquer ciência.

⁶ Se essa utilização é feita de forma proposital, corporativista, ou não, é assunto que será discutido mais adiante.

qualidade e perícia quebram a cabeça para entender o que o autor quis dizer. Como então querer que o comum das pessoas as conheça, as compreenda e as cumpra! (*Apud* Cárcova, 1998: 37).

Outro que defende uma linguagem mais clara e menos rebuscada nos textos “jurídicos” é o advogado Eliasar Rosa. Ele afirma que:

Em verdade, não é a correção a primeira ou maior virtude do estilo. A clareza é que o é, não apenas para o advogado, mas para todos, pois que a linguagem é o meio geral de comunicação, seu fim supremo. Daí por que, quanto mais clara for, mais útil e eficaz ela será para preencher sua finalidade. Quem é obscuro manifesta, desde logo, ou o desejo de não ser facilmente compreendido, ou a inaptidão para se comunicar. (Rosa, 2003: 7).

Se, como afirmou Bidart Campos, “até os especialistas da mais alta qualidade e perícia quebram a cabeça para entender o que o autor quis dizer”, parece lógico deduzir que a linguagem jurídica, em muitas situações, não está atingindo um dos objetivos de toda e qualquer linguagem que é a comunicação⁷.

O francês André Jean Arnaud, doutor em Direito, analisa esse problema, questionando a real necessidade de se usar uma linguagem jurídica obscura e, muitas vezes, ininteligível para o leigo. Seria uma necessidade ou atitude premeditada?

Admite-se quase como uma fatalidade que os juristas têm sua própria linguagem e que se trata de uma necessidade técnica. (...) A questão que se propõe aqui consiste em saber se esta linguagem é uma necessidade ou se, antes de tudo, é uma técnica de terrorismo. Se não entendo nada do ato que me aponta o escrivão é por parvoíce ou porque devo sentir-me, desde o momento inicial da instância, em estado de inferioridade? (Arnaud, 1990: 63).

Nessa crítica interessante e perturbadora, há dois pontos que precisam ser destacados: o primeiro é a *necessidade técnica* a que se referiu Arnaud. Tal necessidade não é peculiar à área jurídica. Todas as profissões apresentam jargões, vocábulos técnicos, na maioria das vezes, compreendidos apenas pelo profissional da área. Assim acontece, entre outros, no âmbito da Medicina, Engenharia, Linguística e Informática. O problema não é, *a priori*, a linguagem técnica, cuja função é bem definida e aceita tanto, em maior escala, num contexto discursivo em que se encontrem profissionais de uma mesma área, quanto, em menor escala, num contexto em que se tenha, de um lado, um especialista, e, de outro, um leigo. A questão que se quer levantar, na verdade, é o apego de muitos operadores do Direito e legisladores ao preciosismo e ao rebuscamento gratuitos com que redigem os textos jurídicos, nestes incluídos os textos legais. Tais características, por seu caráter desnecessário, vazio e pedante, devem ser banidas de qualquer texto jurídico, em particular o legal, seja ele direcionado ao homem médio ou ao profissional do Direito⁸.

O segundo ponto refere-se à expressão *técnica do terrorismo* criada por Arnaud. Esse terrorismo reflete o corporativismo tão evidente da classe jurídica. Diz-se

⁷ Segundo a linguista e advogada Pimenta-Bueno (2004:167), há, nos dias atuais, duas grandes vertentes na Linguística: a primeira focaliza a língua como um instrumento do pensamento; a segunda, como um instrumento de comunicação (vertente à qual a autora deste artigo se filia, embora aceite certos pressupostos da primeira).

⁸ É importante ressaltar que preciosismo e rebuscamento devem ser evitados em qualquer tipo de texto, legal ou não.

corporativista porque boa parte das leis é elaborada de modo que o homem médio precise de um intérprete, ou seja, de um advogado que lhe *traduza* o texto legal. Assim, o conhecimento jurídico é monopolizado e fica restrito apenas aos operadores do Direito, como se eles fossem os únicos capazes de *decifrar o enigma* que há por trás das leis. Isso não significa que se esteja propondo abolir a função que esse profissional desempenha nas situações jurídicas. É óbvia a importância social que ele tem, assim como qualquer outro profissional. O que se pretende é demonstrar que, até mesmo para procurar o auxílio de um advogado, o homem médio precisa saber de seus direitos, e, para isso, é necessário que compreenda um pouco as leis que regem tanto seus deveres, quanto seus direitos.

Há ainda uma outra questão também extremamente relevante que parece ser desprezada nesse âmbito do Direito: o caráter mutável que acompanha toda sociedade seja, de maneira geral, nos indivíduos que a compõem, seja, de maneira mais específica, na linguagem que utilizam. Tomando rumos opostos a essa premissa da "mutabilidade", existe uma doutrina no Direito que, ainda nos dias de hoje, segundo o sociólogo Henri Lévy-Bruhl, defende o caráter estável e perpétuo das normas jurídicas. Essa é uma afirmação da qual ele discorda (assim como a autora deste artigo), apontando que:

(...) se o direito emana do grupo social, não poderia ter mais estabilidade que esse mesmo grupo. Ora, um agrupamento humano não é senão uma reunião mais ou menos natural, voluntária ou fortuita, de indivíduos de sexo e idades diferentes, grupo que nunca permanece semelhante a si mesmo, uma vez que os elementos de que se compõe modificam-se a todo instante pelo efeito do tempo (...) Como o direito, sendo a expressão da vontade de um grupo, poderia ser imutável, enquanto o grupo modifica-se constantemente? (Lévy-Bruhl, 1988: 29).

Acrescente-se ao exposto acima que, dentro do grupo que se modifica constantemente, há a língua cujo caráter também é mutável. Tal mutabilidade, segundo a ciência linguística, evidencia a natureza e a essência da linguagem. Se os indivíduos mudam, a língua também o faz. Da mesma forma, se variam os costumes e os hábitos, as línguas também variam, já que elas agem como os outros objetos culturais socialmente constituídos. Se assim é, o texto legal contemporâneo não deveria persistir num léxico arcaico nem em construções sintáticas obsoletas. É óbvio que a utilização de vocábulos que já caíram em desuso e de construções sintáticas típicas do século passado (períodos exageradamente extensos, repletos de vírgulas e pontos-e-vírgulas) prejudicam o mínimo de compreensão que se espera que o homem médio contemporâneo tenha ao consultar um texto legal.

É preciso enfatizar, no entanto, que o proposto acima não significa desrespeitar a norma culta da língua nem abandonar o jargão técnico da área jurídica. Tanto o padrão formal da língua quanto a linguagem técnica são imprescindíveis aos textos elaborados na área jurídica, como em qualquer ciência.

Embora muitos estudiosos e profissionais do Direito acreditem, seja por ideologia, seja por poder⁹, que a opacidade linguística comumente encontrada em normas jurídicas continuará a existir, mesmo que se manifestem ferozes contestadores, o que se pretende com esta discussão é demonstrar que a opção por se redigirem certos textos legais utilizando-se de uma linguagem sem grandes distorções sintáticas, mais precisa e clara, livre do verniz erudito e do preciosismo tão cultuados por muitos da área jurídica, pode

⁹ Questões que serão discutidas a seguir.

melhorar substancialmente a relação entre o homem médio e o Direito. Ademais, a proposta por uma linguagem menos obscura, e mais precisa e compreensível, só vem a facilitar, ao indivíduo leigo, o acesso à justiça, objeto de atenção de muitos operadores do Direito nas últimas décadas. Não faz sentido discutir essa questão, fundamental à vida de todo e qualquer cidadão, e estabelecer metas que facilitem o acesso do homem médio à justiça, se a linguagem jurídica, aos olhos dele, continuar ancorada na opacidade e obscuridade, elementos que mantêm a marginalidade a que esse homem foi submetido e, conseqüentemente, distante das normas que regulamentam a sua vida social.

2. A IDEOLOGIA E O PODER NO DISCURSO JURÍDICO

Além dos aspectos linguísticos apontados anteriormente, a questão da ideologia e do poder que estão por trás do discurso jurídico, em particular do texto legal, constitui outro fator determinante da opacidade do Direito.

Os estudos voltados para a questão da ideologia vêm se desenvolvendo há bastante tempo em várias áreas das ciências sociais. Dessa questão se ocupam psicanalistas, linguistas, filósofos, sociólogos etc. Algumas linhas, por meio das quais o estudo da ideologia se desenvolve, relacionam-se ao Direito, em especial à questão da opacidade jurídica, na qual as díades "ideologia e discurso" e "poder e Direito" encontram variadas e polêmicas discussões. A seguir, serão levantadas algumas dessas discussões que, de uma forma ou de outra, relacionam-se à opacidade da linguagem jurídica.

Carlos Cossio, jurista e filósofo argentino, estabelece uma estreita ligação entre Direito e ideologia, apoiando-se em algumas ideias de Marx. Para esse pensador alemão, Direito e Estado coexistem. Um não existe sem o outro, e o Estado representa um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, da burguesia sobre o proletariado. Partindo dessa ideia, Cossio produziu um determinado esclarecimento jurídico, particularmente interessante a este artigo, que retrata a ideologia como originária dos interesses de dominação de algum grupo de poder. Segundo Cossio, esses interesses promovem a ideologia e, ao mesmo tempo, tornam-se mascarados por aquilo que ela diz:

(...) se nosso tema nos enquadra na cultura ocidental e dentro dela nos limita aos últimos duzentos anos, falar de ideologias jurídicas significa, de fato, falar do capitalismo no sentido de um desmascaramento de seus interesses no âmbito das doutrinas jurídicas, tanto científicas como filosóficas (...) Pois o jurista, suspeitosamente alheio aos fortes ventos do mundo ao seu redor, ainda está na tessitura de que as falhas ideológicas só podem alcançar o legislador ou o juiz, mas não a ele propriamente, em virtude da neutralidade científica que o definiria. (*Apud* CÁRCOVA, 1998: 153).

Assim como Cossio, que insere no conceito de ideologia as relações de dominação de um dado grupo social, Cárcova também faz alusões ao poder e à dominação social que estão por trás da ideologia jurídica:

O poder, assentado no conhecimento do modo de operar do direito, se exerce, parcialmente, pelo desconhecimento generalizado desses modos de operar. A preservação desse poder é assim fatalmente ligada à reprodução do efeito do desconhecimento.

Segue daí que a opacidade do Direito, sua falta de transparência, a circunstância de não ser cabalmente compreendido etc., pelo menos no contexto das formações sociais contemporâneas, longe de ser um acidente ou acaso, um problema instrumental suscetível de solução com reformas oportunas, alinha-se como uma demanda objetiva de funcionamento do sistema. Como um requisito que tende a escamotear – como ideologia em geral – o sentido das relações estruturais estabelecidas entre os sujeitos, com a finalidade de legitimar/reproduzir as dadas formas da dominação social. (CÁRCOVA, 1998: 165).

Cárcova acrescenta ainda que essas formas de dominação social estão assentadas, de um lado, no conhecimento do Direito pelos profissionais dessa área e, de outro, no seu desconhecimento pelo homem médio. Diz o jurista que "(...) o poder reserva o saber para uma função social diferenciada, a dos técnicos, dos juristas. Os homens da lei conhecem o direito, sancionam-no e aplicam-no e este conhecimento é monopolizado" (CÁRCOVA, 1998: 168).

É preciso então considerar que essa questão da ideologia e do poder está associada não apenas aos interesses de dominação de uma classe social sobre outra, mas também ao interesse corporativista de uma classe profissional, a dos operadores do Direito.

Vale acrescentar uma relevante consideração feita pelo filósofo Michel Foucault a esse respeito. Para ele, todo conhecimento, todo saber constitui novas relações de poder. Não existe saber neutro, porque todo saber é político. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber:

Temos, portanto, nas sociedades modernas, a partir do século XIX até hoje, por um lado, uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulado em torno do princípio do corpo social e da delegação do poder; e por outro, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garanta efetivamente a coesão deste mesmo corpo social.

Um direito de soberania e um mecanismo de disciplina: é dentro destes limites que se dá o exercício do poder. (...) O que não quer dizer que exista, de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito - o da soberania - e de outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder. Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. (FOUCAULT, 1979: 189).

Fica fácil perceber, com as palavras de Foucault, que o conhecimento constitui uma forma de dominação de um dado grupo sobre outro. Sendo assim, o Direito está intrinsecamente ligado ao poder, já que seu *operar* pelos *dominadores* — profissionais da área jurídica — exige, por essência, um certo desconhecimento de seu mecanismo por parte dos *dominados* — os homens comuns.

Não se está fazendo alusão, como se pode perceber pelo uso do adjetivo “certo”, ao total desconhecimento das leis por esses indivíduos. Em primeiro lugar, porque existem leis básicas cuja regulamentação todos conhecem e sabem (por exemplo, em nossa sociedade, todos sabem que matar é crime e que tal delito é punido com prisão); em segundo, porque o homem comum não precisa saber de todas as normas jurídicas, haja vista que até mesmo advogados e juízes do mais alto gabarito não as conhecem em sua totalidade.

Mesmo que seja praticamente impossível os operadores do Direito conhecerem todas as leis, e é até mesmo por isso que eles se especializam, não se pode negar que esses profissionais, os quais se ocupam em criar e aplicar as normas jurídicas,

os procedimentos de controle e regulamentação das condutas, se tornam depositários de uma forma de poder social específica, baseada não só no conhecimento técnico que possuem, mas também num certo desconhecimento do homem médio. Uma das formas de exercício desse poder, como já mencionado, é a certeza de que só um grupo especialmente preparado é capaz de extrair da norma jurídica as respostas que se fizerem necessárias. E será exatamente pela preservação desse poder, ancorado numa secular ideologia de manipulação e numa linguagem opaca e obscura, que, para muitos estudiosos, o Direito continuará inacessível para a maioria das pessoas.

Entretanto, dentro de uma perspectiva linguística e não jurídica, é possível sim a elaboração de textos legais, utilizando-se de uma linguagem clara, precisa e concisa, sem que se ignorem o aspecto formal da língua e o vocabulário técnico do Direito. Obviamente não se tem a ilusão de que o homem médio passe a conhecer as normas jurídicas em sua totalidade caso os legisladores ajam como proposto. Há muitas outras questões concernentes a essa problemática que não foram discutidas aqui. Espera-se apenas que uma abordagem linguística que valorize a efetiva comunicação escrita entre seus interlocutores tenha relevância no âmbito de estudos de textos legais.

3. A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E DISCURSO JURÍDICO

A busca por esse tipo de abordagem linguística na redação das leis, certamente, esbarrará em questões políticas, às quais o Direito está intimamente ligado. A ideologia e o poder, duas das causas da opacidade do Direito discutidas até então, são elementos indispensáveis à política. Nesse contexto, serão apontadas algumas reflexões de Hannah Arendt, eminente filósofa da atualidade, quanto à política do século XX, em especial ao que se denomina de *espaço público*, reflexão que se considera relevante à temática aqui desenvolvida.

Tendo como base a história antiga romana e grega, Arendt, na obra **A condição humana**, assinalou duas esferas distintas da atuação do homem: o espaço público e o privado. Segundo ela, enquanto que a vida privada decorre da necessidade e da desigualdade; a vida pública, comum a todos, exige liberdade e igualdade. É no espaço público que o homem pode agir, através do discurso, para buscar a transformação do mundo, ou seja, é na esfera pública que o homem se torna um cidadão e assim exercita a política¹⁰.

No entanto, ao se projetar essa concepção de espaço público na política contemporânea, é fácil constatar que há uma inversão de papéis em que o público submete-se a interesses privados. Um dos elementos que reafirma esse desinteresse pelo que deveria ser público é a linguagem corporativista e, muitas vezes, propositadamente incompreensível aos olhos do homem médio, utilizada por aqueles que legislam. Se, como diz Arendt, é no espaço público que o ser humano pode agir por meio do discurso, se a política representa o pensamento no plural, a linguagem utilizada nos textos legais deveria ser clara ao homem médio, e não apenas a uma pequena parcela de indivíduos, de forma que ele pudesse ter o mínimo de compreensão quando lhe fosse necessário consultar as leis que são de seu interesse.

Essa acomodação política a que se submetem muitos dos legisladores pode ser comprovada em uma declaração do ex-Ministro da Justiça e ex-presidente do Supremo

¹⁰ ARENDT, H. **A Condição Humana**. RJ: Forense Universitária, 1993: 41-43.

Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, dada ao Jornal *O Globo*, de 07 de julho de 2004, durante uma entrevista em que se discutiram problemas concernentes à reforma do Judiciário brasileiro. Embora esse assunto não se relacione diretamente às questões aqui discutidas, é possível inferir da declaração do Ministro certas conclusões que se alinham à temática deste artigo. Ao ser interrogado se o fato de a taxaço dos servidores inativos ter chegado ao STF não seria um sinal de que o Congresso deixaria brechas ao legislar, o Ministro deu a seguinte resposta:

(...) A aprovaço da lei depende da ambiguidade do texto. Quando fui deputado, o doutor Ulysses (Guimarões, presidente da Assembleia Constituinte) pedia para eu escrever os artigos da Constituiço. Eu mostrava para ele o texto tecnicamente perfeito, sem brechas. Mas aí o texto só tinha 20% dos votos. Então eu redigi outros textos, aumentando o nível de ambiguidade, até chegar no ponto do acordo. Faz parte do jogo democrático.

Essa declaraço parece justificar o fato de que muitos dos legisladores não têm interesse em elaborar leis precisas, sem ambiguidade e obscuridade intencionais. Tal desinteresse é assim explicado por Paolo Semama, na obra **Linguagem e Poder**:

Uma ordenaço jurídica ideal deve conter um sistema de normas providas de coerência, acabamento e independência (...) Por outro lado, o que mais surpreende quando se examina a linguagem do poder dos vários pontos de vista formais é exatamente a falta de acabamento e da coerência que se devem em larga escala à oportunidade política de deixar na dúvida em bom número de termos. (Semama, 1981:139).

É preciso, no entanto, reconhecer que, além dessas implicaçoes negativas, o trinômio Direito, linguagem e política também traz efeitos positivos na redaço das leis cuja linguagem também necessita de uma certa flexibilidade, muitas vezes alcançada exatamente pelo uso da ambiguidade e imprecisào.

Como justificativa para esse uso, muitos profissionais da área jurídica, ao tratarem da significaço das palavras da lei, defendem a ideia de que a linguagem do Direito é necessariamente linguagem natural, e não linguagem técnica, com termos rigorosamente precisos e evidentes. Sendo natural, a linguagem vai apresentar, além da ambiguidade e da imprecisào, textura aberta, que, de acordo com Noel Struchiner, “é a possibilidade permanente de existêcia de uma região de significado onde não conseguimos determinar com segurança se a palavra se aplica ou não.”(2002:6). Isso quer dizer que as palavras podem ter significado flexível já que não conseguem dar conta de todos os aspectos de uma dada situaço.

O efeito da textura aberta da linguagem para o Direito é que, assim como existem regras legais claras que podem ser aplicadas em determinados casos sem problemas de interpretaço, existem aquelas que se mostram problemáticas quanto à sua interpretaço. Nesse caso, “cabe ao juiz exercer o seu poder discricionário, e assim tornar a regra menos vaga para os casos futuros.” (Struchiner, Op. Cit.: 73-74).

Um outro efeito positivo da textura aberta dos textos legais é o fato de que ela abre a possibilidade de se compreender e aplicar uma dada lei mesmo que tenha sido criada há dez ou vinte anos, época em que não se poderiam antecipar certas situaçoes futuras. Por isso, torna-se pouco provável que se criem leis cuja linguagem seja rigorosamente hermética e precisa.

Tal implicaço, pela sua relevância nos estudos jurídicos, deve ser respeitada. Entretanto, o foco de interesse aqui é propor que a opacidade do texto legal, muitas

vezes gratuita, sob o ponto de vista linguístico, seja evitada. Se assim se fizer, o homem médio, por meio da redação das leis, conseguirá alcançar o mínimo de entendimento que se deve ter ao consultar normas que norteiem o convívio em sociedade. Para isso, é necessário que se observem três requisitos fundamentais à elaboração de um texto: a clareza, a concisão e a precisão.

4. AS QUALIDADES TEXTUAIS

São três as qualidades primordiais a qualquer texto não literário: a *clareza*, a *concisão* e a *precisão*. Rocha Lima e Barbadinho Neto assim definem a importância de se respeitarem essas qualidades:

De fato, que outra coisa significa a busca, por exemplo, de precisão e naturalidade na escolha das palavras e no modo de construir a frase, senão o empenho de sermos claro e correto na expressão do pensamento? Quando evitamos o repisamento de ideias, o acúmulo de palavras inúteis, o derramado de circunlóquios cansativos, a má pontuação, etc. —, o que nos impulsiona é ainda o propósito de remover quanto possa tornar obscuro o nosso texto. (Rocha Lima e Barbadinho Neto, 1980: 26)

Complementadas com alguns acréscimos de cunho jurídico, tais considerações também podem ser encontradas no **Manual de Redação da Presidência da República**, criado em 1991, com a finalidade de atualizar e uniformizar as normas de redação de atos e comunicações oficiais. Nele, afirma-se que:

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: “*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*”. (...) Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão. (1991: 4)

4.1 Clareza

A clareza — talvez a principal qualidade de um texto, seja ele legal ou não — é um requisito preponderante para que a comunicação se realize. Se um texto não é claro, o conteúdo que se quer enunciar pode se tornar, aos olhos do leitor, um emaranhado de palavras, sem coerência e, assim, sem textualidade¹¹.

Martins e Zilberknop confirmam tal afirmação e esclarecem que:

Para que a comunicação se faça clara, é preciso que o pensamento de quem comunica também seja claro. Portanto, de uma cabeça confusa, com ideias emaranhadas, será praticamente impossível brotar uma mensagem clara.

¹¹ Koch e Travaglia (2001:45) definem textualidade como “*aquilo que converte uma sequência linguística em texto*”. Para Halliday (1973:343-366), por meio da função textual, que se refere à criação do texto, o discurso torna-se possível já que o emissor pode produzir um texto, e o receptor pode compreendê-lo.

Outros fatores que poderão concorrer para uma comunicação imperfeita são: pontuação incorreta, má disposição das palavras na frase, omissão de alguns termos (principalmente pronomes), imprecisão vocabular, excesso de intercalações, ambiguidade causada pelos pronomes possessivos, relativos, etc. (Martins e Zilberknop, 1994: 70-71)

Voltando-se especificamente à redação de textos oficiais, o **Manual de Redação da Presidência da República** ratifica a importância de se atentar para a clareza das ideias e aponta fatores que podem auxiliar a se evitar a obscuridade em um texto oficial:

A *clareza* deve ser a qualidade básica de todo texto oficial (...). Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. No entanto a clareza não é algo que se atinja por si só: ela depende estritamente das demais características da redação oficial. Para ela concorrem:

[...]

- b) o uso do padrão culto de linguagem, em princípio, de entendimento geral e por definição avesso a vocábulos de circulação restrita, como a gíria e o jargão;
- c) a formalidade e a padronização, que possibilitam a imprescindível uniformidade dos textos;
- d) a concisão, que faz desaparecer do texto os excessos linguísticos que nada lhe acrescentam.

É pela correta observação dessas características que se redige com clareza. (1991: 6)

Para encerrar esta discussão, leia-se a seguir o texto proferido pela desembargadora Margarida Cantarelli, presidente do Tribunal Federal da 5ª Região, ao iniciar o Simpósio Nacional de Direito e Imprensa: Desencontros de linguagem, realizado em Recife, PE, nos dias 25 e 26 de setembro de 2003, no Salão do Pleno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5):

É motivo de gaudio recebê-los neste Sodalício, lócus de um Juízo *ad quem*, onde são vergastadas *decisa a quo* e acórdãos objurgados, *inter alia* por infringentes, *mandamus*, writs ou remédio heróico. No Pretório Excelso e no Superior extraímos escólios ou excertos para dar ou negar provimento aos arestos invectivados. Fui clara?

É óbvia a resposta negativa à pergunta, como também é evidente a maneira irônica e contundente com que a desembargadora abriu o referido Simpósio que tratava exatamente da falta de clareza que há em muitos dos textos jurídicos. Cantarelli é a favor de que se extermine o excesso de termos jurídicos nas peças processuais, para que o Judiciário seja mais bem compreendido pela sociedade.

Note-se que, no texto dito pela desembargadora, a profusão de termos técnicos, muitos deles em latim, o uso de vocábulos eruditos e de orações intercaladas, alguns dos fatores citados por Martins e Zilberknop e pelo **Manual de Redação da Presidência da República**, são os causadores da obscuridade do texto em questão.

4.2 Concisão

Numa época em que a agilidade e a praticidade são imperativas ao homem contemporâneo, é natural que a comunicação deixe de ser linguisticamente prolixa e extensa, e seja rápida e econômica. O uso de frases curtas e concisas, em que se comunique apenas o essencial e se desprezem circunlóquios e palavras desnecessárias, é

uma forma de imprimir clareza e rapidez em certos textos que têm como característica preponderante a objetividade, como é o caso dos textos das normas legais.

Como complemento e fundamento a essa declaração, ressalta-se, novamente, uma colocação do **Manual de Redação da Presidência da República**:

A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. (...) O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se devem eliminar passagens substanciais do texto no afã de reduzi-lo em tamanho. Trata-se exclusivamente de cortar palavras inúteis, redundâncias, passagens que nada acrescentem ao que já foi dito. (1991: 6).

A essa orientação do **Manual**, pode-se acrescentar, também, parte do Art. 11 da Lei Complementar 95 (alterada pela Lei Complementar nº 107), que trata das técnicas de elaboração, redação e alteração das leis. Nele, determina-se que “As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógicas, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:[...] b) usar frases curtas e concisas [...]”.

A opinião de Rocha Lima e Barbadinho Neto, embora mais abrangente e não específica para textos legais, como o fizeram o **Manual** e a alínea **b** do Art. 11, corrobora o valor da concisão para se evitar a obscuridade:

Qualidade que nos ensina a cultivar a economia verbal, sem prejuízo da mais completa e perfeita eficácia da comunicação do pensamento. A concisão contribui muito para a clareza (...) Devem banir-se as repetições supérfluas, assim como de conceitos como de palavras; os circunlóquios inexpressivos, que possam reduzir-se a um modo de dizer menos desperdiçado (...); as redundâncias e pleonasmos viciosos, etc. Defeito muito frequente é o abuso da subordinação, estrutura que de si favorece a prolixidade quando a manejam mãos pouco adestradas. Torna-se estafantemente longo o período recheado de subordinações e orações intercaladas que se enovelam e emaranham, e não raro se perdem extraviadas... (Rocha Lima e Barbadinho Neto, 1980: 33)

4.3 Precisão

A busca pela precisão em um texto é a árdua tarefa de escolher a palavra certa para a ideia que se quer exprimir. Árdua sim, mas necessária quando não se quer que a impropriedade vocabular torne a linguagem ambígua e obscura, principalmente quando se trata da redação de uma norma legal.

Acerca dessa questão, encontra-se no **Manual**, dentre outros requisitos essenciais a serem observados na formulação de disposições legais, a seguinte determinação:

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as consequências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias. (1991: 83)

Embora não faça alusão à redação oficial, outro que também defende a importância da precisão para se obter clareza em um texto é Ulisses Infante¹². O autor diz que:

A seleção vocabular é um dos elementos da mensagem a que devemos estar atentos para melhorar a eficiência do que escrevemos. O vocabulário empregado em nossos textos deve orientar-se para a precisão e a simplicidade. (...) A finalidade de um texto é ser compreendido, permitindo ao leitor a captação de um determinado conteúdo. Desse modo, o vocabulário deve ser um instrumento de clareza e precisão, e não uma fonte de equívocos. (2000: 200)

A simplicidade a que se refere Infante não pode ser relacionada ao abandono de vocabulário técnico, elemento inerente à linguagem jurídica. É certo que, em textos legais, o uso de vocábulos técnicos é fator imprescindível à clareza que se quer imprimir à determinação imposta pela norma. A utilização exagerada de jargões, substancialmente voltados ao tradicionalismo jurídico, é que se deve evitar para que a conteúdo da norma legal não se perca na imprecisão e obscuridade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui defender a ideia de que o texto legal, principalmente o que é direcionado ao homem médio, deve apresentar qualidades textuais que o deixem menos obscuro para aqueles que não pertençam ao âmbito jurídico.

Apresentaram-se opiniões de profissionais ligados ao Direito e à Língua Portuguesa que confirmaram a necessidade de o texto legal perder o hermetismo e o rebuscamento gratuitos, expedientes ainda bastante cultuados por muitos advogados, juristas e legisladores.

A intenção não foi a de propor um aprimoramento linguístico das normas legais com o objetivo de tornar o homem médio brasileiro um exímio conhecedor e intérprete das leis. Afinal, esta tarefa cabe, precipuamente, aos operadores do Direito, dentre os quais se encontram os advogados, a quem o homem médio poderá recorrer, quando for preciso. O que se pretendeu, na verdade, foi propor que os operadores do Direito se conscientizem da necessidade de virem a adotar uma postura linguística voltada para a clareza e precisão, a fim de que o homem médio consiga, ao menos, entender o que lê nas normas jurídicas de Direito material que o têm como destinatário principal. Só dessa forma se poderá fazer com que essas normas deixem de constituir para ele um enigma impossível de decifrar, o que é especialmente perverso, considerando-se a ficção, juridicamente necessária, de que a ninguém é dado escusar-se de cumprir a lei alegando o seu desconhecimento.

Assim, talvez, a linguagem jurídica poderá vir a tornar-se um veículo que aproxime um pouco mais o homem médio das normas que norteiam a sua vida em sociedade, deixando de ser um instrumento pelo qual ele delas seja forçosa e inevitavelmente afastado.

¹² Infante é autor de diversas obras didáticas que versam sobre a Língua Portuguesa, entre elas gramáticas e manuais de redação voltados para o ensino médio.

6. REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 6 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. Título original: *The human condition*.

_____. **Entre o passado e futuro**. Tradução de Mauro W. B. de Almeida. 2 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. Título original: *Between past and future*.

ARNAUD, A. J. Notas sobre el lenguaje de los Tribunales. In_: **El derecho sin máscara**. San Sebastián: Ed. Laboratorio de sociología jurídica, 1990.

BRASIL. **Lei Complementar nº 95**, 26/02/1998. Dispõe sobre as técnicas de elaboração, redação e alteração das leis. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2004.

BRASIL. **Lei Complementar 107**, 26/04/2001. Altera a Lei Complementar 95. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2004.

CÁRCOVA, C. M. **A opacidade do Direito**. São Paulo: LTR, 1998.

CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975. Título original: *Prolegomena to a theory of language* Português.

HALLIDAY, M. A . K. The Functional Basis of Language. In: B. BERNSTEIN (Ed.). **Class, Codes and Control**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1973. pp. 343-366.

INFANTE, U. **Textos: leituras e escritas**. Literatura, língua e redação. v. 1. São Paulo: Scipione, 2000.

JOBIM, N. **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 jul. 2004. Caderno: O País, p. 13. Entrevista.

KASPARY, A. J. **Linguagem do Direito**. Disponível em: <<http://www.fesmp.org.br>>. Acesso em: 6 jul. 2004.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LÉVY-BRUHL, H. **Sociologia do Direito**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIMA, C. H. R; BARBADINHO NETO, R. **Manual de redação**. 2 edição. Rio de Janeiro: Fename, 1980.

LIMA, C.H.R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 36 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MALEY, Y. The language of legislation. In: **Language in society**. v. 16. nº 1. Cambridge University Press: Cambridge, 1987. pp. 25-48.

MARTINS, D. S. ; ZILBERKNOP, I. S. **Português instrumental**. 16 ed. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzato, 1994.

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

PIMENTA-BUENO, M. do N. S. **A evolução do pensamento linguístico**. Parte 1: Dos Gregos à Modernidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Papel Virtual Ed., 2004.

PIMENTA-BUENO, M. do N. S. e SILVA, R. S. F. L. **Aspectos do texto legislativo penal como subgênero textual**. No prelo.

PITA, F. A. **Acesso à Justiça e a Opacidade do direito**: uma luta inglória? Disponível em: <<http://www.uefs.br/coldir/artigo>>. Acesso em: 7 jun. 2004.

ROSA, E. **Linguagem forense**: os erros mais comuns nas petições. 10 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

SEMAMA, P. **Linguagem e poder**. Tradução de Wamberto H. Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. Título original: Linguaggio e Potere.

STRUCHINER, N. **Uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

TAVARES, A. L. L. **Elementos romanos na noção de espaço público em Hannah Arendt**. Disponível em:

<http://www.pucRio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev11_analucia.html>. Acesso em: 25 ago 2004.

TOLEDO, F. A. **Princípios básicos de direito penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

LUSOFONIA E O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO:
QUESTÕES POLÍTICAS E LINGUÍSTICAS

Aline Carla Dalmutt¹
Cláudio José de Almeida MELLO²

RESUMO: Este artigo apresenta considerações acerca do contexto da lusofonia no século XXI, motivadas pelas polêmicas suscitadas por conta do acordo ortográfico, que parece ameaçar uma paz da cultura lusófona e, ao mesmo tempo, ser um sinal de harmônica unificação dos países lusófonos. O objetivo é mostrar que os conflitos fazem parte do processo histórico das transformações culturais dos países de língua oficial portuguesa, e que a existência da polêmica sobre o tema indica ter uma motivação política, e não estritamente linguística. A relevância está em buscar raízes históricas do desenvolvimento da lusofonia, o que permite compreender a importância social, política, econômica e linguística do novo Acordo Ortográfico. Conclui-se que as transformações da Língua Portuguesa, como os conflitos gerados pelo novo Acordo, trazem aspectos positivos, na medida em que se constituem como mecanismos legítimos da atualização da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Lusofonia. Acordo ortográfico. Língua Portuguesa.

ABSTRACT: This article presents considerations regarding the lusophony context in the 21st century, motivated by controversies aroused by the new orthographic agreement, which seems to threaten the peaceful lusophone culture and, at the same time is a sign of harmonic unification of the lusophone countries. The objective of this work is to show that conflicts are integrated in the historical process of cultural transformation in countries where Portuguese is the official language, and the existence of this controversy about the theme indicates a political motivation and not strictly linguistic. The importance consists in searching for historical roots of lusophony development, which enable us to understand the social, political, economic and linguistic relevance of the new Orthographic Agreement. As conclusion, the changes in the Portuguese language, as well as the conflicts begotten by the new agreement bring positive aspects, as they constitute a legitimate mechanism to update the language.

KEYWORDS: Lusophony. Orthographic agreement. Portuguese language.

1. INTRODUÇÃO

Às vezes esquecemos que a língua é a identidade, a personalidade de um povo — “a língua é minha pátria”, já dizia Camões —, o que remete ao fato de que no uso da linguagem o que está em questão não são simples palavras sendo aprendidas, faladas, escritas e difundidas, mas toda uma conjuntura cultural e a história de um povo: a língua é um fenômeno social, no dizer de Bakhtin (1992).

¹ Discente do curso de Letras-Português da UNICENTRO, bolsista do PET – LETRAS e aluna de Iniciação Científica na área de Língua e Literatura.

² Doutor em Letras, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava-PR; Líder do Grupo de Pesquisa Literatura e Educação.

Apesar disso, mesmo entre falantes da língua de Machado de Assis, pouco se sabe e poucos se interessam pela dinâmica da língua portuguesa, seu percurso histórico, os obstáculos percorridos e seus prestígios. Isto faz que se levante a inquietude que promove este estudo, que busca compreender as motivações econômicas, políticas e culturais da importância da língua portuguesa no mundo, e os embates atuais acerca do Acordo Ortográfico.

Os objetivos são verificar em que medida existiria uma estrutura que envolve identidades culturais próprias dos falantes de Língua Portuguesa; contribuir para a superação do desconhecimento dos povos que falam português e não têm ideia da existência de uma cultura lusófona; apontar, quanto à lusofonia, que nenhum país é proprietário, ou superior, no contexto da Língua Portuguesa; e que o novo Acordo Ortográfico não apaga a identidade de cada região, Estado ou País lusófono, mas que é um sinal de harmonia e unificação.

2. HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa provém do latim vulgar que os romanos introduziram na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica. Assim, as circunstâncias históricas nas quais se criou e desenvolveu o nosso idioma, estão intimamente ligadas a fatos que pertencem à história da península, que antes tinha o galeziano ou galaico-português e que depois, dada a independência política de Portugal, resultou na diferenciação entre o português e o galego (COUTINHO, 1976).

Só no século XII é que aparecem textos inteiramente redigidos em português, que encontra na poesia a primeira forma literária. O século XVI apresenta-se como um século de ouro da literatura portuguesa, pois é quando surgiram os maiores escritores portugueses e os vários gêneros literários encontraram grandes cultores. É quando surgiu, também, a primeira gramática, importante estudo sobre a língua (COUTINHO, 1976).

Este povo foi muito longe através dos mares; suas naus percorreram os oceanos e sua bandeira tremulou nas cinco partes do mundo, em suas colônias, o que permitiu a grande expansão territorial e linguística do Império português; neste ponto, poucas línguas lhe levam vantagem.

Transportado para terras tão distantes, em que o clima, a topografia, os costumes, as crenças, as instituições sociais, os hábitos linguísticos, eram os mais diversos, o idioma português não pôde manter aspecto uniforme, tendo se desdobrado em incontáveis dialetos, angariando tanto autores desafetos quanto apaixonados de seu aspecto plural. Pode-se citar Lobo, que, já no século XVII, afirmava que o português continuou a ser uma língua engraçada de falar, suave para cantar e de fácil pronúncia:

Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala. Tem de todas as línguas o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa e a elegância da italiana. Tem mais adágios e sentenças que todas as vulgares, em fé de sua antiguidade (...). E para que diga tudo, só um mal tem, e é que, pelo pouco que lhe querem, seus naturais a trazem mais remendada que a capa de pedinte. (LOBO, 1619, *apud* SILVA, [Séc.XXI]: 19-20).

O fato é que a expressão portuguesa no mundo deu lugar à lusofonia, conjunto

de identidades culturais existentes nos países, regiões, estados ou cidades e comunidades falantes da língua portuguesa. Tal conceito deixa muitas dúvidas no que se refere a posições de defesa, confronto, ameaça, indecisão, questionamento, quanto ao que pode significar, o que realmente representa e de fato atinge. Para Ribeiro e Ferreira (*apud* MEDEIROS, 2005), o termo ainda dá a ideia de “Uma lusofonia difusa que ainda ninguém sabe concretamente o que poderá ser, para além de uma ideia linguisticamente sustentada, heroicamente sedimentada numa herança comum de memórias diversas, politicamente interessante e europeia e socialmente reconfortante e até tonificante (RIBEIRO; FERREIRA, *apud* MEDEIROS, 2005: 02).

Mesmo no Brasil, é comum pensar que os portugueses são os donos da língua, na medida em que há, no próprio país latinoamericano, um preconceito linguístico com a expressão brasileira e com as variedades linguísticas das camadas populares, mais distanciadas da variedade padrão ou culta. É evidente que isso não faz sentido, pois a língua é um patrimônio de todos os falantes, mais que um simples instrumento para as pessoas se comunicarem, um meio de elas se relacionarem umas com as outras, para exprimir as suas realidades. Assim, não há porque se preocupar com quem vai se beneficiar com as transformações da língua, como acontece no debate em torno do novo Acordo Ortográfico. No texto de Lourenço, encontramos que

Se o sonho de um espaço unido que projeta a ideia de lusofonia parece ser português e se “dessa língua, os portugueses são os atuantes primeiros na ordem da cronologia, mas isso não lhe dá nenhum privilégio de ‘senhores da língua’, que é sempre senhora de quem fala (LOURENÇO, 2004, *apud* MEDEIROS, 2005: 13).

A ideia atual é que a lusofonia seja um projeto de cooperação e não de dominação promovida por Portugal ao longo da História e que se compreenda a língua portuguesa, porém não que se esgote nela no que diz respeito à lusofonia. Em outras palavras, o contexto da lusofonia compreende muito mais que apenas a acepção linguística, pois a língua é muito complexa e vários fatores externos devem ser considerados. Leonard define quatro categorias para o termo: “A acepção linguística; geográfica; institucional; e uma espécie de família espiritual repousando na recordação de um passado comum, sobre uma parte do esquecido e sobre uma vontade de construir o futuro em conjunto” (LEONARD, 1998, *apud* MEDEIROS, 2005: 02).

A lusofonia representa ainda uma dimensão da mensagem ideológica da construção da identidade cultural, afinal tem-se uma cultura partilhada, a língua, que é um ato humano, social, político, histórico, que tem consequências ou repercussões na vida de todas as pessoas. Por meio dela, passa a história de todos, o sentido das coisas, ela é parte de nós mesmos, de nossa identidade. É por meio dela que nos socializamos, que interagimos, que desenvolvemos nosso sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade. É ela que confirma nossa declaração: “eu sou daqui”. Falar, escutar, ler, escrever reafirma, a cada vez, nossa condição de gente, de pessoa histórica, situada em um tempo e em um espaço. Além disso, a língua mexe com valores; mobiliza crenças; institui e reforça poderes (ANTUNES, 2007).

Por isso, a lusofonia é considerada como identidade, por circunscrever grupos - os falantes da língua portuguesa - e formar comunidades; com isso, um conjunto de valores culturais serão destacados e juntos constituirão a identidade dos falantes lusófonos. Pessoa mostra a importância de pensar a constituição do ser no âmbito da identidade:

Cada ente, visto que é o que é por natureza, e por natureza sente que o é, tende a sentir-se o que é o mais completamente possível; e, como o que se sente, o sente através de distinguir-se dos outros, e, portanto, de estar em relação com outros, para sentir-se o que é o mais completamente possível, deve sentir-se o que é o mais relativamente, ou relacionadamente, possível.

[...] Assim, para se sentir puramente Si-próprio cada ente tem que estar em relação com todos, absolutamente todos os outros entes; e com cada um deles na mais profunda das relações possíveis. Ora a mais profunda das relações possíveis é a relação de identidade. (PESSOA, Fernando, *apud* MAIOR, 2009: 15).

Portanto, a lusofonia abrange uma forma de identidade de um povo, pois abrange sua língua, que serve de meio para o relacionamento dos falantes em suas diversas perspectivas, desde a expressão do conhecimento, a instituição do poder, até a expressão literária, concretizando com isso todos os traços culturais que circunscrevem os grupos que formam as comunidades.

No poema “Em que língua escrever”, pode-se reconhecer a questão identitária da língua portuguesa e alguns traços culturais, vistos a partir da Guiné-Bissau:

Em que língua escrever

Em que língua escrever
As declarações de amor?
Em que língua cantar
As histórias que ouvi contar?

Em que língua escrever
Contando os feitos das mulheres
E dos homens do meu chão?
Como falar dos velhos
Das passadas e antigas?
Falarei em crioulo?
Falarei em crioulo!
Mas que sinais deixar
Aos netos deste século

Ou terei de falar
Nesta língua lusa
E eu sem arte nem musa
Mas assim terei palavras para deixar
Aos herdeiros do nosso século
Em crioulo gritarei
A minha mensagem que de boca em boca
Fará a sua viagem

Deixarei recado
Num pergaminho
Nesta língua lusa
Que mal entendo

E ao longo dos séculos
No caminho da vida
Os netos e herdeiros
Saberão quem fomos

O eu-lírico busca uma identidade porque está em meio a um mundo de contradições e inquietudes diante da existência. Mostra o grito de uma alma partida entre a vivência imediata e a necessidade de se firmar na historicidade, o que é feito com um sensível lirismo. Trata-se de uma reflexão que transcende o dia-a-dia para cercar-se de reflexões mais profundas sobre a relação do homem com a sua realidade e com a representação dessa relação para a posteridade, fator indispensável para a construção da identidade.

O eu-lírico se questiona em que língua deixar as suas tradições, em uma hesitação entre a língua portuguesa, de registro escrito, e o crioulo, mais próprio das intimidades e da tradição popular. Porém, o que o perturba é que não quer deixar só na oralidade (“mas que sinais deixar”), além do fato de reconhecer-se incapaz do domínio da língua do colonizador (“Nesta língua lusa/ e eu sem arte nem musa”) como forma de interação com as gerações futuras.

Tal como aconteceu com as demais ex-colônias portuguesas, a Guiné-Bissau tem como língua oficial o português, que é também a língua de ensino, de cultura e de comunicação em fóruns internacionais. Língua materna de uma insignificante percentagem da população, o português não é a língua de comunicação nacional, na medida em que apenas cerca de 13% dos guineenses a falam, incluindo os que a têm como língua segunda, terceira ou até mesmo quarta, ficando mesmo como língua escrita (MEDEIROS, 2009).

A língua franca é o crioulo guineense, através do qual os diferentes grupos étnicos que compõem a população se comunicam, o que lhe conferiu o estatuto de língua da unidade nacional, ou simplesmente de língua nacional. Compreende-se, assim, de que modo a temática do poema se reporta a toda uma tensão linguística e identitária presente naquela sociedade.

Por isso, mesmo em países como Guiné-Bissau, onde a língua portuguesa é relativamente pouco utilizada, em comparação com outros, a lusofonia está presente em toda a sua complexidade política e cultural. Como disse Fernando Pessoa, “a base da pátria é o idioma, porque o idioma é o pensamento em ação, e o homem é um animal pensante, e a ação é a essência da vida” (*apud* MAIOR, 2009: 03).

3. RELAÇÕES LUSÓFONAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Constantemente temos a necessidade de buscar desenvolver reflexões que possibilitem uma visão mais complexa das relações entre Brasil e Portugal, configuradas por um arcabouço em que interfere a colonização, mas também ligações de cunho linguístico, afetivo, cultural que dificilmente deixarão de existir, dando lugar a nações que se refletem mutuamente, mas que, por outro lado, possuem visões muitas vezes distorcidas uma da outra.

Podemos considerar o fator linguístico um dos pontos de partida mais concretos desta relação, pois esta semelhança permite uma primeira aproximação e explicar um

conjunto de relações mercantis, políticas, ideológicas e de poder, que durante o período colonial caracterizaram o imperialismo português.

A princípio, em meados do século XVI, o Brasil passou a ser associado à imagem do sucesso financeiro de uma colônia que alimentava o Reino de Portugal. Séculos depois, com a independência, a nação brasileira foi ganhando créditos, o que distanciou a relação entre ambas. Se no início houve conflito, depois surgiu a ideia de harmonia, como indica Menezes:

O relacionamento dos dois países (Portugal-Brasil), ao começo, a ideia de “mãe-pátria” e de “filho dileto” mascarava a desigualdade do vínculo até a independência brasileira. Já o conceito dos “países irmãos” veio introduzir uma noção de maior equilíbrio, mas contendo ainda algum grau de conflitualidade, pois que os irmãos amam-se mas disputam-se entre si. (MENEZES, 1997: 34-5).

Porém, os habitantes dos dois países, além dos demais falantes de língua portuguesa, formam a comunidade lusófona e engendram um espaço simbólico, o qual, para os portugueses, é associado às novas conquistas, sob a perspectiva da construção de seu imaginário imperial.

O Brasil também não deixa de se mostrar empenhado na constituição da comunidade lusófona, devido à oportunidade de afirmação de uma marca de identidade exclusiva no mundo, fator que ressalta a importância da língua brasileira, que sobressai diante dos outros países lusófonos, pelo fato de o Brasil ser um país monolíngue, enquanto outros, não, e pela grande quantidade de falantes no país (80% do total de lusófonos são brasileiros).

De qualquer modo, parece claro que a ratificação da ideia da lusofonia é de interesse dos dois países. Ainda que possa existir em pequenos setores de Portugal a ideia de colonialismo, mesmo que às avessas, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2008), a lusofonia em si não é uma forma de domínio, ainda que se possa fazer um uso político dela no sentido da vantagem de uma das partes mais do que da outra. Mas é importante lembrar que nenhum país ganhará vantagens sozinho. No caso do novo Acordo Ortográfico, por exemplo, em que pesem as dificuldades iniciais para conviver e adaptar-se com as novidades, não resta dúvida de que todos os países falantes de língua portuguesa se beneficiarão, e a lusofonia terá servido para unir toda a comunidade linguística portuguesa num só povo, numa só cultura, rumo a um possível futuro melhor. Como diz Silva, “Porque sabem que são iguais nas palavras e, portanto, semelhantes nas suas almas, podem cumprir juntos e com maior eficácia os seus trabalhos” (SILVA, 1994, *apud* MEDEIROS, 2005: 23).

4. A LÍNGUA PORTUGUESA NA ATUALIDADE

A língua (como as estruturas econômicas, políticas e sociais) transforma-se histórica e socialmente, e, de tempos em tempos, algumas se destacam no cenário global, de acordo com a geopolítica do momento. No caso da língua portuguesa, três aspectos podem ser indicados na categorização de caráter universal: o expressivo número de falantes; seu fácil aprendizado, em função de sua estrutura latina, e uma gramática parecida com outras línguas modernas como o italiano, o francês e o

espanhol, importantes do ponto de vista político e econômico; e por ter uma tradição literária com autores universais como Camões, Machado, Pessoa, Bandeira e Saramago.

O português está em oitavo lugar entre as línguas mais faladas no mundo, calculando-se em 250 milhões o número de pessoas que usam o idioma como meio de comunicação e entendimento. O número de publicações existentes em língua Portuguesa também é elevado, e autores lusófonos estão cada vez mais traduzidos e editados. Isto se deve a muitos fatores, como:

O Brasil, além de sua relevância em termos demográficos e territoriais, desde a década de 70 passou a fazer parte do grupo das 10 maiores economias do mundo capitalista; Portugal, em pleno desenvolvimento econômico, integra a Comunidade Econômica Europeia; e os países africanos de fala oficial portuguesa, como Angola e Moçambique, ademais de serem grandes em território e população, já assumem posições de liderança e vanguarda no comando dos assuntos africanos. (SILVA [Séc. XXI]: 49)

Outro dado que revela a importância do idioma português está em sua difusão por um espaço geográfico global, que compreende Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste; além desses lugares, só de portugueses há mais de 3 milhões de emigrantes espalhados por diversos países. Essa mesma dimensão traz responsabilidades, que vão desde o ensino nas escolas ao enriquecimento vocabular, da criação literária ao conhecimento dos cânones dos usos linguísticos, da unidade dentro da variedade à beleza da dicção.

Esta preocupação com o futuro da língua depende de nossa capacidade de mantê-la viva, forte e dinâmica, e é nesse sentido que enxergamos o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Mas essa visão parece ser de difícil tradução em termos práticos e políticos, pois o acordo, firmado em 1990 pelos países que falam a língua, entrou em vigor somente no início de 2009 no Brasil e em janeiro de 2010 em Portugal. Porém, nos últimos anos, ações políticas destinadas à língua portuguesa anunciaram passos importantes na valorização estratégica do idioma. Com o novo Acordo aprovado, o Brasil dispõe de um período de 4 anos para se adaptar e adotar a nova grafia, em que apenas 0,5% das palavras sofrerão modificações, ao passo que em Portugal e nos restantes países lusófonos as mudanças afetarão 1,6% do vocabulário total. Assim, em 31 de dezembro de 2012 os brasileiros já terão que estar enquadrados (OLIVEIRA, 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acordo Ortográfico pode ser considerado desnecessário, na medida em que é celebrado com drama e dificuldade. Sabemos que a relação colonizador-colonizado entre Brasil e Portugal foi sempre uma relação estreita ou ameaçadora e é essa indefinição que torna tão necessário quanto difícil o acordo ortográfico. Conforme Boaventura de Souza Santos, a posição sobre o acordo, na visão dos portugueses, assenta sempre com a ideia de se render ao Brasil, tanto para o aceitar como para o recusar. Portugal já se considerou, historicamente, “dono” da língua portuguesa; porém, se o idioma é um fator de nossa soberania, isso não significa um aumento do poder político de Portugal.

Boaventura lembra que para alguns países lusófonos a questão é ainda mais

complexa do que no Brasil, em face de fatores históricos ligados à independência de cada um:

Hoje são oito os países de língua oficial portuguesa, e em seis deles a língua portuguesa coexiste com outras línguas nacionais, algumas delas mais faladas que o português. Nesses países, o contexto da política da língua é muito mais complexo. Mexer no português só faz sentido se se mexer nas línguas nacionais, e mexer nestas, em países que há pouco saíram de uma guerra civil, pode ter consequências bem mais graves que as do drama bufo luso-brasileiro. (SANTOS, 2008)

Concluindo, no mesmo texto, o sociólogo português afirma: "A língua portuguesa deve ser deixada em paz, entregue à turbulência da diversidade que torna possível que nos entendamos todos em português".

Se analisado por outro ângulo, o acordo ortográfico simboliza o sentimento de unidade ou irmandade dos países de língua portuguesa e permitirá o aprofundamento da cooperação e integração internacional entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Se por um lado pensamos que há vantagens para todos os países — assim, propicia que uma ampla produção bibliográfica, sites da internet, revistas, jornais e outros tantos meios de comunicação circulem sem problemas de compreensão pelos países falantes da língua portuguesa —, por outro lado avaliamos que é dado um peso político excessivo ao Acordo. É preciso lembrar que, linguisticamente, o ato somente simplifica as regras ortográficas do idioma, não modificando o modo de falar, ou seja, não tira as características de identidade de cada país.

Uma das maiores vantagens em vários sentidos, desde o econômico, político até o cultural, é o fato de o Acordo propiciar aos países lusófonos a inclusão do Português entre as línguas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), somando-se ao árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, como assinala um dos grandes defensores do Novo Acordo, o então primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, na I Reunião Extraordinária de Ministros de Educação e Cultura da CPLP, realizada em novembro de 2008, em Lisboa: "O peso político de todos os nossos países vai aumentar se a língua portuguesa tiver uma importância maior".

Mas a tendência é de o idioma português tornar-se cada vez mais particular nos países onde é falado, afastando-se, em função das diferenças de cada local, da homogeneidade que muitas vezes se almeja para a língua, o que em certa medida é inevitável, tendo em vista o caráter essencialmente social e histórico de toda língua. Por isso, é interessante a ação política no sentido de preservar uma unidade linguística. Apenas um único exemplo assinala a vantagem da padronização, como quando é necessário assinar um texto internacional comum dos países de língua portuguesa. E se o português não se consagra como língua internacional, corre o risco de ficar como uma espécie de dialeto, em face da pequena importância no cenário mundial.

Daí a necessidade do Acordo e de uma união entre os países da CPLP. No que diz respeito ao preconceito linguístico existente no Brasil em relação aos portugueses, é bom lembrar que não há futuro para a língua portuguesa sem o Brasil. E está o Brasil empenhado em fazer do português um instrumento de afirmação externa? Não esteve, mas começa a estar. O Brasil está começando a perceber que um instrumento de afirmação de um poder em escala continental ou mesmo mundial passa, também, pela projeção da sua língua. Além disso, por ser um país extenso em área e número de

habitantes, não vale a pena ter qualquer dúvida de que o país hoje exerce um papel de liderança no plano da promoção da língua portuguesa.

Diante disso, podemos dizer que se não unificássemos a ortografia, poderíamos perder a oportunidade de universalização da Língua Portuguesa, pois as falhas que se podem apontar no Acordo Ortográfico, que podem ser sanadas facilmente, não devem impedir que a língua portuguesa, em comparação com aquelas que conseguiram unificação no seu sistema de grafar as palavras, perca esta oportunidade.

Não há dúvidas, portanto, com relação à importância do acordo ortográfico, que se insere como uma ação de afirmação e expansão de um de nossos maiores patrimônios, a língua portuguesa, uma ação que deve ser considerada como um exercício da lusofonia.

6. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COUTINHO, I. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Solivro, 1976.
- MAIOR, D. V. “Fernando Pessoa: Um diálogo com a lusofonia”. Disponível em: <http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISlii-UW_36_VILA-MAIOR-Dionisio_Fernando-Pessoa-Um-dialogo-com-a-Lusofonia.pdf>. Acesso em 13 jun. 2009.
- MEDEIROS, P. Lusofonia: discursos e representações. São Paulo: 2005. Disponível em: >http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_lusofonia_discursos_representacoes.pd>. Acesso em 13 mai. 2009.
- MEDEIROS, A. A. D. A língua portuguesa. Disponível em <http://www.linguaportuguesa.ufrm.br/pt_3.4.c.php>. Acesso em 18 out. 2009.
- MENEZES, R. As relações entre Brasil e Portugal – uma perspectiva pessoal. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 1, mar. 1997.
- OLIVEIRA, D. Nova ortografia da língua portuguesa entra em vigor em 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u415676.shtml>>. Acesso em 28 fev. 1010.
- SANTOS, B. S. Libertem a língua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, 04 mai. 2008.
- SILVA, B. **A língua portuguesa na cultura mundial**. Portugal: Fundação Eng. Antônio de Almeida e Getúlio Vargas, [séc. XXI].

100 ANOS DE MCLUHAN: IDEIAS QUE SE CONSOLIDAM

Grad. Iuri Yudi Furukita Baptista (UEL)
Profa. Orientadora Ms. Juliana dos Santos Barbosa (UEL)

RESUMO: Marshall McLuhan nunca esteve mais atual. Conceitos criados pelo canadense em estudos dos meios de massa dos anos 1960 e 1970 sempre foram considerados deslocados da cultura massiva moderna. Porém, na era da internet, cibercultura e sociedade em rede, termos como “tecnologias são extensões do corpo humano”, “o meio é a mensagem” e “a aldeia global”, ao invés de envelhecer, estão se tornando cada vez mais jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Marshall McLuhan. Meios de comunicação. Comunicação em massa. Cibercultura. Tecnologia.

ABSTRACT: Marshall McLuhan has never been so brand new. His greatest mass media conceptions, created between 1960 and 1970, has been quite apart from modern mass culture. But, at internet, ciberculture and network society age, terms such “media as extensions of man”, “the medium is the message” and “Global Village” are getting younger and younger, instead of growing old.

KEYWORDS: Marshall McLuhan. Ciberculture. Mass culture. Technology.

1. INTRODUÇÃO

No dia 21 de julho de 2011, o pensador canadense Herbert Marshall McLuhan faria 100 anos. Com grandes estudos publicados nas décadas de 1960 e 1970, o comunicólogo é leitura obrigatória em qualquer ementa de teoria da comunicação, porém, usualmente ensinado como um autor de três frases que são decoradas como mantras, ao invés de estudadas e devidamente compreendidas. De acordo com Stille (2000), ao longo de sua vida, McLuhan publicou 25 livros sobre comunicação social, utilizando-se de uma habilidade peculiar para metáforas e comparações ao mesmo tempo incontestáveis e geradoras de reflexões radicais que são polêmicas até os dias atuais.

Almeida (2005), afirma que a superficialidade com que os ensinamentos de McLuhan são estudados pode ser comprovada no Brasil pela falta de republicações de seus livros. Excetuando-se por uma tradução de **Understanding me: lectures and interviews**, publicado pela Ediouro no país com o título **McLuhan por McLuhan**, não houve republicações em décadas. Os motivos para desvalorização do autor são compreensíveis: aforismos afastados da realidade, ausência de engajamento político e, principalmente, previsões sobre a cultura moderna que não se concretizaram.

As figuras de linguagem devem ser entendidas como um aspecto estilístico de exposição. A criatividade didática provavelmente é reflexo da proximidade do canadense com a área de propaganda e publicidade. Contudo, seus estudos são sobre os novos meios de comunicação e podem ser aplicados independentemente da finalidade que a mensagem veiculada possui, seja informar, persuadir ou sociabilizar. Por isso, a forma didática não deveria ser uma barreira para comunicólogos e sim um catalisador, pela linguagem fácil e exposição clara, sem cair em afirmações ambíguas por falta de firmeza. Esse aspecto direto de seu texto, algo de destaque no meio de autores sociais,

gerou uma de suas frases famosas, em crítica a outros autores da área: “Eu posso estar errado. Mas nunca em dúvida”.

McLuhan nunca posicionou sua teoria à esquerda ou direita política, ficando longe da discussão marxista que domina setores da teoria comunicativa. E, tampouco considera os meios de comunicação fatores políticos, pois como veremos, ele os compreende como objetos exclusivamente sociais. Esse enfoque “apolítico” de seu estudo pode ser considerado um grande diferencial, por propor uma visão dos meios de comunicação no contexto de estrutura social e não como um aparato ideológico. Tal proposta, porém, afasta-se da questão mais usual nos estudos da comunicação, que é sua função política, sempre pensada como algo que determina a estrutura social imposta por protagonistas da cultura de massa.

Por fim, o pensador de fato equivocou-se quanto à estrutura social que os então recém popularizados meios de comunicação em massa, no caso rádio e especificamente a televisão, originariam. Com base em suas compreensões de meio, mensagem e tecnologia, o teórico canadense apostou em uma estrutura social tribal, que ele chamaria de “aldeia global”, essa configuração, no entanto não se realizou. Pelo menos não na era da TV. Estudiosos da comunicação social contemporâneos, dentre eles Stille (2000), percebem a criação de uma estrutura social e cultural em rede, que talvez seja a “aldeia global” prevista, que teria acontecido alguns anos atrasada. Dessa forma, McLuhan poderia ser enxergado não como um profeta equivocado da cultura de massa, mas um teórico que deu início aos estudos da cibercultura.

Há pontos em favor de McLuhan: estudos como o de Walter Benjamin (1994) no ensaio “*A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*” apontam como certas revoluções técnicas determinaram as condições para mudanças estéticas e sociais. Nem sempre tais alterações são previsíveis nos momentos iniciais das inovações, como o provam atualmente inúmeros desdobramentos das novas tecnologias em comunicação. E seguramente seus pressupostos de interação entre o homem e a tecnologia vão sendo comprovados.

2. CONCEITOS DE MCLUHAN

Marshall McLuhan defende que os meios de comunicação são, como qualquer outra tecnologia, extensões do corpo humano. Tal qual óculos são extensões dos olhos humanos, os carros são de pés e pernas, as roupas da pele, os livros da memória, os telefone das bocas e ouvidos; os veículos de comunicação também aceleram e ampliam nossa comunicação verbal e visual. Essa metáfora dá nome a um dos livros mais importantes da teoria comunicativa, **Os meios de comunicação como extensões do homem**, que foi lançado em 1963 no Canadá e 1964 no EUA.

O autor considerava os aparelhos e aparatos tecnológicos projeções individuais, gerando uma “simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana” (MCLUHAN, 1974: 17). Ou seja, nessas duas linhas, ele procura explicar algo que hoje é habitual, corriqueiro e compreendido com um único termo: virtual.

Antes da televisão se consolidar, o teórico canadense já percebia que as tecnologias levavam o homem a “viver” experiências sensoriais por meio de aparelhos. Há poucos anos, jogos de simulação virtual chocaram o mundo negativa e positivamente por suas explosões de popularidade. Porém, mais do que viver uma vida

virtual, a extensão do corpo humano permite que o processo de conhecimento seja libertado das amarras físicas, rompendo com todos os métodos de ensino tradicionais. McLuhan se detém a explicar a nova forma de aprender, principalmente como as escolas precisavam se adaptar às novas tecnologias e principalmente à nova cultura do virtual.

Algo importante de se ressaltar é que na década de 1960 já se falava no caráter corporativista do saber. Isaac Newton explicou ao apresentar suas leis, que estava sobre ombros de gigantes, McLuhan acredita que além de pressupor tudo que já foi descoberto, o conhecimento passaria a ser construído de forma global, algo que atualmente é conhecido como conhecimento coletivo.

Na página 25 do livro **Os meios de comunicação como extensões do homem**, Marshall McLuhan cita um discurso feito por David Sarnoff ao receber o título honorífico da Universidade de Notre Dame:

Estamos sempre inclinados a transformar o instrumental técnico em bode expiatório dos pecados praticados por aqueles que os manejam. Os produtos da ciência moderna, em si mesmos, não são bons nem maus: é o modo com que são empregados que determina o seu valor. (SARNOFF, apud MCLUHAN, 1974: 25)

Ainda hoje, parece ser uma afirmação impecável, mas não é. Impaciente, McLuhan desdenha, “É o mesmo que dizer: ‘Uma torta de maçã não é boa nem má: o seu valor é determinado pelo modo como são utilizadas’” (MCLUHAN, 1974: 25). O que ele acredita é que se pode e se deve determinar valores para as tecnologias, assim como para a torta de maçã. E isso tampouco significa que a compreensão do modo como é empregado um meio não seja importante. Incompreendida desde sua primeira publicação, essa concepção proposta pelo teórico levou-o a advertir no prefácio do livro: “Socialmente falando, o meio é a mensagem” (MCLUHAN, 1974).

Refletindo melhor sobre a afirmação de Sarnoff e destacando essa última afirmação, “o modo com que são empregados determina o seu valor”, fica claro o que o autor de **Os meios de comunicação como extensões do homem** quer diferenciar. O modo como os meios são empregados não podem determinar os valores dos meios, podem determinar exclusivamente o valor modo como foi empregado. McLuhan acredita que os meios não são neutros. Eles carregam valores próprios, sendo assim objetos passíveis de análises e críticas, pois em um aspecto social, o meio é o conteúdo principal, o meio é a mensagem.

No caso da torta de maçã, há um papel social que raramente é considerado, ela pode ser a razão da união de uma família em volta da mesa ou de qualquer outro evento social. Mas no caso da torta de maçã, o papel não fica claro, por isso o canadense afirma: “Sarnoff [...] ignora a natureza do meio, dos meios em geral e de qualquer meio em particular” (MCLUHAN, 1974: 25). Em seu exemplo:

A estrada de ferro não introduziu movimento, transporte, roda ou caminhos na sociedade humana, mas acelerou e ampliou a escala das funções humanas anteriores, criando tipos de cidades, de trabalho e de lazer totalmente novos. Isto se deu independentemente do fato de a ferrovia estar operando numa região tropical ou setentrional, sem nenhuma relação com o frete ou o conteúdo do veículo ferroviário. (MCLUHAN, 1974: 22)

Ou seja, a possibilidade de um trem levar armas, que matarão milhares de pessoas ou, ao contrário, estiver carregando comida e medicamentos para vítimas de

uma guerra, isso não é “característica” da tecnologia ferroviária, é uma responsabilidade de quem utiliza o meio de transporte para uma ou outra atividade. Porém, não exclui a percepção de que o veículo em si traz mudanças na realidade, principalmente nas estruturas sociais. A existência de um meio de transporte a vapor gerou mudanças significativas na humanidade, de acordo com McLuhan, que acredita: as tecnologias têm sim valores intrínsecos.

No exemplo do trem, se o importante em sua existência social não é o transporte de lixo ou ouro, qual é sua importância, sua mensagem? “O meio configura e controla a proporção e forma das ações e associações humanas.” (MCLUHAN, 1974: 23) Em adição à idéia de que as tecnologias são extensões de nosso corpo, ele percebe que elas diminuem nossa percepção de tempo e espaço, possibilitando novas grandezas nas ações humanas. Mais do que isso, as tecnologias transformaram as maneiras de interação entre indivíduos e assim criaram uma comunicação (não somente de informações, mas um canal de mercadorias, pessoas, dinheiro) para um grande grupo de indivíduos, que é determinante no processo comumente denominado globalização.

O trem não foi escolhido como comparativo a esmo: as mídias transportam informações, elas são literalmente veículos. E se um trem não é responsabilizado por carregar armas ou medicamentos, um jornal, a tecnologia televisiva ou radiofônica não podem ser caracterizadas por seu conteúdo. Por outro lado, pode-se atribuir a eles papéis determinantes em revoluções sociais. McLuhan indica que a prensa foi protagonista em mudanças sociais, como o individualismo e o nacionalismo no século XVI. Assim como as naus européias possibilitaram o descobrimento de novos continentes, os aviões, satélites e a internet geraram o mundo globalizado com as características contemporâneas.

McLuhan chamou esse mundo globalizado de Aldeia Global. Para o canadense, as pessoas conseguiriam compartilhar experiências culturais e conhecimentos com o mundo inteiro por meio da televisão e do rádio, resgatando em escala global algumas características de pequenas comunidades. Ele atenta ao fato de que existem meios quentes, meios frios e meios mistos. Ao primeiro grupo, pertencem o rádio e a comunicação oral, pois são baseadas no som, que é a propagação de energia em forma de ondas vibratórias. O som pode ser sentido por nossa pele, ele é um meio tátil que envolve o receptor e “massageia” seu corpo. Os meios frios são baseados na visão, como a escrita, em que não há a mesma característica tátil do áudio. E, evidentemente, os mistos interligam áudio e imagem ao mesmo tempo, como a televisão e o cinema.

É consensual a predominância dos meios quentes e da passagem do conhecimento oral até a invenção da prensa. Somente depois da popularização e aperfeiçoamento da invenção de Gutemberg que a sociedade ocidental mudou sua estrutura “tribal” para uma “civilização”. A mensagem impressa origina uma revolução na capacidade de atingir um maior número de receptores a partir de um único emissor e também ampliou as limitações espaços-temporais que uma mensagem poderia percorrer. Isso, para McLuhan, determinou grandes mudanças sociais, como a reforma protestante e a formação de estados nacionais. Alguns séculos depois, porém, o predomínio dos meios frios foi ameaçado.

O surgimento do cinema, do rádio e da televisão trouxeram de volta os meios quentes para protagonizar outra revolução. Nesse ponto de transição, Marshall McLuhan estuda os acontecimentos e faz projeções para o futuro. Ele percebe que o modelo educacional seria ultrapassado, que os limites espaços-temporais seriam ainda mais dilatados e que passaríamos a ter grande parte das experiências sensoriais através

de meios, vivendo assim em um mundo virtual. Outro aspecto foi inspirado nas comunidades tribais, em que o conhecimento era passado oralmente, sem a pressuposição inerente da escrita de racionalizações e linearidades. Com esse entendimento de que a sociedade ocidental voltaria a ter aspectos de uma aldeia, mas escala mundial, surge o conceito da Aldeia global.

Visão semelhante e digna de menção teve o poeta e pesquisador da comunicação Décio Pignatari (que também se interessava por McLuhan), quando apontou que os meios de comunicação de massa tornam anacrônicos os métodos tradicionais de ensino, já que o aluno pode

[...] com relativa facilidade, estar mais atualizado que o professor, lerdo demais em seu bizarro e indiscriminado enciclopedismo especializado, resultado de uma experimentação obsoleta, onde ele não é treinado na experimentação seletiva.(2003: 93)

Pignatari propôs um ensino que fosse criado junto com a coisa ensinada, a partir de planejamentos móveis e a participação ativa e criativa dos alunos formando equipes de trabalho onde o professor passaria a ser coordenador. Claro está que Pignatari em primeiro lugar considerava os potenciais dos novos meios, não apenas este ou aquele de seus usos. Curiosamente, também escreveu em um período pré-internet, a partir dos potenciais que os novos meios desencadearam, apontando características para o futuro e igualmente visualizando interação entre global e grupal. McLuhan, como se vê, não esteve sozinho como visionário.

3. A CIBERCULTURA E MCLUHAN

É evidente que McLuhan não teve possibilidade de vivenciar a revolução digital, ele morreu duas décadas antes da internet ser inventada. Porém, como diz Stille (2000), “nos últimos anos, McLuhan está emergindo do cesto empoeirado da história para se tornar um ícone pop da Era da Internet”. Dentre as propostas recicladas por estudiosos contemporâneos, muitas das discussões levantadas por McLuhan ressurgem em Pierre Lévy, um comunicólogo e filósofo francês que tem como principal objeto de estudo a cibercultura.

No livro **Cibercultura**, um dos pioneiros na discussão sobre a internet e suas consequências sociais, Pierre Lévy analisa o conceito de técnica. Ele interpreta os meios como parte do humano: “[a técnica] responde aos propósitos de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas faculdades cognitivas” (LÉVY, 1999: 24). Essa afirmação é a validação da contemporaneidade dos meios de comunicação como extensões do corpo humano proposto por McLuhan na década de 1960.

O francês também percebe que as máquinas e aparatos estão aumentando o alcance de nossos sentidos, nossas faculdades cognitivas e multiplicando nossas possibilidades no espaço-tempo. A diferença é que Lévy não enxerga a técnica do ponto de vista individual, “qualquer atribuição de um sentido único à técnica só pode ser dúbia”, afirma categoricamente. Por isso ele propõe inclusive inutilizar o termo no singular, uma vez que qualquer elemento técnico se trata, na verdade, de um conjunto. Por exemplo, para existir a escrita, que parece tão simples perto de televisões 3D ou internet wifi, foram necessários outros conhecimentos como a própria linguagem, o papel e a caneta ou o cinzel e o martelo.

Essa visão indissociável de técnicas parece ser fruto do surgimento de conhecimentos coletivos, da compreensão newtoniana de que estamos em ombros de gigantes. Mesmo que não esteja visível ou presente no cotidiano das pessoas, o modelo de vida atual é resultado de uma compilação milenar de criações e descobertas. Porém, assim como McLuhan previu, o conhecimento não é social apenas verticalmente, ele tornou-se coletivo horizontalmente. Comparando, “o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana” (MCLUHAN, 1974: 17), com a visão contemporânea de Lévy:

O ciberespaço, dispositivo de comunicação interativo e comunitário, apresenta-se justamente como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva. [...] Os pesquisadores e estudantes do mundo inteiro trocam idéias, artigos, imagens, experiências ou observações em conferências eletrônicas organizadas de acordo com os interesses específicos. (LÉVY, 1999: 29)

Percebemos que a previsão do canadense se concretizou e ganhou o nome de conhecimento coletivo.

Por fim, logo no primeiro capítulo de **Cibercultura**, seu autor procura responder a questão: “as tecnologias têm um impacto?”. E a resposta é parecida com a encontrada pelo canadense, existindo uma divergência entre o determinismo e o indeterminismo dos meios de comunicação na estrutura social. Se para o primeiro teórico, as tecnologias tinham uma característica própria e individual, gerando um impacto direto na sociedade, Lévy, acredita que o termo impacto não é apropriado. Por considerar as tecnologias como indissociáveis do contexto histórico-social e necessariamente plural, ele diz que algo que é um dos elementos internos dessa estrutura não pode impactá-la individualmente. As tecnologias são capazes, portanto, de apenas condicionar.

Ele continua, “Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada, não determinada” (LÉVY, 1999: 25). Essa diferença é fundamental, pois os meios não são causas e sim participantes do processo, “significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam ser pensadas a sério sem sua presença” (LÉVY, 1999: 25). É um pensamento com grande proximidade do clássico mcluhiano, “o meio é a mensagem”:

Uma técnica não é boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades). Não se trata de avaliar seus ‘impactos’, mas de situar as irreversibilidades às quais um de seus usos nos levaria, de formular projetos que explorariam as virtualidade que ela transporta e de decidir o que fazer dela”. (LÉVY, 1999: 26)

Assim como Lévy diz que o fator condicionante da técnica impede-a de ser neutra, McLuhan lembra que “socialmente falando, o meio é a mensagem”. Em seus estudos, o teórico dos anos 1960 compreendeu que os meios de comunicação são protagonistas na história da humanidade, em **A Galáxia de Gutenberg**, ele procura demonstrar que a invenção da prensa fez a Europa rumar ao secularismo, aos Estados Nação e ao desenvolvimento da ciência.

Lévy, provavelmente consciente do exemplo dado por McLuhan, contra-argumenta que “a prensa de Gutenberg não determinou a crise da Reforma, nem o desenvolvimento da moderna ciência européia, [...] apenas condicionou-as”. (LÉVY,

1999: 26) Isso porque além da invenção da prensa, outros fatores culturais e sociais foram necessários para que essas mudanças acontecessem. E se ele acredita que essas três condicionantes são indissociáveis, não há como pensar que a invenção de Gutenberg foi quem originou o secularismo, estado moderno ou as grandes navegações.

Trazendo para os dias atuais, implicaria que a internet não deve ser analisada por reproduzir conteúdos fúteis e mentirosos, assim como também, disseminar cultura e oportunidades, pois não se tratam de características da internet. Por outro lado, o surgimento de um novo paradigma de comunicação em massa é sim um ponto de análise e julgamento que se refere à cibercultura. A pergunta, portanto, é “que mudança social a cibercultura traz em si?”. E essa questão será respondida com a tendência à organização em rede, o surgimento de uma estrutura hierárquica diferente da vertical.

A análise do progresso tecnológico publicada em 1963 demonstrou o rumo ao que McLuhan chamaria de Aldeia Global, um mundo globalizado, com diminuição das distâncias e tempo, tornando as ações e associações humanas cada vez mais amplas. “As fronteiras geográficas estão diluídas, o mundo atual está interligado (plugado) no aqui-agora pela simultaneidade da mídia” (ALMEIDA, 2005). E as características culturais desse mundo globalizado são interpretadas com bastante propriedade no Brasil por Massimo Di Felice.

Na organização social da comunicação, a internet muda o tradicional paradigma Lasswell, em que receptor e emissor são diferentes e estáticos, ou seja, um esquema unidirecional da comunicação em massa. Para Baldessar (2008), “aldeia global preconizada por Marshall McLuhan está em pleno funcionamento”. Felice considera a nova formatação é “mais que um fluxo unidirecional, a comunicação em rede apresenta-se como um conjunto de teias nas quais é impossível reconstruir uma única fonte de emissão, um único sentido e direção”. (FELICE, 2008: 45) E essa mudança reflete nas estruturas político-econômicas, gerando uma nova esfera pública.

Em entrevista publicada n’O Estado de S. Paulo, Felice diz: “A internet cria uma arquitetura informativa absolutamente distinta das anteriores e, mais do que isso, cria um novo tipo de democracia e um novo tipo de opinião pública.” (FELICE, 2010) E essa nova democracia e opinião pública deixam de ser opinativa e massiva para ser colaborativa, convidando todos os cidadãos a participarem, a “fazerem sua parte”.

No contexto dos meios de comunicação atual, o fato da internet permitir a reprodução de conteúdos fúteis e mentirosos, assim como também disseminar cultura e oportunidades, representa o mesmo entrave das armas e medicamentos: o dilema não é uma característica da internet. Para estudar a internet como um meio, como um meio que é a mensagem, é preciso foca-se em outro ponto: o social.

Portanto se a prensa trouxe uma nova ordem social e cultural, como analisaram McLuhan e Levy, a internet, por meio da cibercultura provavelmente segue o rumo descoberto por Felice. A estrutura deixará de ser a democracia representativa, para ser uma democracia colaborativa. Assim como na cultura deixa-se de ter “ídolos” representativos e emissores da lógica cultural para a construção de uma lógica difusa e construída colaborativamente, a política e economia deixarão de serem representadas em indivíduos, para o surgimento da estrutura em rede.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias e conceitos de McLuhan estão de fato se tornando cada vez mais jovens. “O meio é a mensagem”, “Os meios de comunicação como extensões do homem” e “Aldeia global” nunca pareceram tão próximos da realidade. O olhar estritamente social é reproduzido por autores da cibercultura, que não se limitam mais a revelar os usos político-sociais dos meios de comunicação, mas suas possibilidades na organização social, ou, em outros termos, partindo de possibilidades técnicas, conjugam-nas com possibilidades sociais. Isso porque a figura do emissor se diluiu no emaranhado das redes comunicacionais, sendo difícil atribuir vontades individuais ou dominação de um elemento em relação aos outros no conjunto que para Lévy agrega sociedade, técnica e cultura.

Mas esse artigo tem pouca pretensão em suas considerações finais acerca da cibercultura, que sequer pode ser considerada estabilizada. Com a exceção do determinismo tecnológico defendido por McLuhan, seus conceitos foram validados por teóricos contemporâneos. É extremamente curiosa a possibilidade de se olhar para o passado e descobrir quem acertou os palpites para o futuro. E conforme esse artigo analisou, McLuhan não apenas desenvolveu um novo método de pensar os meios de comunicação, como também mostrou que suas previsões para o futuro da estrutura social estavam corretas.

Há, portanto, nesse momento, a possibilidade de redenção de um autor que por anos foi incompreendido, ou melhor, tido como um profeta, cujas previsões originaram-se da sorte e adivinhação. Mas o mais importante é que o fato de ter ganhado as apostas, leva a uma próxima pergunta: Ao analisar a imprensa, a televisão e o rádio, McLuhan conseguiu perceber as predisposições que surgiram somente décadas depois com a evolução da internet, ou apenas teve boa intuição? A pertinência da questão é que ela pode levar a uma chave analítica e a uma maturação teórica essenciais para o desenho do futuro, em termos técnicos e humanos.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Airton Lorenzoni. **O “velho” profeta-aldeão McLuhan está de volta.** Revista Espaço Acadêmico nº 55, 2005. Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/055/55mh_almeida.htm>. Acesso em 08 de julho de 2011.
- BALDESSAR, Maria José. **McLuhan e McBride: duas utopias superadas pela tecnologia e pela Internet.** Revista Ciberlegenda, ano 10, nº 20, 2008. Disponível em:
<<http://www.uff.br/ciberlegenda/artigo8junho2008.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DANTON, Gian. **O profeta da Aldeia Global.** Disponível em:
<http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=736&titulo=O_profeta_da_aldeia_global>. Acesso em: 21 de março de 2011.
- FELICE, Massimo di. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: FELICE, Massimo di (Org). **Do público para as redes.** São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

- FELICE, Massimo di. **Cidadãos 365 dias por ano**. São Paulo: 2010. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2010. Entrevista concedida a Christian Carvalho Cruz. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,cidadaos-365-dias-por-ano,542532,0.htm>>. Acesso em: 08 de julho de 2011.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Karina Medeiros de. **Determinismo Tecnológico**. Campo Grande: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, 2001. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/determinismo.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões humanas**. São Paulo: ed. Cultrix 1974.
- MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1972.
- PIGNATARI, Décio. **Informação, Linguagem, Comunicação**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002
- STILLE, Alexander. Marshall McLuhan Is Back From the Dustbin of History; With the Internet, His Ideas Again Seem Ahead of Their Time. New York: **The New York Times**, 14 out. 2000 p.9. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2000/10/14/arts/marshall-mcluhan-back-dustbin-history-with-internet-his-ideas-again-seem-ahead.html>>. Acesso em: 23 de março de 2011
- WOLFE, Tom. **Introdução de McLuhan por McLuhan**. Rio de Janeiro: Ediouro 2005.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE
ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

Antonio Aparecido Lima¹

RESUMO: O presente estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, e tem como propósito verificar a percepção que a Comunidade Escolar da rede de ensino do município de Cornélio Procópio-PR tem sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação (CME).

PALAVRAS-CHAVE: Controle Social. Conselho Municipal de Educação. Comunidade Escolar.

ABSTRACT: This study is characterised as descriptive research, qualitative and quantitative approach, and it has like purpose to verify the perception that the School Community of the Teaching Network of the city of Cornélio Procópio-PR has about the performance of the Municipal Council of Education (CME).

KEYWORD: Social Control. Municipal Education Council. School Community.

1. INTRODUÇÃO

A relação com o semelhante proporciona ao homem a possibilidade de transcender o individualismo natural e construir modos de agir em sociedade, e a partir destes produzir ações que satisfaçam os interesses da coletividade. Há uma transcendência do homem natural para o homem social, com repúdio às relações de dominação de homens sobre grupos sociais. É a luta do homem pelo pleno exercício da liberdade regrada pelas relações sociais. Nesse contexto insere-se o governo, o agente facilitador e promotor de mecanismos que instrumentalizam o processo democrático para a transformação da realidade social, entre elas a da gestão e das políticas públicas educacionais na rede municipal de ensino.

Notável é a transformação que vem ocorrendo nas relações entre governo e sociedade, rompendo condutas clássicas nas tomadas de decisões, até então absolutas pelos detentores de poder na esfera pública. Nessa nova vertente de como administrar a coisa pública, a sociedade se insere nos níveis de decisões dos governos por meio de vários mecanismos de participação, principalmente por meio dos Conselhos Municipais, entre eles o Conselho Municipal de Educação (CME).

Poder Público e Sociedade, juntos, constroem na atualidade um novo capítulo da história brasileira, especialmente na transformação da administração pública por meio da gestão democrática. São atores que caminham juntos para atingir o objetivo que têm em comum. Logo, Comunidade Escolar e Conselho Municipal de Educação são partes que inter-relacionam durante essa caminhada.

No decorrer do presente trabalho será discorrido sobre a percepção que a Comunidade Escolar da rede municipal tem sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação (CME), um órgão do governo, de controle social, e garantidor de processos para o fortalecimento da democracia.

¹ Mestre em Administração. Contador. Especialista em Administração Pública com Ênfase em Administração Escolar. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação (GEPEDEC) - Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) - Campus de Cornélio Procópio-PR.

O estudo foi realizado no município de Cornélio Procópio-PR. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário junto à Comunidade Escolar, compreendendo o corpo docente, equipe pedagógica, equipe técnica e equipe de apoio - administrativo, motorista, zeladores e demais - das unidades de ensino da rede pública municipal, nos dias 25 e 26 de agosto de 2010. Foram distribuídos 115 questionários, dos quais preenchidos 91 espontaneamente, que correspondem 15,9% dos 539 servidores que laboram na rede municipal de ensino, sendo: 365 docentes e 174 nas demais funções (TCE-PR, 2010).

O questionário foi elaborado com questões fechadas e uma questão aberta na qual o participante teve espaço destinado para expressar qualquer manifestação de seu interesse a respeito do conteúdo abordado nas questões fechadas.

O resultado da pesquisa evidencia a necessária e imediata revisão da postura do Conselho Municipal de Educação junto a Comunidade Escolar, o que requer esforços de todos os segmentos da sociedade que ocupam assento no referido Conselho.

2. OS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO: FEDERAL E DO ESTADO DO PARANÁ

Os Conselhos de Educação estão presentes em todas as esferas de governo do Brasil: Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Segundo Houaiss (2004, p. 807) a palavra Conselho corresponde ao “grupo de pessoas apontado ou eleito como corpo consultivo e/ou deliberativo e/ou administrativo [...]”. Estão amparados na seguinte Legislação Federal: Lei n° 4.024, de 20-12-1961; Lei 9.394, de 20-12-1996; Lei n° 9.131/95; Regimento Interno do CNE instituído por força da Portaria n° 1.305 de 02-09-1999 do Ministério da Educação (MEC) que fixa as atribuições da Câmara de Educação Básica (CEB) naquele Conselho.

Os Conselhos Estaduais de Educação, sob a égide de uma política de descentralização definida pela primeira LDB (Lei n° 4.024/61), foram criados com o objetivo de orientar a política educacional da Unidade Federativa com tarefa de regulamentar por atos normativos as bases e diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, com a função de ordenar o Sistema de Ensino em diversos níveis.

Por sua vez, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, de acordo com o seu Regimento Interno, dispõe que é da sua competência: deliberar sobre medidas que visem ao aperfeiçoamento do Sistema de Ensino do Estado do Paraná nos diferentes níveis e modalidades e que estejam no âmbito de sua competência; subsidiar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação; emitir pareceres sobre assuntos da área educacional por iniciativa dos seus conselheiros ou quando solicitado por autoridades governamentais do Estado; manter políticas de colaboração com os demais sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; emitir pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino; analisar as estatísticas da educação, anualmente, apresentando aos demais órgãos do sistema de ensino subsídios para elaboração de políticas educacionais no âmbito da unidade federativa.

Por sua vez, cada município orientado pelas diretrizes da União e do Estado, cabe normatizar as atribuições do seu Conselho Municipal de Educação.

3. ASPECTOS SOBRE CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Os Conselhos criados nos municípios brasileiros são mecanismos de inserção da sociedade nas decisões das políticas públicas municipais. Entre tantos existentes e de relevância, destaca-se o Conselho Municipal de Educação, que cabe orientar o Poder Público Municipal no cumprimento das normas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs), nas Diretrizes Curriculares Nacional (DCNs) e no Plano Municipal de Educação (PME). Para tanto requer ampla e irrestrita autonomia em sua atuação.

A criação e implementação do CME é parte do processo democrático, garantido na Carta Magna de 1988. Expressa a liberdade do homem em sociedade, porém, passível de reflexão, visto que há a liberdade propagada e a liberdade de espírito. A primeira é inerente aos interesses na relação de domínio, a segunda é a verdadeira, presente num processo democrático. Como afirma Ribas, a Constituição Cidadã “[...] propiciou substancial avanço dos direitos e garantias sociais ao implementar o mecanismo de controle e participação popular na fiscalização e na gestão cooperativa da administração pública” (RIBAS, 2008: 55).

O CME tem relevância social no processo democrático pela própria dinâmica social à que está proposto em tese. No entanto, faz-se necessário refletir sobre os obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação. Afinal, a principal característica do controle social é “[...] o envolvimento de qualquer cidadão, diretamente ou através de determinadas entidades não governamentais, na fiscalização dos atos da administração pública” (RIBAS, 2008: 72).

A presença do cidadão no controle social como representante de um segmento requer compreensão que sua atuação é uma prática participativa. Para tanto, o seu engajamento nos mecanismos de controle social traduz-se em exercício da democracia. No entanto, como ensina Cezare (2009) é necessário que o cidadão represente de fato os interesses da comunidade, e não sejam considerados clientes ou representantes dos interesses corporativos.

A participação cidadã, como evidencia Machado (2009) potencializa a democratização das políticas públicas pelo aprofundamento da democracia participativa. Logo, o CME como órgão democrático assume atribuições de destaque no cenário das políticas públicas municipais via representação dos segmentos da sociedade, não distante, a Comunidade Escolar, que deve ser alimentada com informações sobre a atuação daquele Órgão do Governo.

O CME é formado por entidades que indicam pessoas para representá-las. Elas representam segmentos da sociedade, inclusive o próprio Poder Executivo Municipal, e seu corpo diretivo necessita de estrutura de gestão própria e independente para executar suas funções. Para essa independência, necessita de recursos orçamentários e financeiros disponíveis. Logo, o CME precisa estar dotado de políticas próprias para sua atuação, amparado em Planos de Trabalho, e se manifestar mediante Resoluções expedidas. Imprescindível a existência de Comissões Temáticas, que possibilita tornar-se dinâmico e coerente em suas ações.

A representatividade da sociedade nas decisões da política não se limita mais somente ao Poder Legislativo, já que por intermédio do CME é possível ao cidadão se inserir diretamente no processo de condução das ações governamentais por meio das políticas públicas deliberadas a partir do Conselho.

A Carta Magna de 1988 em seu artigo 206 determina que o ensino seja ministrado com base em princípios, e no Inciso VI do mesmo artigo define como Princípio a “gestão democrática do ensino público”, na forma da lei. Tem-se aí como gestão democrática a participação ativa da comunidade, dentre outras formas, pelo CME. O Conselho Municipal de Educação, para atender às determinações da Lei Maior e demais leis infraconstitucionais, deve reunir competências técnicas e representatividade dos diversos setores educacionais, ao nível das unidades escolares, por meio da formação de Conselhos Escolares dos quais participa a Comunidade Escolar. Ao CME cabe a responsabilidade intransferível de sua organização estrutural para adequada atuação, bem como pela capacitação dos próprios Conselheiros.

O CME é um fórum de controle social e, nesse sentido, Barrios (2007) destaca que os conselhos são espaços políticos de participação direta dos cidadãos. Nesse sentido, os Conselhos devem desenvolver ações voltadas para a socialização das informações e conhecimentos e a efetividade do controle social, reiterada nos textos da legislação vigente. Ressalta-se que a atuação do CME como Órgão do Governo, firma-se de fundamental importância no dimensionamento das dificuldades e possibilidades de efetivação das políticas educacionais voltadas para a cidadania.

4. O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR

A Lei Municipal nº 512/09, de 14 de maio de 2009² dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal da Educação e delibera que ele é um colegiado, de caráter permanente, autônomo e harmônico com o Poder Público Municipal, com funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação municipal.

O mandato dos membros do CME é de dois anos, permitida uma única recondução. Sua Presidência é escolhida pelos seus membros.

A função de Conselheiro Municipal da Educação, demonstrada no Quadro 1, é considerada de relevância social, não havendo qualquer remuneração pelo trabalho realizado e seus membros, depois de indicados pelas entidades representativas da sociedade, são nomeados por Decreto expedido pelo Executivo Municipal. Cabe ao CME organizar e aprovar seu Regimento Interno, definindo normas para suas reuniões e demais disposições de funcionamento.

QUADRO 1 FUNÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função	Conteúdo
Consultiva	É exercida pela emissão de pareceres a consultas sobre assuntos educacionais de sua

² Boletim Oficial do Município, Ano LVII, nº 1703, de 21 de maio de 2009.

	competência, formuladas pela Secretaria Municipal da Educação ou entidades de âmbito municipal.
Fiscalizadora	É exercida na verificação e acompanhamento do cumprimento da legislação e das normas educacionais, pelas instituições integrantes da rede municipal de ensino
Mobilizadora	Caracteriza-se pelo estímulo à participação da sociedade no acompanhamento e controle social da oferta dos serviços educacionais.
Controle Social	Prioriza o acompanhamento da execução das políticas públicas e da garantia do direito à educação, demandando soluções aos órgãos competentes, quando forem constatadas irregularidades.

Fonte: Lei n° 512/09, município de Cornélio Procópio-PR.

Conforme prescreve a lei municipal “O Poder Executivo colocará à disposição do Conselho Municipal de Educação o quadro funcional e demais recursos necessários ao desempenho de suas atividades” (Lei n° 512/09, art. 7°), bem como “As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias no orçamento vigente, suplementadas se necessário” (Lei n° 512/09, art. 8°).

O CME do município de Cornélio Procópio-PR é composto por onze membros, mais seus respectivos suplentes conforme definido na Lei n° 512/09, art. 2°, demonstrado no Quadro 2.

A nomeação dos Membros do CME ocorreu por meio do Decreto Municipal n° 2778/09, de 24 de setembro de 2009³, e em seu artigo 2° dispõe que “O Presidente do Conselho Municipal da Educação será escolhido pelos seus membros.

QUADRO 2 COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Quantidade	Representante por Segmento da Comunidade	Quantidade	Representante por Segmento da Comunidade
02	Poder Executivo representado pela Secretaria Municipal da Educação.	01	Professores da rede estadual de ensino, indicado pelo Núcleo Regional da Educação.
01	Instituições de ensino particular de Educação Básica.	01	Pais de alunos.
01	Instituições de ensino superior.	01	Servidores públicos que atuam na rede municipal de ensino.
02	Professores da rede municipal de Ensino.	02	Comunidade.

Fonte: Lei n° 512/09, município Cornélio Procópio-PR.

5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Preliminarmente, necessário registrar a elevada participação do grupo pesquisado que, espontaneamente, respondeu 79,3% dos questionários distribuídos, evidenciando assim a disposição desses em colaborar com a pesquisa científica.

Os participantes foram questionados se há no município o Conselho Municipal de Educação. Apenas 41% demonstraram saber da existência dele no município.

O resultado desse quesito chama a atenção sobre o desconhecimento da Comunidade Escolar sobre a existência do Conselho, sobretudo por ser ele um fórum de discussão sobre políticas de interesse coletivo. Barrios (2007: 15), em sua Tese de Doutorado afirma que “[...] os fóruns são espaços de deliberação e divulgação das

³ Boletim Oficial do Município, Ano LVII, n° 1725, de 08 de outubro de 2009.

políticas públicas” e que por eles aumentam a publicização e a vigilância da sociedade sobre as ações do setor.

Buscou-se saber se o membro da Comunidade Escolar tem conhecimento se o CME se reúne regularmente. Apenas 4% da Comunidade Escolar questionada responderam que o Órgão se reúne regularmente, o que evidencia o baixo ativismo político do Conselho Municipal de Educação.

Quando Pereira (2008) disserta sobre as reuniões dos Conselhos Municipais de Educação não deixa dúvidas que o CME não pode ser uma extensão do órgão do governo responsável pela gestão da educação, ou seja, ele é um colegiado independente e autônomo, porém harmônico. Por isso, imprescindível que o CME estabeleça sua política de gestão para que a sociedade tenha conhecimento, inclusive, sobre a periodicidade das reuniões.

Ao ser questionado se já participou de alguma reunião do CME, apenas 9% da comunidade entrevistada afirmaram já ter participado de alguma. Pereira (2008, p. 142) afirma que “[...] os CMEs constituem-se como um excelente espaço para a participação democrática em busca de um novo modelo de gestão das políticas públicas educacionais”. Por sua vez Betlinski (2006, p. 101) ao discutir sobre participação da sociedade e controle social por meio de conselhos afirma que “A participação pressupõe diálogo” e complementa ensinando que participar é decidir coletivamente. Nesse contexto, necessário frisar que a decisão no Conselho Municipal de Educação é extensiva à capacitação, valorização e proteção do trabalhador na área educacional.

O Princípio da Publicidade consagrado na Constituição Federal possibilita ao cidadão o acesso à informação sobre as práticas da administração pública. Inegável que tal Princípio seja extensivo ao Conselho Municipal de Educação, pois, é Órgão vinculado à administração pública municipal “[...] com funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação municipal” (Lei nº 512/09, art. 1º).

A publicidade dos atos dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. No entanto, quando a Comunidade Escolar foi questionada se recebe informações do CME foi constatada a ausência dessa prática, pois apenas 1% se manifestou positivamente.

Com fulcro no Princípio da Publicidade aplicável a administração pública Ribas (2008, p. 68) assinala que “[...] a publicação dos atos não consiste em mera formalidade, podendo ser dispensada; muito ao contrário, é *‘conditio sine qua non’* para que o ato administrativo seja provido de validade”. Por sua vez, Betlinski (2006, p. 179) afirma que “[...] os conselhos não conseguem vocalizar nem dar publicidade às ações e aos encaminhamentos das políticas públicas para a educação”.

Foi disponibilizada aos participantes uma questão aberta que possibilitou aos participantes livre manifestação. Obtiveram-se 17 (dezessete) registros, ou seja, 18,7% do total dos questionários preenchidos, sendo 10 (dez) com convergência para a necessidade de divulgação da existência, da finalidade e dos trabalhos do Conselho Municipal de Educação. Destaque para a manifestação de cinco participantes, identificados como P1, P2, P3, P4 e P5.

Embora tenha poucas informações em relação ao CME no momento; acredito que ele seja de extrema relevância pois, tudo que diz respeito à educação é importante. O ensino necessita de várias fontes de atuação em prol do mesmo, dessa forma só há fortalecimento. Sendo assim o CME contribui a melhoria da educação em nosso município (P1).

Apesar de desconhecer, acho muito importante e deveria ser mais divulgado para não só os membros e sim para comunidade que é o mais interessado do conteúdo das decisões tomadas por esse conselho (P2).

O CME do município existe, mas como todos os outros conselhos não tem efetiva participação da comunidade, o que é necessário é uma ampla divulgação dos poderes e atribuições do conselho, p/ que haja uma participação efetiva (P3).

Embora tenha um vago conhecimento do que significa um CME, este deve ser mais divulgado para que todos saibam sua finalidade e possam ter uma participação ativa (P4).

[...] é difícil opinar a respeito de algo que não se conhece, seja positivo ou negativamente. Como eu não sei sobre as atribuições legadas ao CME, relato apenas que poderia ser mais divulgado às escolas e comunidade escolar, pois, com certeza é um órgão voltado aos interesses da Educação (P5).

Verifica-se por meio das respostas que a prática da publicidade dos atos do CME do município está distante de satisfazer as necessidades da sociedade, bem como atender ao Princípio Constitucional da Publicidade.

Ficou evidenciado que 74% dos participantes desconhecem as atribuições daquele Conselho, que são: consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, e de controle social (Lei n °512/09, art. 1°).

Silva (2009: 40) ao tratar dos elementos constitutivos dos Conselhos Municipais de Educação, classifica suas funções e atribuições, destacando dois períodos, o antes e o depois da LDB (Lei 9.394/96) conforme descrito no Quadro 3.

QUADRO 3 FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO CME

Funções do CME		Atribuições do CME	
Antes da LDB	Depois da LDB	Antes da LDB	Depois da LDB
Consultiva e de assessoramento.	Consultiva e de assessoramento.	Ênfase nas delegadas pelo CEE.	Ênfase nas conferidas pelo município.
Deliberativa.	Deliberativa.	Menor poder de decisão.	Participação na tomada de decisões.
Opinativa.	Propositiva.	Solução de problemas.	Participação na definição das políticas educacionais e acompanhamento da sua execução.
	Mobilizadora.		
	Acompanhamento e controle social.		
	Normativa.		
	Fiscalizadora.		

FONTE: Silva, 2009, p. 40⁴.

É possível afirmar que a ausência do conhecimento da Comunidade Escolar sobre as atribuições do CME tem influência direta da negativa da prática da publicidade dos atos daquele Órgão.

⁴ SILVA, Darci Bueno da. Conselhos Municipais de Educação na Instituição dos Sistemas Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul. 2009. 160 f. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16398>>. Acesso em 03 set 2010.

A lei municipal que cria o Conselho Municipal de Educação assegura a participação da sociedade na gestão da educação municipal. É o canal pelo qual a sociedade exerce o direito da democracia, desde que ouvida pelos seus representantes.

Constatou-se que, ouvir, não é um verbo de ação praticado pelo CME perante a Comunidade Escolar, afinal apenas 4% dos membros da Comunidade participante da pesquisa afirmaram que o Conselho ouve a Comunidade Escolar.

O CME de educação deve ser democrático e ouvir a Comunidade toda. Afinal, como ensina Paro (2008: 25) “A democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante [...]”. Logo, não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la.

A participação da sociedade em movimentos de políticas públicas é fortalecida quando ocorrem atividades mobilizadoras caracterizadas pelo estímulo à participação do cidadão. O exercício do Controle Social se fortalece quando a mobilização ocorre de forma sistêmica. Como ensina Houaiss (2004), mobilizar consiste em conclamar pessoas a participar de uma atividade social, política ou de outra natureza, insuflando-lhes entusiasmo.

Verificou-se pela oitiva da Comunidade Escolar que a ausência de atividades mobilizadoras desenvolvidas pelo CME é uma realidade. Apenas 1% afirma que o CME desenvolve tais atividades. Pereira (2008: 136) assinala que a pouca visibilidade dos órgãos de controle é um problema comum a todos os conselhos pesquisados e que os meios de comunicação têm dado pouco ou nenhum valor aos órgãos de controle social, evidenciando que os conselhos municipais de educação raramente foram enfocados pelos jornais.

Saber onde e quando o CME se reúne é fator fundamental para o processo democrático. A Comunidade questionada demonstrou ausência desse conhecimento por 99% dos participantes, o que demonstra ausência de publicidade dos atos daquele Órgão.

Como afirmado anteriormente, o Princípio da Publicidade está inserido no contexto do Estado Democrático de Direito onde o poder emana do povo e por ele é exercido. Como assinala Ribas (2008: 63) “ganha relevância, na seara da Administração Pública, o princípio da publicidade, o qual tem como escopo dar ciência ao público, população de um modo geral, dos atos administrativos realizados”. Os atos do CME são de natureza administrativa.

A Comunidade Escolar foi questionada se o CME pode ser considerado um conselho ativo ou inerte. Constatou-se que 97% dos participantes não o consideram como órgão ativo em suas ações. Assim, a ausência de ações que caracteriza o CME como um Conselho ativo não contribui para a gestão democrática das políticas educativas. Como afirma Pereira,

[...] a gestão democrática de políticas educativas introduz movimentos importantes como a participação popular na gestão das políticas públicas”, podendo criar condições para uma “ampla reformulação das práticas educativas, em busca de um novo modelo pedagógico-administrativo (PEREIRA, 2008: 70).

Apesar de todo contexto evidenciado em relação à atuação do CME, a pesquisa demonstra que 88% dos participantes têm interesse em conhecer mais sobre o Conselho Municipal de Educação.

Ao discorrer sobre a Escola e Democracia, Saviani (1991: 89) fala da contribuição do professor para esse processo e escreve que cada professor tem uma

contribuição específica a dar, “[...] em vista da democratização da sociedade brasileira, do atendimento aos interesses das camadas populares, da transformação estrutural da sociedade”.

Conhecer as atribuições do CME é condição essencial ao exercício das atividades profissionais na rede municipal de educação. Notadamente, quando a Comunidade Escolar foi questionada se conhece sobre as atribuições e a importância do CME, a resposta foi que apenas 13% conhecem as atribuições daquele Órgão. Silveira Junior (2009, p. 56) ao escrever sobre o fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores apresenta objetivos específicos de um Conselho Municipal de Educação:

Consolidar de uma estrutura educacional que garanta a aprendizagem escolar e a participação coletiva na avaliação das ações pedagógicas e administrativas do poder público municipal; Incentivar a instituição de ações colegiadas que propiciem a intervenção organizada, bem como as atitudes preservadoras de autonomia municipal e de representatividade social; Ampliar a capacidade de atuação dos conselheiros; Estimular a colaboração entre conselheiros municipais, estaduais e nacionais de educação; Assegurar a participação da sociedade no alinhamento da gestão educacional (SILVEIRA JUNIOR, 2009: 56).

Pereira (2008) acrescenta que os conselhos devem ser espaços para reflexão da atual sociedade e por meio dos Conselhos a sociedade pode se organizar e promover ações voltadas à descentralização do poder.

Embora apenas 13% dos membros participantes da pesquisa tenham declarado conhecer as atribuições do CME, 88% manifestaram interesse em conhecer mais a respeito desse Órgão.

A manifestação de uma pessoa sobre a importância do CME requer que esta tenha prévio conhecimento sobre as atribuições daquele Órgão. Assim, a pesquisa buscou saber como a Comunidade Escolar se manifesta a respeito, e foi constatado que 29% da Comunidade Escolar consideram o CME de extrema relevância. Apenas 1% da Comunidade Escolar considera aquele Órgão de importância irrelevante.

Ribas ao discorrer sobre a incidência do controle social e seu papel junto ao Poder local, assinala:

O controle social apresenta como principal característica o envolvimento de qualquer cidadão, diretamente ou através de determinadas entidades não governamentais, na fiscalização dos atos da administração pública, ou seja, a sociedade atua no controle das decisões governamentais para constatar o respeito às normas e princípios constitucionais, bem como as demais normas infraconstitucionais reguladoras da administração pública (RIBAS, 2008: 72).

Neto (2000) por sua vez contribui, dizendo que pelo controle social a sociedade garante a conformidade das condutas dos atores aos modelos ou padrões estabelecidos. Pereira vê o CME como um campo fértil à investigação, e afirma:

[...] à medida que, por intermédio do entendimento de seus processos de institucionalização, abordando aspectos legais, técnicos e público-culturais, poderão trazer importantes contribuições para a produção teórica sobre gestão democrática dos sistemas de ensino (PEREIRA, 2008: 70).

O Conselho Municipal de Educação é vital para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas educacionais, pois é o mecanismo que atua no

controle das decisões governamentais. Assim, buscou-se saber da Comunidade Escolar sua opinião quanto a quem compete a responsabilidade para desenvolver ações voltadas ao fortalecimento do Conselho Municipal de Educação. A Secretaria/Diretoria da Educação foi indicada como o maior percentual, 33%, seguido de 19% para a Comunidade Escolar; 17% para o Conselho Municipal de Educação; 12% para o Prefeito; e 6% para a Promotoria Pública, e 23% não souberam ou não responderam.

A Lei nº 512/09, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal da Educação fornece direcionadores evidenciando que a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento do CME é do próprio Conselho.

Art. 1º - O Conselho Municipal da Educação é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 43/97, de caráter permanente, autônomo e harmônico com o Poder Público Municipal, com funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação municipal. [...]; §3º - A função mobilizadora se caracteriza pelo estímulo à participação da sociedade no acompanhamento e controle social da oferta dos serviços educacionais. [...]; Art. 6º - O Conselho Municipal da Educação deverá organizar e aprovar seu Regimento Interno, definindo normas para suas reuniões e demais disposições de funcionamento (CORNÉLIO PROCÓPIO-PR. LEI 512/09)⁵.

Como observado, o CME tem função mobilizadora e esta função se caracteriza pelo estímulo à participação da sociedade. Por meio de um Regimento Interno o CME pode estabelecer parâmetros para essa mobilização, bastando sua iniciativa. Reforça esse posicionamento, a condição de o CME ser um Órgão do Governo, que, de acordo com o Artigo 7º e 8º da Lei nº 512/09 terá quadro funcional e demais recursos necessários ao desempenho de suas atividades, inclusive recursos orçamentários.

O último quesito do questionário teve como propósito saber a opinião da Comunidade Escolar quanto à importância da pesquisa ora desenvolvida. Nenhum referencial teórico foi distribuído aos participantes para que não houvesse interferência no resultado da pesquisa. No entanto, a Comunidade Escolar considera a presente pesquisa importante, com 76% de aprovação.

A pesquisa é fundamental, pois sem ela não há avanço no conhecimento. Segundo Gil (2010), é por intermédio da pesquisa que se proporcionam respostas aos problemas propostos e elas são requeridas quando não se dispõe de informações suficientes para responder ao problema. Acrescenta Oliveira (2002, p 62) que “A pesquisa tem por objetivo estabelecer uma série de compreensões a fim de construir repostas para as indagações e questões levantadas nos diversos ramos do conhecimento”, ou ainda nas palavras de Medeiros (2005, p. 41) pela pesquisa permite-se a “[...] distinção entre aparência e essência dos fenômenos perceptíveis pela inteligência humana” e com isso possibilitar a verificação, interpretação e conclusão da realidade.

A realidade social é sempre transformada pela ação do homem e o resultado dessa ação interfere nos padrões de qualidade da educação. Assim, conhecer esses fatores é permitir-se à reflexão sobre atitudes praticadas ou mesmo a ausência delas.

⁵ CORNÉLIO PROCÓPIO-PR. Lei 512/09, de 14 de maio de 2009. Dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Educação. Boletim Oficial, Ano LVII, n. 1703, Cornélio Procópio-PR, 21 mai. 2009. Município de Cornélio Procópio. 2009.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira, alimentada pelo espírito da democracia, a cada dia rompe gradativamente com o comportamento ditatorial vivido pela sociedade brasileira por várias décadas. Por meio do relacionamento social, o homem transcende o individualismo e se põe à construção de mecanismos que superem a força dos grupos dominantes.

Inserese no contexto o domínio que o poder público exerce sobre a sociedade pelos seus representantes. No entanto, há uma força social que labora para que o governo insira em definitivo a sociedade nos mecanismos de gestão pela participação social na construção das políticas públicas.

Percebe-se uma realidade transformadora na relação entre governo e sociedade, fortalecida com a Constituição Federal de 1988 que rompe o processo clássico de tomada de decisões pelos governantes. Inserem-se no contexto os Conselhos Municipais de Educação como nível de decisões sobre as políticas públicas educacionais no território municipal.

A concepção e implementação do Conselho Municipal de Educação é parte do processo democrático que proporciona o avanço dos direitos e garantias sociais. O controle social realizado pelo Conselho é exercido por diversos segmentos da sociedade por seus representantes, os Conselheiros Municipais.

O Controle Social por intermédio do CME é amparado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e por lei municipal que cria o CME, e que se mostra como de fundamental importância no dimensionamento das dificuldades e possibilidades de efetivação de políticas públicas na educação voltada para a cidadania. Afinal, esse Órgão é um fórum de controle social, espaço político de participação direta dos cidadãos.

O CME do município de Cornélio Procópio é um órgão colegiado, de caráter permanente, autônomo e harmônico com o Poder Público Municipal, com funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social e garante o direito à participação da sociedade na gestão da educação municipal. Sua função é considerada de relevância social e seus membros não são remunerados.

Diante dos resultados dos dados coletados, constata-se que a Comunidade Escolar, em sua maioria, não sabe da existência do CME no município. Diante da evidência, verifica-se que esse fórum de debate não está sendo potencializado como espaço de deliberação e divulgação das políticas públicas educacionais, bem como a regularidade das reuniões no contexto da periodicidade é desconhecido pela Comunidade Escolar.

Logo, é possível afirmar que a Comunidade Escolar não é estimulada a participar das reuniões e assim seus membros permanecem distantes das discussões das políticas públicas educacionais no município. Logo, o baixo ativismo político do Conselho Municipal de Educação está na ausência da participação da Comunidade Escolar nas reuniões daquele Órgão, o que prejudica as decisões políticas na área da educação por meio do processo democrático.

Constata-se que ouvir a Comunidade Escolar não é uma prática habitual do CME, o que demonstra ausência do exercício democrático pelo Conselho Municipal. Afinal, a Comunidade Escolar sequer conhece as atribuições do Conselho.

O CME não estimula a Comunidade Escolar à participação no controle social. A consequência é a Comunidade não o considerar Órgão ativo em suas ações, e assim, o Conselho não contribui com o processo da gestão democrática.

A pesquisa demonstrou evidências reais do interesse da Comunidade Escolar em conhecer as atribuições do Conselho Municipal de Educação, o que demonstra estar buscando compreender os vínculos de sua prática laboral com a prática social.

A ausência da prática democrática do CME contribui para que a Comunidade Escolar se considere não apta a dimensionar a relevância daquele Órgão. No entanto, a Comunidade ouvida acredita que cabem ações conjuntas entre a Secretária/Departamento de Educação, Comunidade Escolar, Conselho Municipal de Educação e Chefe do Executivo Municipal para o fortalecimento daquele Órgão.

A presente pesquisa possibilita uma série de compreensão sobre a realidade do Conselho Municipal de Educação do município de Cornélio Procópio, e permite a partir de reflexões, a construção de propostas resolutivas para superar o baixo ativismo do Conselho. Tais ações devem ser, primordialmente, de iniciativa das entidades que compõe o Conselho Municipal de Educação.

Constata-se assim que a atuação do Conselho Municipal de Educação do município de Cornélio Procópio está distante dos ditames da legislação vigente e da perspectiva apresentada pela Comunidade Escolar.

Diante do resultado evidenciado, sugere-se que governo e sociedade organizada somem esforços para que o CME por meio de seus Conselheiros mantenha permanente diálogo com a sociedade, inclusive com a Comunidade Escolar, a fim de debater questões sobre a política municipal de educação antes e após as deliberações do Conselho. Registra-se que a política de atuação do CME não é de responsabilidade isolada de seus membros, mas essencialmente das entidades que os indicam. Sugere-se ainda às entidades que ocupam assento no CME a abertura de debates sobre a sua atuação no Conselho Municipal de Educação.

Registra-se que a responsabilidade pelo fortalecimento do CME não está restrito a um só segmento representativo que o compõe, mas extensivo a todos. Logo, uma vez constatado o baixo nível de estímulos e respostas à comunidade de um determinado segmento que compõe o Conselho, os demais devem articular-se para fortalecê-lo, a exemplo, para a Comunidade Escolar, representada por professores e servidores públicos da rede municipal de ensino.

7. REFERÊNCIAS

BARRIOS, Susana Rosa Lopez. **Saúde, democracia e gestão: O caso dos Conselhos Deliberativo e Fiscalizadores das autarquias Hospitalares do Município de São Paulo.** 2007. 166 p. Tese (Doutorado em Ciências – Área de Concentração: Medicina Preventiva). Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em 31 ago. 2010.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BETLINSKI, Carlos. **Conselhos Municipais de Educação: Participação e cultura Política.** 2006, 232 p. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo. Disponível em:
<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2749>. Acesso em
02 set. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 14
set. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº
4.024, de 20 de dezembro de 1961.
Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm>. Acesso em 29 set.
2010.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases
da educação nacional. Disponível:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 29 set. 2010.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o plano Nacional de
Educação. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em 31
ago. 2010.

CEZARE, Juliana Pellegrini. **Conselhos Municipais e Governança: uma análise do
Conselho de Representantes de Parapiacaba e Parque Andreense do Município de Santo
André-SP**. 2009. 177 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Saúde Ambiental.
Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR. **Lei 512/09, de 14 de maio de 2009**. Dispõe sobre a
reorganização do Conselho Municipal de Educação. Boletim Oficial, Ano LVII, n.
1703, Cornélio Procópio-PR, 21 mai. 2009. Município de Cornélio Procópio. 2009.

_____. **Decreto 2778/09, de 25 de setembro de 2009**. Nomeia os membros do
Conselho Municipal da Educação, Ano LVII, n. 1725, Cornélio Procópio-PR, 08 out.
2009. Município de Cornélio Procópio. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas,
1996.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HINVAITT, Cláudia Motta; MIRANDA, Shirley Raquel Jaques. **Conselho Municipal
de Educação: Um Caminho da Gestão Democrática a ser Perseguido**. Trabalho de
conclusão de Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação da
Universidade da Amazônia. Belém-Pará. 2002. Disponível em:
<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/conselho_regional_de_educacao.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2010.

HOUAISS, Instituto Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUBNER, Maria Martha. **Guia para Elaboração de Monografias e Projetos de Dissertação de Mestrado e Doutorado**. São Paulo: Pioneira. 1998.

MACHADO, Eloise Helene Hatschbach. **Conselhos Gestores e Disposições Políticas: Um Estudo de Caso da Região Metropolitana de Curitiba**. 2008. 100 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná. Disponível: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/284>>. Acesso em 31 ago. 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. 7. ed. São Paulo. Atlas: 2005, 326 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação**. Portaria nº 1.306 de 02/09/1999. DOU 28/07/1999. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP/CP099.pdf>>. Acesso em 29 set. 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 3/2005**. Define normas para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb018_05.pdf>. Acesso em: 29 set. 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2007**. Aprovado em 19/04/2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb007_07.pdf>. Acesso em 29 set. 2010.

NETO, Scuro Pedro. **Manual de Sociologia Geral e Jurídica**. 4. ed. São Paulo. Saraiva: 2000.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia Científica Aplicada ao Direito**. São Paulo. Pioneira: 2002.

PARANÁ. **Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR)**. Disponível: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/reg_int_novo.pdf>. Acesso em 29 set. 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2008.

PEREIRA, Tarcísio Luiz. **Conselhos Municipais de Educação: desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista-FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/tarcisio.pdf>>. Acesso em 03 set. 2010.

RIBAS, Fábio Martins. **O Controle Social na administração Pública Municipal**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/284>>. Acesso em 31 ago. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Darci Bueno da. **Conselhos Municipais de Educação na Instituição dos Sistemas Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul**. 2009. 160 f. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16398>>. Acesso em 03 set. 2010.

SILVEIRA JUNIOR, Olney Bruno da. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas**. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações). Faculdade de Economia, Administração e contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br.br/>>. Acesso em 31 ago. 2010.

TCE-PR-Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Perfil do Município**. Disponível em: <<http://www.controlesocial.pr.gov.br/PerfilMunicipal.aspx?>>. Acesso em 14 set. 2010.

LAZER PARA AS MINORIAS SOCIAIS: UM DESAFIO PARA OS
MUNICÍPIOS

Ms. Alderenik Antonio de Oliveira (UNICENTRO)

RESUMO: A literatura tem reforçado que as atividades de lazer propiciam benefícios à população. Objetivo: Identificar a oferta de atividades de lazer nas plataformas de trabalho de duas cidades: Ponta Grossa e Irati/PR. Metodologia: Realizado por meio de levantamento documental junto às Secretarias de Esporte e Recreação dos municípios entre os anos de 2005 e 2009. Resultados: Identificou-se nos municípios, a tentativa de implantação de políticas públicas para o lazer, porém com baixa frequência de atividades. Conclusão: a falta de políticas públicas consistentes e a carência de recursos humanos para realizar os projetos propostos resultaram na pouca oferta de programas voltados ao lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Lazer. Qualidade de vida.

ABSTRACT: The literature has reinforced the leisure activities provide benefits to population. Objective: To identify the provision of leisure activities in the work platforms of two cities: Ponta Grossa and Irati/PR. Methodology: Conducted through analysis of documents from the Departments of Sport and Recreation of the cities, between 2005 and 2009. Results: We identified in the cities, attempting to implement public policies for leisure, but with low frequency of activities. Conclusion: The lack of consistent public policies and the lack of human resources to carry out the proposed projects have resulted in poor provision of programs devoted to leisure. **KEYWORDS:** Public Policy. Leisure. Quality of life.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual apresenta uma série de fatores que colaboram para o desenvolvimento de problemas que interferem diretamente nas relações sociais, tais como: o alcoolismo e outros tipos de drogas, o desemprego, a pobreza. Tais questões acabam por refletir negativamente nas estruturas sociais do indivíduo ao longo do tempo.

Neste contexto, em grande parte das comunidades, o único meio de diversão familiar, principalmente entre as mulheres, restringe-se a assistir programas televisivos aos domingos, enquanto que seus maridos se contentam em jogar uma partida de futebol ou de truco, os quais ocorrem próximos às suas residências ou em bares, acompanhados por bebidas alcoólicas. Para seus filhos a opção são as atividades realizadas na rua, como forma de ocupação do tempo livre.

Em relação às pessoas de menor poder aquisitivo, Melo, registra bem esta questão, ao afirmar que “torna-se mais aparente os paradoxos de uma cidade: observa-se uma cidade partida em que alguns têm acesso a muitas coisas, mas grande parte dos habitantes pouco podem desfrutar” (2003: 7). Assim, pensando na população como um todo, pouco adianta a cidade possuir Shopping Centers, restaurantes sofisticados, teatros, clubes sociais, se grande parte da população não pode usufruir destes benefícios, por não possuir monetariamente recursos.

Entendemos que o lazer está diretamente ligado às ações que norteiam as

políticas públicas de qualquer governo, e que a própria legislação brasileira preocupa-se em propiciar as crianças e adolescentes o seu desenvolvimento completo como pessoa. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os artigos 3º e 4º, dão ênfase ao lazer, afirmando que é dever da família, da comunidade e da sociedade em geral proporcionar e assegurar o direito ao lazer aos mesmos.

Embora o lazer seja um termo bastante discutido e, por vezes, até polêmico, na medida em que autores têm realizado suas próprias contextualizações, elaborando distintos conceitos em seus estudos ao longo do tempo, envolvendo fatores como: tempo livre, trabalho, recreação e outros, o acesso a este importante elemento da vida social nem sempre é disponibilizado pelos governantes à população. Diante disso, este estudo tem por objetivo identificar a existência de políticas públicas para o lazer nas plataformas de trabalho de duas cidades do interior do estado do Paraná: Ponta Grossa e Irati, bem como realizar a análise dessas políticas voltadas para os bairros desses municípios.

2. METODOLOGIA

A pesquisa propõe investigar se, tanto o município de Irati, como o de Ponta Grossa, possuem políticas públicas para o lazer, oferecidas às comunidades localizadas nas periferias de suas cidades, onde a concentração de pessoas pobres, subentende-se ser maior.

A mesma pautou-se no aprofundamento teórico do tema lazer, bem como do levantamento documental dos relatórios de atividades de recreação e lazer desenvolvidas pelos municípios de Ponta Grossa e de Irati, ambos no Estado do Paraná.

Segundo GIL:

a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, ou seja, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (2002: 45)

No primeiro momento, ao se entender que a implantação do lazer na comunidade não ocorre de forma alheia às políticas públicas, a revisão bibliográfica pautou-se em ambos os temas.

No segundo momento, para a coleta de dados relacionados ao lazer nos municípios estudados, foram utilizadas fontes, como: projetos e relatórios de atividades desenvolvidas pelos municípios.

Na etapa final, os dados coletados em cada município foram confrontados entre si e mais o que é abordado pela literatura.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

O foco da pesquisa foi direcionado para os bairros de periferia dos municípios de Irati e Ponta Grossa.

O município de Irati, possui uma população de 56.207 habitantes, sendo que

44.932 pessoas, residem na área urbana e 11.275, residem na área rural.

A cidade está localizada a 134 Km de Curitiba e foi povoada inicialmente pelos índios iratins, segmento da tribo indígena tupis. Em tupi guarani o termo irati, quer dizer rio do mel. Sua colonização foi feita por poloneses. A economia do município baseia-se na agricultura, com um avanço na industrialização.

Já o município de Ponta Grossa, possui uma população de 311.611 habitantes, sendo sua população urbana de 304.733 pessoas e sua população rural é de 6.878 pessoas. O município está localizado a 114 km de Curitiba e sua colonização foi feita por alemães, russos, italianos, sírios e portugueses. A economia do município baseia-se na indústria, comércio e agricultura. Optamos por investigar os bairros dos dois municípios, por entendermos que é na periferia que se concentra um maior número de pessoas carentes.

No que diz respeito ao termo carência, Zaluar define da seguinte maneira:

a carência não se definiria apenas com meros critérios quantitativos de deficiências nas condições materiais de vida. Ao lado da falta material, as faltas no, plano social e cultural, mais especialmente as referentes à educação e à informação, aumentariam o quadro da carência que completariam com as faltas no plano afetivo. (1987: 11)

A carência é um problema social muito grave, impedindo o desenvolvimento pessoal, muitas vezes neutralizando a socialização, que seria um processo natural e fundamental do indivíduo para a convivência em sincronismo com a sociedade.

Há necessidades básicas e inerentes ao ser humano que precisam ser trabalhadas de maneira correta, para que o desenvolvimento, afetivo e social, tenha uma contribuição harmônica. As crianças e adolescentes fazem parte deste processo de socialização, sendo que a família e os gestores têm um grau de contribuição muito significativo ao comprimento destas.

Para Dumazedier apud Requiza (1980: 6) o lazer é:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, depois de ter-se libertado de suas obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Podemos nos concentrar num enfoque discutido para estudos sendo o binômio lazer-tempo livre. Pois existem várias divergências entre o que seria lazer e o que seria tempo livre. Segundo Elias e Dunning (1985: 145) “todas as atividades de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as de tempo livre são de lazer”.

O lazer tornou-se um fator primordial para todo o ser humano, devido à vários fatores que incidem em nossa sociedade, pois trata-se de uma necessidade biopsicossocial em qualquer comunidade. É dever do Estado proporcionar condições que possibilitem às pessoas terem oportunidades de lazer para que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida.

Por trás do crescimento dos estudos sobre o lazer, acreditamos que exista alguns motivos significantes. Podemos ousar em destacar um deles, que ao nosso entender seria o de ordem social, ou seja, com o avanço tecnológico, vindo fortalecer o alcance da cultura de massas, inserida na sociedade de consumo.

Com isso apareceu a indústria do lazer e do entretenimento, neste caso maquiada como uma grande fonte de renda, no sentido de comercialização.

Ainda é prematuro afirmar que estamos ostentando um grau significativo de

reflexões sobre o lazer. Há muito o que fazer. É o que nos afirma Melo (1997) que ao perceber tal problemática observa que por um lado, as análises existentes sobre a temática lazer, as quais no entender desse autor, são apenas relatos de experiências vividas, não compactuando com uma compreensão teórica. E num segundo momento, segundo o mesmo, as pesquisas realizadas sobre o tema lazer, mesmo com a sinalização de avanço em discussões teóricas, poucas vezes ganham um valor qualitativo em suas intervenções.

Para tentarmos entender o avanço nos estudos sobre o lazer, vamos tentar fazer uma retrospectiva histórica sobre estudos aprofundados sobre o tema.

O lazer começou a ser pensado como objeto de estudos, a partir do século XIX. Para os estudiosos da época, o lazer era entendido como um tempo disponível depois das obrigações. Esta afirmação pertence ao sociólogo francês Jofre Dumazedier (1973).

Neste mesmo século houve uma mudança de pensamento sobre o tema, o qual passou a ser analisado como tempo/espaço, experiências a serem vividas longe do trabalho.

Com a industrialização, os trabalhadores tiveram mais tempo livre para se ocupar com outras atividades, fora do trabalho. Foi criado neste momento nos Estados Unidos um campo de pesquisa intitulado como “Sociologia do Lazer”.

Parker (1978) faz referências sobre esse novo campo, argumentando que a estruturação como um campo de pesquisas, só aconteceu no século XX, com o desenvolvimento do estudo sobre a sociologia, não ficando apenas à experiência sobre o lazer.

A redução da jornada de trabalho trouxe preocupações para os políticos e empresários. O receio era como proporcionar condições adequadas para o uso do tempo livre dos mesmos. Assim, tais inquietações deram margem para novas pesquisas em relação ao lazer.

No Brasil, segundo Mello (1997), as preocupações com o lazer da população começaram a partir do século XIX, por meio dos engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas modificações feitas na área urbana em virtude da modernidade.

Coube ao poder público, na ocasião repensar em novas políticas de lazer para a população, pois o tempo livre do trabalhador aumentara, devido a industrialização.

Nesta ocasião no Rio Grande do Sul, mais precisamente em 1930, segundo Gaelzer apud Werneck (2003), alertava os gestores públicos para essa redução de carga horária, dizendo o seguinte: “este é um problema que deve ser estudado, e com grande empenho, resolvido, para o bem de todos, de modo a consultar os interesses do futuro da Pátria: o do bom uso das horas de lazer” (WERNECK, 2003: 119).

A preocupação da autora é eminente, em relação do poder público proporcionar opções de lazer para a população, mas também deixa claro que a saúde e o bem estar devem ser priorizados.

Mas na prática o que vemos é uma privatização por parte do Estado, no que diz respeito a eventos de lazer.

Mello (2003) faz uma argumentação sobre este momento, no que se refere a essa dissociação entre o poder público e o privado. Para o autor acontece uma descaracterização entre a responsabilidade do poder público em relação a sociedade, onde com isso a privatização ganha força. Com isso espaços públicos não são ocupados por quem deveria ser, ou seja, a população de baixa renda. Para o autor, essa descaracterização de propostas de lazer pelos gestores é em virtude de uma articulação por meio da indústria cultural, com intervenção do processo de midialização da cultura.

Indústria cultural entende-se como toda a produção, com uma ação produtiva da própria cultura embargando de uma organização onde o maior ordena o menor com o intuito de produzir cultura para o consumo de massas. E esse consumo de massa só vem acontecer devido uma grande impulsão do processo midiático, onde acontece uma verdadeira avalanche de publicidade e um grande aparato de ofertas de produtos a serem comercializados e consumidos.

Dessa forma, conforme afirma Adorno “o consumidor não é rei, como a indústria gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto”. (ADORNO, 1971: 288)

Para a população ter acesso ao lazer, mas sem pagar por isso, é necessário que os municípios tenham em seus planejamentos de governo ações de políticas públicas para o lazer, pois sem isso, de nada adiantará subir em palanques de comícios para expor suas propostas, ou seja, é preciso cumprir com as promessas e não deixar cair no esquecimento eleitoral.

Segundo Höfling, políticas públicas dizem respeito ao “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (2001: 31).

Entendemos como políticas públicas, todas as ações do Estado orientadas pelo interesse e necessidades de uma sociedade.

Toda proposta de política pública pressupõe um setor da sociedade ao qual deve ser dirigida, independentemente de qualquer escala social. Segundo Elias e Dunning (1985: 157), “as atividades de lazer são atividades sociais tanto nas sociedades muito diferenciadas como nas sociedades mais simples”.

No tocante a uma política pública voltada aos não só da maioria, mas como também para a minoria da população, necessitamos de uma articulação do Estado entre os diferentes campos de atuação, de uma forma coerente e organizada, para que se obtenha o melhor resultado possível. A política pública de lazer tem que priorizar acima de tudo aos envolvidos neste processo para o exercício da cidadania.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Observamos por meio da leitura dos relatórios das atividades de recreação e lazer desenvolvidas pela prefeitura de Irati para a sua comunidade, que há uma preocupação em proporcionar tais atividades, mesmo com certa dificuldade. Esta dificuldade não quer dizer ausência de recursos, mas talvez a utilização de verbas de maneira equivocada. É o que salienta Marcellino quando se refere a esse respeito:

muito pouco tem sido feito no setor, o que em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores da ação. O que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura do preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes, mascaradora de discursos até ditos transformadores. (MARCELLINO, 1996: 1).

Observamos também a tendência pela preferência em ofertar atividades esportivas, tais como: campeonatos de futebol, voleibol e futsal. Em poucos eventos analisados apareceram o fator família de forma integral, pois em outras oportunidades observamos atividades desenvolvidas exclusivamente para crianças e adolescentes, e em poucas vezes houve atividades destinada a idosos; uma faixa etária esquecida pelos

promotores dos eventos.

Em relação ao lazer, o município de Irati tem um projeto itinerante, o qual faz parte de um programa denominado como Irati Ativa, onde envolve a equipe de recreação e lazer do departamento de esportes deste município. Trata-se de atividades de recreação e lazer desenvolvidas aos finais de semana em diferentes bairros do município bem como localidades rurais. Tais atividades são realizadas em forma de rodízio. Talvez aí, um problema em potencial dentro de tal iniciativa, pois pelo que pudemos perceber, cada bairro ou cada localidade rural, recebe no máximo duas vezes este tipo de atividade durante o ano todo. Considerando a leitura dos relatórios, percebemos que nem todos os bairros do município são atendidos.

Segundo o secretário desta pasta, a maior dificuldade para que o projeto seja realizado com um maior número de vezes em cada bairro é a falta de profissionais para trabalharem na área, pois a Secretaria de Esportes de Irati conta com 5 (cinco) profissionais de Educação Física, 5 (cinco) estagiários, 1 (um) motorista e 1 (um) auxiliar administrativo, o qual muitas vezes vai a campo para servir de apoio.

Além desse projeto, existem também alguns programas ligados a área de recreação e lazer, os quais são desenvolvidos sem seguir um cronograma pré-estabelecido, por se tratar de eventos isolados, em muitas vezes organizados em datas comemorativas.

Em relação à identificação das causas da falta de oferecimento de lazer dirigido nos bairros, no município de Irati, concordamos que a carência de recursos humanos capacitados para atender a população carente é a maior barreira para o desenvolvimento de um bom trabalho voltado para a recreação e ao lazer. Para a realização de tais atividades é preciso que o município primeiramente tenha uma política pública definida, a qual inclua a prioridade de contratação de mais profissionais efetivos, por meio de concurso público.

Quanto a oferta de lazer aos seus municípios, Ponta Grossa, conta com 5 profissionais de Educação Física, lotados no Departamento de Recreação, dentro da Secretaria de Esporte e recreação (SER), com a função de trabalhar apenas com a recreação e lazer. Conta também com 23 estagiários, os quais são substituídos conforme a necessidade. Neste município existe um programa fixo de recreação comunitária, denominado de: “SER + FELIZ”. Este programa, a exemplo do município de Irati, também é itinerante, desenvolvido uma vez por mês em cada bairro. Pudemos observar, também, por meio das fontes, que nem todos os bairros do município são atendidos. Paralelamente a este programa, ocorre o Programa “SER ALEGRIA”, desenvolvido em abrigos para menores. Além desses, outros projetos acontecem em datas comemorativas, tais como: Dia das Crianças e Natal.

O que pudemos concluir de nossa investigação é que tanto o município de Irati como o de Ponta Grossa possuem basicamente os mesmos problemas, ou seja, a falta de recursos humanos para desenvolver os projetos propostos e a pouca frequência destes nos bairros. Pensamos que uma vez por mês em cada bairro, e até mesmo sem atender todos os bairros, a programação realizada é insuficiente, para afirmarmos que ambos os municípios possuem políticas públicas para o lazer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise foi feita por meio de leituras e observações de relatórios, tomados

como fontes. Identificamos que tanto o município de Irati e Ponta Grossa, tentam implantar políticas públicas para o lazer, mas pecam em não desenvolver atividades de lazer com mais frequência, principalmente nos bairros. Isso certamente ocorre devido ao número reduzido de funcionários e profissionais em suas secretarias para trabalharem com a questão da recreação e do lazer em todo o município.

Pela análise das políticas públicas de lazer oferecidas nos bairros dos municípios de Irati e Ponta Grossa, concluímos que a atividade esportiva se sobressai sobre as demais.

Ao se comparar as propostas de lazer oferecidas para a população dos dois municípios, observamos a preferência pela realização de tais atividades em datas comemorativas.

A proposta do estudo era de fato ter acesso a documentos que fizessem menção às políticas públicas de lazer nos municípios estudados. Porém, foram encontrados apenas documentos referentes às ações e programas realizados na área do lazer. Tal é um indicativo da inexistência concreta de políticas norteadoras para a área do lazer em tais municípios.

Por outro lado, mesmo que de forma direta, tais políticas pareçam inexistir, a existência de programas e ações nesta área, de forma indireta, indica que tais políticas públicas, mesmo que de forma indireta e superficial, estão presentes na prática das Secretarias de Esporte, Recreação e Lazer dos municípios estudados. Esta superficialidade observada nas políticas de lazer, certamente, refletiu na baixa frequência das ações nos bairros e na ausência de objetivos a serem atingidos quanto ao bem estar e saúde dos participantes. Igualmente, foram notados apenas dados numéricos de pessoas atingidas nas ações.

Enquanto os municípios não se conscientizarem da necessidade de ampliar o quadro de profissionais trabalhando em suas secretarias, não dependendo apenas da colaboração de estagiários dos cursos de Educação Física, existentes nas Universidades Estaduais dos dois municípios, a realidade observada continuará sendo a mesma, ou seja, atividades de recreação e lazer acontecendo esporadicamente em cada bairro durante o ano, sem a participação de toda a família. Não basta apenas formular projetos e programas sem que a população tenha o atendimento necessário por profissionais capacitados.

Os dois municípios investigados devem investir mais em recursos humanos especializados, ou seja, profissionais de Educação Física, para que a população não fique apenas com uma fatia do bolo e sim com o bolo todo.

6. REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Edusp, 1971.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

ELIAS e DUNNING. **A busca da Excitação**. Lisboa: Difusão Editorial Ltda, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. **Estado e políticas públicas sociais**. Cadernos Cedex, nº 55, ano XXI, nov.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. (Org.) Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

- MELO, Victor Andrade de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.
- _____, Victor Andrade de. **Relações entre recreação/lazer e Educação Física**: notas históricas. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997.
- PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- REQUIXA, Renato. As Dimensões do Lazer. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, nº 45: Brasília, 1980.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Significados de Recreação e Lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (Tese, Doutorado em Educação).
- ZALUAR, Alba. **Cidadãos Não Vão ao Paraíso**. São Paulo: UNICAMP, 1987.

ÍNDICE DE PREÇOS DOS PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

Me. Ricardo Dalla Costa (UENP-CP)
Esp. Rosemirian Martins (UENP-CP)

RESUMO: O levantamento dos preços dos produtos da cesta básica nos estabelecimentos comerciais do município de Cornélio Procópio consiste na estruturação do projeto de pesquisa afim de estabelecer um índice econômico regional. A pesquisa de campo e a catalogação através de um banco de dados é o meio auxiliador no processo de espelho-aprendizagem no estímulo ao ambiente de pesquisa e na qualificação do ensino. Ao longo da pesquisa os valores da cesta básica foram dispostos num banco de dados durante o período de outubro de 2004 a meados de 2011.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto. Cesta básica. Inflação.

ABSTRACT: The survey of prices of basic-needs grocery package in the stores of the city of Cornélio Procópio is the structuring of the research project in order to establish a regional economic index. The Field research and the cataloging through a database is through assisting in the process of mirror-learning in stimulating environment for research and education qualification. Throughout this study the values of basic-needs grocery were placed in a database during the period of October 2004 to mid 2011.

KEYWORDS: Design. Basic-needs grocery package. Inflation.

1. INTRODUÇÃO

Devido da necessidade e a curiosidade de levantar um indicador de preços dos produtos que compõem a cesta básica de alimentos, higiene e limpeza dos estabelecimentos comerciais no município de Cornélio Procópio, Paraná, surgiu à idéia de estruturar uma série de dados para analisar, discutir e subsidiar os estudos econômicos sobre o comportamento da inflação da referida cidade.

A pesquisa de campo e a catalogação através de um banco de dados é o meio auxiliador no processo de espelho-aprendizagem muito estimulante, tendo que ser planejado e direcionado para o seu bom uso. Entendê-las e dominá-las é o primeiro passo para utilizá-las com sucesso. Além de que, conhecendo-as, pode-se explorá-las em todas as suas potencialidades. Utilizar os seus recursos é mais do que fazer pesquisas é possibilitar e sustentar atividades especiais, a fim de transformá-los em opções pedagogicamente corretas e em recursos que realmente somem importantes contribuições ao trabalho dos professores e ao conhecimento dos alunos. Esse ferramental surgiu como uma opção a mais na busca da melhoria da qualidade do ensino.

Assim, o presente artigo nada mais é do que um projeto que visa à pesquisa e análise dos preços dos produtos da cesta básica nos supermercados do Município de Cornélio Procópio. Para auxiliar tal pesquisa, paralelamente um segundo projeto é realizado como suporte e aferição. Além do mais, justifica-se importância da pesquisa com aplicação de projetos uma vez que envolve a possibilidade de discussão da formação da série de dados, inserindo uma base para pesquisa via coleta de dados,

estudo e divulgação, com participação voluntária de discentes na assimilação e aplicação do ferramental de forma a acompanhar a análise e a ligação com atividades acadêmicas, buscando auxiliar o processo de ensino a investigação, isto é, o desenvolvimento do gosto pela pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho é manutenção de indicadores econômicos municipais, notadamente os da inflação sob o custo da cesta básica que se subdividem nos seguintes objetivos específicos:

- participar com os discentes na captação de dados brutos e depurar de forma a formatá-los;
- depurar as informações referentes aos preços da cesta básica do Município de Cornélio Procópio;
- manter e atualizar o banco de dados;
- tornar públicas as séries formuladas através do sítio (*site*) da Instituição e da imprensa local.

A pesquisa de campo auxilia na tarefa prática, visualizando a tarefa extra-sala como uma aliada para organizar e melhorar o desempenho das atividades escolares que possibilitam os conhecimentos até então restritos somente aos professores, possam ser redimensionados. Em muitos casos o aluno não tem maior domínio da linguagem econômica. No entanto, o hábito da publicação não tem sido fácil, posto que se conviva com várias dificuldades, entre elas, ausência de uma política sistemática na formação, equipamentos insuficientes, inexistência de profissional habilitado na área que possa exercer a função de “repassador de conhecimentos práticos” e o tempo necessário. Percebe-se, todavia, que, a despeito das adversidades, há professores que concebem sua experiência profissional como mais um aliado no processo de melhoria do ensino, por isso continuam a empenhar-se, mesmo que, por vezes, de forma solitária.

O projeto teve início em julho de 2007 e conta com uma série de dados retroativos (de outubro de 2004) até as quadrissemanas atuais. A possibilidade de recuperação dos dados antes de 2007 foi quase que por acaso, pois, num amontoado de tiques de supermercado guardados ao longo dos anos foi possível fazer uma recuperação e esta ampliou o banco de dados de forma inédita.

A identidade da pesquisa no meio acadêmico foi tão expressiva que houve a necessidade dar continuidade do mesmo por mais dois anos. Neste novo estágio, o projeto passa por uma revisão e depois de ratificado segue adiante. Como reflexo da pesquisa, a mesma além de atender os interesses dos consumidores, da comunidade externa e da comunidade acadêmica, serve também de referência para outros estabelecimentos de porte menor (e até de pequenas cidades vizinhas) para orientação dos preços, para base de pensão alimentícia e para continuação de pesquisas na melhoria do ensino.

2. REVISÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Da metodologia da primeira fase

Numa primeira fase formulou-se o projeto denominado de Formação de um banco de dados sócio-econômicos do município de Cornélio Procópio (COSTA, 2007) para abranger o período de 2007 a 2009. A partir deste foi possível obter dados na

pesquisa iniciando pelo nome do produto, a quantidade e o preço encontrado em cada estabelecimento comercial pesquisado. Por questão de sigilo, a identificação dos estabelecimentos limita-se em A e B¹. Os itens da cesta básica seguem o padrão determinado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE, 2007), que mostra a composição dos principais gêneros alimentícios² definidos pelo Decreto Lei 399 de 30/04/38 - única legislação sobre o assunto em vigor no país, que prevê os produtos e as quantidades ideais que um trabalhador (família de quatro pessoas, constituída de dois adultos e duas crianças) deve consumir no mês para se reproduzir como força de trabalho. Contudo, o modelo adotado pelo Dieese cobre quatro supermercados em Santos (SP) e o modelo adotado na primeira fase da pesquisa sofreu adaptações devido a questões regionais, unidade de federação e quantidade populacional. Assim, justificam-se apenas dois mercados centrais de porte considerável no município de Cornélio Procópio (PR).

Entre os critérios da pesquisa estão:

- a) seleção de dois estabelecimentos participantes;
- b) uma planilha pré-elaborada com a descrição dos 34 produtos³ (Figura 1) a serem pesquisados e preenchidos nas quadrissemanas de cada mês.

A título de exemplo, a Tabela 1 mostra a divisão por quadrissemanas de fevereiro de 2008 (segunda a domingo):

Tabela 1 – Divisão de quadrissemanas

Quadrissemanas	Período de referência	Nº de dias
1ª Quadrissemana de fevereiro	04/02 a 10/02	7
2ª Quadrissemana de fevereiro	11/02 a 17/02	7
3ª Quadrissemana de fevereiro	18/02 a 24/02	7
4ª Quadrissemana de fevereiro	25/02 a 29/02	5

Como reflexo para o consumidor, nota-se que no intuito da referida Lei foi acompanhar a constante variação de preços, mostrando ao consumidor parâmetros, de modo que o mesmo adquira um produto com qualidade aliado a um bom preço. É salutar lembrar, que como não existe uma regra ou critério próprio para estabelecer preços, a concorrência através de promoções semanais ou períodos sazonais influi substancialmente nos preços finais da cesta, como se tem visto em várias publicações. Ainda assim, em pesquisa modelo, os dois supermercados demonstram-se bem competitivos e atendem os interesses dos munícipes e serve de referência para outros estabelecimentos de porte menor para orientação dos preços.

¹ Posteriormente foi realizada uma pesquisa no estabelecimento C, mas o mesmo não agregou informações complementares.

² Foram incluídos alguns itens.

³ Na falta da marca do produto nas prateleiras será eleito um produto similar (preço, embalagem, quantidade e qualidade) em sua substituição.

Preços dos Itens componentes da Cesta Básica para o Município de Cornélio Procópio - PR

[]ª quadrimestre: [] a [] de [] de 20__ - Coleta em: []/[]/20__

Itens	Marca	Q	U	Sup. A	Sup B
		TD	N	R\$	R\$
1.Alimentação	-	-	-	-	-
1.1.Arroz tipo 1	Zaeli/Tio João/Dona Amélia/K'rend - tipo 1	5	kg		
1.2.Feijão cariquinho	Efraim/Izaura/Feijão de Ouro	1	kg		
1.3.Açúcar cristal	Certano/Cedro/Alto Alegre/Cristal/Cedro	2	kg		
1.4.Café em pó	Pacote ou Vácuo - Corol/Florão/Canção - 1/2 kg	1/2	kg		
1.5.Pão francês	120 un a 50 g cada = 6 kg	1	kg		
1.6.Farinha de trigo	Anaconda/Ofélia/Cocamar/Arapongas/Alvalade/Sol	1	kg		
1.7.Farinha de mandioca	Amafil/Pinduca/Alcobaça - 1 pacote de 1/2 kg	1/2	kg		
1.8.Batata	Hortifrutigranjeiros	1	kg		
1.9.Cebola	Hortifrutigranjeiros	1	kg		
1.10.Alface	Hortifrutigranjeiros	1	unid		
1.11.Tomate	Hortifrutigranjeiros	1	kg		
1.12.Banana nanica	Hortifrutigranjeiros	1	kg		
1.13.Tempero de alho e sal	Kitano/Reinata/Alcobaça/Zaeli/Ajinomoto/Meleus - 1 pote 300g	1	unid		
1.14.Ovos brancos/vermelho	Hortifrutigranjeiros (na caixinha)	1	dz		
1.15.Margarina	Primê/Coamo/Mesa - 1 embalagem de 1/2 kg	1/2	kg		
1.16.Extrato de tomate	Quero/Stella D/Acapulco - lata/bisnaga - 350g	1	unid		
1.17.Óleo de soja	Cocamar/Leve/Coamo - lata de 900 ml	1	unid		
1.18.Leite tipo C	Saquinho ou caixinha	1	l		
1.19.Macarrão espaguete	Galo/Renata/Basilar/Todeschini - 1 embalagem de 1/2 kg	1	unid		
1.20.Biscoito leite/maisena/cream ceaker/água e sal	Todeschini/Isabela/Parati/Bolamel/mabel - 1 pacote de 400g	1	unid		
1.21.Carne de Primeira (bife)	Ponta de alcatra/patinho da paleta/ Coxão mole (bovino)	1	kg		
1.22.Carne de Segunda (cubo)	Músculo/acém (bovino)	1	kg		
1.23.Frango inteiro	Resfriado/congelado	1	kg		
1.24.Salsicha avulsa	Comum	1	kg		
1.25.Linguiça toscana	(carne suína)	1	kg		
2.Limpeza Doméstica	-	-	-	-	-
2.1.Sabão em pó	Ace/Ypê/Surf - pacote ou caixa	1	kg		
2.2.Sabão em barra	Alpes/Ypê	1	kg		
2.3.Agua sanitária	Ilha/Q-boa	1	l		
2.4.Detergente líquido	Alpes/Sempre viva/Minuano - 1 frasco de 1/2 l	1	unid		
3.Higiene	-	-	-	-	-
3.1.Papel higiênico Branco	Mili/Stylus/Bob/Paloma - 1 pacote com 4 un de 60mx10cm	1	unid		
3.2.Creme dental	Sorriso/Close-up/Colgate - 1 bisnaga com 90 g	1	unid		
3.3.Sabonete	Palmolive/Lux/Francis - 1 un de 90 g	1	unid		
3.4.Desodorante spray	Senador/Rexona/Alma de Flores - 1 frasco 90 ml	1	unid		
3.5.Absorvente aderente	Íntimos/Mili/Sempre livre - 1 pacote de 8 unid.	1	unid		

Figura 1 – Planilha de coleta de preços da cesta básica

2.2 Da metodologia da segunda fase

Após uma revisão criteriosa de alguns pontos do projeto piloto, uma segunda fase inicia-se através de um segundo projeto para dar continuidade a pesquisa e agregar valores nos estudos macroeconômicos.

A Tabela 2 mostra a principal mudança na segunda fase que foi nas coletas quadrissemanais (quatro ao longo do mês) que passou ser apenas uma (a primeira quadrissemana).

Tabela 2 – Primeira quadrissemana

Quadrissemanas	Período de referência	Nº de dias
1ª Quadrissemana de fevereiro	01/08/2009 a 08/08/2009	8

A justificativa para essa mudança foi uma alteração no comportamento dos dados, pois em se tratando de estabelecimento de pequena cidade, mudanças significativas dos preços são frequentemente adotadas para atrair a clientela e em muitos casos na forma de aumentar os lucros dos estabelecimentos. Assim, por exemplo, percebeu-se que nas terceira e quarta quadrissemanas o preços despencavam uma vez que os consumidores já havia gasto suas rendas e os estabelecimentos tinham necessidade de manter seu capital de giro, tributos, fornecedores e funcionários. Na segunda quadrissemana, a maioria da população (que trabalha na iniciativa privada) estava na eminência de receber seus salários e é neste período que os preços demonstraram maiores alterações para cima. Neste contexto, para eliminar essas distorções, foi adotado a coleta apenas na primeira quadrissemana do mês por ser a mais adequada e evitando-se os dias promocionais.

Outra modificação importante foi na coleta de dados que se realizava em dois estabelecimentos comerciais. Trata-se durante a primeira fase da pesquisa, pois foram inúmeras as dificuldades na localização de produtos iguais nos estabelecimentos. A rotatividade de marcas no estabelecimento e a trajetória da pesquisa tiveram seus pontos baixos, principalmente quanto a mudanças no meio do caminho devido às dificuldades encontradas em alguns itens pesquisados, pois, nem toda marca de produto estava disponível em ambos os mercados e as promoções iam além das publicadas nos folhetos. Também existiram situações embaraçosas de produtos que granjeavam preços inferiores, porém desejados pelos consumidores, isto é, o consumidor preferia adquirir um produto substituto desejável por um preço igual ou inferior aquele caracterizado como comum, como por exemplo, o leite de caixinha ao invés do leite de saquinho, o café a vácuo ao invés de pacote, a carne de primeira (miolo da alcatra) em peça ao invés de bife (alcatra), frango inteiro temperado ao invés do frango inteiro resfriado. Esse foi um dos principais desafios que a pesquisa limitou-se por um período.

2.3 Da metodologia quantitativa

No que tange a metodologia aplicada, a primeira nota referencia-se para o alicerce do projeto que foi uma sequência de adaptações a realidade local segundo a sugestão do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), em 2007, como:

nossa metodologia de coleta e cálculo é a mesma da FIPE, recebemos assessoria de seus técnicos. As pesquisas PLC e PEPS feitas pelo IPARDES. E a POF é do IBGE. Quanto a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) a metodologia é a mesma feita pelo IBGE, a qual você pode acessar diretamente na página do IBGE <www.ibge.gov.br> (CONTATO, 2007).

O segundo passo foi visitar o *site* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e também o *site* da FGV (Fundação Getúlio Vargas) para análise e diagnóstico de uma formulação mais adequada a realidade da cidade. Assim, optou-se por uma fórmula de cálculo: $\Delta X_t\% = [(X_t/X_{t-1})-1] \times 100$, onde $\Delta X_t\%$ é a variação percentual da série X_t em relação ao período anterior. A série de interesse é X_t e o período é dado em t (meses) e igual a 1, 2, ..., 12. Esta fonte é a base metodológica de cálculo da FVG que também é utilizada nos recursos da matemática financeira. A coleta dos preços é feita no primeiro dia do mês para apuração da inflação do mês anterior como um todo. A divulgação é feita após o dia dez de cada mês para comparação dos indicadores do IBGE. Por fim, outras notas metodológicas estão expostas no decorrer deste artigo.

2.4 Um esboço histórico da inflação

A inflação é definida como um aumento sucessivo, persistente e generalizado dos preços (COSTA, 2007) de bens e serviços. Assim, inflação

é todo o aumento do nível geral de preços na economia considerada globalmente. O conceito de inflação é macroeconômico. Significa existência de uma alta de preços de todos os bens, ou da maioria deles, com maior frequência de alguns índices que representam a média de vários preços tomados em conjunto (COSTA 2008: 11).

Seus reflexos são nocivos aos agentes econômicos (principalmente aqueles dependem da venda do fator trabalho) e não tem meios eficazes para se defenderem. A taxa de inflação é uma média da elevação dos preços de forma constante e persistente em um dado período. Como as oscilações nos preços não caminham na mesma direção e muito menos são de magnitudes idênticas, as alterações dos preços relativos são frequentes em processos inflacionários, independente de sua magnitude. A inflação tem sido motivo de diversas preocupações, pois compõe um dos problemas ditos fundamentais da macroeconomia.

No caso brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990, enfrentaram-se problemas bastante graves ligados à inflação e foi apenas a partir de meados da década de noventa que o país conseguiu “controlar” o processo de aceleração inflacionária. Após uma série de tentativas sem sucesso na Nova República, o Plano Real conseguiu baixar a inflação, e esta foi mantida sob certo controle até então. No entanto, a área econômica dos governos não conseguiu impedir que, no decorrer deste período, alguns repiques inflacionários ocorressem de forma a influenciar negativamente a economia brasileira: crise brasileira (1999), crise de confiança (2002/2003) e, em menor escala, em 2004.

Sem contabilizar os efeitos negativos gerados por crises externas, tais como a crise no México (1995), a crise na Ásia (1997), a moratória na Rússia (1998), a queda da bolsa Nasdaq (EUA, 2000), na desordem econômica da Argentina (2001), na crise política no Brasil (2005), entre outras. (GREMAUD *et al* 2002: 467-487).

Apesar do sucesso alcançado, no que se refere à estabilização, outros problemas macroeconômicos e microeconômicos permanecem. Em relação a este último, têm-se as disparidades regionais. De acordo com Holanda (2001), normalmente os aumentos dos preços não ocorrem de forma sincronizada, ou seja, não há um aumento idêntico do preço de todas as mercadorias e serviços; desse modo, há um problema para calcular o tamanho da inflação. A forma como isso é resolvido é fazer uma média ponderada da elevação dos preços, tal como é feito para o IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua taxa de variação é usada pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação. Aceitando como verdadeira a discussão do autor, observa-se uma não veracidade, ou melhor, acuidade nos índices de preços, quando comparados com as diversas realidades regionais e locais. Assim, neste ambiente de relativa incerteza, o uso de técnicas estatísticas e econométricas que permitam a determinação de padrões de comportamento presente e futuro das taxas de inflação regional torna-se um instrumento indispensável na categorização do desenvolvimento regional e na determinação de políticas públicas que visem à diminuição de desigualdades regionais, tais como o programa bolsa escola, entre outras políticas de transferência de renda. De toda sorte, uma das formas para alterar esse quadro seria na mensuração deste indicar diretamente nas localidades, de quanto dinheiro a preços correntes um indivíduo necessitaria para comprar uma cesta de bens e serviços (no caso a cesta básica).

Contudo, o índice de inflação a ser observado no município de Cornélio Procópio, acompanharia a tendência nacional, pairando estaria acima de cidades como Londrina e Curitiba. Afirma-se que a grande relevância deste trabalho emerge na variação dos preços que tem sido usado como indicador econômico por diversos agentes econômicos ou não, ultrapassando as fronteiras do objetivo inicial e propiciando comparações de dados e análises econômicas. Atualmente os valores divulgados pela Cesta Básica têm servido de referência às autoridades governamentais e não-governamentais incumbidas de estabelecer a política salarial, pois ela retrata a renda mínima necessária para garantir o acesso ao consumo dos bens de primeira necessidade, tais como: alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza doméstica.

Assim, pretende-se elencar as conclusões obtidas ao longo das análises de forma contínua e estendida nos anos que seguirão, para que não caia na dolorosa informação denominada de “falta de dados”. Contudo as análises futuras apresentarão sob recomendações para outros estudos, respeita a particularidade de uma cidade pequena e de vocação no agronegócio e no setor de serviços, isto é, na produção de certos alimentos como de uso de costume usados por gerações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da pesquisa os valores da cesta básica foram dispostos num banco de dados durante o período de outubro de 2004 a meados de 2011. O Gráfico 1 ilustra a

trajetória dos preços demonstrando claramente um aumento sucessivo e persistente de preços na cesta básica.

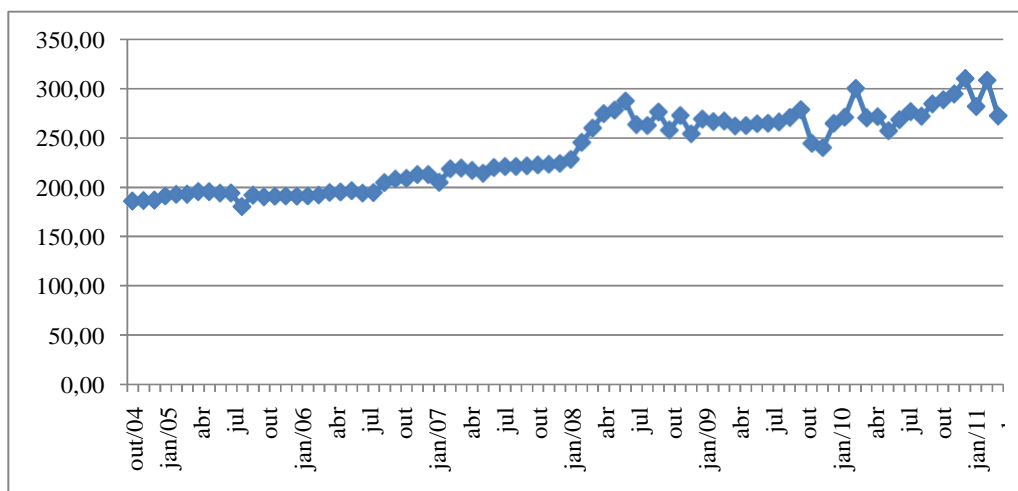


Gráfico 1 – Valores em reais da cesta básica no município de Cornélio Procópio – Pr

A partir de outubro de 2005 foi possível calcular o índice de inflação, ou seja, Índice da Variação dos Preços da Cesta Básica de Cornélio Procópio (IVPCB). Para apuração do mesmo, foi utilizado a fórmula de cálculo⁴ $\Delta X_t\% = [(X_t/X_{t-1})-1] \times 100$ onde $\Delta X_t\%$ é igual a variação percentual da série X_t em relação ao período anterior e a série de interesse é X_t ; $t=1,2,\dots,12$ (FGV, 2008). Com base nesse modelo foi gerado o IVPCB o qual está ilustrado no Gráfico 2.

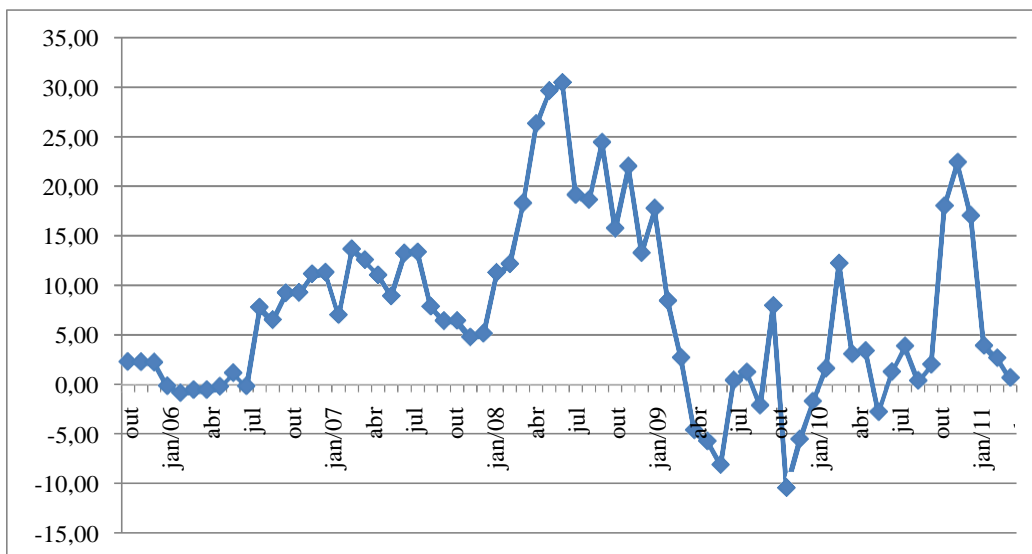


Gráfico 2 – Índice da Variação dos Preços da Cesta Básica de Cornélio

⁴ A fórmula também é utilizada para aplicação da correção monetária de um determinado período, isto é, dada pela variação percentual entre o índice final do período indicado e o índice no final do período anterior.

Procópio (IVPCB)

O Gráfico 2 mostra uma trajetória ascendente até julho de 2008 quando então inicia uma queda pendular que vai até julho de 2009, depois demonstra um comportamento oscilatório e ascendente e por fim, a partir de 2011, entre em queda.

Além dessas informações, a pesquisa possibilitou uma análise comparativa com o valor do salário mínimo nacional em relação à aquisição da cesta básica como medição do poder de compra do consumidor. Para ilustrar essa abordagem, o Gráfico 3 mostra a evolução da razão.

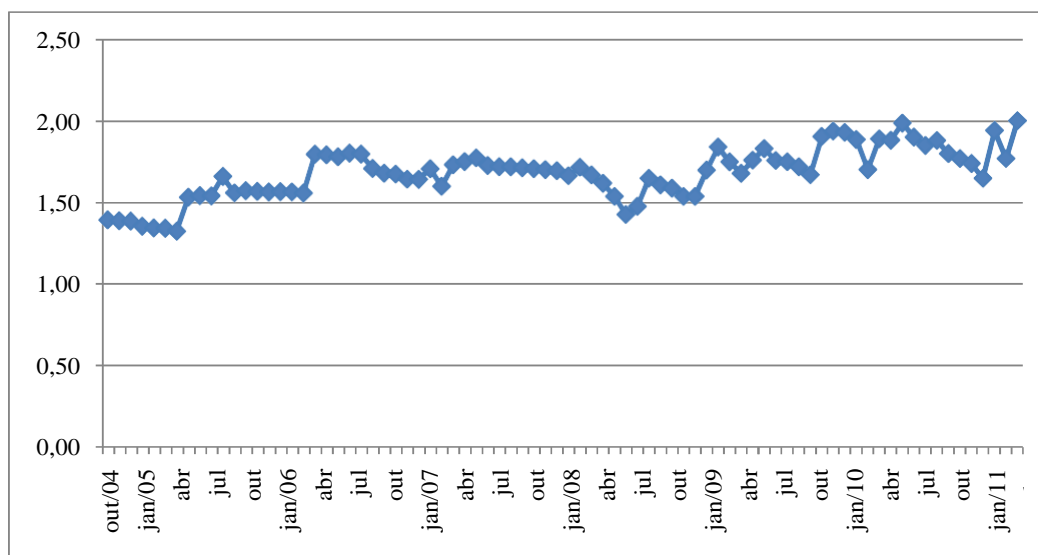


Gráfico 3 – Razão Salário Mínimo – Cesta Básica

O poder de compra do consumidor está evoluindo e isso significa que a renda está aumentando de acordo com a elevação do salário mínimo e do preço da cesta básica. Assim, em outubro de 2004 a razão entre o salário mínimo e a cesta básica estava em torno de 1,40 e em maio de 2011 chegou a 2,00, o que equivale a um aumento da renda real em 42,86%.

Contudo, uma particularidade ilustrada no Gráfico 2 destaca a escala inflacionária entre dezembro de 2007 a julho de 2008. A Figura 2 ilustra os 34 produtos da cesta básica (em forma gráfica). Numa rápida olhadela é possível perceber os produtos que mais puxaram os preços para cima, no caso, a batata, a carne de segunda, o sabão em barra, o creme dental e o sabonete. Outros produtos tiveram um comportamento atípico, isto é, alguns produtos mantiveram seus preços por três a quatro meses antes de iniciar o aumento, como o arroz, o açúcar, o café, o pão, a farinha de trigo e de mandioca, a batata e o macarrão; outros produtos caíram como o tempero alho e sal, o frango, a água sanitária e o absorvente; por fim, outros produtos tiveram um aumento repentino e depois caíram como a alface, a margarina e o macarrão. Os demais produtos tiveram altas sucessivas na maior parte da trajetória e de uma forma geral, ao longo da trajetória considerada, os preços tiveram um comportamento ascendente.

Ainda assim, o ano de 2010 foi um ano bom no que diz respeito ao aquecimento economia nacional, porém, isso acabou por colocar o país numa situação de risco

(crescimento em 7,5% do PIB em 2010) e tão logo a ameaça do retorno inflacionário, medidas de contenção ao aquecimento foram tomadas, e como os preços nos supermercados são sensíveis a notas do governo, a resposta é quase imediata, o que explica (em parte) a trajetória em queda em 2011.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento científico surge dos diferentes modos de produção, entre eles, a aplicação da teórica a prática. “Sendo assim, o progresso científico está na dependência da circulação e do uso efetivo das idéias, postos que a informação constitui, a um só tempo, insumo e produto de toda atividade científica” (MÜLER e CORNELSEN, 1995, p. 15). Complementa-se com os caminhos da investigação, isto é, o “grande desafio: manter-se atualizado em relação aos avanços observados em sua especialidade ou área de atuação” (MUNHOZ, 1989).

O estudo do aumento constante e persistente dos preços (inflação) é fascinante uma vez que impacta na renda do consumidor e este responde com seu poder aquisitivo de acordo com a melhor maximização da sua renda. Neste estudo foi possível compreender os mecanismos que puxaram os preços para cima e da mesma forma as suas variantes que salvaguardaram os preços baixos, mas sempre com tendência de alta.

Ainda assim justifica-se a importância da formação de indicadores econômicos como auxílio na obtenção de um satisfatório banco de dados como fonte de pesquisas sobre o comportamento dos preços da cesta básica do município de Cornélio Procópio. Com a utilização da metodologia direcionada ao campo é possível rever a literatura e também diagnosticar aplicações práticas rotineiras que muitas vezes não estampam o conteúdo real nos livros textos. Neste contexto, através dos valores da cesta básica durante o período de outubro de 2004 a meados de 2011, foi possível calcular partir de outubro de 2005 o índice de inflação local denominado de Índice da Variação dos Preços da Cesta Básica de Cornélio Procópio (IVPCB).

Por fim, as notas econômicas moldam-se de acordo com o desenrolar da pesquisa deixando o ambiente propício ao crescimento intelectual e na resolução de alguns problemas e no diagnóstico dos obstáculos do ensino. Sendo assim, a captação de dados e a análise dos resultados contribuem como meio auxiliador do processo ensino-aprendizagem das disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Econometria além de outras afins que poderão ampliar a pesquisa, esta que envolve a possibilidade de discussão sadia e amadurecida, mas não admite ingerências amadoras e supérfluas na formação da série de dados econômicos.

5. REFERÊNCIAS

CONTATO IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 17 jul 2007.

COSTA, Ricardo Dalla. **Economia Brasileira**: de 1930 aos dias de hoje. 1. ed. rev. Cornélio Procópio: [s.n.], 2007.

_____. **A Estrutura Econômica do Brasil**. 2. ed. rev. e amp. Cornélio Procópio, [s.n.], 2008.

_____. Formação de um banco de dados sócio-econômicos do município de Cornélio Procópio. **Projeto de Pesquisa**. UENP-CP, 2007. Disponível em <http://www.faficp.br/departamentos/d_economia/rdcosta/proj/pj-rc01/pj-rc01-02b.xls>

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/procon/>>. 2007.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. 2008. Disponível em <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92AF56810C57>>.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de, TONETO JR., **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2002.

HOLANDA, M. C. **Distribuição regional de inflação e o regime de metas de inflação no Brasil**, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 mai. 2009.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <www.ipardes.gov.br>. Acesso em 2007.

MÜLLER, M. S; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. Londrina: Editora UEL, 1995.

MUNHOZ, D. G. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

FATORES MULTIFACETÁRIOS DA
SUSTENTABILIDADE COMO INSUMOS DO CAPITAL SOCIAL

Me. Ricardo Dalla Costa (UENP-CP)

RESUMO: O presente artigo propõe-se a mostrar, numa primeira etapa, de forma resumida uma revisão da literatura das Conferências sobre o meio ambiente. Numa segunda etapa, destaca-se o inter-relacionamento das variáveis educacionais, culturais, psicológicas, sociais, ambientais, econômicas, políticas e institucionais. A contextualização particulariza a questão do crescimento dos desafortunados nos países pobres e a sobrecarga no meio ambiente devido ao consumo excessivo dos países ricos. Por fim, como terceira etapa, o trabalho aponta a importância das variáveis de sustentabilidade como parte dos insumos do estoque de capital social.

PALAVRAS-CHAVE: Economia ambiental. Desenvolvimento sustentável. Economia geral

ABSTRACT: This article aims to show, in a first step in summary form a literature review of the Conferences on the environment. In a second step, we highlight the interplay of the variables educational, cultural, psychological, social, environmental, economic, political and institutional. The context emphasizes the issue of growth of the unfortunate poor countries and the burden on the environment due to excessive consumption of rich countries. Finally, the third step, this work shows the importance of the variables of sustainability as part of the inputs of the stock of social capital.

KEYWORDS: Variables Environmental economics. Sustainable development. Economics general.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se a mostrar de forma introdutória e conceitual uma breve recorrência sobre o desenvolvimento sustentável, as variáveis de sustentabilidade e o capital social. Para isso, num primeiro momento, foi levantado e selecionado uma série de artigos em várias bases de dados, como por exemplo, Scielo Brasil, Redalyc, Anpur e Sage. Num segundo momento, utilizou-se outras bases (*Elsevier Science* e *Journal of Urban Affairs*) com menor intensidade além de bibliografias para melhor contextualizar a temática. Entretanto, a principal intenção deste estudo foi levantar textos de abordagens multidisciplinares no sentido de avançar mais um passo na discussão sobre sustentabilidade.

O presente estudo abre a discussão evidenciando os anos setenta, onde o meio ambiente passou a ser questionado nas Conferências Internacionais e pelas formas tecnicistas e brandas que fora tratado o assunto. Numa segunda etapa (anos noventa), o conceito de desenvolvimento sustentável abriu a temática sustentabilidade, com ênfase a pobreza e a transferência de tecnologia, e num terceiro período (anos dois mil), a análise sobre os fatores multifacetários da sustentabilidade.

Em se tratando das variáveis de sustentabilidade, o terceiro ponto abordado neste estudo, conceitua-se o capital social como alternativa para a boa governança, isto é, no bom desempenho das instituições com relação ao envolvimento de questões emergentes

com os agentes envolvidos. Neste ponto, Chang (2004: 124) define claramente as instituições no caminho da ‘boa governança’, que

inclui a democracia, uma burocracia e um Judiciário limpos e eficientes; a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a lei de Falência; e instituições financeiras bem desenvolvidas, (...) um bom sistema financeiro público, e boas instituições previdenciárias e trabalhistas.

Complementando, Rothstein e Stolle (2008: 285-287) ilustram nove instituições políticas como ‘deposito de confiança’, tais como o parlamento, partidos políticos, governo, serviço civil, militares, polícia, instituições legais, imprensa e televisão. A pesquisa foi realizada em 56 países e conclui dois argumentos importantes na criação ou destruição do capital social, que são a conexão entre corrupção e imparcialidade e o princípio da universalidade das políticas públicas.

A democracia é a instituição com maior peso mencionado neste trabalho, assim como o próprio Estado de forma generalizada e em todas as suas esferas e articulações em prol da sociedade. Destarte, *this approach generally centres on the role of the state as a source of social capital generation* (esta abordagem geralmente centra sobre o papel do Estado como uma fonte de geração de capital social) (Idem: 281). Para frisar o ‘poder’ do Estado, Santos disponibiliza no rodapé número 25 a seguinte nota:

Quando o Estado se apresenta como instância universal e a encarnação do interesse coletivo da sociedade, ele oferece o instrumento e a justificativa para a dominação da classe dirigente sobre o resto da sociedade, assim como para a hegemonia de uma fração dessa classe dominante sobre o resto da classe (KAPLAN, 1970: 179 *apud* SANTOS, 2008: 183).

A partir desse ponto, a investigação deste estudo remete como suposição as relações de troca com base na boa governança¹. Contudo, a diversidade no qual a presente contextualização é tratada, principalmente no apontamento do baixo desempenho das instituições, espera-se alicerçar como insumo de base os fatores multifacetários como substância necessária ao fortalecimento do elo entre os agentes envolvidos na busca da sustentabilidade.

O objetivo deste artigo visa o apontamento da importância das variáveis de sustentabilidade como um dos formadores (insumos) do estoque de capital social como suporte teórico-conceitual.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM ÊNFASE NA POBREZA, TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA E MEIO AMBIENTE

¹ Com relação aos monopólios, infelizmente e com razão, Santos (2008: 175) argumenta neste ponto que o Estado é menos Estado.

A preocupação ambiental começou a ser caracterizada no contexto mundial através da obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson em 1962². No início dos anos 1970, com destaque em 1972, o Relatório do Clube de Roma abriu o tema com a obra *Os Limites do Crescimento* (Dennis Meadows) e no mesmo ano surgiu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo dando destaque ao conceito de eco-desenvolvimento³, colocando em xeque o estudo da sobrevivência do planeta e da humanidade. Em 1983 surgiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD) com documento base de discussão intitulado de Relatório Brundtland⁴ mais conhecido como Relatório Nosso Futuro Comum publicado em 1987. Tal relatório destacou-se devido à inclusão do tema desenvolvimento sustentável, uma vez que o conceito (principal) ficou na preservação das necessidades atuais para garantir as mesmas para as gerações futuras. A temática abriu espaço em 1992 para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Brasil. A questão ocupou o centro dos debates nacionais e internacionais, questionando e sendo questionado sobre o que é sustentável no desenvolvimento e na política, abrangendo a gestão urbana com base de responsabilidade na Agenda 21 e o papel das Instituições diretamente envolvidas.

Como primeira dificuldade apontada neste contexto, a padronização da forma do qual foi tratada a preocupação ambiental no início do último quarto do século passado no Brasil, foi incipiente, tecnicista e negligente, pois a ênfase das necessidades básicas dos pobres, o conceito das limitações impostas pela tecnologia, pelo meio ambiente e pela organização social não prevaleceu no modelo de crescimento econômico⁵ nacional e tão pouco no quesito desenvolvimento. “Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até que o capital físico ou humano” (PUTMAN, 2005: 192). Neste ponto, argumenta-se algumas discussões acerca do que realmente é uma política sustentável.

Iniciando pelos pobres urbanos miseráveis ou desafortunados, que por falta de oportunidades (saúde, educação e mercado de trabalho), por anos de inflação alta e destruidora de suas rendas, pela discriminação de seu estrato igualitário e por longos períodos de exclusão social, as políticas de reversão à pobreza não surtiram efeito desejado, isto é, a prática do assistencialismo piorou o quadro. Cardoso (2004: 43) expõem a fragilidade da prática do assistencialismo como:

O assistencialismo continua perdendo força nas sociedades contemporâneas, porque já se sabe que reproduz a pobreza em vez de combatê-la. (...) nesta visão, os pobres são aqueles que tem renda insuficiente e pouco acesso a educação, à saúde e ao emprego.

Soluções simples já cogitadas no passado e ainda no presente, como ensinar a fazer (com oportunidades de aplicação) em vez de dar (pronto), conduz ao princípio da independência humana criando condições de sobrevivência e redução drástica da

² Nesta obra que marcou o século XX, Carson fez alusão ao uso do DDT, o pesticida mais poderoso que mundo conheceu no combate as pragas nas lavouras agrícolas que interferiu negativamente na cadeia alimentar dos animais e do homem.

³ Conceito introduzido por Maurice Strong e Ignacy Sachs.

⁴ Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland.

⁵ Sem entrar em discussão mais profunda, a política macroeconômica elenca três metas essenciais para cumprir as políticas monetária e fiscal: o pleno emprego, a estabilidade de preços e o rápido crescimento econômico.

pobreza miserável que atinge um montante considerável no Brasil que, aliás, são pessoas que no mínimo desejam sair da miserabilidade e ter um modo de vida simples, com emprego digno, capaz de consumir o necessário para vestimenta da sua família, alimentar seus filhos, pagar suas contas (água e esgoto, luz, coleta de lixo, prestação de um móvel doméstico, financiamento adequado da sua habitação), ter direito à educação de qualidade (extensivo a crianças, jovens e adultos), à locomoção, à cultura e ao lazer, no mínimo.

Contudo, a saída é fortalecer Instituições que oferecem oportunidades e não uma política criadora de ‘fundo assistencial’ ou algo do gênero para dirimir a redução dos desafortunados e nem de projetos teóricos que engrandecem a alma mas não mostram o caminho. Segundo Santos (2008: 122),

Certos institutos de pesquisa dos países subdesenvolvidos não renovam a lista de questões que devem ser estudadas (...) impedindo assim uma compreensão mais exata dos problemas reais do país. (...) Também acontece, com frequência, de os pesquisadores dos países subdesenvolvidos, formados em universidades americanas ou européias, orientarem seu trabalho segundo modelos transferidos das metrópoles, sem levar em consideração as realidades locais.

Outro ponto de grande impacto diz respeito à ciência e a tecnologia uma vez que o acesso não está ao alcance de todos os países⁶, a menos que se negocie (politicamente) e absorva sua transferência. A obtenção da tecnologia, “segundo dados da UNESCO, os países desenvolvidos detêm sozinhos 95% da capacidade científica necessária a expansão da atividade econômica, o que é tanto mais grave se se considerar como são difíceis as transferências tecnológicas” (SANTOS, 2008: 119). A importância da técnica é tão importante que “o peso da tecnologia é esmagador (...) e dá à pesquisa um papel autônomo no interior do sistema” (ROWEISS, 1970 *apud* SANTOS, 2008: 35).

Com relação ao meio ambiente na trajetória da sustentabilidade, não há garantias de que a tecnologia irá absorver todo o dano ambiental (ou reverter as mazelas sociais), se manterá a certo nível (aceitável) ou se criará uma dependência crescente com outras tecnologias mais avançadas da qual a sua dependência tornará tão permanente que inibirá a busca de soluções que amenizem e até eliminem os problemas dos impactos causados. Na visão de Vecchiatti, (2004, p 90), fica claro a insustentabilidade do sistema:

Não é preciso uma investigação detalhada para se dar conta do paradoxo no qual o século XX se inicia: por um lado, o crescimento econômico e a transformação tecnológica sem precedentes, por outro, a dramática condição social de inúmeras pessoas, além de problemas ambientais assustadores. Se ao longo desses anos desenvolveu-se um aparato científico-tecnológico capaz de resolver grande parte dos principais problemas ecológicos, ficou também cada vez mais notável a incapacidade das formas sociais organizadas de se apropriarem desses meios (VECCHIATTI, 2004: 90).

⁶ Neste ponto, vale à pena repetir a nota de rodapé número 34. “A tecnologia não é tão acessível, em parte devido ao sigilo industrial e aos direitos de propriedade, mas também porque a tecnologia se aprende com a prática. Trata-se da experiência, o que é, por conseguinte, muito mais difícil de transmitir” (JONES, G. 971: 6 *apud* SANTOS, 2008: 131). Complementa a esta passagem, “as transferências de tecnologia se chocam com os segredos comerciais ou a exclusividade do know-how, e também com os preços elevados das patentes” (UNITED NATIONS, 1964 *apud* SANTOS, 2008: 120).

Assim mais importante do que simplesmente inserir um fator tecnológico é inserir uma política pública que faça uma interface entre instituições e comunidades. A visão ambiental começou a ser trilhada na Conferência de Estocolmo e só alcançou notoriedade em 1987 no Relatório Brundtland. A questão da gestão foi dada quando na Conferência realizada no Brasil em 1992 elaborou a Agenda 21 na tentativa de evidenciar e solucionar os problemas ambientais que convertiam na insustentabilidade do planeta assim como na tentativa de reconciliar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. Aqui, abre espaço para a sensação do pertencimento transmitido de geração a geração que leva à idéia de integração no desenvolvimento, na rotina, nos rumos e na cultura de tal lugar em específico. Em se tratando desse assunto, FARIA, (1999) *apud* VECCHIATTI, (2004: 94), escreve que “hoje as políticas culturais devem contribuir para gerar pertencimentos a partir do resgate da auto-estima individual e coletiva. Sem auto-estima não é possível o desenvolvimento humano (...) e sem pertencimento, não há o desenvolvimento integral”.

Neste ponto, as relações de troca com base na boa governança vão ao encontro da sustentabilidade?

Questões como essas exigem a participação cívica na forma interativa, isto é, na confiança recíproca entre os agentes e instituições envolvidas. Segundo Yang (2006, p. 576), *in general, trust between government and citizen is democratic in nature, affected by political and social cultures* (em geral, a confiança entre governo e cidadão é democrático por natureza, afetada por culturas políticas e sociais). Partindo do pressuposto de que a ação inicial é dada pelo Estado como norteador, direcionador e disseminador da democracia na busca da viabilidade, da fiabilidade e da conveniência dos cidadãos, um passo efetivo foi dado em direção a sustentabilidade no Brasil, no início do século XXI, pelo Estatuto da Cidade (Artigo 2º, inciso VIII), como força e ação através da regulamentação na execução da política urbana, destacando os direitos civis, sobretudo nas variáveis de sustentabilidade (em geral, social, ambiental e econômica). Assim, a confiança disseminada pelas instituições vem constituir um elo com a comunidade assim como seu envolvimento e de acordo com Yang (2006, p. 579), *trust in institutions seems to be a mediator between trust in citizens and willingness to promote citizen involvement* (confiança nas instituições parece ser um mediador entre a confiança nos cidadãos e disponibilidade para promover o envolvimento dos cidadãos) (Idem: 579).

Contudo, a construção do grau de confiança ou mesmo na propensão a confiar nas instituições está na construção das variáveis de sustentabilidade como um dos insumos do envolvimento cidadão.

3. AS VARIÁVEIS DE SUSTENTABILIDADE

Existem diversos conceitos sobre as dimensões da sustentabilidade. Pode-se dizer, com a devida cautela, que as variáveis de sustentabilidade são as seguintes: educacional, cultural, psicológica, social, ambiental, econômica, política e institucional, sendo as mais acentuadas a social, a ambiental e a econômica. É difícil posicionar sobre qual das variáveis são mais relevante, pois cada uma está intrinsecamente ligada às demais.

Abrindo a discussão, por um lado a ação humana busca incansavelmente o bem-estar social, construindo e modificando o espaço que ocupa, mas sempre deixando uma ‘pegada’, demarcando sua passagem que acaba relegando seu verdadeiro papel de equilíbrio. Por outro lado, as necessidades sociais implicam em condições mínimas de sobrevivência do homem indo da infra-estrutura a saúde e do trabalho ao bem-estar. O conflito é mais visível numa sociedade subdesenvolvida que é na sua maioria aculturada, resistente e despreparada educacionalmente a aceitar mudanças.

A partir desse momento, o estudo vai de encontro às ações antropogênicas que prevalecem sobre as variáveis sustentáveis quando na verdade deveria ser o inverso, e dentro da estrutura das variáveis, o social sobrepõe o ambiental e relega o econômico. Assim, nas palavras de Paulista *et al*, (2008: 187), frisando o crescimento sustentável, o “crescimento equânime das condições do bem-estar da espécie humana, garantida a preservação dos recursos naturais necessários para oferecer as mesmas condições às gerações futuras”. Nestas condições, todas as variáveis têm seu valor, mas só serão efetivamente importantes quando se interligarem.

Começando pelas variáveis educação e cultura, uma nação na qual a educação é precária torna-se mais difícil a introdução de novos conceitos e até mesmo a mudança de atitude que confronta com a cultura numa resistência desafiadora. A saída está na reformulação do modelo, começando pela educação que ‘fixa’ e assiste a criança e o jovem na escola por oito horas ininterruptas (exceto o período dos horários pertinentes a refeição), sendo subdividido o período em educação propriamente dita e outro (contraturno) de recreação, esporte e cultura (para crianças) e qualificação técnica para o mercado de trabalho (para jovens). Felizmente, para muitos jovens e adultos já existe um programa de alfabetização, mas que poderia ir além, como (re)qualificação para o mercado de trabalho.

Na sequência, as variáveis psicológicas, sociais e ambientais exigem ações imediatas de ordem psicológica para que a sociedade se molde ou se comporte aos princípios sustentáveis na construção de uma governança. Salienta-se que o social muitas vezes fica no discurso uma vez que existem a “falta de precisão nos conceitos e a falta de estratégias metodológicas, que garantam sua incorporação e sua aplicação” (WIESENFELD, 2003 *apud* Paulista *et al*, 2008: 188). Quando isso é detectado, corre-se atrás do prejuízo e é nesse ponto que o social sobrepõe as questões ambientais através das políticas institucionais que tentam corrigir tal comportamento devido às falhas que se “restringe a aspectos externos à dinâmica de interação dos grupos sociais com o meio ambiente” (Idem: 188). Uma vez corrigido tal distorção, o ser humano é remetido a novas questões psicológicas no que diz respeito a sua satisfação com o meio em que vive o que muitas vezes é caracterizado pelo baixo nível de renda. Salienta-se que a baixa renda é um fator limitante e que no extremo leva a precariedade infra-estrutural básica e frustração do indivíduo.

É neste cômputo que a variável econômica entra em ação para tentar corrigir ou minimizar as distorções indo em direção à redução das mazelas sociais urbanas, porém, só válida quando as demais variáveis (educacionais, culturais, psicológicas, sociais e ambientais) forem satisfeitas.

Por fim, as variáveis política e institucional passaram a direcionar as políticas públicas sustentáveis e participativas com integração da tecnologia da informação e disseminação das práticas de gestão urbana visando a sustentabilidade. A política institucional avalia o papel dos serviços urbanos e sua real efetividade (principalmente

no que refere a infra-estrutura básica aos desafortunados e com respeito aos recursos naturais). Com reforço a esse argumento, Costa (1999: 61) avalia sustentabilidade com a economia política como:

Tal debate constitui, de fato, um dos desenhos possíveis da trajetória recente percorrida pela análise ambiental, principalmente em sua tentativa de diálogo com a economia política e com as ciências sociais de forma mais geral. (...) Pode-se identificar claramente uma mudança de enfoque na definição da problemática ambiental nos últimos anos: da passagem de enfoques considerados conservacionistas, prevaletentes no início dos anos 70, para aqueles que buscam associar desenvolvimento econômico à preservação ambiental, consagrando assim a idéia de sustentabilidade.

Nessa linha, Bellen (2003: 73) escreve que:

A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, deve se viver dentro da capacidade do capital natural. Embora o capital natural seja fundamental para a continuidade da espécie humana sobre a Terra, as tendências mostram uma população e consumo médio crescente, com decréscimo simultâneo do mesmo capital. Estas tendências levantam a questão de quanto capital natural é suficiente ou necessário para manter o sistema. A discussão destas possibilidades é que origina os conceitos de sustentabilidade forte e fraca.

Destaca-se o ‘capital natural’ em detrimento do ‘consumo médio crescente’, colocando em xeque a sustentabilidade. O consumo não vem a ser um problema nos países em desenvolvimento visto que a renda assim como a má distribuição da mesma limita a aquisição de bens necessários a uma vida digna de uma grande maioria que não chega ao estágio do bem-estar, mas o consumo excessivo dos países desenvolvidos chama atenção pelo alto impacto no meio ambiente devido a má aplicação da renda excessiva. Em muitos casos, a sociedade detentora de uma riqueza considerável (seja em qualquer nação) promove o ato de consumir como prazeroso, símbolo de *status quo* (estado social) e muitas vezes visto como uma forma comum de passar o tempo. Segundo a resenha de Jacobi (2006: 183-184) com base na obra de Portilho (2005), “um quarto da população mundial que vive nos países desenvolvidos demanda nada menos do que três quartos dos recursos naturais do planeta”. Não é necessário muito raciocínio para perceber que a capacidade de carga do planeta é insustentável a esse padrão e o equilíbrio do sistema só acontecerá se, e somente se, as questões antropogênicas tiverem uma relação dicotômica plausível, uniforme e transparente com a preservação dos ecossistemas com os padrões de desenvolvimento, além da compreensão humana. Uma vez neste caminho, é possível dialogar com questões que envolvam o desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Vecchiatti (2004: 95):

Se uma conciliação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável ainda parece remota, enxergar e compreender o caminho percorrido pode ser importante, principalmente para a formulação de políticas públicas que tenham como propósito incentivar formas sustentáveis de desenvolvimento.

Aqui o espaço encaixa-se na visão Lipietz (2003: 14) através da tradução livre de Hugles de Saint-Victo como “aquele que ama a raça humana é apenas um gentil neófito; bem melhor é aquele que ama as outras espécies vivas como a sua própria.

Perfeito apenas é aquele que reconhece em seu próprio corpo o corpo inorgânico da natureza”. Logicamente, uma discussão desta natureza só pode ser a longo prazo.

Até agora este trabalho levantou alguns insumos (variáveis de sustentabilidade) necessários para entrelaçar o envolvimento entre instituições e comunidades afins. No próximo tópico será evidenciado o processamento desses fatores para a boa governança.

4. CAPITAL SOCIAL

Há mais de uma década e meia Robert D. Putman abriu uma nova discussão com ênfase nas questões que envolvem o desempenho das instituições democráticas. Assim, na obra *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna (Making Democracy Work, 1993)*, o capital social foi o cerne da análise no que diz respeito ao espírito cívico nacional, como a ação coletiva, a confiança mútua, a cooperação voluntária, a racionalidade e a comunidade na forma de uma cadeia de confiança nas relações sociais.

Mais especificamente, capital social “diz respeito as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2005: 177). Complementando tal conceito, Coffé e Geys (2005), destacam *that presence of dense networks of formal and informal associations and the accompanying norms of generalized trust and reciprocity represent the core of social capital concept* (que a presença de densas redes de associações formais e informais e as normas de acompanhamento da confiança generalizada e reciprocidade representam o núcleo do conceito de capital social).

Tal análise reforça o conceito do capital social como consequência de ações produzidas por um fluxo contínuo de benefícios em longo prazo (ANNEN, 2001: 451), ou seja, só há formação de estoque de capital social via agregação e como decorrência de externalidade positiva para todos os atores envolvidos. Isso exige um elo chamado confiança mútua ou simplesmente *the sustainability of cooperation* (a sustentabilidade da cooperação) (Idem, p. 450).

Considerando as inter-relações das variáveis de sustentabilidade (educacional,⁷ cultural, psicológica, social, ambiental, econômica, política e institucional), a formação de uma rede de relações de troca formar-se-á necessariamente se, e somente se, essas fontes estiverem providas de “normas e (...) cadeias de relações sociais [que] multiplicam-se com o uso e mínguem com o desuso” (PUTMAN, 2005: 179). É essa ligação (ou inter-relação) a essência da chamada governança (urbana) via civismo, isto é, a população diretamente envolvida por um lado e o bom desempenho institucional de outro. O argumento leva necessariamente a imparcialidade, a equidade, a não discriminação e eficiência (ROTHSTEIN e STOLLE, 2008: 293).

Assim, como complemento da primeira parte da dificuldade levantada inicialmente neste estudo (análise tecnicista e negligente no qual foi tratada a sustentabilidade com o meio ambiente ou mesmo uma política sustentável), um segundo enigma passa a interagir na temática e só será possível desvendar a possibilidade da

⁷ Annen (2003, p. 452), destaca a educação como capital humano como um bom capital imaterial.

inter-relação entre as variáveis de sustentabilidade com as instituições via formação de um alto estoque de capital social. Rothstein e Stolle evidenciam que

in countries such as Norway, Denmark, and the Netherlands, this percentage of people stating that they believe most other people in their societies can be trusted is around 60 per cent, while in countries such as Brazil, Macedonia, the Philippines, and Turkey, social trust is around a meagre 10 per cent (em países como Noruega, Dinamarca e Holanda, esse percentual de pessoas que afirmam que acreditam na maioria das outras pessoas em suas sociedades pode ser confiável em cerca de 60 por cento, enquanto em países como o Brasil, Macedônia, Filipinas e Turquia, confiança social é cerca de magros 10 por cento) (Idem: 274).

Nesta altura, uma indagação emerge no sentido das relações de troca com base na boa governança. Assim, como reverter o baixo desempenho das instituições usando como insumo de base os fatores multifacetários para formar o capital social?

A resposta a essa questão pode ser feita sob dois pontos de vista com base na obra de Putnam. Primeiramente referenciando ao Sul da Itália, parte-se do princípio do *laissez-faire*,⁸ de que a baixa formação de capital social está estreitamente correlacionada com baixo desempenho econômico e que “os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados” ao governo que elegeram. Adiciona-se ainda que “a desconfiança mútua e a corrupção eram consideradas normais. Havia pouca participação em associações cívicas. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas” (PUTNAM, 2005: 191). Numa segunda análise (referenciando ao Norte da Itália), se convergir todas as inter-relações das variáveis de sustentabilidade como insumo em interesses mútuos, almejando a cooperação via redes sociais, tem-se uma aproximação mais nobre da ação coletiva do bem-estar. Assim, “no Norte, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificaram-se (...). Esses vínculos cívicos propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevados do que no Sul” (Idem: 190). Também a esse respeito, estudos de Rothstein e Stolle (2008: 292) evidenciam países (a exemplo da Suíça) que apresentam estados de bem-estar universal com alto nível de confiança generalizada.

A lição que se pode tirar destas respostas está na concepção do caminho a ser trilhado por uma sociedade que tem a visão de formação de um grande ou pequeno estoque de capital social. O benefício será melhor quanto maior o capital social empregado na busca do civismo, da satisfação e do bem-estar coletivo revertendo de baixo para alto o desempenho das instituições democráticas em direção a uma política de boa governança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou uma síntese de diversos trabalhos sobre discussões de sustentabilidade através de uma retrospectiva ao longo do último terço do século XX

⁸ Do francês “deixa-fazer” trás a conotação da mínima interferência governamental nas funções do mercado. Aqui o conceito estende-se na direção da ação mínima do Estado na busca do bem-estar e na redução do desequilíbrio social.

evidenciando as Conferências Internacionais sobre o meio ambiente, os fatores multifacetários da sustentabilidade e a importância na formação do capital social.

Tais Conferências foram de extrema importância para o despertar do futuro negro que se avizinharia no início do século XXI se nada fosse feito a tempo. Não só o meio ambiente foi palco de toda temática, mas os pobres urbanos miseráveis ou desafortunados que cresceram assustadoramente como consequência do processo econômico (exclusão social e concentração de renda) e pelas políticas de assistencialismo. Paralelo a isso, o impacto ambiental pode ser reduzido sensivelmente pela transferência tecnológica, mas esta dependência não pode ficar refém dos direitos autorais caros e coercitivos ou mesmo pela amarração da dependência contratual inibindo o desenvolvimento tecnológico similar.

Outro ponto principal levantado neste estudo foi o fortalecimento do elo entre as comunidades e instituições democráticas envolvidas, e esse fortalecimento está nas inter-relações das variáveis ou fatores aqui propostos via formação de um extenso estoque de capital social, isto é, na confiança mútua, nas normas de reciprocidade e na formação de redes sociais. Soma-se a isso o fortalecimento do Estado urbano, do civismo e do caminho ao desenvolvimento sustentável. A esse conceito, *in several countries, politicians, governments, and government agencies in different fields have referred to the social capital theory when arguing for policy changes* (em vários países, políticos, governos e agências governamentais em diferentes áreas têm se referido à teoria do capital social quando arguem mudanças na política) (CANBERRA TIMES, 2001, BUSSINESS TIME SINGAPORE, 2001, POLICY RESEARCH INICIATIVE, 2005 *apud* ROTHSTEIN e STOLLE, 2008: 294).

Contudo, o que se propôs neste trabalho foi mostrar a importância das variáveis de sustentabilidade como um dos insumos nas relações de troca entre os atores envolvidos na busca de um melhor desempenho das instituições, isto é, na formação do capital social como intensificação da democracia via aumento do nível de confiança na busca da boa governança. A presente proposta coloca uma posição positiva neste sentido e espera-se que futuros estudos aprofundem tal discussão principalmente no que diz respeito a redes e governança urbana.

6. REFERÊNCIAS

ANNEN, Kurt. Social capital, inclusive networks, and economic performance. **Jornal of Economic Behavior & Organization**. Vol. 50, p. 449-463, 2003. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em 21 out 2009.

BELLEN, Hans Michael Van. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 7, n. 1, p. 67-87, jan-jun 2003. Disponível em <www.redalyc.com>. Acesso em 16 set 2009.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 42-48, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 22 set 2009.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004, 267p.

COFFÉ, Hilde; GEYS, Benny. Institutional performance and social capital: an application to the local government level. **Journal of Urban Affairs**. Vol 27, n. 5, p. 485-501, 2005. Disponível em <<http://cat.inist.fr>>. Acesso em 21 out 2009.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Belo Horizonte, n. 2, p. 55-69, nov 1999. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/publicacoes/revista02.htm#4>>. Acesso em 17 set 2009.

JACOBI, Pedro. Resenha: Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. In: PORTIFILHO, Fátima. São Paulo: Cortez Editora, 2005. **Revista Sociedade & ambiente**. Campinas, v. IX, n. 1, p. 183-186, jan-jun 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 22 set 2009.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 1, n.1, p. 9-22, jan-jul 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em 29 set 2009.

PAULISTA, Geralda; VARVAKIS, Gregório; MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XXI, n. 1, p. 185-200, jan-jun 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 22 set 2009.

PRADO FILHO, José Francisco do; SOBREIRA, Frederico Garcia. Desempenho operacional e ambiental de unidades de reciclagem e disposição final de resíduos sólidos domésticos financiadas pelo ICMS Ecológico de Minas Gerais. **Engenharia Sanitária e Ambiental**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 52-61, jan-mar 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 16 set 2009.

PUTMAN, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna: 4ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 257p.

ROTHSTEIN, Bo; STOLLE, Dietlind. Political Institutions and Generalized Trust. In: CASTIGLIONE, Dario; DETH, Jan W. Van; WOLLEB, Guglielmo (Orgs) **The Handbook of Social Capital**. New York: Oxford, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. 2ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2008, 440p.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo aos desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 90-95, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 22 set 2009.

YANG, Kaifeng. Trust and citizen involvement decisions: trust in citizens, trust in institutions, and propensity to trust. **Sage publications**, v. 38, n. 5, p. 573-595, nov 2006. Disponível em <www.sagepub.com>. Acesso em 21 out 2009.

A POLÍTICA CRIMINAL DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO À LAVAGEM DE
DINHEIRO PRATICADA MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO FUTEBOL

Me. Marcos Eduardo Cabello (PUC-PR)

RESUMO: O trabalho objetiva introduzir o leitor à política criminal de prevenção e repressão ao crime de lavagem de dinheiro, revelar a utilização do esporte e, especialmente do futebol, para a prática desse delito e, ainda, demonstrar as disparidades entre a legislação brasileira e a política global, especialmente a legislação portuguesa, sugerindo soluções. Utilizou-se o método científico, partindo-se da análise do problema para se chegar a propostas de soluções. Conclui-se pela necessidade de reformas na legislação pátria, para adequá-la às modernas orientações e tendências internacionais, tais como a eliminação do rol de crimes antecedentes e a ampliação da lista de pessoas sujeitas aos deveres impostos pela Lei nº 9.613/98.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal. Lavagem de Dinheiro. Esporte. Futebol.

ABSTRACT: This paper aims to introduce readers to the criminal policy of crime prevention and prosecution of money laundering, to disclose the use of sport and especially football, for the practice of this crime, and also demonstrate the differences between Brazilian law and global politics especially the Portuguese legislation, suggesting solutions. It was used the scientific method, starting from the analysis of the problem to arrive at proposals for solutions. The results confirmed the need for reforms in the domestic legislation, to suit it to the modern international trends and developments, such as the elimination of the list of predicate offenses and extend the list of persons subject to duties imposed by Law nº 9.613/98.

KEYWORDS: Criminal Law. Money laundering. Sport. Football.

1. INTRODUÇÃO

A questão da lavagem de capitais se apresenta como uma das mais importantes no direito atual, em razão da magnitude do prejuízo causado à ordem econômica e social. Tal problema coloca em dúvida a confiança sobre o sistema financeiro em geral, contaminando transações comerciais e financeiras lícitas, causando volatilidade ao sistema econômico.¹

Além disso, a capacidade das organizações criminosas exercerem influência sobre todos os setores da sociedade, especialmente político e econômico devido às vultosas quantias em dinheiro que movimentam, chega a colocar em risco, até mesmo, a democracia.² A preocupação da comunidade internacional com relação à

¹ CARLI, Carla Veríssimo de. *Lavagem de dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008: 111.

² MAIA, Rodolfo Tigre. *Lavagem de dinheiro*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007: 14.

macrocriminalidade econômica no atual mundo globalizado merece especial destaque no cenário do direito penal atual, que, segundo Roxin, volta-se à nocividade social da conduta, justificando a elaboração de estudos científicos, a formulação de políticas públicas e a criação de entidades e grupos a fim de tentar prevenir e combater tal criminalidade.

O Brasil participa do sistema global antilavagem de dinheiro, tendo assinado e ratificado tratados multilaterais e participando de várias organizações internacionais que auxiliam e fiscalizam o cumprimento da política criminal antilavagem de dinheiro pelos países em geral. Em razão disso, a legislação brasileira se revela adequada à política internacional, salvo em alguns pontos específicos, podendo-se destacar, por sua especial relevância, a manutenção de uma lista taxativa de crimes antecedentes. Outra dissonância digna de registro constitui a omissão de algumas atividades comerciais e profissionais no rol que atribui a particulares os deveres de vigilância e comunicação de operações suspeitas às Unidades de Inteligência Financeira.

O esporte consiste atualmente um dos setores que mais envolvem investimentos³ na atividade econômica mundial. Grandes empresas multinacionais, grupos de investidores, bilionários excêntricos, empresas regionais, organizações criminosas, enfim, o esporte se acha na pauta de todos os sujeitos econômicos exploradores de atividades lícitas, mas também de atividades ilícitas. E isso se deve a vários motivos, dentre os quais, as vulnerabilidades que ainda hoje apresenta tal setor em termos de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro. Tal fragilidade permite a atuação de criminosos no setor esportivo, não obstante haja circulação de bilhões de dólares anuais entre os sujeitos envolvidos, ao contrário de outros setores da economia, que enfrentam forte fiscalização dos atores envolvidos na política de combate à lavagem de dinheiro. E o futebol, como esporte mais popular do mundo e ambiente favorável à circulação transnacional de dinheiro, é o que mais atrai investidores, mídia, patrocinadores e, conseqüentemente, onde mais circula dinheiro de origem lícita e, também, ilícita. Por este motivo foi escolhido como objeto do presente estudo. O futebol deixou de ser apenas um esporte popular e se transformou em uma indústria global utilizada para a prática da lavagem de dinheiro.

Diante disso, serve o presente estudo para demonstrar a conveniência da extinção do rol de crimes antecedentes à lavagem de dinheiro na legislação brasileira, assim como a necessidade da inserção de atividades ligadas ao futebol, especialmente das pessoas e entidades envolvidas na negociação de direitos sobre atletas, na política de prevenção e repressão de referido ilícito, assumindo estes, então, os deveres de vigilância e comunicação de operações suspeitas à Unidade de Inteligência Financeira no país, consoante orientam as diretrizes internacionais.

³ Segundo o relatório *Deloitte Annual Review of Football Finance*, apenas na Europa o mercado do futebol teve investimentos de 14,6 bilhões de euros. Disponível em: < <http://www.deloitte.com>>. Acesso em 30 de setembro de 2010.

2. A POLÍTICA CRIMINAL ANTI LAVAGEM DE DINHEIRO

A lavagem de dinheiro constitui um processo pelo qual a criminalidade econômica e organizada objetiva disfarçar a origem criminosa dos proveitos do crime, conforme definição do Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro – GAFI.⁴ Dessa forma, o crime de lavagem de dinheiro pressupõe o anterior cometimento de outros crimes que geram proveitos econômicos, os chamados crimes antecedentes.

Pesquisas sobre o tema estimam que o *produto criminal bruto global*, ou seja, a quantidade de dinheiro de origem ilícita que transita atualmente no mundo alcance de 500 milhões a um trilhão de dólares, o que representaria de dois a cinco por cento do produto interno bruto mundial.⁵

A importância de prevenir, reprimir, tipificar e penalizar a lavagem de dinheiro, além de tutelar os bens jurídicos, a livre concorrência e administração da Justiça consiste em desestimular a prática dos crimes antecedentes, tornando-os desinteressantes na medida em que o objetivo da criminalidade econômica e organizada é auferir os lucros de sua atividade ilícita. Através da estratégia *follow the money, catch the money* a intenção é, literalmente, seguir e tomar o capital dos criminosos, impedindo e desestimulando o cometimento de novos crimes antecedentes.

Apesar do tema da lavagem de dinheiro estar hoje em evidência, observa-se que tal delito, fruto da inteligência humana, constitui um antigo costume de criminosos que, para poderem desfrutar do produto do crime, utilizam-se dos mais diversos meios para dar aparência lícita a bens e capitais obtidos com a prática de ilícitos penais. Porém, apenas na segunda metade do século XX a lavagem de dinheiro despertou o interesse das autoridades pelo mundo, o que ocorreu inicialmente na Itália e Estados Unidos, diante do colossal crescimento dos *lucros* e aumento de poder econômico e político das organizações criminosas, motivando, então, a tipificação da lavagem de dinheiro como crime em suas respectivas legislações, sendo seguidos por outros países.

Mas como a lavagem de dinheiro é um fenômeno transnacional, especialmente no mundo globalizado posterior à segunda metade do século XX, verificou-se que as medidas de combate ao delito deveriam ocorrer mediante coordenação e cooperação internacional,⁶ e assim o tema passou a ser discutido. Sobre o tema, merecem destaque as palavras de Rodrigo Sánchez Rios:

⁴ O GAFI – Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro constitui um órgão intergovernamental criado no ano de 1989 pelos Chefes de Estado e Governo dos países componentes do G-7 e pelo Presidente da Comissão das Comunidades Europeias. Não faz parte de nenhum organismo internacional específico, constituindo um grupo de *ad hoc* de governos com interesses em comum, especialmente o do combate à lavagem de dinheiro. Sobre o GAFI, ver <[http://http://www.fatf-gafi.org](http://www.fatf-gafi.org). Acesso em 17 mai. 2010.

⁵ MACHADO, Maíra Rocha. *Internacionalização do direito penal*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004: 128.

⁶ AMBOS, Kai. *A lavagem de dinheiro e o direito penal*. Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007: 15-16.

Dentre os diversos desafios da ciência jurídico-penal apontados por Roxin (2007, p. 3 e s.), encontra-se a superação de uma leitura estritamente nacional desta ciência. Qualquer reforma da dogmática penal e da política criminal só terá sentido a partir de bases supranacionais. Nesse diapasão, a doutrina constata que os efeitos da globalização também alcançam a normativa penal, pois a criminalidade transnacional, cujos efeitos atingem o tecido sócio-político e econômico de diversas nações, implica uma progressiva uniformização dos tipos penais, e uma maior cooperação policial e judicial entre os diversos países, além da recepção de diversos documentos internacionais, dos quais, cite-se a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 20 de dezembro de 1988, e a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (Convenção de Palermo), de 2000.⁷

Fruto da mobilização internacional, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, conhecida como Convenção de Viena, de 1988, constitui o marco internacional da criminalização do crime de lavagem de dinheiro, tendo como propósito promover a cooperação internacional no combate ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro.

Posteriormente, seguiram-se a Convenção sobre Lavagem de Dinheiro, Busca, Apreensão e Confisco dos Produtos do Crime – Convenção de Estrasburgo, de 1990, não assinada pelo Brasil e que foi, posteriormente, substituída pela Convenção de Varsóvia, de 2005, e a Convenção das Nações Unidas contra a Delinquência Organizada Transnacional – Convenção de Palermo, de 2000, tendo a primeira previsto um conjunto de normas disciplinando toda a persecução penal, e a segunda, o objetivo de promover a cooperação para prevenir e combater de maneira mais eficaz a criminalidade organizada transnacional.

O chamado regime global antilavagem de dinheiro é composto, ainda, por atos e recomendações das inúmeras organizações internacionais e regionais criadas para desenvolver e promover políticas internacionais integradas para o combate à lavagem de dinheiro. Tais atos não encerram compromissos jurídicos, mas sim, políticos, assumidos pelos Estados diante de recomendações internacionais, e porque não dizer, de pressões de outros Estados e organizações internacionais. O não atendimento de tais recomendações pode causar aos Estados consequências econômicas impostas por outros Estados ou Blocos Regionais, como embargos econômicos, e por entidades internacionais, como o FMI e Banco Mundial.

Nessa seara, especial destaque merece o já referido GAFI, cujo propósito é desenvolver, promover e monitorar políticas de combate à lavagem de capitais. Como resultado de seu trabalho, o GAFI prescreveu, em 1990, as Quarenta Recomendações, um plano de ação genérico de combate à lavagem de dinheiro. Posteriormente, emitiu as Nove Recomendações Especiais em 2001 e 2004, em razão do ataque terrorista às Torres Gêmeas

7

SÁNCHEZ RIOS, Rodrigo. *A Política Criminal Destinada à Prevenção e Repressão da Lavagem de Dinheiro: O papel do Advogado e suas Repercussões*. Direito Penal Econômico. Análise contemporânea, p. 262.

do *World Trade Center*, nos Estados Unidos. Esses documentos constituem os pilares de toda a política de combate à lavagem de dinheiro. Com o passar do tempo, o GAFI, com base em estudos e pesquisas de vulnerabilidades (relatórios de tipologias), vem emitindo recomendações aos Estados para aperfeiçoar a política de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro, de acordo com as necessidades verificadas. Pode-se citar como exemplo, a recomendação de ampliar o rol de pessoas obrigadas a vigiar e prestar informações sobre pessoas e operações suspeitas. Inicialmente, tais deveres atingiam apenas entidades financeiras, mas com o surgimento de novas técnicas de lavagem, cada vez mais elaboradas, diversificadas e capacitadas a escapar da fiscalização, novos atores começaram a participar das atividades criminosas, como advogados, contadores, cartorários, auditores e outros, que não tinham a devida atenção da política antilavagem de dinheiro. Entende o GAFI, assim, que esses atores devem ser incluídos no rol de pessoas obrigadas a vigiar e prestar informações de atividades suspeitas às autoridades competentes.

No âmbito da América Latina, existe o GAFISUD, grupo criado para desenvolver políticas regionais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

O Grupo Egmont, da mesma forma, merece destaque. Criado em 1995 por um grupo de Unidades de Inteligência Financeira (UIFs),⁸ objetiva facilitar a cooperação internacional entre tais unidades.

Outros organismos internacionais também contribuem com a política criminal antilavagem de dinheiro, como a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, dentre outros.

Observa-se, portanto, que a política criminal antilavagem de dinheiro é global, e assim deve ser diante do caráter transnacional do delito, para que possa realmente ser eficaz. Sobre o tema, adverte Rodrigo Sánchez Rios, que deve haver “uma progressiva uniformização dos tipos penais e uma maior cooperação policial e judicial entre os diversos países, além da recepção de diversos documentos internacionais”.⁹ Essa estratégia é indispensável para superar uma das maiores dificuldades verificadas na prática: a ausência de fronteiras à movimentação financeira de um lado, e de outro, a existência de rígidas fronteiras nacionais no que se refere à persecução penal.

Além disso, a estratégia de combate deve contar com a participação de pessoas que, de alguma forma, em sua atividade profissional, participam de ao menos uma das três etapas da lavagem de dinheiro, seja na colocação (*placement*), estratificação (*layering*) ou integração (*integration*). Isso, porque a criminalidade organizada utiliza meios e atividades, em si, lícitos para lavar o dinheiro ilícito que auferem, não se podendo falar em separação

⁸ Na definição do Grupo Egmont, Unidade de Inteligência Financeira é a agência nacional central responsável por receber, analisar e distribuir às autoridades competentes as denúncias sobre as informações financeiras com respeito a procedimentos presumidamente criminosos, conforme legislação ou normas nacionais para impedir a lavagem de dinheiro.

⁹ SÁNCHEZ RIOS, Rodrigo. *op. cit.*, p. 262.

da economia lícita da ilícita, já que tais atividades estão inseridas em uma economia globalizada, o que aumenta a dificuldade em coibir a lavagem do dinheiro sujo. Some-se a isso, o fato de serem realizadas milhões de transações financeiras e comerciais diariamente no mundo, nos mais variados segmentos, havendo a necessidade das autoridades públicas terem maior acesso e controle sobre tais operações.¹⁰

Ademais, na medida em que determinada atividade financeira ou comercial é contaminada pela constante utilização de dinheiro sujo, todos os envolvidos naquela atividade serão afetados pelo descrédito no setor e desequilíbrio causado na economia, já que não se pode mais separar o que é ou não lícito na atividade econômica global atual, de forma que todos, em tese, deveriam ter interesse em colaborar com tal combate.¹¹ Para alcançar o sucesso na luta contra a lavagem de dinheiro, pois, apresenta-se necessária uma legislação preventiva de caráter administrativo fundada numa ampla solidariedade social, reunindo o maior número de sujeitos e entidades que tenham relação com a lavagem de dinheiro. Por isso, segundo Rodrigo Sánchez Rios, a tendência atual da política criminal é “ampliar o rol de pessoas ou categorias profissionais a se integrarem na estratégia do controle obrigatório da lavagem de dinheiro e de ganhos ilegais”.¹²

Assim, a participação de agentes particulares deve ocorrer através de deveres impostos pela legislação, especialmente de identificar clientes, comunicar operações suspeitas às Unidades Financeiras locais e outros, sob pena de algum tipo de punição. Na prática, verifica-se que as informações prestadas às Unidades Financeiras são o principal trunfo do sistema antilavagem de dinheiro. Tais deveres a particulares estão dispostos em tratados internacionais assinados por diversos países e, assim, estão sendo incorporados de maneira uniforme, já que, conforme dito, os que não aderirem a tais orientações podem sofrer pressões e retaliações por países, blocos regionais e entidades internacionais.

Esse posicionamento, vale ressaltar, é objeto de críticas e objeções por parte da doutrina, especialmente quanto à legitimidade de se transformar particulares em espécie de *longa manus* dos órgãos de prevenção e repressão estatais. Rodrigo Sánchez Rios se refere à necessidade de uma postura de compromisso equilibrado¹³ do particular na imposição do dever de colaborar com o Estado na luta contra o crime organizado, sob pena de se flexibilizarem direitos fundamentais. Segundo o referido autor, em se flexibilizando direitos

¹⁰ MACHADO, Maíra Rocha. *op. cit.*, p. 140.

¹¹ PIMENTEL, Manoel Pedro. **Direito penal econômico**. São Paulo: Ed. RT, 1973: 5-6.

¹² SÁNCHEZ RIOS, Rodrigo. *op. cit.*, p. 272.

¹³ SÁNCHEZ RIOS, Rodrigo. *op. cit.*, p. 269.

fundamentais em prol de posturas utilitárias, se faria presente a insegurança a todo o momento e o espectro de uma sociedade de delatores.

A imposição de tais deveres a particulares, desde que observados os direitos e garantias fundamentais e prevista de maneira equilibrada, significa, em verdade, a legítima participação do particular no combate às atividades ilícitas, tendo amparo constitucional,¹⁴ na medida em que o art. 144 da Carta Magna declara que a segurança pública é um direito e responsabilidade de todos.

3. A POLÍTICA CRIMINAL ANTI LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL

O Brasil assumiu o compromisso internacional de criminalizar a lavagem de dinheiro ao assinar a Convenção de Viena, incorporada ao Direito interno em 26/06/1991, com a promulgação do Decreto nº 154/91. Porém, apenas em 1998 foi aprovada a Lei nº 9.613, que seguiu em grande parte a orientação da política internacional sobre a prevenção e repressão à lavagem de dinheiro. Diante de algumas falhas de técnica legislativa, da evolução das ferramentas e mecanismos de combate ao crime e do desenvolvimento de novas técnicas pelos criminosos em resposta à atuação estatal, foram procedidas algumas alterações no texto original pelas Leis nº 10.683/03 e nº 10.701/03.

A referida lei expõe em seu art. 1º o tipo incriminador da lavagem de dinheiro e elenca o rol de delitos que considera antecedentes, enquanto no art. 9º menciona a lista de pessoas obrigadas a prestar as informações descritas nos arts. 10 e 11, quais sejam, os deveres de identificação e manutenção de registros de clientes, assim como de comunicação de atividades suspeitas. De acordo com o art. 14 da referida lei, tal comunicação deve ser realizada ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, criado como Unidade de Inteligência Financeira nacional. Em 1999, o COAF passou a integrar o Grupo de Egmont, sendo responsável por fiscalizar as atividades financeiras no país e detectar atividades suspeitas, recebendo e analisando comunicações de operações suspeitas feitas pelos sujeitos obrigados. Confirmada a suspeita de crime, encaminha as informações à Polícia e ao Ministério Público.

O programa global antilavagem de dinheiro é reproduzido regionalmente, no Brasil, pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, e pelos órgãos e instituições que dela participam. A aplicação do programa se dá mediante a aplicação da Lei nº 9.613/98 e pela atuação do COAF, em sua atividade de fiscalização, prevenção e repressão, conforme estabelecido pelas diretrizes internacionais, especialmente do GAFI, do qual o Brasil é membro efetivo desde 2000.

Apesar de o Brasil estar integrado ao regime global de combate à lavagem de dinheiro, algumas diretrizes internacionais e recomendações do GAFI precisam ainda ser

¹⁴ BARROS, Marco Antonio. *Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2007: 294.

incorporadas à legislação nacional. Para tentar adequar a legislação brasileira aos padrões internacionais, encontra-se em discussão, o Projeto de Lei nº 209/2003, que discute algumas alterações à Lei nº 9.613/98, especialmente a eliminação do rol de crimes antecedentes, a tipificação do crime de terrorismo, dentre outras medidas.

Com relação aos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, verifica-se que, na prática, três critérios são aplicados pelos países em geral¹⁵. Alguns adotam o sistema de rol taxativo de crimes antecedentes,¹⁶ enquanto outros o sistema relativo à pena ou categoria de delito.¹⁷ Ambos os critérios estão fundamentados em documentos internacionais relacionados ao combate à lavagem de dinheiro. Outros países, como Estados Unidos, Espanha e França, no entanto, consideram como crime antecedente toda e qualquer infração penal, seguindo o modelo da Convenção de Estrasburgo de 1990.¹⁸

O Brasil optou pelo sistema de rol taxativo, considerando como crimes antecedentes apenas os expressamente consignados no art. 1º da Lei nº 9.613/98. Tal decisão, no entender de parte da doutrina, mostrou-se equivocada,¹⁹ especialmente por excluir da lista de crimes antecedentes alguns delitos que causam graves danos à sociedade e que apresentam elevado potencial de ganhos ilícitos como, por exemplo, o crime de sonegação fiscal. Sem dúvida, grande parte do dinheiro ilícito que circula no Brasil e no mundo tem origem em sonegações fiscais e crimes tributários em geral, de modo que é de suma importância a consideração de tais delitos como crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

Verifica-se que a tendência internacional é de ampliação do catálogo de crimes antecedentes. Vários documentos internacionais manifestam tal entendimento, como a Convenção de Estrasburgo, Convenção de Palermo e Convenção de Varsóvia. Tal tema foi objeto da Diretiva nº 308/1991 do Conselho das Comunidades Europeias, que possui força cogente aos países membros. Assim, os países em geral, e especialmente os europeus, tem reformado suas legislações internas a fim de ampliar ao máximo ou acabar com tal lista de crimes antecedentes. A Espanha, por exemplo, alterou o art. 301 do CP no ano de 2010, passando a considerar como antecedentes todos os delitos.

Deste modo, o Projeto de Lei nº 209/2003, seguindo a tendência internacional, adequaria ainda mais a legislação brasileira à política global antilavagem de dinheiro.

Quanto ao rol de pessoas obrigadas a participar e colaborar com o sistema de repressão antilavagem de dinheiro, dispõem os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613/98 que pessoas

¹⁵ MORAES, Luciana Furtado de. Crimes Antecedentes. In: CARLI, Carla Veríssimo de (Org.). *Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011: 252-253.

¹⁶ Como Brasil, Portugal e Dinamarca, por exemplo.

¹⁷ Como Itália, Áustria e Suíça, por exemplo.

¹⁸ Como Estados Unidos, Alemanha, Espanha e França, por exemplo.

¹⁹ PINTO, Edson. *Lavagem de capitais e paraísos fiscais*. São Paulo: Atlas, 2007: 92.

físicas e jurídicas possuem o dever de identificar clientes, manter registros e comunicar operações suspeitas às autoridades competentes. As pessoas obrigadas estão elencadas no art. 9º da mesma lei.

Parte da doutrina especializada considera que tal rol deveria ser também ampliado.²⁰ Como visto, o GAFI já sinalizou a importância da prevenção e repressão da lavagem de dinheiro através do futebol, sugerindo a adoção de algumas medidas de prevenção e repressão aos países em geral. Seguindo tal orientação, considera-se que o Brasil deveria incluir em sua lista os agentes, as Federações regionais, a Confederação Brasileira de Futebol, a FIFA,²¹ enfim, toda pessoa e entidade envolvida na negociação de direitos sobre atletas profissionais, não apenas no futebol, mas em todas as modalidades esportivas.

4. A LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESPORTE E NO FUTEBOL

O problema consiste em que, não obstante a grande mobilização internacional no sentido de prevenir e impedir a lavagem de capitais através de diversas formas, os Estados, especialmente o Brasil, tem priorizado o controle das transações financeiras,²² tanto oficiais quanto as realizadas pelos sistemas paralelos. Ocorre que as formas utilizadas por criminosos para a lavagem de capitais são múltiplas e extremamente variadas, estando em permanente evolução de acordo com a resposta estatal em termos de investigação, prevenção e repressão. E uma das técnicas desenvolvidas consiste em utilizar o esporte para a lavagem do dinheiro ilícito.

²⁰ LIMA, Carlos Fernando dos Santos. Sistema Nacional antilavagem de dinheiro: as obrigações de *compliance*. In: CARLI, Carla Veríssimo de (Org.). *Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, p. 70.

²¹ A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) é a entidade máxima do futebol mundial. Ela determina as leis básicas do futebol mundial, com base nas quais são definidas inúmeras regras sobre competições, transferências, questões de doping e uma variedade de outros assuntos. A FIFA, por sua vez, é formada por seis Confederações continentais (AFC, CAF, CONCACAF, CONMEBOL, OFC e UEFA), as quais, a seu turno, são compostas pelas Federações nacionais. As Federações nacionais são compostas pelos clubes, que são obrigados a se filiar se quiserem disputar competições oficiais, seguindo, assim, as regras impostas pela FIFA.

²² □ Nas palavras de SÁNCHEZ RIOS: “A política criminal vocacionada à prevenção e à repressão de ativos e à retirada do produto ilícito do delito, bem como do perdimento do patrimônio adquirido de forma ilegal, passou a impor ao sistema bancário e aos agentes financeiros a obrigação de colaborar com a *persecutio criminis*, comunicando às autoridades competentes toda vez que se deparem com uma atividade suspeita envolvendo quantias determinadas, além do dever de comunicar às autoridades ou instituições respectivas movimentos e transações monetárias suspeitas dessa prática”. *op. cit.* p. 265.

Isso se justifica diante do crescimento da importância econômica dos esportes nas últimas décadas, em razão do aumento da comercialização do “produto” esporte em todos os tipos de mídia, da internacionalização do mercado de trabalho esportivo, do aumento das somas de dinheiro investidos por patrocinadores, e, ainda, da entrada de investidores milionários no setor. Nesse cenário, o dinheiro começou a, cada vez mais, exercer forte influência no mundo esportivo em geral,²³ especialmente no futebol,²⁴ o mais importante e popular esporte na atualidade.

Por diversos motivos, entre eles a grande variedade de transações monetárias internacionais, em geral pouco claras, o grande número de indivíduos envolvidos, a falta de profissionalismo dos dirigentes de clubes, a fragilidade intelectual e cultural dos atletas, e a falta de fiscalização, o futebol passou a ser um setor atrativo aos criminosos.

Negociações relativas a transferências de jogadores profissionais, revelam-se como a principal forma de lavagem de dinheiro através do futebol. A crescente internacionalização do mercado de trabalho para atletas profissionais tem aumentado a vulnerabilidade do setor à lavagem de dinheiro. O mercado de transferências de jogadores profissionais nunca esteve tão aquecido como agora, momento em que a Europa ocidental deixou de ser o único centro importador de jogadores, passando a competir com o bloco de países do leste Europeu, Ásia e até mesmo os Estados Unidos. O crescimento do número de transferências, assim como a elevação dos salários de jogadores das principais ligas, é reflexo do aumento do fluxo de dinheiro no mundo do futebol e, conseqüentemente, do aumento das receitas dos clubes.

Mas o principal impulso à internacionalização do mercado de trabalho para jogadores de futebol foi dado pela Lei Bosman,²⁵ de 1995, quando a Corte de Justiça da

²³ A influência negativa do forte aporte de capital injetado no mundo esportivo foi expressamente reconhecida pela União Europeia em 2007, no documento intitulado “White Paper on Sport”, disponível em: <http://ec.europa.eu/sport/white-paper/whitepaper8_en.htm#4_6>. Acesso em 30 de setembro de 2010. No documento, a Comissão de Esporte da União Europeia demonstra preocupação em relação a vários aspectos negativos verificados no esporte atual, como a utilização do esporte para lavagem de dinheiro, a falta de transparência na realização de transferências de jogadores, a má atuação de agentes envolvidos em negociações, por exemplo. Também são propostas soluções, como a necessidade de maior controle por parte de entidades ligadas ao esporte em âmbito local e internacional, assim como por parte dos governos.

²⁴ A preocupação da política de combate à lavagem de dinheiro com a utilização do futebol foi externada pelo GAFI em seu relatório de julho de 2009 intitulado “Money Laundering through the Football Sector”.

²⁵ Jean-Marc Bosman foi um jogador de futebol belga, que jogou pelo RFC Liège, então equipe da primeira divisão da Liga Belga. Em junho de 1990, o RFC Liège ofereceu a Bosman um ano em seu contrato, o que ele recusou. Foi colocado, então, na lista de atletas transferíveis com uma cláusula de indenização de 11.743.000 francos belgas. No mês seguinte, chegou a acordo com o clube francês Dunkerque. Liège e Dunkerque concordaram com a transferência do jogador para a temporada mais uma opção de compra, mas não foi aceita a cláusula de indenização proposta pelo clube belga. O clube belga, então, rescindiu o contrato do jogador e ele acabou sendo um atleta livre de contrato. Bosman entrou com uma ação contra o Liège, a Federação Belga de Futebol e a UEFA, alegando que as regras de transferência da Federação e da UEFA-FIFA tinham

União Europeia decidiu pela livre movimentação de jogadores entre os países, sem pagamento por transferências após o término do contrato do jogador com o clube. Essa decisão revolucionou os direitos dos jogadores de futebol e contribuiu para o aumento dos salários dos atletas. Tanto que em 1998 foi editada no Brasil a Lei nº 9.615/98, conhecida como “Lei Pelé”, que trata do contrato de jogadores de futebol com as entidades desportivas.

Ao contrário, no caso de transferências anteriores ao término de contratos são devidas compensações financeiras pelos clubes de destino dos atletas aos clubes de origem. A esses valores estipulados pelos clubes com quem os jogadores mantêm contrato, normalmente se refere como “cláusula rescisória”²⁶ e é estipulada com base na remuneração²⁷ anual paga ao atleta. Os valores referentes a esse tipo de cláusula tornam a contratação de um atleta muito mais cara e, por isso, tal prática é amplamente utilizada para a lavagem de dinheiro.

A lavagem de dinheiro, nesse tipo de negociação, está relacionada, principalmente, com a subjetividade nos valores estabelecidos nas cláusulas rescisórias, a falta de transparência em relação ao financiamento das negociações, e a oportunidade de pagamentos serem efetuados fora do país receptor, com limitadas informações sobre os proprietários das contas de destino. Mensurar o real valor dessas transações é quase sempre impossível, especialmente pela dificuldade na fiscalização de pagamentos realizados no exterior. Assim, os agentes criminosos sobrevalorizam o valor da negociação dos direitos do atleta, que é subjetivo, consistindo numa técnica de lavagem, pois permite a transferência ao exterior de valor acima do que seria realmente devido.

Apesar da FIFA regulamentar o procedimento de transferência de atletas, como entidade privada, não é capaz de prevenir a lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas perpetradas por agentes, clubes e investidores em negociações relacionadas ao futebol. Há

impedido sua transferência para o Dunkerque. Com fundamento nos artigos 48, 85 e 86 do Tratado de Roma, de 25 de março de 1957, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que deveriam ser abolidas as restrições sobre a utilização e transferências de jogadores comunitários, e que clubes e federações não 26

²⁶ No Brasil a Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998, conhecida como “Lei Pelé” aduz, no art. 28, parágrafo 3º, que o valor da cláusula penal a que se refere o caput deste artigo será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada.

²⁷ A palavra “remuneração” foi utilizada pela lei, ao invés de “salário”, porque quase todos os clubes de futebol, ao menos no Brasil, adotam a prática de pagar a menor parte dos proventos do atleta a título de salário, o que é registrado na CTPS do jogador, enquanto a maior parte é paga a título de “direitos de imagem”, devido a um contrato cível de cessão de uso de imagem, o que é obviamente feito para sonegar encargos trabalhistas e previdenciários.

necessidade de tal modalidade esportiva ser melhor fiscalizada e controlada pelo Estado, através de seus agentes públicos, com a colaboração de particulares envolvidos.

5. O TEMA NA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Em Portugal, seguindo as modernas orientações internacionais, a legislação apresenta um amplo rol de crimes antecedentes e inúmeros deveres impostos a um grande número de pessoas físicas e jurídicas.

Naquele país, a alienação e aquisição de direitos sobre praticantes de atividades desportivas profissionais constituem atividades sujeitas a controle do sistema de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro. A Lei nº 11/2004 foi o primeiro diploma a inserir tais atividades dentro do programa de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro. A referida lei estabeleceu medidas de “natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita”, segundo seu art. 1º. No art. 2º, a lei estabeleceu quais os deveres a que cada entidade ficou obrigada, sendo eles:

a) Dever de exigir a identificação; b) Dever de recusa de realização de operações; c) Dever de conservação de documentos; d) Dever de exame; e) Dever de comunicação; f) Dever de abstenção; g) Dever de colaboração; h) Dever de segredo; i) Dever de criação de mecanismos de controlo e de formação. As entidades obrigadas são de natureza financeira e não financeira. Entre essas, segundo o art. 20, estão listadas as seguintes: a) Concessionários de exploração de jogo em casinos; b) Que exerçam actividades de mediação imobiliária e que exerçam a actividade de compra e revenda de imóveis; c) Que procedam a pagamentos de prémios de apostas ou lotarias; d) Comerciantes de bens de elevado valor unitário; e) Revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas e auditores externos, bem como a transportadores de fundos e consultores fiscais; f) Sociedades, notários, conservadores de registros, advogados, solicitadores e outros profissionais independentes, que intervenham ou assistam, por conta de um cliente ou noutras circunstâncias, em operações: i) De compra e venda de bens imóveis, estabelecimentos comerciais e participações sociais; ii) De gestão de fundos, valores mobiliários ou outros activos pertencentes a clientes; iii) De abertura e gestão de contas bancárias, de poupança e de valores mobiliários; iv) De criação, exploração ou gestão de empresas, fundos fiduciários ou estruturas análogas; v) Financeiras ou imobiliárias, em representação do cliente; vi) *De alienação e aquisição de direitos sobre praticantes de actividades desportivas profissionais.*

Tal lei foi revogada pela Lei nº 25/2008, que adequou a legislação portuguesa às Directivas nº 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, e nº 2006/70/CE, da Comissão, de 1º de Agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das atividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. No art. 4º, manteve o dever de pessoas e empresas que negociam direitos sobre atletas de atividades esportivas, nos seguintes termos:

(...) f) Notários, conservadores de registros, advogados, solicitadores e outros profissionais independentes, constituídos em sociedade ou em prática individual, que intervenham ou assistam, por conta de um cliente ou noutras circunstâncias, em operações: i) De compra e

venda de bens imóveis, estabelecimentos comerciais e participações sociais; ii) De gestão de fundos, valores mobiliários ou outros activos pertencentes a clientes; iii) De abertura e gestão de contas bancárias, de poupança ou de valores mobiliários; iv) De criação, exploração, ou gestão de empresas ou estruturas de natureza análoga, bem como de centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica; v) Financeiras ou imobiliárias, em representação do cliente; vi) *De alienação e aquisição de direitos sobre praticantes de actividades desportivas profissionais*; g) Prestadores de serviços a sociedades, a outras pessoas colectivas ou centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica, que não estejam abrangidos nas alíneas e) e f).

Verifica-se, pois, que a legislação portuguesa encontra-se mais avançada e mais adequada à política global de combate à lavagem de dinheiro do que a legislação brasileira, motivo que leva a doutrina a concluir que o Brasil deveria seguir os passos trilhados pelos portugueses, alterando efetivamente a sua legislação nas bases propostas no presente trabalho.

6. CONCLUSÃO

De todo o exposto é possível concluir que, devido à atuação repressiva do Estado sobre a lavagem de dinheiro através das atividades financeiras, os criminosos passaram a agir em outros ramos da economia. O esporte, e principalmente o futebol, passou a ser um setor atrativo à lavagem de dinheiro, especialmente em razão da frágil fiscalização e controle estatal. Necessário, pois, que o Estado passe a exercer maior fiscalização e controle sobre o esporte, notadamente sobre as negociações envolvendo a compra e venda de direitos sobre atletas profissionais.

Além disso, observa-se que para um combate mais eficaz à criminalidade organizada e à lavagem de dinheiro, urge a necessidade da legislação e política nacional de prevenção e combate à lavagem de dinheiro se adequarem aos atos normativos internacionais e à política global ditada pelos organismos internacionais, mediante a eliminação do rol de crimes antecedentes do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, o que, aliás, é um dos objetos do Projeto de Lei nº 209/2003 em trâmite no Congresso Nacional.

Ademais, verifica-se que é necessária e legítima a expansão do rol de pessoas obrigadas a comunicar às autoridades competentes operações suspeitas, passando a incluir agentes, Federações regionais, Confederação Brasileira de Futebol, FIFA, enfim, toda pessoa e entidade envolvida na negociação de direitos sobre atletas profissionais, não apenas no futebol, mas em todas as modalidades esportivas, no rol de pessoas sujeitas à Lei nº 9.613/98, nos moldes do já adotado na legislação portuguesa.

Certamente tais medidas, além de adequarem ainda mais a legislação e a política nacionais ao regime global, teriam o condão de prevenir e combater com maior eficácia a prática da lavagem de dinheiro no esporte, tornando desinteressante a prática de crimes antecedentes e reduzindo a criminalidade em geral.

7. REFERÊNCIAS

- AMBOS, Kai. **A lavagem de dinheiro e o direito penal**. Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007.
- BARROS, Marco Antonio. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**. 2ª ed. São Paulo: RT, 2007.
- BRASIL. **Lei n. 9.613 de 03 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de março de 1998.
- BRASIL. **Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de março de 1998.
- CARLI, Carla Veríssimo de. **Lavagem de dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.
- SANCTIS, Fausto Martin de. **Lavagem de dinheiro: jogos de azar e futebol – análise e proposições**. Curitiba: Juruá, 2010.
- DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED. Disponível em: <<http://www.deloitte.com>>. Acesso em 17 de maio de 2010.
- FEDERATION INTERNACIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.fifa.com>> Acesso em 17 de maio de 2010.
- FINANCIAL ACTION TASK FORCE. Disponível em: <<http://www.fatf-gafi.org>>. Acesso em 17 de maio de 2010.
- LIMA, Carlos Fernando dos Santos. Sistema Nacional antilavagem de dinheiro: as obrigações de *compliance*. In: CARLI, Carla Veríssimo de (Org.). **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011. p. 47-88.
- MACHADO, Maíra Rocha. **Internacionalização do direito penal**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- MAIA, Rodolfo Tigre. **Lavagem de dinheiro**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- MORAES, Luciana Furtado de. Crimes Antecedentes. In: CARLI, Carla Veríssimo de (Org.). **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011. p. 251-287.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. **Direito penal econômico**. São Paulo: Ed. RT, 1973.
- PINTO, Edson. **Lavagem de capitais e paraísos fiscais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- SÁNCHEZ RIOS, Rodrigo. **A política criminal destinada à prevenção e repressão da lavagem de dinheiro: o papel do advogado e suas repercussões**. Direito Penal Econômico. Análise contemporânea. 2009.

CLAREZA E OBSCURIDADE NO TEXTO LEGAL

Me. Erika Mayrink Vullu (CES-JF¹)

RESUMO: Este artigo enfoca a relação entre linguagem e Direito, apontando o distanciamento entre a linguagem legal e a linguagem do homem médio. Também discute as relações entre linguagem e poder e destaca a perversidade da coexistência da ficção, juridicamente necessária, de que *a ninguém é dado escusar-se de cumprir a lei alegando o seu desconhecimento* com a perpetuação de uma linguagem jurídica obscura e proliferação irrefreada de leis. Defende, assim, a adoção de uma linguagem jurídica que, ao invés de afastar o homem médio do conhecimento de seus direitos e deveres em face da sociedade, se torne um meio propiciador desse conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem jurídica. Obscuridade e clareza no texto legal.

ABSTRACT: This article focuses on the relation between language and Law, pointing out the distance that prevails between legal language and the language of the common man. The thesis discusses the relation between language and power and it calls the attention to the perversity of the coexistence of the necessary juridical fiction that *no one can be excused of abiding to the law by claiming to ignore it* with the perpetuation of an obscure juridical language and the unrestrained proliferation of laws. It thus recommends the adoption of a juridical language that instead of deterring the common man from finding out what his rights and his responsibilities in face of society are, transforms itself in a means of favoring such knowledge.

KEYWORDS: Juridical language. Clarity and obscurity in legal texts.

1. A OPACIDADE DO TEXTO LEGAL

O distanciamento entre o homem comum e o Direito não é inerente à contemporaneidade. Há muitos séculos, juristas discutem sobre questões concernentes ao desconhecimento ou à não compreensão, pelo homem comum, do conteúdo das normas jurídicas.

Esse desconhecimento ou não compreensão do Direito é o tema de que trata o jurista argentino Carlos María Cárcova, na obra **A Opacidade do Direito**. Nela, o autor demonstra que, entre o Direito e o seu destinatário, existe uma barreira “*opaca*” que os distancia, impossibilitando aquele último de absorver do primeiro os seus conteúdos e sentidos, entender os seus processos e instrumentos, tornando-o, por isso, incapaz de dele se beneficiar como seria esperado. Diz Cárcova:

Existe, pois, uma opacidade do jurídico. O direito, que atua como uma lógica da vida social, como um livreto, como uma partitura, paradoxalmente não é conhecido, ou não é compreendido, pelo atores em cena. Estes realizam certos rituais, imitam condutas, reproduzem certos gestos, com pouca ou nenhuma percepção de seus significados e alcances. (CÁRCOVA, 1998:14).

Embora questões como essa já comecem a entrar no âmbito das discussões de muitos estudiosos e profissionais do Direito, o desconhecimento ou a não-compreensão

¹ Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - MG

das normas jurídicas pelo homem comum, também denominado de “homem médio” na área jurídica,² ainda não é objeto de preocupação da maioria dos juristas: muito ao contrário, permanece a presunção de que a norma jurídica seja conhecida por todos.

Essa presunção é alvo de questionamentos entre muitos operadores do Direito. Tais questionamentos, de modo geral, têm fundamento já que é impossível conceber, a qualquer indivíduo, seja ele profissional do Direito ou não, que *todos* de uma dada comunidade conheçam *todas* as normas jurídicas. A essa evidente impossibilidade, chamada de “ficção jurídica”, o criminalista Francisco de Assis Toledo fez a seguinte referência:

Para que a lei penal³ possa desempenhar função pedagógica e motivar o comportamento humano, necessita ser facilmente acessível a todos, não só a juristas. Infelizmente, no estágio atual de nossa legislação, o ideal de que todos possam conhecer as leis penais parece cada vez mais longínquo, transformando-se, por imposição da própria lei, no dogma do conhecimento presumido, que outra coisa não é senão pura ficção jurídica. (Toledo, 1994: 29).

Seguindo a mesma linha do pensamento de Toledo, embora de forma mais ácida e contundente, o constitucionalista argentino Gérman Bidart Campos argumenta que:

Nossa sociedade está inundada de normas de toda classe, de toda hierarquia, até da mais inferior. Somente a repetida estupidez de que, por uma presunção *juris et de jure*⁴, as leis são conhecidas por todos, pode colaborar para a miopia da aplicação rígida e fria do axioma. Ora, a realidade nos diz que não são conhecidas por ninguém ou que o são por muito poucos. (*Apud* CÁRCOVA, 1998: 37).

Outro que também questiona a presunção supracitada é o ilustre penalista Eugênio Raúl Zaffaroni (1987: 529), ao afirmar que compreender uma norma não implica só conhecê-la. O conhecimento é um grau inferior à compreensão. Dessa forma, o homem médio até pode *conhecer* as normas jurídicas, mas, por não *compreendê-las*, por não estar em condições de interiorizá-las, não as buscará como fonte de consulta ou não saberá como efetivamente usá-las.

Uma das diversas fontes causadoras dessa não-compreensão das normas jurídicas pelo homem médio é o texto legal cuja linguagem escrita vem, muitas vezes, repleta de arcaísmos linguísticos, peculiaridades e desajustes sintático-semânticos, vocábulos exageradamente herméticos, preciosismos vazios de significação, dentre outros, que só fazem dificultar o entendimento do homem médio quando lhe é necessário e conveniente consultar as leis.

Há uma grande diversidade de tipos de textos legais cujo receptor, muitas vezes, não é o homem médio. A jurisprudência, a doutrina e certas manifestações da prática forense se voltam especificamente para os chamados “operadores do Direito”. Já outras manifestações da prática forense, sobretudo as sentenças e os acórdãos, incidem

² Na área jurídica, é comum classificar “homem médio” como o indivíduo mediano que integra as classes sociais dominantes. O problema dessa classificação é que ela não é embasada em nenhum dado objetivo, concreto, e sim em manifestações subjetivas de juristas.

³ Embora se fale em ‘lei penal’, tal afirmação é, aqui, estendida à lei civil já que toda lei deve ser acessível a todos, e não apenas a juristas.

⁴ Presunção absoluta que não admite prova em contrário. axioma. Ora, a realidade nos diz que não são conhecidas por ninguém ou que o são por muito poucos. (*Apud* Cárcova, 1998: 37).

diretamente sobre os jurisdicionados, podendo, assim, ter como destinatário também o homem comum. O conjunto de textos formado pelas leis, por sua vez, direciona-se tanto para os operadores do Direito quanto para o homem comum, já que o Direito, em larga medida, se funda na presunção de que a norma jurídica seja conhecida por todos.

Obviamente todos os textos legais devem primar pela concisão, clareza e harmonia textuais. Entretanto, a discussão aqui levantada focará apenas o texto das leis as quais, de uma forma ou de outra, atinjam diretamente o indivíduo comum.

Embora seja fato que Direito⁵ e linguagem constituam um par indissociável e que a linguagem é o "instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana" (Hjelmsov, 1975:1), é difícil aceitar que a linguagem seja um elemento que distancie o homem médio do Direito e, mais grave ainda, que esse fato não seja considerado realmente relevante por muitos daqueles envolvidos na elaboração de normas jurídicas.

No entanto, alguns operadores do Direito têm, nos dias de hoje, voltado sua atenção para o problema da linguagem "opaca" das normas jurídicas, fato que tem feito proliferar, além de amplas discussões no sentido de repensar as relações entre Direito e linguagem, uma variada gama de textos acadêmicos, artigos e obras, nos quais se percebe o repúdio de autores à falta de clareza, concisão e precisão, ao malabarismo sintático e ao pedantismo semântico-lexical, dos quais os legisladores se utilizam⁶ na elaboração de leis, códigos etc.

Um desses autores, o já citado Gérman Bidart Campos, argumenta que:

[...] normas há tão complicadas, tão mal redigidas, tão confusas, de tanta exuberância regulamentarista, de técnica tão deficiente, que até os especialistas da mais alta qualidade e perícia quebram a cabeça para entender o que o autor quis dizer. Como então querer que o comum das pessoas as conheça, as compreenda e as cumpra! (*Apud* CÁRCOVA, 1998: 37).

Outro que defende uma linguagem mais clara e menos rebuscada nos textos "jurídicos" é o advogado Elíasar Rosa. Ele afirma que:

Em verdade, não é a correção a primeira ou maior virtude do estilo. A clareza é que o é, não apenas para o advogado, mas para todos, pois que a linguagem é o meio geral de comunicação, seu fim supremo. Daí por que, quanto mais clara for, mais útil e eficaz ela será para preencher sua finalidade. Quem é obscuro manifesta, desde logo, ou o desejo de não ser facilmente compreendido, ou a inaptidão para se comunicar. (ROSA, 2003: 7).

Se, como afirmou Bidart Campos, "até os especialistas da mais alta qualidade e perícia quebram a cabeça para entender o que o autor quis dizer", parece lógico deduzir que a linguagem jurídica, em muitas situações, não está atingindo um dos objetivos de toda e qualquer linguagem que é a comunicação⁷.

⁵ Não apenas o Direito, mas toda e qualquer ciência.

⁶ Se essa utilização é feita de forma proposital, corporativista, ou não, é assunto que será discutido mais adiante.

⁷ Segundo a linguista e advogada Pimenta-Bueno (2004:167), há, nos dias atuais, duas grandes vertentes na Linguística: a primeira focaliza a língua como um instrumento do pensamento; a segunda, como um instrumento de comunicação (vertente à qual a autora deste artigo se filia, embora aceite certos pressupostos da primeira).

O francês André Jean Arnaud, doutor em Direito, analisa esse problema, questionando a real necessidade de se usar uma linguagem jurídica obscura e, muitas vezes, ininteligível para o leigo. Seria uma necessidade ou atitude premeditada?

Admite-se quase como uma fatalidade que os juristas têm sua própria linguagem e que se trata de uma necessidade técnica. (...) A questão que se propõe aqui consiste em saber se esta linguagem é uma necessidade ou se, antes de tudo, é uma técnica de terrorismo. Se não entendo nada do ato que me aponta o escrivão é por parvoíce ou porque devo sentir-me, desde o momento inicial da instância, em estado de inferioridade? (ARNAUD, 1990: 63).

Nessa crítica interessante e perturbadora, há dois pontos que precisam ser destacados: o primeiro é a *necessidade técnica* a que se referiu Arnaud. Tal necessidade não é peculiar à área jurídica. Todas as profissões apresentam jargões, vocábulos técnicos, na maioria das vezes, compreendidos apenas pelo profissional da área. Assim acontece, entre outros, no âmbito da Medicina, Engenharia, Linguística e Informática. O problema não é, *a priori*, a linguagem técnica, cuja função é bem definida e aceita tanto, em maior escala, num contexto discursivo em que se encontrem profissionais de uma mesma área, quanto, em menor escala, num contexto em que se tenha, de um lado, um especialista, e, de outro, um leigo. A questão que se quer levantar, na verdade, é o apego de muitos operadores do Direito e legisladores ao preciosismo e ao rebuscamento gratuitos com que redigem os textos jurídicos, nestes incluídos os textos legais. Tais características, por seu caráter desnecessário, vazio e pedante, devem ser banidas de qualquer texto jurídico, em particular o legal, seja ele direcionado ao homem médio ou ao profissional do Direito⁸.

O segundo ponto refere-se à expressão *técnica do terrorismo* criada por Arnaud. Esse terrorismo reflete o corporativismo tão evidente da classe jurídica. Diz-se corporativista porque boa parte das leis é elaborada de modo que o homem médio precise de um intérprete, ou seja, de um advogado que lhe *traduza* o texto legal. Assim, o conhecimento jurídico é monopolizado e fica restrito apenas aos operadores do Direito, como se eles fossem os únicos capazes de *decifrar o enigma* que há por trás das leis. Isso não significa que se esteja propondo abolir a função que esse profissional desempenha nas situações jurídicas. É óbvia a importância social que ele tem, assim como qualquer outro profissional. O que se pretende é demonstrar que, até mesmo para procurar o auxílio de um advogado, o homem médio precisa saber de seus direitos, e, para isso, é necessário que compreenda um pouco as leis que regem tanto seus deveres, quanto seus direitos.

Há ainda uma outra questão também extremamente relevante que parece ser desprezada nesse âmbito do Direito: o caráter mutável que acompanha toda sociedade seja, de maneira geral, nos indivíduos que a compõem, seja, de maneira mais específica, na linguagem que utilizam. Tomando rumos opostos a essa premissa da "mutabilidade", existe uma doutrina no Direito que, ainda nos dias de hoje, segundo o sociólogo Henri Lévy-Bruhl, defende o caráter estável e perpétuo das normas jurídicas. Essa é uma afirmação da qual ele discorda (assim como a autora deste artigo), apontando que:

(...) se o direito emana do grupo social, não poderia ter mais estabilidade que esse mesmo grupo. Ora, um agrupamento humano não é senão uma reunião mais ou menos natural, voluntária ou fortuita, de indivíduos de sexo e idades diferentes, grupo que

⁸ É importante ressaltar que preciosismo e rebuscamento devem ser evitados em qualquer tipo de texto, legal ou não.

nunca permanece semelhante a si mesmo, uma vez que os elementos de que se compõe modificam-se a todo instante pelo efeito do tempo (...) Como o direito, sendo a expressão da vontade de um grupo, poderia ser imutável, enquanto o grupo modifica-se constantemente? (LÉVY-BRUHL, 1988: 29).

Acrescente-se ao exposto acima que, dentro do grupo que se modifica constantemente, há a língua cujo caráter também é mutável. Tal mutabilidade, segundo a ciência linguística, evidencia a natureza e a essência da linguagem. Se os indivíduos mudam, a língua também o faz. Da mesma forma, se variam os costumes e os hábitos, as línguas também variam, já que elas agem como os outros objetos culturais socialmente constituídos. Se assim é, o texto legal contemporâneo não deveria persistir num léxico arcaico nem em construções sintáticas obsoletas. É óbvio que a utilização de vocábulos que já caíram em desuso e de construções sintáticas típicas do século passado (períodos exageradamente extensos, repletos de vírgulas e pontos-e-vírgulas) prejudicam o mínimo de compreensão que se espera que o homem médio contemporâneo tenha ao consultar um texto legal.

É preciso enfatizar, no entanto, que o proposto acima não significa desrespeitar a norma culta da língua nem abandonar o jargão técnico da área jurídica. Tanto o padrão formal da língua quanto a linguagem técnica são imprescindíveis aos textos elaborados na área jurídica, como em qualquer ciência.

Embora muitos estudiosos e profissionais do Direito acreditem, seja por ideologia, seja por poder⁹, que a opacidade linguística comumente encontrada em normas jurídicas continuará a existir, mesmo que se manifestem ferozes contestadores, o que se pretende com esta discussão é demonstrar que a opção por se redigirem certos textos legais utilizando-se de uma linguagem sem grandes distorções sintáticas, mais precisa e clara, livre do verniz erudito e do preciosismo tão cultuados por muitos da área jurídica, pode melhorar substancialmente a relação entre o homem médio e o Direito. Ademais, a proposta por uma linguagem menos obscura, e mais precisa e compreensível, só vem a facilitar, ao indivíduo leigo, o acesso à justiça, objeto de atenção de muitos operadores do Direito nas últimas décadas. Não faz sentido discutir essa questão, fundamental à vida de todo e qualquer cidadão, e estabelecer metas que facilitem o acesso do homem médio à justiça, se a linguagem jurídica, aos olhos dele, continuar ancorada na opacidade e obscuridade, elementos que mantêm a marginalidade a que esse homem foi submetido e, conseqüentemente, distante das normas que regulamentam a sua vida social.

2. A IDEOLOGIA E O PODER NO DISCURSO JURÍDICO

Além dos aspectos linguísticos apontados anteriormente, a questão da ideologia e do poder que estão por trás do discurso jurídico, em particular do texto legal, constitui outro fator determinante da opacidade do Direito.

Os estudos voltados para a questão da ideologia vêm se desenvolvendo há bastante tempo em várias áreas das ciências sociais. Dessa questão se ocupam psicanalistas, linguistas, filósofos, sociólogos etc. Algumas linhas, por meio das quais o estudo da ideologia se desenvolve, relacionam-se ao Direito, em especial à questão da opacidade jurídica, na qual as díades "ideologia e discurso" e "poder e Direito"

⁹ Questões que serão discutidas a seguir.

encontram variadas e polêmicas discussões. A seguir, serão levantadas algumas dessas discussões que, de uma forma ou de outra, relacionam-se à opacidade da linguagem jurídica.

Carlos Cossio, jurista e filósofo argentino, estabelece uma estreita ligação entre Direito e ideologia, apoiando-se em algumas ideias de Marx. Para esse pensador alemão, Direito e Estado coexistem. Um não existe sem o outro, e o Estado representa um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, da burguesia sobre o proletariado. Partindo dessa ideia, Cossio produziu um determinado esclarecimento jurídico, particularmente interessante a este artigo, que retrata a ideologia como originária dos interesses de dominação de algum grupo de poder. Segundo Cossio, esses interesses promovem a ideologia e, ao mesmo tempo, tornam-se mascarados por aquilo que ela diz:

(...) se nosso tema nos enquadra na cultura ocidental e dentro dela nos limita aos últimos duzentos anos, falar de ideologias jurídicas significa, de fato, falar do capitalismo no sentido de um desmascaramento de seus interesses no âmbito das doutrinas jurídicas, tanto científicas como filosóficas (...) Pois o jurista, suspeitosamente alheio aos fortes ventos do mundo ao seu redor, ainda está na tessitura de que as falhas ideológicas só podem alcançar o legislador ou o juiz, mas não a ele propriamente, em virtude da neutralidade científica que o definiria. (*Apud* Cárcova, 1998: 153).

Assim como Cossio, que insere no conceito de ideologia as relações de dominação de um dado grupo social, Cárcova também faz alusões ao poder e à dominação social que estão por trás da ideologia jurídica:

O poder, assentado no conhecimento do modo de operar do direito, se exerce, parcialmente, pelo desconhecimento generalizado desses modos de operar. A preservação desse poder é assim fatalmente ligada à reprodução do efeito do desconhecimento.

Segue daí que a opacidade do Direito, sua falta de transparência, a circunstância de não ser cabalmente compreendido etc., pelo menos no contexto das formações sociais contemporâneas, longe de ser um acidente ou acaso, um problema instrumental suscetível de solução com reformas oportunas, alinha-se como uma demanda objetiva de funcionamento do sistema. Como um requisito que tende a escamotear – como ideologia em geral – o sentido das relações estruturais estabelecidas entre os sujeitos, com a finalidade de legitimar/reproduzir as dadas formas da dominação social. (CÁRCOVA, 1998: 165).

Cárcova acrescenta ainda que essas formas de dominação social estão assentadas, de um lado, no conhecimento do Direito pelos profissionais dessa área e, de outro, no seu desconhecimento pelo homem médio. Diz o jurista que "(...) o poder reserva o saber para uma função social diferenciada, a dos técnicos, dos juristas. Os homens da lei conhecem o direito, sancionam-no e aplicam-no e este conhecimento é monopolizado" (CÁRCOVA, 1998: 168).

É preciso então considerar que essa questão da ideologia e do poder está associada não apenas aos interesses de dominação de uma classe social sobre outra, mas também ao interesse corporativista de uma classe profissional, a dos operadores do Direito.

Vale acrescentar uma relevante consideração feita pelo filósofo Michel Foucault a esse respeito. Para ele, todo conhecimento, todo saber constitui novas relações de

poder. Não existe saber neutro, porque todo saber é político. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber:

Temos, portanto, nas sociedades modernas, a partir do século XIX até hoje, por um lado, uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulado em torno do princípio do corpo social e da delegação do poder; e por outro, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garanta efetivamente a coesão deste mesmo corpo social.

Um direito de soberania e um mecanismo de disciplina: é dentro destes limites que se dá o exercício do poder. (...) O que não quer dizer que exista, de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito - o da soberania - e de outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder. Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. (FOUCAULT, 1979: 189).

Fica fácil perceber, com as palavras de Foucault, que o conhecimento constitui uma forma de dominação de um dado grupo sobre outro. Sendo assim, o Direito está intrinsecamente ligado ao poder, já que seu *operar* pelos *dominadores* — profissionais da área jurídica — exige, por essência, um certo desconhecimento de seu mecanismo por parte dos *dominados* — os homens comuns.

Não se está fazendo alusão, como se pode perceber pelo uso do adjetivo “certo”, ao total desconhecimento das leis por esses indivíduos. Em primeiro lugar, porque existem leis básicas cuja regulamentação todos conhecem e sabem (por exemplo, em nossa sociedade, todos sabem que matar é crime e que tal delito é punido com prisão); em segundo, porque o homem comum não precisa saber de todas as normas jurídicas, haja vista que até mesmo advogados e juízes do mais alto gabarito não as conhecem em sua totalidade.

Mesmo que seja praticamente impossível os operadores do Direito conhecerem todas as leis, e é até mesmo por isso que eles se especializam, não se pode negar que esses profissionais, os quais se ocupam em criar e aplicar as normas jurídicas, os procedimentos de controle e regulamentação das condutas, se tornam depositários de uma forma de poder social específica, baseada não só no conhecimento técnico que possuem, mas também num certo desconhecimento do homem médio. Uma das formas de exercício desse poder, como já mencionado, é a certeza de que só um grupo especialmente preparado é capaz de extrair da norma jurídica as respostas que se fizerem necessárias. E será exatamente pela preservação desse poder, ancorado numa secular ideologia de manipulação e numa linguagem opaca e obscura, que, para muitos estudiosos, o Direito continuará inacessível para a maioria das pessoas.

Entretanto, dentro de uma perspectiva linguística e não jurídica, é possível sim a elaboração de textos legais, utilizando-se de uma linguagem clara, precisa e concisa, sem que se ignorem o aspecto formal da língua e o vocabulário técnico do Direito. Obviamente não se tem a ilusão de que o homem médio passe a conhecer as normas jurídicas em sua totalidade caso os legisladores ajam como proposto. Há muitas outras questões concernentes a essa problemática que não foram discutidas aqui. Espera-se apenas que uma abordagem linguística que valorize a efetiva comunicação escrita entre seus interlocutores tenha relevância no âmbito de estudos de textos legais.

3. A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E DISCURSO JURÍDICO

A busca por esse tipo de abordagem linguística na redação das leis, certamente, esbarrará em questões políticas, às quais o Direito está intimamente ligado. A ideologia e o poder, duas das causas da opacidade do Direito discutidas até então, são elementos indispensáveis à política. Nesse contexto, serão apontadas algumas reflexões de Hannah Arendt, eminente filósofa da atualidade, quanto à política do século XX, em especial ao que se denomina de *espaço público*, reflexão que se considera relevante à temática aqui desenvolvida.

Tendo como base a história antiga romana e grega, Arendt, na obra **A condição humana**, assinalou duas esferas distintas da atuação do homem: o espaço público e o privado. Segundo ela, enquanto que a vida privada decorre da necessidade e da desigualdade; a vida pública, comum a todos, exige liberdade e igualdade. É no espaço público que o homem pode agir, através do discurso, para buscar a transformação do mundo, ou seja, é na esfera pública que o homem se torna um cidadão e assim exercita a política¹⁰.

No entanto, ao se projetar essa concepção de espaço público na política contemporânea, é fácil constatar que há uma inversão de papéis em que o público submete-se a interesses privados. Um dos elementos que reafirma esse desinteresse pelo que deveria ser público é a linguagem corporativista e, muitas vezes, propositadamente incompreensível aos olhos do homem médio, utilizada por aqueles que legizam. Se, como diz Arendt, é no espaço público que o ser humano pode agir por meio do discurso, se a política representa o pensamento no plural, a linguagem utilizada nos textos legais deveria ser clara ao homem médio, e não apenas a uma pequena parcela de indivíduos, de forma que ele pudesse ter o mínimo de compreensão quando lhe fosse necessário consultar as leis que são de seu interesse.

Essa acomodação política a que se submetem muitos dos legisladores pode ser comprovada em uma declaração do ex-Ministro da Justiça e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, dada ao Jornal *O Globo*, de 07 de julho de 2004, durante uma entrevista em que se discutiram problemas concernentes à reforma do Judiciário brasileiro. Embora esse assunto não se relacione diretamente às questões aqui discutidas, é possível inferir da declaração do Ministro certas conclusões que se alinham à temática deste artigo. Ao ser interrogado se o fato de a taxação dos servidores inativos ter chegado ao STF não seria um sinal de que o Congresso deixaria brechas ao legislar, o Ministro deu a seguinte resposta:

(...) A aprovação da lei depende da ambigüidade do texto. Quando fui deputado, o doutor Ulysses (Guimarães, presidente da Assembléia Constituinte) pedia para eu escrever os artigos da Constituição. Eu mostrava para ele o texto tecnicamente perfeito, sem brechas. Mas aí o texto só tinha 20% dos votos. Então eu redigi outros textos, aumentando o nível de ambigüidade, até chegar no ponto do acordo. Faz parte do jogo democrático.

Essa declaração parece justificar o fato de que muitos dos legisladores não têm interesse em elaborar leis precisas, sem ambigüidade e obscuridade intencionais. Tal desinteresse é assim explicado por Paolo Semama, na obra **Linguagem e Poder**:

¹⁰ ARENDT, H. **A Condição Humana**. RJ: Forense Universitária, 1993, pp.41-43.

Uma ordenação jurídica ideal deve conter um sistema de normas providas de coerência, acabamento e independência (...) Por outro lado, o que mais surpreende quando se examina a linguagem do poder dos vários pontos de vista formais é exatamente a falta de acabamento e da coerência que se devem em larga escala à oportunidade política de deixar na dúvida em bom número de termos. (SEMAMA, 1981: 139).

É preciso, no entanto, reconhecer que, além dessas implicações negativas, o trinômio Direito, linguagem e política também traz efeitos positivos na redação das leis cuja linguagem também necessita de uma certa flexibilidade, muitas vezes alcançada exatamente pelo uso da ambiguidade e imprecisão.

Como justificativa para esse uso, muitos profissionais da área jurídica, ao tratarem da significação das palavras da lei, defendem a idéia de que a linguagem do Direito é necessariamente linguagem natural, e não linguagem técnica, com termos rigorosamente precisos e evidentes. Sendo natural, a linguagem vai apresentar, além da ambiguidade e da imprecisão, textura aberta, que, de acordo com Noel Struchiner, “é a possibilidade permanente de existência de uma região de significado onde não conseguimos determinar com segurança se a palavra se aplica ou não.”(2002:6). Isso quer dizer que as palavras podem ter significado flexível já que não conseguem dar conta de todos os aspectos de uma dada situação.

O efeito da textura aberta da linguagem para o Direito é que, assim como existem regras legais claras que podem ser aplicadas em determinados casos sem problemas de interpretação, existem aquelas que se mostram problemáticas quanto à sua interpretação. Nesse caso, “cabe ao juiz exercer o seu poder discricionário, e assim tornar a regra menos vaga para os casos futuros.” (STRUCHINER, Op. Cit.: 73-74).

Um outro efeito positivo da textura aberta dos textos legais é o fato de que ela abre a possibilidade de se compreender e aplicar uma dada lei mesmo que tenha sido criada há dez ou vinte anos, época em que não se poderiam antecipar certas situações futuras. Por isso, torna-se pouco provável que se criem leis cuja linguagem seja rigorosamente hermética e precisa.

Tal implicação, pela sua relevância nos estudos jurídicos, deve ser respeitada. Entretanto, o foco de interesse aqui é propor que a opacidade do texto legal, muitas vezes gratuita, sob o ponto de vista linguístico, seja evitada. Se assim se fizer, o homem médio, por meio da redação das leis, conseguirá alcançar o mínimo de entendimento que se deve ter ao consultar normas que norteiem o convívio em sociedade. Para isso, é necessário que se observem três requisitos fundamentais à elaboração de um texto: a clareza, a concisão e a precisão.

4. AS QUALIDADES TEXTUAIS

São três as qualidades primordiais a qualquer texto não-literário: a *clareza*, a *concisão* e a *precisão*. Rocha Lima e Barbadinho Neto assim definem a importância de se respeitarem essas qualidades:

De fato, que outra coisa significa a busca, por exemplo, de precisão e naturalidade na escolha das palavras e no modo de construir a frase, senão o empenho de sermos claro e correto na expressão do pensamento? Quando evitamos o repisamento de idéias, o acúmulo de palavras inúteis, o derramado de circunlóquios cansativos, a má pontuação, etc. —, o que nos impulsiona é ainda o propósito de remover quanto possa tornar obscuro o nosso texto. (Rocha Lima e Barbadinho Neto, 1980: 26)

Complementadas com alguns acréscimos de cunho jurídico, tais considerações também podem ser encontradas no **Manual de Redação da Presidência da República**, criado em 1991, com a finalidade de atualizar e uniformizar as normas de redação de atos e comunicações oficiais. Nele, afirma-se que:

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: “*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*”. (...) Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão. (1991: 4)

4.1 Clareza

A clareza — talvez a principal qualidade de um texto, seja ele legal ou não — é um requisito preponderante para que a comunicação se realize. Se um texto não é claro, o conteúdo que se quer enunciar pode se tornar, aos olhos do leitor, um emaranhado de palavras, sem coerência e, assim, sem textualidade¹¹.

Martins e Zilberknop confirmam tal afirmação e esclarecem que:

Para que a comunicação se faça clara, é preciso que o pensamento de quem comunica também seja claro. Portanto, de uma cabeça confusa, com idéias emaranhadas, será praticamente impossível brotar uma mensagem clara. Outros fatores que poderão concorrer para uma comunicação imperfeita são: pontuação incorreta, má disposição das palavras na frase, omissão de alguns termos (principalmente pronomes), imprecisão vocabular, excesso de intercalações, ambigüidade causada pelos pronomes possessivos, relativos, etc. (MARTINS e ZILBERKNOP, 1994: 70-71)

Voltando-se especificamente à redação de textos oficiais, o **Manual de Redação da Presidência da República** ratifica a importância de se atentar para a clareza das idéias e aponta fatores que podem auxiliar a se evitar a obscuridade em um texto oficial:

A *clareza* deve ser a qualidade básica de todo texto oficial (...). Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. No entanto a clareza não é algo que se atinja por si só: ela depende estritamente das demais características da redação oficial. Para ela concorrem:

[...]

- b) o uso do padrão culto de linguagem, em princípio, de entendimento geral e por definição avesso a vocábulos de circulação restrita, como a gíria e o jargão;
- c) a formalidade e a padronização, que possibilitam a imprescindível uniformidade dos textos;
- d) a concisão, que faz desaparecer do texto os excessos lingüísticos que nada lhe acrescentam.

¹¹ Koch e Travaglia (2001:45) definem textualidade como “*aquilo que converte uma seqüência lingüística em texto*”. Para Halliday (1973:343-366), por meio da função textual, que se refere à criação do texto, o discurso torna-se possível já que o emissor pode produzir um texto, e o receptor pode compreendê-lo.

É pela correta observação dessas características que se redige com clareza. (1991: 6)

Para encerrar esta discussão, leia-se a seguir o texto proferido pela desembargadora Margarida Cantarelli, presidente do Tribunal Federal da 5ª Região, ao iniciar o Simpósio Nacional de Direito e Imprensa: Desencontros de linguagem, realizado em Recife, PE, nos dias 25 e 26 de setembro de 2003, no Salão do Pleno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5):

É motivo de gáudio recebê-los neste Sodalício, lócus de um Juízo *ad quem*, onde são vergastadas *decisa a quo* e acórdãos objurgados, *inter alia* por infringentes, *mandamus*, writs ou remédio heróico. No Pretório Excelso e no Superior extraímos escólios ou excertos para dar ou negar provimento aos arestos invectivados. Fui clara?

É óbvia a resposta negativa à pergunta, como também é evidente a maneira irônica e contundente com que a desembargadora abriu o referido Simpósio que tratava exatamente da falta de clareza que há em muitos dos textos jurídicos. Cantarelli é a favor de que se extermine o excesso de termos jurídicos nas peças processuais, para que o Judiciário seja mais bem compreendido pela sociedade.

Note-se que, no texto dito pela desembargadora, a profusão de termos técnicos, muitos deles em latim, o uso de vocábulos eruditos e de orações intercaladas, alguns dos fatores citados por Martins e Zilberknop e pelo **Manual de Redação da Presidência da República**, são os causadores da obscuridade do texto em questão.

4.2 Concisão

Numa época em que a agilidade e a praticidade são imperativas ao homem contemporâneo, é natural que a comunicação deixe de ser linguisticamente prolixa e extensa, e seja rápida e econômica. O uso de frases curtas e concisas, em que se comunique apenas o essencial e se desprezem circunlóquios e palavras desnecessárias, é uma forma de imprimir clareza e rapidez em certos textos que têm como característica preponderante a objetividade, como é o caso dos textos das normas legais.

Como complemento e fundamento a essa declaração, ressalta-se, novamente, uma colocação do **Manual de Redação da Presidência da República**:

A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. (...) O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia lingüística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se devem eliminar passagens substanciais do texto no afã de reduzi-lo em tamanho. Trata-se exclusivamente de cortar palavras inúteis, redundâncias, passagens que nada acrescentem ao que já foi dito. (1991: 6).

A essa orientação do **Manual**, pode-se acrescentar, também, parte do Art. 11 da Lei Complementar 95 (alterada pela Lei Complementar nº 107), que trata das técnicas de elaboração, redação e alteração das leis. Nele, determina-se que “As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógicas, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:[...] b) usar frases curtas e concisas [...]”.

A opinião de Rocha Lima e Barbadinho Neto, embora mais abrangente e não específica para textos legais, como o fizeram o **Manual** e a alínea **b** do Art. 11, corrobora o valor da concisão para se evitar a obscuridade:

Qualidade que nos ensina a cultivar a economia verbal, sem prejuízo da mais completa e perfeita eficácia da comunicação do pensamento. A concisão contribui muito para a clareza (...) Devem banir-se as repetições supérfluas, assim como de conceitos como de palavras; os circunlóquios inexpressivos, que possam reduzir-se a um modo de dizer menos desperdiçado (...); as redundâncias e pleonasmos viciosos, etc. Defeito muito freqüente é o abuso da subordinação, estrutura que de si favorece à prolixidade quando a manejam mãos pouco adestradas. Torna-se estafantemente longo o período recheado de subordinações e orações intercaladas que se enovelam e emaranham, e não raro se perdem extraviadas... (ROCHA LIMA e BARBADINHO NETO, 1980: 33)

4.3 Precisão

A busca pela precisão em um texto é a árdua tarefa de escolher a palavra certa para a ideia que se quer exprimir. Árdua sim, mas necessária quando não se quer que a impropriedade vocabular torne a linguagem ambígua e obscura, principalmente quando se trata da redação de uma norma legal.

Acerca dessa questão, encontra-se no **Manual**, dentre outros requisitos essenciais a serem observados na formulação de disposições legais, a seguinte determinação:

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as conseqüências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias. (1991: 83).

Embora não faça alusão à redação oficial, outro que também defende a importância da precisão para se obter clareza em um texto é Ulisses Infante¹². O autor diz que:

A seleção vocabular é um dos elementos da mensagem a que devemos estar atentos para melhorar a eficiência do que escrevemos. O vocabulário empregado em nossos textos deve orientar-se para a precisão e a simplicidade. (...) A finalidade de um texto é ser compreendido, permitindo ao leitor a captação de um determinado conteúdo. Desse modo, o vocabulário deve ser um instrumento de clareza e precisão, e não uma fonte de equívocos. (2000: 200).

A simplicidade a que se refere Infante não pode ser relacionada ao abandono de vocabulário técnico, elemento inerente à linguagem jurídica. É certo que, em textos legais, o uso de vocábulos técnicos é fator imprescindível à clareza que se quer imprimir à determinação imposta pela norma. A utilização exagerada de jargões, substancialmente voltados ao tradicionalismo jurídico, é que se deve evitar para que a conteúdo da norma legal não se perca na imprecisão e obscuridade.

¹² Infante é autor de diversas obras didáticas que versam sobre a Língua Portuguesa, entre elas gramáticas e manuais de redação voltados para o ensino médio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui defender a ideia de que o texto legal, principalmente o que é direcionado ao homem médio, deve apresentar qualidades textuais que o deixem menos obscuro para aqueles que não pertençam ao âmbito jurídico.

Apresentaram-se opiniões de profissionais ligados ao Direito e à Língua Portuguesa que confirmaram a necessidade de o texto legal perder o hermetismo e o rebuscamento gratuitos, expedientes ainda bastante cultuados por muitos advogados, juristas e legisladores.

A intenção não foi a de propor um aprimoramento linguístico das normas legais com o objetivo de tornar o homem médio brasileiro um exímio conhecedor e intérprete das leis. Afinal, esta tarefa cabe, precipuamente, aos operadores do Direito, dentre os quais se encontram os advogados, a quem o homem médio poderá recorrer, quando for preciso. O que se pretendeu, na verdade, foi propor que os operadores do Direito se conscientizem da necessidade de virem a adotar uma postura linguística voltada para a clareza e precisão, a fim de que o homem médio consiga, ao menos, entender o que lê nas normas jurídicas de Direito material que o têm como destinatário principal. Só dessa forma se poderá fazer com que essas normas deixem de constituir para ele um enigma impossível de decifrar, o que é especialmente perverso, considerando-se a ficção, juridicamente necessária, de que a ninguém é dado escusar-se de cumprir a lei alegando o seu desconhecimento.

Assim, talvez, a linguagem jurídica poderá vir a tornar-se um veículo que aproxime um pouco mais o homem médio das normas que norteiam a sua vida em sociedade, deixando de ser um instrumento pelo qual ele delas seja forçosa e inevitavelmente afastado.

6. REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 6 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- _____. **Entre o passado e futuro**. Tradução de Mauro W. B. de Almeida. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ARNAUD, A. J. Notas sobre el lenguaje de los Tribunales. In: **El derecho sin máscara**. San Sebastián: Ed. Laboratorio de sociología jurídica, 1990.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 95**, 26/02/1998. Dispõe sobre as técnicas de elaboração, redação e alteração das leis. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 22 abr. 2004.
- _____. **Lei Complementar 107**, 26/04/2001. Altera a Lei Complementar 95. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 22 abr. 2004.
- _____. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 26 out. 2004.
- CÁRCOVA, C. M. **A opacidade do Direito**. São Paulo: LTR, 1998.
- CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- HALLIDAY, M. A . K. The Functional Basis of Language. In: B. BERNSTEIN (Ed.). **Class, Codes and Control**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1973. p. 343-366.
- INFANTE, U. **Textos: leituras e escritas**. Literatura, língua e redação. v. 1. São Paulo: Scipione, 2000.
- JOBIM, N. **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 jul. 2004. Caderno: O País, p. 13. Entrevista.
- KASPARY, A. J. **Linguagem do Direito**. Disponível em: <<http://www.fesmp.org.br>>. Acesso em 6 jul. 2004.
- KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- LÉVY-BRUHL, H. **Sociologia do Direito**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LIMA, C. H. R; BARBADINHO NETO, R. **Manual de redação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fename: 1980.
- LIMA, C.H.R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 36 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MALEY, Y. The language of legislation. In: **Language in society**. v. 16. nº 1. Cambridge University Press: Cambridge, 1987. p. 25-48.
- MARTINS, D. S. ; ZILBERKNOP, I. S. **Português instrumental**. 16 ed. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzato, 1994.
- MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- PIMENTA-BUENO, M. do N. S. **A evolução do pensamento lingüístico**. Parte 1: Dos Gregos à Modernidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.
- PIMENTA-BUENO, M. do N. S. e SILVA, R. S. F. L. **Aspectos do texto legislativo penal como subgênero textual**. No prelo.
- PITA, F. A. **Acesso à Justiça e a Opacidade do direito: uma luta inglória?** Disponível em: <<http://www.uefs.br/coldir/artigo>>. Acesso em 7 jun. 2004.
- ROSA, E. **Linguagem forense: os erros mais comuns nas petições**. 10. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.
- SEMAMA, P. **Linguagem e poder**. Tradução de Wamberto H. Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. Título original: Linguaggio e Potere.
- STRUCHINER, N. **Uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- TAVARES, A. L. L. **Elementos romanos na noção de espaço público em Hannah Arendt**. Disponível em: <http://www.pucrio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev11_analucia.html>. Acesso em 25 ago. 2004.
- TOLEDO, F. A. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

APLICABILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL: COMO LIMITE FÁTICO
JURÍDICO

Grad. Camila Koch Scotti (UNIPAR)
Prof. Orientador Me. Bruno Smolarek Dias (UNIPAR)

RESUMO: Trata-se o presente trabalho de uma explanação da aplicabilidade da reserva do possível enquanto limite fático jurídico. Fazendo-se necessária investigação quanto ao mínimo que pode ser exigido do ente estatal no tocante à realização dos direitos sociais, estando diante da impossibilidade de realização plena de direitos fundamentais. Tal determinação deve ser vista tendo em consideração a efetividade dos direitos fundamentais e sua possibilidade de relativização. Para tal efetivação estes direitos fundamentais reivindicam mandados de otimização.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos/Fundamentais. Efetividade. Reserva do Possível. Relativização de Preceitos fundamentais.

ABSTRACT: The present paper is an explanation on the applicability of the possible reserve as a limit to legal facts. It is necessary an investigation on the minimum that can be demanded of the State in regard to the effectiveness of the social rights, facing the impossibility of its total satisfaction. Such determination should be seen taking into account the human rights effectiveness and the possibility of their relativization. For such effectiveness, human rights claim optimization warrants.

KEYWORDS: Fundamental/Human Rights. Effectiveness. Possible Reserve. Relativization of Fundamental Precepts.

1. INTRODUÇÃO

Reserva do Possível é a condição de realidade que estabelece a sujeição dos direitos fundamentais prestacionais aos recursos existentes. Trata-se, de um mandamento de realização dos direitos fundamentais sociais dentro de um padrão de razoabilidade e proporcionalidade, havendo a necessidade de se adequar as pretensões sociais com as reservas orçamentárias. Portanto determina que um direito só possa ser exigido dentro das condições fáticas existentes. Este artigo verificará o funcionamento deste instituto e quais as formas em que este possa ser estabelecido dentro dos limites existentes para a efetividade dos Direitos Humanos e os anseios sociais.

2. RESERVA DO POSSÍVEL

A reserva do possível é invocada em relação à dimensão do custo dos direitos, e sua concepção de garantia no que tange aos cofres públicos para efetivação, pois a concretização dos direitos sociais exige uma conduta estatal positiva de políticas prestacionais.

Canotilho vê a efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais dentro de uma “reserva do possível” e aponta a sua dependência dos recursos econômicos. A elevação do nível da sua realização estaria sempre condicionada pelo volume de recursos susceptíveis de ser mobilizado para esse efeito. Nessa visão, a limitação dos recursos públicos passa a ser considerada como verdadeiro limite fático à efetivação dos direitos sociais prestacionais. (BIGOLIN, 2004: 3)

Visto que não basta haver a contemplação de direitos e deveres na constituição, é preciso a obtenção de políticas públicas para sua efetividade.

A sua aplicabilidade exige o estabelecimento de prioridades e critérios para cada caso concreto, que poderão variar no tempo e no espaço, de acordo com as mais urgentes necessidades. Quanto a isso pondera Marco Antonio Sevidanes da Matta (2006: 6):

Em relação a esse mecanismo de pesos e contrapesos, assevera Francesco Conte que, “entre essas duas reservas do possível — a fática e a jurídica — deve caminhar o administrador público na busca para tornar sua ação a mais eficiente possível. Observados os limites materiais e as imposições jurídicas, deve o administrador ponderar dentre as diversas alternativas possíveis aquela que promove o melhor custo-benefício. Nesse ‘balanço entre bônus e ônus’, entram não apenas os recursos financeiros em si, mas toda a gama de interesses coletivos e individuais afetados pela ação administrativa.

Configura-se assim, reserva do possível como limite fático e jurídico, embasado nas palavras de Sarlet e Figueiredo (2008: 30):

A reserva do possível constituiu, em verdade (considerada toda a sua complexidade), espécie de limite jurídico e fático dos direitos fundamentais, mas também poderá atuar, em determinadas circunstâncias, como garantia dos direitos fundamentais, por exemplo, na hipótese de conflito de direitos, quando se cuidar da invocação – desde que observados os critérios da proporcionalidade e da garantia do mínimo existencial em relação a todos os direitos fundamentais – da indisponibilidade de recursos com o intuito de salvaguardar o núcleo essencial de outro direito fundamental.

Para tanto se faz a adequação da possibilidade fática da atividade estatal e a capacidade social à realidade para solucionar as pretensões das prestações positivas, com a oferta de acesso a bens e direitos.

Segundo o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, esses direitos a prestações positivas (*Teilhaberechte*) “estão sujeitos à reserva do possível no sentido daquilo que o indivíduo, de maneira racional, pode esperar da sociedade”. Essa teoria impossibilita exigências acima de um certo limite básico social; a Corte recusou a tese de que o Estado seria obrigado a criar a quantidade suficiente de vagas nas universidades públicas para atender a todos os candidatos.

Vale dizer, é necessário não apenas que a norma outorgue certa capacidade de atuação para o seu destinatário como também existem recursos materiais que tornem possível a satisfação do direito, fatores que consubstanciam a cláusula da “reserva do possível” (BIGOLIN, 2004: 4).

Há que se fazer considerações entre a essencialidade de uma prestação e a excepcionalidade da situação, quanto à ausência de meios econômicos, pois ocorre um confronto entre o mínimo existencial e a escassez de recursos, já que está intimamente ligado a dignidade da pessoa humana; este âmagô é o que caracteriza sua proporção.

Em se tratando da existência de recursos, a problemática está na distribuição destes recursos, faz-se necessário que juízes e tribunais, quando decidirem sobre estas pretensões, reconheçam o modo como isso afeta a intensidade e consistência dos direitos, favorecendo uns em detrimento de outros, esbarrando no bem maior que é a vida e a dignidade humana na ponderação de valores constitucionais. Preponderante, portanto, é a presunção de que não há submissão das medidas de política social e a disponibilidade de recursos, sendo somente afastada diante da análise do caso concreto.

Ademais, quanto menor a disponibilidade de recursos, mais se impõe uma deliberação responsável a respeito de sua destinação, o que leva à necessidade de a sociedade buscar aprimoramento dos mecanismos de gestão democrática do orçamento público, além de crescente conscientização por parte dos órgãos do poder judiciário que não apenas podem mas devem zelar pela efetivação dos direitos fundamentais sócias, mas ao realizá-lo deverão ter a máxima cautela e responsabilidade seja ao conceder ou não um direito subjetivo a determinada prestação social, seja quando declararem a inconstitucionalidade de alguma medida restritiva e/ou retrocessiva de algum direito social. Em verdade, levar direitos sociais a sério é levar a sério o problema da escassez. Ainda nesse sentido, o papel do administrador, se mostra de extrema relevância, ainda a considerar os princípios da moralidade e da eficiência, notadamente quando se cuida de administrar a escassez e otimizar a efetividade dos direitos sociais (ROCHA, 2005: 20).

Por outro lado, a referida escassez de meios econômicos, não deve ser ignorada, pois é um fator importante na concretização dos direitos sociais, não devendo ser única forma a ser analisada, nem supervalorizá-la.

A partir disso, cabe retomarmos a máxima deste artigo que é a reserva do possível que pode ser sintetizada nas palavras de George Marmelstein Lima (2008: 222):

Nas palavras do Tribunal Constitucional alemão, a reserva do possível é aquilo que o indivíduo pode razoavelmente exigir da coletividade. Se for razoável (melhor dizendo, proporcional), não pode o Estado se negar a fornecer.

A reserva do possível é uma limitação lógica e, de certo modo, óbvia à atividade jurisdicional em matéria de efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais. Afinal, sem dinheiro não há direito.

A reserva do possível, não está unicamente ligada à existência suficiente de recursos materiais para implementação do direito social, mas esta extremamente encadeada a razoabilidade da pretensão para sua devida efetivação.

No entanto sua aplicação implica reconhecer alguns parâmetros, a carência de supremacia absoluta de direitos fundamentais em qualquer situação, e a falta de supremacia absoluta de competência administrativa (discricionária) do executivo e do princípio da competência orçamentária do legislador; como empecilho para efetiva realização dos direitos sociais fundamentais.

Cabe ponderar que as disparidades são apontadas para impedir a realização dos direitos sociais pelo Poder Judiciário, como a reserva do possível, a liberdade de conformação do legislador, a discricionariedade política, a ausência de previsão orçamentária ou legal. Somente são contra-argumentos e não barreiras intransponíveis para a atuação judicial. No entanto, devem ser levados em conta pelo juiz, dentro do processo ponderativo da tomada de decisão para o caso concreto, pois tem o dever de dar consistência na argumentação judicial. Porém, se do outro lado houver direitos fundamentais tão essenciais que não podem ficar à mercê do jogo político, em domínio de pessoas fragilizadas social, econômica ou culturalmente, não sejam óbice à capacidade de o Judiciário efetivar a concretização desses direitos, considerando, logicamente, o princípio da proporcionalidade.

Pondera Daniel Sarmento que (2002: 77),

o princípio da proporcionalidade visa, em última análise, a contenção do arbítrio e a moderação do exercício do poder, em favor da proteção dos direitos do cidadão. Nesse sentido, ele tem sido utilizado no Direito Comparado, e, mais recentemente, também no Brasil, como poderosa ferramenta para a aferição da conformidade das leis e dos atos administrativos com os ditames da razão e da justiça.

Na implementação do princípio da proporcionalidade precisa-se da idoneidade, da necessidade, e da plena moderação entre justiça e intervenção estatal, no direito tutelado nos tribunais. Ocorre que os fundamentos da reserva do possível são as limitações fixadas legalmente, que tem em seu bojo sua arguição na relação Estado-Cidadão e o emprego dos recursos escassos a sua prévia destinação legal, para satisfazer as necessidades em questão. Frisa-se que estes são limitados, reafirmando a progressividade da reparação das necessidades, no entanto não excluindo a responsabilidade estatal.

Nesse ambiente foi concebido e refinado o princípio da *razoabilidade* ou *proporcionalidade*, produto da conjugação de idéias vindas de dois sistemas legais diversos, respectivamente: (I) da doutrina do devido processo legal substantivo do direito constitucional norte-americano, onde a matéria foi pioneiramente tratada; e (II) do princípio do estado de direito no âmbito do direito público alemão. Sem embargo da origem diversa, a esses princípios são subjacentes os mesmos valores: racionalidade, justiça, medida adequada, rejeição aos atos arbitrários ou caprichosos. O princípio da razoabilidade/proporcionalidade permite ao Judiciário invalidar atos legislativos ou administrativos quando: (a) não haja adequação entre o fim perseguido e o instrumento empregado; (b) a medida não seja exigível ou necessária, havendo meio alternativo para chegar ao mesmo resultado com menor ônus a um direito fundamental (vedação do excesso); (c) não haja proporcionalidade em sentido estrito, ou seja, o que se perde com a medida é de maior relevo do que aquilo que se ganha. (BARROSO, 2010: 23)

Contudo, a possibilidade das prestações de direitos sociais a serem exigidas em juízo, objetiva a implementação e a imediata entrega da prestação exigida constitui-se, pois, uma tensão entre o discurso favorável c/c a tutela jurisdicional dos direitos fundamentais e o discurso à proteção do princípio democrático, como aborda Ana Lucia Pretto Pereira(2009: 264):

A reserva do possível encontra lugar nos dois lados da tensão, de modo que, sendo privilegiado, no caso concreto, o argumento constitucionalista, ela será afastada. E sendo privilegiado, por outro lado, o argumento democrático, é aqui que a reserva encontrara legitimidade

Deste modo, apresenta-se a reserva do possível como limite a efetividade dos direitos tutelados, sucumbindo à decisão judicial como ônus destinado a justificar o privilégio de interesses privados em detrimento dos coletivos.

Assim, não há método para obrigar o poder público a agir em determinado sentido porque pode haver restrições de ordem material e, especialmente, orçamentárias que impeçam este agir. Examina-se que o orçamento é limitado e que objetiva o poder discricionário do Estado a escolha da prioridade dos investimentos, não devendo o Poder Judiciário substituir aos legítimos administradores, para regulamentar como o dinheiro público deve ser prioritariamente gasto, tornando a realização dos direitos insidiáveis pelo poder judiciário.

Constitui-se a reserva do possível, como limite à atuação judicial. Entretanto pouco resolve o magistrado impor determinada prestação fática ao Estado, quando este puder escusar-se com a declaração de carecer de recursos materiais para cumprir a imposição judicial. Estaria diante de uma decisão condenada à frustração, pois não se realizaria, nem ao menos cogitar de alguma forma para impor a prestação. No entanto, optando o Estado pelo cumprimento da prestação fática, estará deixando desprotegidos outros interesses identicamente relevantes, em prol daquele reivindicado judicialmente.

Neste momento, cabe ao aplicador do Direito fazer uso tanto do princípio da proporcionalidade como da “ponderação de valores ou interesses”.

A denominada ponderação de valores ou ponderação de interesses é a técnica pela qual se procura estabelecer o peso relativo de cada um dos princípios contrapostos. Como não existe um critério abstrato que imponha a supremacia de um sobre o outro, deve-se, à vista do caso concreto, fazer concessões recíprocas, de modo a produzir um resultado socialmente desejável, sacrificando o mínimo de cada um dos princípios ou direitos fundamentais em oposição. O legislador não pode, arbitrariamente, escolher um dos interesses em jogo e anular o outro, sob pena de violar o texto constitucional. Seus balizamentos devem ser o princípio da razoabilidade e a preservação, tanto quanto possível, do núcleo mínimo do valor que esteja cedendo passo. Não há, aqui, superioridade formal de nenhum dos princípios e tensão, mas a simples determinação da solução que melhor atende o ideário constitucional na situação apreciada (BARROSO. 2001: 33-4)

Não obstante lembrar que se admite que os direitos fundamentais concretizem-se gradualmente, conforme as possibilidades de cada Estado, considerando seu caráter constitucional, podem ser satisfeitas em vários níveis.

Ocorre que sua implementação gradual, entretanto, não deve autorizar que, sob aspectos da indisponibilidade financeira do Estado, possa este escusar-se da realização do mínimo cabível, dentro da exigência razoável que suas condições concedam. Para tanto, demonstra Canotilho (2004: 110):

a gradualidade está associada, por vezes, à ‘ditadura dos cofres vazios’ entendendo-se que ela significa a realização dos direitos sociais em conformidade com o equilíbrio económico-financeiro do Estado. Se esta idéia de processo gradualístico-concretizador dificilmente pode ser contestado, já assim não acontece com a sugestão avançada por alguns autores sobre a completa discricionariedade do legislador orçamental quanto à actuação socialmente densificadora do Estado. A tese da insindicabilidade das ‘concretizações legislativas’ ou da ‘criação de direitos derivados a prestação’ pelo legislador assenta no postulado de que as políticas de realização de direitos sociais assentam em critérios exclusivos de oportunidade técnico-financeira.

Nesta implementação da prestação políticas públicas com escopo em direitos sociais que asseveram critérios exclusivos, constitui-se, então, para a função jurisdicional, um desafio em relação ao campo das tutelas relativas a direitos sociais, a elevação do magistrado, de mero aplicador da lei, em sede de conflitos patrimoniais e individuais (justiça retributiva), à missão de partícipe ativo e consolidador do processo político-social de positivação de direitos (justiça distributiva).

Em outras palavras, o Judiciário brasileiro deve distanciar-se do formalismo exacerbado e exercendo seu importante papel no processo político da realização dos Direitos Fundamentais Sociais através da otimização gradual dos serviços públicos básicos.

Cabe, portanto, ao judiciário intervir, quando não efetivados os direitos fundamentais consagrados na Carta Política pelos poderes ditos legitimados, quais sejam, Poderes Executivo e Legislativo, para a concretização dos preceitos tabulados na Constituição Federal, através de prestações positivas.

Assim, quanto à disponibilidade sobre as prestações estatais, o Judiciário apenas estabelece a realização prática da norma constitucional, não permitindo que esta se torne mera diretriz abstrata e inaplicável, ato para o qual é competente, sendo que, no Estado de Direito, o estado soberano deve sujeitar à própria justiça que o concretizou. Portanto, não é papel do Judiciário criar novas medidas a respeito de direitos sociais, o que

constituiria na violação ao princípio da Separação dos Poderes, mas sim oferecer uma real efetividade às políticas públicas já existentes, não permitindo cativarem-se excessivamente as formalidades, obstando a realização das metas principais do Estado Democrático de Direito.

Por fim, deve haver uma proporcionalidade no emprego; cabe ressaltar que de um lado, a referida escassez de meios econômicos é um fator importante que não pode ser ignorado, no outro, não pode ser superdimensionado, a fim de tornar-se o único parâmetro a ser analisado na concretização dos direitos sociais. Trata-se, pois, de forma imperativa o alcance de ingredientes éticos e políticos para que o instrumental jurídico possa, não somente ser legitimado, mas autorizar que a evolução das condições econômicas e sociais possa beneficiar o maior número de pessoas.

3. CONCLUSÕES

Tendo em vista o que foi apresentado no texto, verifica-se que os Direitos Humanos e Fundamentais têm, por determinação constitucional e internacional, a sua efetividade, e esta efetividade por vezes encontra obstáculos como é o caso da Reserva do Possível, objeto deste artigo. A Reserva do Possível é por vezes encarada como uma limitação a esta aplicabilidade, efetividade, dos Direitos Fundamentais, seja ela pelo viés fático (falta real de capital para investimento), seja pelo viés lógico (não existe forma de aplicar a determinação legal sem embasamento orçamentário que sustente a determinação legal).

A Reserva do Possível é considerada uma forma de justificativa por parte do Poder Público para a não aplicabilidade dos Direitos Fundamentais; no entanto, através deste artigo, procurou-se demonstrar que existem formas do Judiciário perpassar este tipo de anátema, fazendo uso dos princípios da razoabilidade/proporcionalidade e da ponderação de valores ou interesses.

De forma que, não pregam os autores deste texto a retirada de determinados direitos para a efetivação de outros em nome da parte da população que tenha acesso real à Justiça, mas que caiba ao administrador o papel de determinar as prioridades de investimento e que caiba ao jurisdicionado a possibilidade de rever, ao menos nos casos concretos, ou seja, em análise casuística, a melhor forma de aplicar estes recursos para obter os melhores resultados, tendo em vista os interesses da população brasileira.

Por fim, deve haver uma ponderação entre duas variáveis a da essencialidade e excepcionalidade na sujeição dos direitos fundamentais prestacionais aos recursos existentes. Propõe-se para sua solução, que o direito deve servir como instrumento de transformação social, afastando a disfuncionalidade existente entre o direito e as instituições que têm consigo a aplicação da lei.

4. REFERÊNCIAS

ARENHART, Sergio Cruz. **As ações coletivas e o controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 777, 19 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7177>>. Acesso em: 28 setembro. 2010.

- BARROSO, Luis Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Revista Forense**. Número: 358:91, 2001.
- _____. A americanização do direito constitucional e seus paradoxos: teoria e jurisprudência constitucional no mundo contemporâneo. **Revista Interesse Público**. Ano 12, n. 59, p. 13-55. Belo Horizonte, jan./fev. 2010.
- BIGOLIN, Giovanni. A Reserva do Possível como Limite à Eficácia e Efetividade dos Direitos Sociais. **Revista de Doutrina da 4ª Região**. Publicação da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. "**Constituição e déficit procedimental**" in *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra, 2004. p.110.
- DA MATTA, Marco Antonio Sevidanes. **Interpretação constitucional dos Direitos Sociais**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2006-ago-16/interpretacao_constitucional_direitos_sociais?pagina=6> Acesso em 10 ago. 2010
- LIMA, George Marmelstein: **Controle Judicial dos Direitos Fundamentais**. Disponível em :< www.georgemlima.xpg.com.br/emagis.doc> Acesso em 20 set. 2010.
- MACHADO, Ivja Neves Rabêlo. **Reserva do possível, mínimo existencial e direitos prestacionais**. Disponível em <<http://www.iuspedia.com.br>> Acesso em 12 ago. 2010
- MÂNICA, Fernando Borges. **Teoria da Reserva do Possível: Direitos Fundamentais a Prestações e a Intervenção do Poder Judiciário na Implementação de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.advcom.com.br/artigos/pdf/artigo_reserva_do_possivel_com_referencia_.pdf> Acesso em 20 set. 2010
- OLSEN, Ana Carolina Lopes. **A eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais frente à Reserva do Possível**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006, p. 6. Disponível em <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/>>. Acesso em 10 ago.2010, p. 229.
- PEREIRA, Ana Lucia Pretto. **A reserva do possível na jurisdição constitucional brasileira: entre constitucionalismo e democracia**. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/18234/1/Dissertacao%20DEPOSITO.pdf>> Acesso em 22 set. 2010.
- ROCHA, Rosália Carolina Kappel. A eficácia dos direitos sociais e a reserva do possível. **Revista da Advocacia Geral da União**. Publicação da Advocacia Geral da União. 2005. Disponível em: <[HTTP://www.escola.agu.gov.br/revista/ano_V_novembro_2005/rosalia-eficacia.pdf](http://www.escola.agu.gov.br/revista/ano_V_novembro_2005/rosalia-eficacia.pdf)> Acesso em 04 dez. 2007
- SARLET, Ingo Wolfgang. FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações**. In: SARLET, Ingo Wolfgang. TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direitos fundamentais, orçamento e reserva do possível**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- SARMENTO, Daniel. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal**. 1. ed., 2. tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002. p. 77.
- WANG, Daniel Wei Liang. **Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em:<<http://www.escholarship.org/uc/item/26q0r0ns?display=all#page-1>> Acesso em 14 ago. 2010